UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA PORTUGUESA

**O “*Sonho de Scipião em lingoagẽ portuguesa*”:
Acerca da recepção de tratados morais de Cícero no
Portugal quinhentista**

Flávio Antônio Fernandes Reis

**São Paulo
2008**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA PORTUGUESA

**O “*Sonho de Scipião em lingoagê portuguesa*”:
Acerca da recepção de tratados morais de Cícero no
Portugal quinhentista**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Literatura Portuguesa.

Orientadora Profa. Dra. Adma Fadul Muhana

**São Paulo
2008**

Autorizo a reprodução do texto desta dissertação, desde que citada a fonte.
Endereço eletrônico: flavusp@gmail.com

AGRADECIMENTOS

E o homem, por que he possuydor de razam, pella qual vee as cousas que se podem seguir hũa das outras, e as que som feitas donde procederom e o prosseguimento que fazem (e), nom se esquecem das cousas passadas, e antre as cousas faz comparações, e aas cousas presentes ajunta e pega as que ham de viir. (..) geera primeiramente huũ principal amor em aquelles que dele nacerom: aos meus familiares.

*Que a amizade seja anteposta theuda em mayor conta que todas as cousas que parecem proveitosas, assi como honras e riquezas e deleitações e outras semelhantes. De todalas companhias nom há outra mais proveitosa nem mais firme que dos bõos homens que per semelhante amizade som juntos: Alan, Mariana e família, Tina, Paula, Malu, Guilherme cravista, Luis Marcos da Silva Filho, Marcelo Lachat, Rodrigo de Oliveira Pinto, Alexandre Bonilha, Charles Bonares, Bruna Torlay, Fabio Tozzi, Flávio Soares, Jurandy Reis, Benito Taranto, Bruno Flausino e família, Otto Isenbügel, fundamental contato com a Biblioteca de Munique e que compartilha comigo a descoberta da *editio princeps* do impresso português quinhentista desta biblioteca. André Luis Pereira, Phablo Roberto Marquis Fachin. Vander Valente Martins.*

Assy como nos aproveitamos das cousas sem alma e das bestas per arte e per trabalho, assi fazemos aparelhados os estudos e sabedoria dos bõos homẽes pera nossa acrecentamento per virtude. Agradeço as contribuições dos professores Alexandre Soares Carneiro, João Adolfo Hansen, Heitor Megale e Isabel Adelaide Dinis e Lima de Almeida, meus argüidores; à Aparecida de Fátima Bueno, pela acolhida inicial na USP e ao professor Antonio da Silveira Mendonça, mestre da língua latina.

A cobiça de veer a verdade he junto desejo de haver senhorio, em tal guisa que o coração bem enformado per a natureza nom queira obedecer a alguũ, salvo a quem o enssinasse ou encaminhasse como mais saberia ou melhor entenderia, ou a quem mandasse cousas que justamente e dereitamente fosse pera seu proveito. Com isso, agradeço à professora Adma Muhana, sabedoria e força.

Que trabalhe de ajuntar aquelas cousas que perteeceem pera guarnimento e mantimento da vida: Agradeço ao Coseas, na pessoa de Eliane, e, sobretudo, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo “guarnimento e mantimento” da pesquisa.

« Imo profanus dici non debet, quicquid pium est, et ad bonos mores conducens»

Erasmus de Roterodã. *Convivium Religiosum*.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	9
ABSTRACT	10
RESUMÉ	11
INTRODUÇÃO	12
<i>O Sonho de Cipião</i>	15
<i>Sobre a vulgarização como meio de transmissão dos textos latinos antigos</i>	20
CAPÍTULO 1	
A VULGARIZAÇÃO DE TEXTOS ANTIGOS NO PORTUGAL QUATROCENTISTA	31
1.1 - Da maneira de “tirar em linguagem” textos latinos no século XV	39
1.1.1 - O capítulo XCIX do <i>Leal conselheiro</i> de D. Duarte	41
1.2 - A vulgarização dos textos antigos em algumas cartas quatrocentistas	46
1.3 - A vulgarização em dedicatórias e prólogos quatrocentistas	52
1.4 - Duas dedicatórias atribuídas ao infante D. Pedro de Coimbra	64
1.5 - Excertos do <i>Sonho de Cipião</i> de Cícero no <i>Trautado da virtuosa benfeiturya</i>	74
CAPÍTULO 2	
O SONHO DE CIPÃO DE 1531 E SEU TEMPO	80
2.1 - A vulgarização de tratados morais de Cícero na primeira metade do século XVI	80
2.2 - A “questão da língua” em Portugal e a vulgarização de Duarte de Resende	94
2.3 - O “Sonho de Cipião”, a “Ropica Pnema” e o averroísmo paduano: acerca da imortalidade da alma	103
2.4 - O Comentário sobre o “Sonho de Cipião” de Juan Luis Vives	111
2.5 - O leitor cristão e as fontes antigas	124
CAPÍTULO 3	
O SONHO DE SCIPÃO EM LINGOAGEM PORTUGUESA	138
3.1 - Duarte de Resende e o “Sonho de Scipião” em linguagem portuguesa	138
3.3 - Os textos que acompanham as vulgarizações de Duarte de Resende: “ethos” ciceroniano e valores de uso de seus tratados	146
3.3.1 - A “Carta sua a Garcia de Resende” de Duarte de Resende.	146
3.3.2 - Marco Tullio segundo Duarte de Resende	156
3.4 - Análise do “Sonho de Scipião” de Duarte de Resende	174

3.4.1 - Notícias sobre a “editio princeps” e outras edições	180
3.4.2 - Cotejo da edição do “Sonho de Scipião” de 1531 em disposição retórica com o texto latino aproximado	183
3.4.3 - O narrador, as matérias e a disposição do “sonho de Scipião”	199
3.4.3.1 - O Exórdio	203
3.4.3.2 - Narração	205
3.4.3.3 - Epílogo	207
3.4.4. A elocução do “Sonho de Scipião” em língua vernácula	209
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 221
 Transcrição semi-diplomática de textos de Duarte de Resende na <i>editio princeps</i> publicada em 1531 (Carta-dedicatória, Vida de Cícero e Sonho de Scipião)	 226
 Reprodução da <i>Editio Princeps</i> dos textos de Duarte de Resende de 1531	 237
1. A folha de rosto com o Brasão de família	237
2. Carta sua a Garcia de Resende	238
3. Começa a Vida de Marco Tulio	240
4. O “Sonho de Scipião”	244
5. Última página do volume com o cólofon da impressão	254
 Referências Bibliográficas	 255

RESUMO

Este estudo tem como fim contribuir para o conhecimento da recepção latina no Portugal quinhentista, revelada na análise da vulgarização portuguesa intitulada *Sonho de Scipião*. Este texto foi vulgarizado pelo fidalgo português Duarte de Resende e impresso pela primeira vez em 1531 por Germão de Galharde, juntamente com outros dois tratados ciceronianos, uma carta-dedicatória e uma « Vida de Marco Túlio ». Assim, esta pesquisa busca aprofundar o conhecimento das relações entre as letras portuguesas do século XVI com as *auctoritates* latinas, especificamente na apropriação e uso oratório e ético dos tratados de filosofia moral ciceronianos. Assim, para evidenciar as motivações de Resende em publicar o *Somnium Scipionis* de Cícero em língua vulgar portuguesa, observamos a prática de vulgarizações da Corte de Avis, analisando cartas, prólogos e obras divulgadas desde o século XV. Em seguida, relacionamos o *Sonho de Scipião* português com questões do tempo, tais como a tópica da valorização da língua vulgar, o Averroísmo paduano e a difusão do pensamento erasmista. Por fim, detivemo-nos em analisar retoricamente a vulgarização quinhentista de Duarte de Resende intitulada *Sonho de Scipião*.

PALAVRAS-CHAVE: Duarte de Resende; Cícero; Sonho de Scipião; Quinhentismo português; Tratados de filosofia moral.

ABSTRACT

This paper aims to contribute to the understanding of the latin reception in XVIth century Portugal, as revealed by the analysis of the portuguese popularization entitled *Sonho de Scipião*. This text was popularized by the portuguese gentleman, Duarte de Resende, and was firstly printed in 1531 by Germão de Galharde, together with two other ciceronian treaties, a dedication-letter and “Vida de Marco Tulio.” Moreover, this research seeks to deepen the knowledge of the relation between the portuguese letters of the XVIth century and the latin *auctoritates*, specifically as to the oratorical and ethical appropriation and use of Cicero’s treatises of moral philosophy. Thus, to reveal Resende’s motivation in the publication of Cicero’s *Somnium Scipionis* in portuguese vernacular language, it has observed the practice of popularization from the Court of Aviz, analysing letters, prologues and other widespread works since the XVth century. Then, it puts the portuguese *Sonho de Scipião* into perspective with other questions of its time, such as the topic of enhanced valuation of vernacular language, of padouan averroism and of diffusion of erasmist thought. Last, it has concentrated on the rhetorical analysis of the XVIth century popularization by Duarte de Resende, entitled *Sonho de Scipião*.

KEYWORDS: Duarte de Resende; Cícero; Dream of Scipio; XVIth century; Treatises of moral philosophy.

RÉSUMÉ

Cette étude a pour objectif de contribuer à la connaissance de la réception latine au Portugal du seizième siècle, conformément à ce qui est apparu à l'analyse de la vulgarisation portugaise intitulée *Sonho de Scipião*. Ce texte a été vulgarisé par le gentilhomme portugais Duarte de Resende et imprimé pour la première fois en 1531 par Germão de Galharde, en même temps que deux autres traités de Cicéron, une lettre-dédicace et une «Vida de Marco Tulio». Plus encore, cette recherche veut approfondir la connaissance des relations entre les lettres portugaises du XVIème siècle et les *auctoritates latinas*, notamment l'appropriation et l'emploi oratoires et éthiques des traités de philosophie morale de Cicéron. Ainsi, pour mettre en évidence les motivations de Resende pour publier le *Somnium Scipionis* de Cicéron en langue vulgaire portugaise, nous avons observé la pratique des vulgarisations de la Cour d'Aviz par moyen de l'analyse de lettres, prologues et d'autres œuvres répandues au XVème siècle. Ensuite, nous avons mis le *Sonho de Scipião* en rapport avec les questions de son temps, telles que la topique de la valorisation de la langue vulgaire, de l'averroïsme de Padoue et de la diffusion de la pensée d'Erasme. Enfin, nous nous sommes concentrés sur l'analyse rhétorique de la vulgarisation du seizième siècle de Duarte de Resende, intitulée *Sonho de Scipião*.

MOTS-CLÉS: Duarte de Resende ; Cicéron ; Songe de Scipion ; Seizième siècle; Traité de philosophie morale.

INTRODUÇÃO

Um pequeno volume com textos de Cícero vulgarizados pelo letrado português Duarte de Resende foi publicado em 1531 nas prensas do Mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra, sob os cuidados de Germão de Galharde. Este impresso contém três textos de filosofia moral: o *de amicitia*, o *Sonho de Scipião* e as *paradoxas*, introduzidos por uma dedicatória intitulada “Carta sua a Garcia de Resende” e a “Vida de Marco Tulio”. Dos textos de Cícero publicados por Resende, optamos por estudar o *Sonho de Scipião* a fim de evidenciar seus valores de uso no quinhentismo português e ponderar as implicações da sua difusão em língua vulgar portuguesa.

No primeiro capítulo abordamos a atividade de vulgarização dos textos latinos no Portugal quatrocentista segundo as evidências encontradas em prólogos e cartas do tempo. Assim, estudamos a dedicatória do *Livro dos ofícios* vulgarizado pelo Infante D. Pedro de Coimbra, os prólogos de vulgarizações realizadas pelo letrado Vasco Fernandes de Lucena e algumas das suas cartas dirigidas a importantes membros da monarquia portuguesa quatrocentista, a dedicatória do *Livro da virtuosa benfeitoria* e o capítulo XCIX do *Leal conselheiro* de D. Duarte. Por fim, analisamos as apropriações quatrocentistas de trechos do *Somnium Scipionis* de Cícero presentes no *Livro da virtuosa benfeitoria*, obra atribuída a D. Pedro de Coimbra e ao frei João da Verba.

No capítulo seguinte entramos no século XVI e aproximamos o *Sonho de Scipião* “em linguagem portuguesa” aos eventos quinhentistas ligados à valorização da língua vulgar e ao entusiasmo pela leitura dos tratados pagãos de filosofia moral. Com isso, relacionamos o *Sonho* com a tópica quinhentista do elogio da língua vulgar, posteriormente chamada “questão da língua”, a querela do averroísmo paduano sobre a imortalidade da alma, e a amizade e interlocução de Duarte de Resende com João de Barros. Analisamos a célebre interpretação quinhentista de Juan Luis Vives sobre o

Somnium de Cícero e, por fim, buscamos mostrar as relações verossímeis entre as vulgarizações portuguesas dos tratados morais ciceronianos e o pensamento erasmista.

No terceiro capítulo encontram-se, inicialmente, considerações sobre a atividade letrada de Duarte de Resende, sobretudo, acerca dos seus textos que acompanham os tratados ciceronianos vulgarizados, tais como a “Carta sua a Garcia de Resende” e a “vida de Marco Tulio”.¹ No primeiro analisamos as características da dedicatória, as motivações do letrado para a publicação do livro em língua vulgar e os juízos preconizados sobre Cícero e sua obra. Na “Vida de Marco Tulio” observamos o modo como se constitui o *ethos* ciceroniano na reescritura da *vida*, resumida por Resende em língua vulgar e fundamentada na leitura de Plutarco. Em seguida, apresentamos o cotejo analítico do *Sonho de Scipião* (transcrito de um exemplar da primeira edição até então desconhecido que encontramos na Bayerische Staatsbibliothek de Munique) com uma edição latina aproximada daquele testemunho que serviu à lição de Duarte de Resende.² Não há subsídios suficientes para definir a edição latina utilizada por Resende e, em face dessa impossibilidade, optamos por uma edição próxima à data de 1531. Nesse sentido, valemo-nos de um testemunho florentino do *Somnium Scipionis* que acompanha o *Comentário* de Macróbio, publicado em 1515, pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.³

¹ Utilizamos os termos “em linguagem portuguesa” e “tratado” para nos referir, respectivamente, ao texto em língua vulgar e ao gênero das obras vulgarizadas. Retiramos estes termos do próprio texto quinhentista. Cf. *Marco tulio cicerom de Amicicia paradoxas e sonho de Scipião tirado em lingoagẽ portuguesa...* Bayerische Staatsbibliothek. München. A. lat. B. 220.

² Uma das contribuições da nossa dissertação certamente é o achamento da *editio princeps* dos textos vulgarizados por Duarte de Resende na Bayerische Staats-Bibliothek de Munique. O exemplar pertencente à biblioteca alemã era até então desconhecido pelos estudiosos da matéria e não consta nos catálogos portugueses de impressos antigos que consultamos: ANSELMO, António Joaquim. *Bibliografia das obras impressas em Portugal no séc. XVI*. Lisboa, 1926. MENENDEZ Y PELAYO, Marcelino. *Bibliografía hispano-latina clásica*. Edición preparada por Enrique Sánchez Reyes. Santander : Aldus, vol. III, 1950-1953. D. MANUEL II. *Livros antigos de Portugal* (1489-1600). Londres: Maggs Bross, 1929. vol. I.

³ *Somnium Scipionis ex ciceronis libro de republica excerptum*. Impressum Flore[n]tiae opera et sumpta Philippi juntae. Haec omnia Nicolaus Angelius uir a prime eruditus summa diligentia corroxit, imprimiq; curauit. Anno à natiuitate .D.XV supra mille mense Julio Leone Decimo Pontificie. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, setor de Obras Raras, 31,3,3.

Apresentamos, após as considerações finais, uma transcrição semidiplomática dos textos resendianos analisados, tais como a “Carta sua a Garcia de Resende”, a “Vida de Marco Tulio” e o *Sonho de Scipião*, acompanhados da reprodução fac-símile do exemplar encontrado na Alemanha.

O volume impresso por Germão de Galharde em 1531 traz na folha de rosto o seguinte título: *Marco tulio cicerom de Amicicia paradoxas e sonho de Cipião. Tirado em lingoagẽ portuguesa per Duarte de Resende caualeyro fidalguo da cassa del rey nosso senhor*.⁴ Dessa primeira edição há atualmente raríssimos exemplares conhecidos, havendo um deles na Bayerische Statsbibliothek de Munique, como mencionamos, e outro na Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa, em Portugal. Na Biblioteca Nacional de Lisboa há somente um fragmento da folha de rosto da primeira edição. Uma segunda edição foi publicada pela Typographia Regia em 1790⁵ e, recentemente, foram feitas outras duas edições: uma brasileira da “Coleção Clássica”, publicada em 1952⁶, que é uma transcrição com atualizações da edição setecentista, e a portuguesa de Maria Leonor Carvalhão Buescu de 1982, também atualizada e realizada com base na edição

⁴ *Marco túlio cicerom de amicicia paradoxas e sonho de Scipião.tirado em lingoagẽ portuguesa p. Duarte de Resende...* Bayerische Staatsbibliothek München, ESlg/ 4 a. Lat. B.220. Na “carta-dedicatória” o tradutor nos informa que a sua compilação inicial incluía, além do *De Amicitia*, o *Sonho de Cipião* e as *Paradoxas*, também outros dois textos ciceronianos: o *Livro dos ofícios* e o *Tratado da velhice*. No entanto, apenas os três primeiros textos foram publicados por já existirem versões dos dois últimos em língua castelhana. Maria Leonor Carvalhão Buescu e Jorge Alves Osório sugerem que as edições mencionadas por Resende são as de Alfonso de Cartagena feitas no século XV e impressas em Sevilha em 1501. Foram publicados justamente o *Tratado da velhice* e o *De Officiis*. Acerca disso, Joseph Piel afirma que as traduções impressas em 1501 são feitas de manuscritos de Cartagena que se encontravam no Escorial. cf. BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. In: *Duarte de Resende: Tratado da amizade, Sonho de Cipião e Paradoxas*, op. cit., p. 13. OSÓRIO, Jorge Alves. Duarte de Resende, tradutor do “De Amicitia” de Cícero (1531). *Humanitas*. Coimbra: Instituto de Estudos Clássicos, 1995, XLVII, p. 722. Piel, Introdução. In: *Livros dos ofícios*. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1942, nota 2 da p. XII.

⁵ Há um exemplar desta edição no Real Gabinete Português de Leitura e três na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: *Tratados da amizade, paradoxos e sonho de Scipião*. Compostos Por M. T. Cicero e Traduzidos de Latim em Linguagem Portuguesa Por Duarte de Resende no Anno de 1531. Regia Officina Typographica, 1790.

⁶ CÍCERO, Marco Túlio. *Tratados da Amizade. Sonho de Cipião e Paradoxas*. Trad. de Duarte de Rezende. Coleção Clássica. Rio de Janeiro: Edição da Organização Simões, 1952.

de 1790.⁷ No terceiro capítulo encontram-se mais considerações sobre as edições do *Sonho de Scipião* português, principalmente acerca da *editio princeps* de 1531. Por ora, passemos ao *Somnium Scipionis* de Cícero e algumas das suas apropriações nas letras ocidentais.

O Sonho de Cipião

Originariamente o *Somnium Scipionis* é parte predominante do sexto e último livro da *Republica* de Cícero, composta por volta de 50 a.C. à imitação de obra homônima de Platão. No entanto, grande parte do *De Republica* latino permaneceu desconhecida por séculos, restando apenas fragmentos e citações do século VI até o ano de 1822, quando foi quase totalmente recuperado pelo bibliotecário italiano Angelo Mai num palimpsesto da Biblioteca Vaticana que continha o *Comentário dos salmos* de Santo Agostinho.⁸ Por outro lado, o fragmento intitulado *Somnium Scipionis Ciceronis ex sexto libro de republica* jamais desapareceu e foi transmitido de modo independente por meio de vários testemunhos manuscritos, comentários, traduções e interpretações religiosas e filosóficas.

O *Somnium* é a narração de Cipião Emiliano sobre um sonho que teve na ocasião de uma visita à Numídia. O narrador hospeda-se no palácio do rei Massinissa, antigo aliado de sua família, que o recebe com grande alegria e oferece-lhe um banquete. Nas suas conversações, lembram-se dos feitos e ditos de Cipião Africano, avô adotivo do narrador. Cipião Emiliano, cansado da viagem e das horas de conversa, ao repousar, dormiu rápido e profundamente. Em sonho aparece-lhe o Africano e vaticina-lhe as

⁷ Duarte de Resende: *Tratado da amizade, Paradoxos e Sonho de Cipião*. Introdução, comentário e atualização do texto por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Vila da Maia: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.

⁸ O palimpsesto é proveniente do antigo mosteiro de Bobbio (códice Vat. Lat. 5757) e Mai publicou a primeira edição provisória de sua descoberta em 1822. Cf. BALLAIRA, Guglielmo. Introduzione. In: *Il Sogno di Scipione*. Testi e Crestomazie. Collana di autore greci e latini. Torino: Loescher Editore, 1972, p. XI.

traições de seus parentes e os acontecimentos de sua vida política no consulado romano. Diante de tantos sofrimentos apresentados pelo avô, Emiliano aterroriza-se. No entanto, o Africano o impele à coragem e à lembrança de que os melhores da pátria têm seu lugar reservado na beatitude celeste. Neste momento aparece o pai de Cipião, Paulo Emílio Cipião, e num lugar alto e iluminado, leva-o a contemplar a ordenação dos orbes celestes temperados pela harmonia musical produzida pelo sempiterno movimento das grandezas do universo. O *Sonho* revela a ordenação dos astros, nomeados um a um e comparados em sua imensidão à pequenez da Terra. Em seguida, descreve-se a Terra e a sua geografia para ressaltar os poucos lugares habitados pelos homens (tal como os sinais do corpo) e as suas diferenças e desconhecimento mútuo. Compara-se a exigüidade do tempo terrestre ao incomensurável ano celeste para mais uma vez confirmar como é falha a glória terrena que dura um tempo irrelevante. Assim, o narrador é persuadido a preferir a contemplação das grandezas do universo à glória terrena, decidindo-se pela beatitude eterna na habitação celeste e pelo desprezo dos louros do mundo mortal. No epílogo do fragmento encontra-se uma demonstração silogística da imortalidade da alma, principal argumento do texto e pressuposto necessário para legitimar os argumentos em favor dos serviços pela república.

O *Sonho de Cipião* está para o *De Republica* como o chamado “mito de Er” está para a *Politéia* platônica. Ou seja, nos dois casos fazem as vezes de epílogo das obras e possuem o mesmo fim: confirmar a imortalidade da alma. Contudo, se os fins se assemelham, a invenção dos dois textos é muito distinta. O texto platônico narra que depois de uma batalha, quando eram recolhidos os corpos dos combatentes, o soldado armênio Er ressuscita e revela aos seus companheiros o que lhe ocorrera após a morte. O mundo dos mortos de Er caracteriza-se principalmente pela expurgação das faltas por meio de penas e pela transmigração das almas. A imitação latina difere bastante do texto

platônico na descrição do universo, no qual os orbes celestes são esferas que se ordenam em torno do fuso da deusa Necessidade e em cada círculo há uma sereia que executa as melodias que se acordam na harmonia celeste. Trata-se de um misto de alegorias e cosmogonias antigas que ressalta a atuação das Parcas (Láquesis, Cloto e Átropos), entidades divinas, filhas da deusa Necessidade. Elas distribuem aos homens seus destinos, lançados em feixes, que são disputados pelas almas. Aos sábios cabe a escolha dos destinos mais simples e os ineptos, por sua vez, optam pela soberba e a tirania. Ao fim, escolhidos os destinos, os homens são levados ao rio Letes (esquecimento) e ao Âmeles (sem cuidado) e obrigados a beber de suas águas, retornando logo em seguida à Terra.

A invenção do *Somnium* ciceroniano tem um caráter bem diverso. Embora seja também alegórico, nele optou-se por uma doutrina escatológica mais verossímil aos costumes latinos e, nesse sentido, descartou-se a ressurreição de um morto, a tirania dos deuses sobre o destino dos homens e a noção pitagórica explícita da transmigração das almas em vários retornos. No texto de Cícero, o merecimento da morada celeste é concedido conforme os feitos políticos em favor da república. A prova do *Sonho de Cipião* para a imortalidade da alma está fundada numa demonstração silogística de matiz aristotélica e estoica. Além disso, a afirmação da existência de uma morada eterna nas esferas celestes, de um deus único e do dogma da imortalidade da alma refunde aspectos do platonismo e do estoicismo que são bastante afeitos ao mundo cristão, sendo certamente decisivo na fortuna do *Somnium*.

O *Commentum Somnium Scipionis* de Macróbio, comentador que viveu entre os séculos V-VI d.C., é uma das principais vias de transmissão do fragmento ciceroniano, sendo considerado não somente como uma autoridade na interpretação do *Somnium*, mas também como fonte de conhecimento dos costumes e das principais escolas

filosóficas dos antigos.⁹ No dizer de Ernest Curtius, o *Commentum* transmitiu o texto ciceroniano cumulando-o de autoridade nos saberes de filosofia natural, moral, metafísica, além da já conhecida *auctoritas retórica*.¹⁰ Assim, a interpretação de Macróbio foi lida por Boécio, Cassiodoro, Isidoro de Sevilha e inspirou a Favônio Eulógio na sua *Disputatio de Somnio Scipionis* referente à doutrina dos números presente no comentário macrobiano. No século XIII o autor do *Commentum* foi elogiado por Abelardo como “maravilhoso filósofo e interpretador do grande Cícero”.¹¹

Dante Alighieri, nos versos 133 e seguintes do canto XXII da *Comedia*, corrobora a representação cósmica do *Somnium*, enviesando-a com um sentido religioso muito próximo ao que se preconiza no próprio texto ciceroniano, ou seja, o desprezo do mundo terreno em favor dos merecimentos celestes:

Col viso ritornai per tutte quante
Le sette spere, e vidi questo globo
Tal, ch'io sorrisi del suo vil sembiante.

E quel consilio per migliore approbo
Che l'ha per meno; e chi ad altro pensa,
Chiamar se puote veramente probo.¹²

No século XVI, a transmissão do *Somnium Scipionis* dá-se pelas diversas edições impressas, tanto em compilações de textos ciceronianos como acompanhado do

⁹ Etienne Gilson refere-se a algumas apropriações teológicas do *Somnium Scipionis*. Gilson considera o *Comentum Somnium Scipionis* de Macróbio, juntamente com o *Timeu* de Platão como fundamentais para compreender a língua dos platônicos de Chartres do século XII. O *Comentum* macrobiano esteve também na base de muitas interpretações sobre a virtude, a alma e o princípio primordial durante os séculos ditos medievais. Cf. GILSON, Etienne. Os padres latinos e a filosofia. In: *A filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 130-133.

¹⁰ Cf. CURTIUS, Ernest Robert. Rhetoric. In: *European literature and the latin middle age*. Trad. inglesa de Willard R. Trask. Nova Iorque: Harper Torchbooks, 1963, p. 72.

¹¹ Apud UKOLOVA, V. “El “Sueño de Escipión” y los enigmas del universo”. In: *Los “últimos romanos” y la cultura europea*. Traduzido do russo por Boris Semiónov. Moscou: Editorial Progreso, 1990, p. 152-153.

¹² DANTE ALIGHIERI. *Comedia*, Paraíso, canto XXII, 133-138: “Corri os olhos pelas sete esferas e vi este mundo tal que me causou o riso seu miserável aspecto. E, assim, aprovo como melhor a opinião que o despreza; e o que pensa no outro pode chamar-se verdadeiramente bom.” Tradução em prosa de Aldo della Nina.

Commentum de Macróbio. Aparece também um outro importante comentário, realizado pelo letrado castelhano Juan Luis Vives e publicado em 1520 que, segundo Edward George, encerra o longo período da hegemonia interpretativa de Macróbio sobre o *Somnium* de Cícero.¹³ Em meados do século XVI, Pierre de la Ramée também publicou uma edição do *Somnium* e comentou-o partícula por partícula.¹⁴ Neste mesmo século, os tratados morais de Cícero, juntamente com o *Somnium Scipionis*, foram vulgarizados para o português, o castelhano e o inglês.¹⁵ Na pintura, o Cipião adormecido foi matéria para a tela de Rafael, na qual o herói romano está ladeado por duas alegorias de virtudes morais.¹⁶ Em 1735, Metastásio imitou o *Somnium* na elegante poesia do seu *Sogno di Scipione*, uma moralidade representada no aniversário do imperador Carlos VI. Este texto foi musicado por mais de seis compositores setecentistas, entre os quais o jovem Wolfgang Amadeus Mozart que, em 1772, apresentou sua eloqüente música com o libreto de Metastásio na cerimônia de entronização de Jerônimo Colloredo, arcebispo de Salzbourg. Ao final da moralidade, Mozart introduziu uma cavatina, cantada pela personagem “Licença”, na qual se desvelam os sentidos tropológicos do texto ciceroniano para o exercício religioso do arcebispo.¹⁷

¹³ Cf. GEORGE, Edward. Introduction. In: *Somnium et vigília in Somnium Scipionis*. Edição com introdução, tradução para o inglês e notas de Edward V. George. Greenwood: Koberger Books Division, 1989, p. XXVII.

¹⁴ PETRI RAMI. *Scipionis Somnium ex sexto M.T. Ciceronis de Republica libro*. Parisiis: Ex Typographia Matthaei Daudis, 1550. Vide Bibliografia.

¹⁵ Segundo Gilbert Highet, Thomas Newton traduziu o *Sonho de Cipião* para o inglês em 1569, junto com outros tratados. Já na língua castelhana, sabemos que o *Sonho* fora traduzido em 1546 por Juan de Jarava. Cf. HIGHET, Gilbert. *La tradición clásica*. Ed. espanhola, trad. Antonio Alatorre. México: Fondo de cultura económica, 1954 p. 192.

¹⁶ RAFAEL SANZIO. *An Allegory (vision of knigt)*, 1504. National Galery, Londres.

¹⁷ Metastásio, para encenar o *Somnium Scipionis*, acrescentou as personagens alegóricas da Constância e da Fortuna que disputam a preferência de Cipião. Para decidir-se, o general romano recebe a visita do pai e do avô que o instruem sobre o mundo do além e o verdadeiro caminho para a bem-aventurança. Isto leva Cipião a escolher pela Constância, enfurecendo a vingativa Fortuna.

Sobre a vulgarização como meio de transmissão dos textos latinos antigos

A vulgarização dos mesmos textos latinos em diferentes momentos evidencia que os apelos interpretativos e as condições de leitura destas obras se distinguem ao longo do tempo. Nesse sentido, o estudo das vulgarizações e a análise da sua recepção contribuem para o conhecimento da relação que determinado tempo estabeleceu com os textos latinos antigos, e as vulgarizações, dedicatórias, cartas e prólogos que as acompanham figuram como ruínas de um tempo desaparecido, porém, ainda cognoscível na dramatização dos vestígios que nos restam. Assim, num tempo em que as práticas letradas são regidas por costumes retórico-poéticos fundados na autoridade de modelos e preceptivas e sob a égide do poder real, a vulgarização, ou como diziam os letrados dos séculos XV e XVI, o “tornar ou tirar em linguagem” ou “tresladar” é mais do que uma transferência de sentidos de uma língua a outra. Pode ser considerado também um procedimento retórico, parte da *exercitatio* retórica pela qual o letrado exercita seu engenho, amplia o léxico da língua de chegada e busca o modo mais adequado de elocução das *sententiae* dos antigos, refundidas em língua vulgar por autores, muitas vezes, incumbidos da educação moral dos príncipes e seus súditos.¹⁸ Como averiguamos em cartas e prólogos dos séculos XV e XVI, os textos antigos escolhidos para serem “tornados em linguagem” são primordialmente obras de filosofia moral que se colocam como modelos de conduta para os leitores e, de modo secundário, como modelos de prosa filosófica em língua vulgar. Por este e outros motivos, Gilbert Highet ressalta que a importância artística e lingüística das traduções, sobretudo no século XVI, é quase tão significativa quanto a dos pensamentos deste tempo¹⁹. Nesse momento, mais do que qualquer outro até então, cultivou-se vastamente a vulgarização

¹⁸ CICERO. *De oratore*, I, 155-156. *De optimo genere oratorum*, VI, 18.

¹⁹ Cf. HIGHET, Gilbert. *The Renaissance: Translation*. In: *Classical Tradition: Greek and Roman Influences on Western Literature*. Oxford: Oxford University Press, 1970, p. 106.

de textos latinos e gregos para o francês, o inglês, o alemão, o italiano, o castelhano, o português, dentre outras línguas. Este fato se deve, em boa parte, a uma valorização das matérias morais e políticas greco-latinas antigas e, com isso, um interesse pela edição, comentário e divulgação destes textos pelos impressores em atividade desde meados do século XV.

Os textos de Cícero jamais caíram no esquecimento total ao longo dos séculos, sendo copiados e transmitidos por meio de diversos testemunhos. Nos séculos XV e XVI, muitos dos seus textos foram vulgarizados e publicados, principalmente os tratados morais que preconizavam doutrinas de bem agir adequadas ao leitor palaciano e cristão. Laurent Premierfait, morto em 1418, realizou a primeira vulgarização conhecida dos textos morais de Cícero para o francês no início do século XV. Estes textos foram vertidos para o inglês antes de 1460 por John Tiptoft, conde de Worcester, e foram impressos por Caxton em 1481. Jean Colin vulgarizou vários textos de Cícero para o francês entre 1537 e 1539 e John Harinton verteu o *De Amicitia* para o inglês com base numa versão francesa em 1550. Whittington vulgarizou o *De Senectute* em 1535 e Thomas Newton o fez novamente em 1577. Os três livros do *De Officiis* ciceroniano foram vulgarizados para o alemão em 1488 e de novo em 1531 por John Freiherr zu Schwarzenberg. O *De Officiis* também foi vulgarizado para o inglês por Whittington em 1540 e novamente em 1553 por Nicolas Grimald. As *Tusculanae quaestiones* foram passadas para o francês por Étienne Dolet por volta de 1542 e para o inglês em 1561 por John Dolman. Em 1538, Schaidenreisse vulgarizou as *Paradoxas* em alemão, Whittington em inglês no ano de 1540, e Thomas Newton novamente nesta mesma língua em 1569, publicando-as juntamente com o *Sonho de Cipião* ²⁰.

²⁰ Cf. HIGHET, Gilbert. The Renaissance: translation. In: *Classical tradition: greek and roman influences on western literature*, op.cit., p. 119-120

Na Península Ibérica, em particular, no primeiro quarto do século XV, o bispo D. Alfonso de Cartagena vulgarizou uma obra que se intitulou a *Retorica* de Cícero. Em 1422, fez o mesmo com o *De Senectute* e o *De Officiis* que foram impressos em Sevilha no ano de 1501. Enrique de Villena, em 1427, vulgarizou a *Rhetorica ad Herennium*, então atribuída a Cícero, e Gonzalo de la Caballería publicou nesta mesma época as obras *De los ofícios* e *De la amistad*. Na Biblioteca Nacional de Madrid há diversas vulgarizações anónimas de obras ciceronianas tais como o *De Senectute*, o *De Officiis* e as *Paradoxas*. Estes últimos livros foram vulgarizados novamente em língua castelhana, por volta de 1548, pelo monge cisterciense Angel Cornejo. Em Amberes, no ano de 1546, Francisco de Tamara publicou a compilação: *Libros de Marco Tulio en que tracta de los Officios, de la Amicicia e de Senectud. Con la Economica de Xenophon, todo nueuamente traduzido de latin en romance castellano*. Estes mesmos livros foram publicados em 1549 em Alcalá, juntamente com as *Paradoxas* e o *Sueño de Scipion*, estes dois últimos vulgarizados por Juan de Jarava. Os textos de Tamara e Jarava foram reimpressos em Amberes em 1550, e novamente em 1582 nas prensas de Pedro de Lasso em Salamanca.²¹

Em Portugal, desde o século XV, vulgarizou-se também os textos ciceronianos arrolados acima: o *Livro dos ofícios* por D. Pedro de Coimbra, filho de D. João I, o *Tratado da velhice* pelo letrado Vasco Fernandes de Lucena, o *Tratado da amizade*, encomendado por D. Pedro do Coimbra a Frei João da Verba, seu confessor. No século XVI, destacamos as vulgarizações de Duarte de Resende e Damião de Góis, ambos divulgadores de textos morais de Cícero. Deles trataremos mais detidamente no segundo capítulo. Assim, esta relação de obras vulgarizadas pode ser entendida como um bom argumento que evidencia o entusiasmo pela divulgação da filosofia moral de Cícero em

²¹ Cf. Verbete Ciceron, Traducciones castellanas. Bibliografía hispano-latina clásica. In: *Obras completas de Menendez y Pelayo*, vol. II. Edición preparada por Enrique Sánchez Reyes. Santander: Aldus, 1950-1953, p. 307 e seguintes.

várias línguas europeias dos séculos XV e XVI. Contudo, passemos a alguns testemunhos de fonte dados por autores de grande prestígio nas letras ibéricas.

O marquês de Santillana, numa carta dirigida a Pero Ganzález de Mendoza, manifesta seu desejo em ver “tornados em linguagem” alguns textos latinos. O marquês recebeu de um amigo um conjunto considerável de textos latinos, entre os quais se encontravam obras de “Leonardo de Areçio” (Leonardo de Arezzo), Pero Caudiño e “daquele príncipe de los poetas Homero, e de la História Troyana, que él compuso, a la qual Iliade intitulo, traducidos del griego a llengua latina”. O texto de Homero em latim é a principal matéria da missiva e, nesse sentido, lembrando o exemplo de outros letrados e os proveitos das vulgarizações de textos antigos, Santillana pede a Pero González que se disponha a passar a *Historia de Troia* para a língua castelhana:

E como quier que por Guydo de Columna e informados de las relaciones de Ditis, griego, e Dares, phrigio, e de otros muchos auctores, assaz plenaria e extensamente ayamos notiçia d’aquéllas, agradable cosa será a mi ver obra de un tan alto varón e quassi soberano principe de los poetas, mayormente de um litígio militar o guerra, el mayor e más antiguo que se cree aver seydo em el mundo. E asy, ya sea que non vos fallescan trabajos de vuestros estúdios, por consolaçión e utilidat mia e de otros, vos ruego mucho vos dispongades; e pues que ya el mayor puerto, e creo de mayores fragosidades, lo passaron aquellos dos prestantes varones, lo passedes vos el segundo, que es de la lengua latina al nuestro castellano idioma.²²

Santillana menciona a *Historia destructiones Troiae*, uma versão latina trecentista do poeta siciliano Guido de Columna, baseada nos textos de Dictys Cretense e Dares Phrygius. A obra de Guido foi amplamente divulgada e traduzida para diversas línguas vulgares, havendo uma belíssima vulgarização castelhana publicada no final do

²² Don Iñigo López de Mendoza, Marqués de Santillna, Conde del Real, a Don Pero Ganzález de Mendoza. Protonotário, su fijo, Escrive: Salut. In: *El Marquês de Santillana: Obras*. Madrid: Espasa-Calpe, 1956, p. 43.

século XVI e parte desta, em português, intitulada *Cronica troiana em linguagem portuguesa*.²³

Por meio da tópica da *humilitas* retórica e também como argumento em favor das vulgarizações, Santillana destaca a insuficiência de seu latim para a leitura de textos não eclesiásticos. Para tanto, diz-se incapaz de seguir o exemplo de Catão, que segundo o *Tratado da velhice* de Cícero “em etat de octenta años” aprendeu as letras gregas, pois “solo e singular fué Catón del linage humano en esto e en otras muchas cosas”.²⁴ Santillana, mais uma vez, no intuito de persuadir seu filho à composição da vulgarização da *Historia troyana*, menciona seu entusiasmo pela composição de textos antigos em língua vulgar:

A ruego e instançia mia, primero que de outro alguno, se han vulgarizado em este reyno algunos poemas, asy como la Eneyda de Virgillio, el libro mayor de las transformaciones de Ovidio, las Tragedias de Lucio Anio Séneca, e muchas otras cosas em que yo me he deleytado fasta este tiempo e me deleyto, e son asy como un singular reposo a las vexaciones e trabajos que el mundo continuamente trahe, mayormente em estos nuestros reynos. Asy que, aceptado por vos el tal cargo, principalmente por la excelencia de la matéria e clara forma del poeta, e después por el traduçidor, non dubdedes esta obra que todas las otras será a mi muy más grata.²⁵

A composição de textos antigos em língua romance é motivada pelos proveitos éticos, presentes na excelência da matéria, e elocutivos da “clara forma” do poeta e também do “traduçidor” Guido de Columna. Além disso, o conjunto de textos citados por Santillana é muito significativo para a história da circulação dos textos e gêneros antigos na Península. Dentre as obras estão: a epopéia de Virgílio, as narrativas cosmogônicas das *Metamorfoses*, o teatro trágico de Sêneca, sem falar nas “muchas otras cosas” que o marquês não nomeou. Esta passagem evidencia o acesso de

²³ Cf. HIGHET, Gilbert. The Middle Ages: French Literature. In: *The Classical Tradition: Greek and Roman Influences on Western Literature*, op. cit., p. 55. Uma edição portuguesa da *Crônica troiana* foi publicada por Irene Freire Nunes. Cf. NUNES, Irene Freire. *A cronica troiana em linguagem portuguesa*. Lisboa: Colibri, 1996.

²⁴ MARQUÊS DE SANTILLANA. In: *El Marquês de Santillana: Obras*, op. cit., p. 44.

²⁵ MARQUÊS DE SANTILLANA. In: *El Marquês de Santillana: Obras*, op. cit., p. 44.

Santillana às obras latinas antigas e muito nos interessa, dada as relações de proximidade entre o marquês e membros da corte portuguesa. Não podemos nos esquecer da carta que Santillana enviou a D. Pedro, o condestável de Portugal, filho do Infante D. Pedro de Coimbra, enviando-lhe algumas obras encomendadas pelo próprio condestável. Nesta missiva, Santillana defesa graciosamente a poesia e a eloquência “dulce e fermosa fabla, sea metro, sea prosa” e demonstra seu conhecimento de obras e autores antigos pagãos e cristãos, dentre eles Dante, “Petrarcha” e “Johan Bocação”.²⁶

Nos tempos atuais, as traduções antigas aparecem em manuais de literatura listadas sem preocupações analíticas, as vezes, mal apreciadas. Luís de Sousa Rebelo, num estudo sobre os modos de transmissão dos textos antigos nas letras portuguesas, incentiva os pesquisadores à análise das vulgarizações de textos greco-latinos realizados em Portugal.²⁷ Ele inventaria um considerável conjunto de vulgarizações portuguesas, desde o século XIV, tais como a *Regra de São Bento* e a *Vita Christi* do frade Bernardo de Alcobaça, passando pelos quinhentistas Duarte de Resende, Damião de Góis, Diogo de Teive, André Falcão de Resende e outros, indo até as vulgarizações setecentistas feitas por Francisco José Freire, o Cândido Lusitano.²⁸

²⁶ Cf. Comiença el prohemio e carta quel marquês de Santillana envió al Condestable de Portugal com las obras suyas. In: *El Marquês de Santillana: Obras*, op. cit., p. p. 29-41.

²⁷ Luis de Sousa Rebelo, no livro *Tradição clássica na literatura portuguesa* analisa os textos portugueses, destacando neles as apropriações das obras gregas e latinas dos séculos V a. C. ao II d. C. Quanto às traduções, Rebelo dedica-lhes parte da secção intitulada “Meios de Transmissão”, enumerando diversas vulgarizações de textos latinos e gregos em Portugal desde o século XIV. Embora não analise detidamente estas traduções, Rebelo ressalta a importância de estudos aprofundados sobre estes textos, exortando os pesquisadores a empreendê-los: “O estudo crítico e comparativo das versões portuguesas dos clássicos gregos e latinos ainda está por fazer. Conviria saber em que medida a tradução se aparte do original, traindo a fidelidade devida ao pensamento do autor, e averiguar as qualidades literárias e artísticas do texto português.” REBELO, Luis de Sousa. Meios de Transmissão. In: *A tradição clássica na literatura portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982, p. 190.

²⁸ Acerca disso, na introdução da sua edição do *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, Luciana Stegagno Picchio observa a atividade letrada nos mosteiros medievais portugueses, nos quais ressalta o manuseio de obras latinas e a existência de uma intensa atividade letrada. Os mosteiros de Alcobaça e de Santa Cruz, antigos centros intelectuais em Portugal, desde cedo calcaram sua educação em leituras de textos latinos antigos e cultivaram uma verdadeira escola de tradutores da qual surgiram as versões mais antigas de livros em língua vernácula portuguesa traduzidos do latim, francês, castelhano e do italiano. Mais especificamente com relação à língua latina, os ambientes religiosos se dedicaram à tradução de autores religiosos do latim tardio como a *Bíblia*, as *Colações*, a *Regra de São Bento* e obras diversas de Santo Agostinho, São Gregório Magno, São Bernardo, João Cassiano, São Jerônimo, Hugo de São Vitor,

Álvaro da Costa Pimpão, na sua *História da literatura portuguesa*, menciona diversas vulgarizações para corroborar o vigor da cultura latina nos séculos XV e XVI em Portugal. Na conhecida *História da literatura portuguesa* de António José Saraiva e Óscar Lopes há diversas menções às vulgarizações do século XV entendidas como exemplos de prosa doutrinária da corte quatrocentista. Nessa relação aparecem obras de Cícero, Santo Agostinho, os Evangelhos canônicos e os Atos dos Apóstolos, a obra de Egidio Romano e o *Regimento dos príncipes*. Inclui-se ainda o *Espelho de Cristina* ou *Livro das três virtudes* de Christine de Pisan, traduzido do francês, a *Árvore das batalhas* e a *Confissão do amante* de John Gower. Na apreciação do *Livro da virtuosa benfeitoria* de D. Pedro de Coimbra, Saraiva faz considerações gerais sobre as mudanças lingüísticas da língua vernácula ocasionadas pelo confronto com as línguas grega e latina.²⁹ Refere-se prioritariamente às dificuldades dos letrados quatrocentistas em encontrar a elocução mais adequada para as passagens latinas, tanto nos seus aspectos rítmicos, na pontuação, quanto na ordenação sintática das orações, sobretudo nas relações lógicas das sentenças. Em todo caso, o livro de Saraiva e Lopes inclui as vulgarizações no que denominaram a “prosa doutrinal de corte”, corroborando primordialmente o caráter moralizante destas obras.

Há poucos estudos exclusivamente dedicados às vulgarizações dos séculos XV e XVI. Destes, devemos lembrar os excelentes trabalhos de Joseph Piel e Jorge Alves Osório sobre os textos morais de Cícero vulgarizados nos séculos XV e XVI. Piel, na introdução do *Livro dos ofícios*, “tornado em linguagem portuguesa” por D. Pedro de

Pedro Lombardo, chamado o “mestre das sentenças”, Ludolfo da Saxônia, dentre outros. Cf. PICCHIO, Luciana Stegagno. Introdução. In: *Diálogo em louvor da nossa linguagem* de João de Barros. Modena: Società Tipografica Modenense, 1959, p. 6-8. Cf. também: REBELO, Luis de Sousa. “Meios de transmissão”. In: *A tradição clássica na literatura portuguesa*. Lisboa, op. cit., p. 180 e seguintes. O texto menciona as traduções feitas em Portugal até o século XX, porém, por ora citamos aquelas feitas até o século XVIII.

²⁹ SARAIVA, Antonio José; LOPES, Óscar. *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1996, p.111 e seguintes.

Coimbra, confrontou esta obra com outras vulgarizações do tempo e investigou o interesse do Infante em compor este texto em língua vulgar portuguesa. Além disso, Piel teve o cuidado de fazer o cotejo entre o texto latino e a tradução quatrocentista, verificando os aspectos lexicais e sintáticos correspondentes aos termos latinos no texto em língua vulgar portuguesa. Com isso, Piel busca evidenciar características das sentenças de D. Pedro, o léxico escolhido e a análise de passagens textuais de difícil entendimento para os leitores de hoje.

Jorge Alves Osório estudou detidamente duas vulgarizações quinhentistas: o *Tratado da velhice* de Damião de Góis, publicado em 1538; e o *Tratado da amizade*, vulgarizado por Duarte de Resende em 1531. Osório analisa as informações trazidas em prólogos e cartas e as discussões lingüísticas e culturais contemporâneas a estes textos. Nesse sentido, suas análises buscam mostrar como as vulgarizações portuguesas de textos morais ciceronianos estão relacionadas ao pensamento erasmiano e também ao dito “humanismo” dos séculos XV e XVI ³⁰. Desse modo, as observações de Osório evidenciam como os textos dos antigos romanos serviam de modelos para a elocução vernácula, embora, na maioria das vezes, a necessidade de salvaguardar os sentidos morais preconizados fizesse com os letrados sacrificassem a imitação da elocução latina como ela aparece nos textos modelares. Contudo, essa alteração elocutiva operada no texto vernáculo em nada altera o gênero do texto emulado, permanecendo ele como um tratado de filosofia moral tal como o texto de saída. Dentre as considerações de Osório, chamamos a atenção para o movimento quinhentista de valorização da língua vulgar que atribui à língua vulgar a dignidade em transmitir a sabedoria antiga para o proveito dos

³⁰ Optamos por não utilizar em nossas considerações o termo “humanismo” por entendê-lo como conceito vago e tomado “a priori” para os textos que estudamos. No lugar deste termo, sempre que houve necessidade, buscamos termos equivalentes que encontramos nos próprios textos estudados. Desse modo, configura-se e explicita-se o método que seguimos em nossa pesquisa: trabalhar os textos com nomenclaturas e noções que encontramos neles mesmos, constituindo os conceitos nos próprios objetos, ou melhor, compreendendo os textos pelo discurso do tempo em que foram concebidos.

leitores não latinados. Trata-se do que ulteriormente chamou-se de “questão da língua” e que preferimos interpretar como uma tópica quinhentista presente em textos dedicados à discussão sobre a língua vulgar, tais como *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, de João de Barros; *Dialogo de la lengua* de Juan Luis Valdés e o *Prose della volgar lingua* de Pietro Bembo, entre outros.

As vulgarizações de Duarte de Resende e Damião de Góis integram uma prática de pelo menos um século desde os primeiros textos de Cícero publicados em língua vernácula na corte de Avis. O *Livro dos ofícios* de D. Pedro de Coimbra, publicado no tempo de D. Duarte, é considerado a primeira obra integralmente “tornada em linguagem portuguesa” que conhecemos.³¹ Para tanto, o confronto da língua vulgar com os textos de Cícero impôs ao vernáculo desafios elocutivos e de compreensão dos costumes antigos, tal como aparece na leitura dos prólogos, dedicatórias e cartas do período. O infante D. Pedro de Coimbra, por exemplo, na dedicatória do seu *Livro dos ofícios* a D. Duarte, menciona a existência de “lugares scuros” na preparação de sua vulgarização e admite o desconhecimento de “partes escritas para quem já as sabia”.³² Vasco Fernandes de Lucena, por sua vez, num trecho da carta dirigida a D. Pedro, menciona semelhantes dificuldades e refere-se aos “falecimentos” do texto que o tornava resistente às “sentenças desvayradas dos invejosos”.³³

No entanto, apesar dos obstáculos e limitações, os textos antigos em língua vulgar eram bastante divulgados, tal como evidencia a relação de obras da “Livraria de D. Duarte” e as referências encontradas nos textos do tempo. O uso palaciano dos textos antigos “tirados em linguagem” aparece numa carta de D. Pedro de Coimbra ao letrado

³¹ “A primeira tradução integral em português de um escritor da Antigüidade, podendo ser interpretado como digno prelúdio àquela vasta actividade literária que, tendo por objetivo a assimilação da sabedoria e formas da era pagã, havia de conduzir ao humanismo propriamente dito.” PIEL, Joseph. Introdução. In: D. PEDRO DE COIMBRA. *Livro dos ofícios de Marco Tullio Ciceram*. Edição crítica segundo o manuscrito de Madrid, prefaciada, anotada e acompanhada de glossário por Joseph Piel. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1948, p. XXII.

³² Cf. D. PEDRO DE COIMBRA. *Livro dos ofícios*, op. cit., p. 4.

³³ Resposta do D.or a esta carta. In: PIEL, Joseph. Apêndices. *Livro dos ofícios*, op. cit. p. XLIII.

Vasco Fernandez de Lucena, na qual se enaltece o proveito das vulgarizações aos “não latinados” e aos falantes da “linguagem mais comum no reino”. Os argumentos da missiva em favor da vulgarização são muito próximos daqueles defendidos pelo marquês de Santillana, quando enumera as vantagens de compor textos antigos em língua romance. Ademais, numa dedicatória quatrocentista do texto *Vie de Alexandri* de Quinto Cúrcio, vulgarizado por Vasque de Lucene a serviço da corte de Borgonha, encontramos motivações semelhantes para o uso das vulgarizações.³⁴ A recorrência do argumento ético para as obras antigas evidencia o reconhecimento da validade da sabedoria moral pagã aplicada às razões do universo palaciano e cristão. O fim dos ensinamentos morais certamente encontra-se na excelência de bons conselheiros, ou do “leal conselheiro”, título de uma das obras de corte mais célebres do quatrocentismo português, constituída pela compilação de diversos autores gentios e cristãos.

As vulgarizações quinhentistas, por sua vez, diferenciam-se daquelas do século anterior por se valerem de saberes históricos e textuais difundidos desde o século XV na Itália. De fato, as obras dos autores pagãos tornam-se o cerne de um amplo debate exegético e religioso que envolve nomes como Erasmo de Roterdã, Juan Luis Vives, Juan Valdés, Bembo, entre outros. Porém, embora haja preocupações formais na elaboração das obras em língua vulgar, os apelos morais continuam na tônica das leituras dos textos antigos. Nesse sentido, os tratados ciceronianos prevalecem no número das edições, das impressões e dos comentários. Na carta-dedicatória de suas traduções, Duarte de Resende menciona os proveitos que o *Tratado da amizade* ciceroniano traz “a nossa nação portuguesa”, por nela “em muytos esta amizade andar errada e simulada”. Isso endossa o intuito de fornecer aos leitores “prudente

³⁴ Cf. BOSSUAT, Robert. Vasque de Lucene, traducteur de Quinte-Curce (1468). *Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance*. Paris: Librairie E. Droz, 1946, Tomo VIII., p. 210. A questão da homonímia de Vasco Fernandes de Lucena e Vasque de Lucene será comentada no primeiro capítulo, pág. 56.

conhecimento sobre virtuosa tensão”, segundo Resende, razão pela qual optou por vulgarizar textos morais ligados às relações interpessoais como o *De Amicitia*, à doutrinação moral estóica sobre as virtudes do “bem agir”, caso das *Paradoxas dos estóicos*, e à narrativa alegórica sobre a vida após a morte da alma imortal, que é o caso do *Sonho de Scipião*, tratado sobre o qual nos detemos neste estudo.³⁵

³⁵ O *Sonho de Scipião* é designado como “tratado” na carta-dedicatória de Duarte de Resende, publicada juntamente com as vulgarizações de Cícero em 1531. A concepção do *Somnium* ciceroniano como um tratado antigo sobre a vida após a morte pode ser considerada como umas das principais razões da sua larga divulgação nos meios letrados cristãos.

CAPÍTULO I

A VULGARIZAÇÃO DE TEXTOS ANTIGOS NO PORTUGAL QUATROCENTISTA

Uma das características mais notáveis da corte portuguesa quatrocentista é a sua educação livresca. É o tempo das crônicas de Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara, da prosa moral, geralmente refundida a partir de textos latinos antigos, e muitas outras obras. D. João I, fundador da Dinastia de Avis, é autor do *Livro de montaria*, e a D. Duarte, seu filho e sucessor, atribuem-se pelo menos duas obras: o *Leal conselheiro* e a *Ensinança de bem cavalgar toda sela*. O Infante D. Pedro de Coimbra realizou importantes traduções de Cícero e Sêneca que veremos mais adiante. Em cartas e dedicatórias encontramos menção às encomendas feitas a clérigos ou a letrados palacianos de vulgarizações de textos antigos, sobretudo, de obras morais.

No folio 163 do manuscrito 3390 da Biblioteca Nacional de Lisboa encontra-se relacionado o conjunto de obras pertencentes à “Livraria do Rey Dom Duarte” pela qual temos uma idéia dos livros divulgados na corte.³⁶ Este inventário consta de duas secções distintas: os livros em latim e os denominados na própria lista como “Títulos de lynguagem do claro Rey D. Duarte”, dentre os quais estão: os *Segredos de Aristóteles*, *Livro da lógica*, *Livro das meditações* e das *Confissões de santo Agostinho*, o *Livro da virtuosa benfeitoria*, *Marco Tullio, o qual tirou em lingoagem o Ifante D. Pedro*, *Julio César*, *Marco Túlio*, *Valério Maximo em aragoes*, *O Livro d’Anibal, per Português*, *Hum Livro das meditações de santo Agostinho, que tresladou o moço da camera*, *Historia de Troya, per aragoes*. Neste inventário verificamos que uma das mais antigas bibliotecas portuguesas continha um núcleo significativo de obras antigas greco-latinas,

³⁶ ESTES SÃO OS LIVROS QUE TINHA EL REY DOM DUARTE. In: D. DUARTE. *Leal conselheiro*, ed. de Joseph Piel. Lisboa: Livraria Bertrand, 1942, p. 414-416.

ao lado de livros cristãos, alguns “em lingoajem”, tais como: o *Livro dos Evangelhos*, o *Genesy* e o *Acto dos apostollos*.

O anônimo bibliotecário que inventariou os livros de D. Duarte teve o cuidado de distinguir as obras “em lingoajem” das latinas. Esta designação aparece em muitos textos dos séculos XV e XVI, sobretudo nas expressões “tornar em linguagem” ou “tirar em linguagem”, nas quais os verbos “tirar” e “tornar” são muito semelhantes ao equivalente latino “reddeo, reddere” mencionado por Cícero no primeiro livro do *De Oratore* ao falar sobre o exercício da tradução.³⁷ O termo “tornar em linguagem” aparece, assim, em textos como a dedicatória do *Livro dos ofícios* do infante D. Pedro de Coimbra, de 1438; no capítulo XCIX do *Leal conselheiro*³⁸ e nos prólogos e cartas quatrocentistas de D. Pedro e do doutor Vasco Fernandes de Lucena. Já no início do século XVI, ela aparece no *Cancioneiro geral* de Garcia de Resende juntamente com o termo “trasladação”³⁹, colocado no título de algumas “glosas” de epístolas amatórias de Ovídio e Sabino realizadas por João Rodrigues Lucena e João Rodrigues de Sá.⁴⁰ O *Cancioneiro* traz ainda cantigas que provêm da vulgarização de textos antigos e se intitulam: “De Joham Rodriguez de Saa ao conde de Portalegre, mandando-lhe esta epistola de Dido a Eneas que tresladou a seu rogo”. Na década de trinta do século XVI, os termos “tirar ou tornar em linguagem” e “trasladação” aparecem ainda para designar

³⁷ CICERO. *De Oratore*, I, 155: *Quae legeram graece, Latine redderem* “Verter em latim o que eu lia em grego”; *Reddere verbum pro verbo* “Traduzir palavra com palavra”. Cf. também: Verbete Reddo, is, didi, ditum, dere. In: SARAIVA. *Novíssimo dicionário latino português*. Rio de Janeiro, Garnier, 2000.

³⁸ Este é capítulo do *Leal conselheiro* que se intitula “Da maneyira pera bem tornar algũa leitura em nossa lynguagem”.

³⁹ O termo “trasladação” aparece no *Cancioneiro Geral* com sentido diverso daquele que possui no *Leal conselheiro* de D. Duarte. Piel esclarece que este termo “tresladar”, na obra quatrocentista de D. Duarte, significa “transcrever”. Isto indica que o monarca não é autor de algumas “trasladações” que aparecem na sua obra, e sim, transcreveu-as de outros autores. Cf. PIEL, Joseph. Introdução. In: *Livro dos ofícios*, op. cit., nota 2 da p. XXV e p. XXVIII.

⁴⁰ Epistola de Penélope a Olixes, tresladada de latim em language per Joam Rodriguez de Saa; Epistola de Laodomia, tirada do Ouvidio, de latim em linguagem per Joam Rodriguez de Saa; Epistola de Dido aa Eneas, tresladada de latim em linguagem por Joam Rodriguez de Saa. GARCIA DE RESENDE. *Cancioneiro geral*. Edição de Aida Fernanda Dias. Lisboa: IN-CM, 1990, vol. II, p. 391-433.

alguns textos ciceronianos vulgarizados por Duarte de Resende e Damião de Góis.⁴¹ Diante de todos estes exemplos, os termos “tirar ou tornar em linguagem”, “trasladar” ou “tresladar” dizem respeito ao “razoar”⁴², termo utilizado por D. Duarte para a passagem de uma língua à outra. Diante dessa diversidade de termos, optamos pelo uso mais generalizado do termo “vulgarização”, distinguindo os textos estudados do que atualmente concebe-se como “tradução” e ressaltando que se trata especificamente de obras “tiradas” do latim. Ou seja, são textos que se concebem nas suas práticas como decalques ou imitações dos modelos antigos.

Voltando à livraria de D. Duarte, destacamos que nela há um conjunto significativo de obras em língua vulgar. Dos 84 códices manuscritos, 64 pertencem ao conjunto dos “títulos em lyngoajem”, dentre os quais encontramos o *Livro dos ofícios* ou *Marco Tullio, o qual tirou em lingoajem o Ifante D. Pedro*, um dos textos de Cícero mais divulgados em língua vulgar que recebeu no século XV a primeira versão portuguesa completa. Também está presente uma *Rethorica* de Cícero, certamente a vulgarização realizada por Alfonso de Cartagena e dedicada a D. Duarte na primeira metade do século XV. As vulgarizações castelhanas de Cartagena do *De Senectute* e o *De Officiis* foram conhecidas na corte portuguesa quatrocentista e certamente motivaram D. Pedro de Coimbra a realizar sua vulgarização de Cícero em língua portuguesa. Estes livros evidenciam os interesses livrescos de uma corte católica que não se restringe apenas aos textos religiosos, mas abarcava à “sabedoria puramente humana dos filósofos antigos”, no dizer de Marcel Bataillon.⁴³

⁴¹ DUARTE DE RESENDE. Carta sua a Garcia de Resende. In: *Marco tulio cicerom de Amicicia paradoxas e sonho de Scipião...*, op. cit.: “Ousey tirar nesta lingoagẽ os tres libros de Officis e de Senectute que seintitula Catão mayor cõ as Paradoxas e o tratado do sexto libro da republica que se diz o sonho de Scipião.”

⁴² D. DUARTE. *Leal conselheiro*, op. cit., p. 373.

⁴³ BATAILLON, Marcel. *Erasmus y Espana*. Tradução espanhola de Antonio Alatorre. México: Fondo de Cultura Económica, 1996, p. 49.

O bibliotecário de D. Duarte optou por separar livros “em linguagem” das obras latinas e desconsiderou a separação entre os livros religiosos dos profanos. Esta escolha evidencia certa irrelevância na diferenças entre as obras religiosas e alguns livros profanos, mesmo porque é muito comum encontrarmos, nos textos do tempo, uma conciliação despreocupada das fontes cristãs e pagãs. Por exemplo, no *Livro da virtuosa benfeitoria* e no *Leal conselheiro* de D. Duarte, os autores antigos e cristãos aparecem lado a lado e, por vezes, uma proposição da moral antiga latina é ilustrada com a vida de algum santo ou com a autoridade de algum autor cristão. No caso da *Virtuosa benfeitoria*, trata-se de uma compilação de escritos pagãos e cristão refundidos numa base comum, o *De Beneficiis* de Sêneca:

A despeito do lugar que Aristóteles, Sêneca e Cícero ocupam na *Virtuosa Benfeitoria*, é de notar que o maior número de citações são do *Novo* e do *Velho Testamento*, em particular do primeiro. Obra destinada aos Príncipes, não admira que, na sua feitura, tenham sido consultadas outras doutrinas, como o *Livro da Ensinança dos Príncipes* (de Frei Gil de Roma), e o *Livro do Comum falamento das cousas que a todos os Stados perteece* (de Frei João de Galles). A par destas, o *Livro da Ensinança dos Escolares* (de Boécio) e o *Livro dos Feitos Nembradoiros* (de Valério Máximo).⁴⁴

O *Leal conselheiro*, por sua vez, traz um conjunto bem diverso de fontes doutrinárias. Nele há excertos de Gregório Magno, de Lindolfo de Saxônia, do “*De Officiis* de Tullio”, São Tomás de Aquino e João Cassiano, com citações de Sêneca, Vergério, Valério Máximo, das “*Ethicas* de Aristotilis”, do livro da “*Consolação da Filosofia*” de Boécio, de “*Macobryo*”, “*Orygines*”, “*Platom*”, do livro da “*Reictorica*”, e de vários Padres da Igreja, santos e passagens da *Bíblia*, sendo todas as passagens

⁴⁴ PIMPÃO, Álvaro da Costa. *História da literatura portuguesa: Idade Média*. Coimbra: Atlântida, 1959, p. 195.

“tresladadas” (transcritas) de vulgarizações conhecidas no tempo.⁴⁵ Neste breve levantamento evidencia-se a conciliação das autoridades cristãs e pagãs, colocadas lado a lado na constituição do texto. De fato, autores como Cícero e, no caso da *Virtuosa benfeitoria*, Sêneca, sempre mantiveram a *auctoritas* moral e retórica, como declara D. Pedro sobre Sêneca na dedicatória do tratado.⁴⁶ Ou ainda, numa versão italiana da *Rhetorica ad Herennium* realizada pelo frade Guidotto da Bologna, Cícero é “d’arme maraviglioso cavalieri, franco di coraggio, armato de grande senno, fornito di scienza e discrezione, ritrovator di tutte le cose.”⁴⁷ Desse modo, pela *auctoritas* dos antigos greco-latinos e pela larga difusão de interpretações cristãs de seus livros, nos textos quatrocentistas analisados não encontramos nenhuma ressalva significativa ao fato de serem pagãos e não terem conhecido a revelação.

Entre as obras difundidas na corte portuguesa há dois pólos de interesses: de um lado os livros que orientam na “arte de bem dizer”, e por outro lado, de modo mais recorrente, os textos destinados à “arte de bem fazer” nos quais se preconizam modelos éticos legitimados nas autoridades antigas. Esta arte do “bem fazer” evidencia-se numa carta de D. Pedro transcrita no *Livro do conselho* de D. Duarte.⁴⁸ O motivo da missiva é o envio a D. Duarte do *Tratado da amizade* traduzido pelo frei João da Verba, e neste ensejo o Infante desenvolve sua apreciação do *De Amicitia* ciceroniano com o intuito de enaltecer-lhe as concepções válidas para a política portuguesa. Assim, ao discutir as

⁴⁵ Cf. D. DUARTE. *Leal conselheiro*, op. cit., p. 397-423. Na edição de Piel há um apêndice no qual estão os trechos latinos citados por D. Duarte “em linguagem”, e no “Índice Onomástico” estão listados autores e obras com a indicação da página e linha da ocorrência.

⁴⁶ Cf. D. PEDRO DE COIMBRA. *Tratado da virtuosa benfeitoria*. Dedicatória. In: *Obras dos príncipes de Avis*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello, 1981, p. 530.

⁴⁷ De SANCTIS apud Joseph Piel. Introdução. In: *Livro dos ofícios*, op. cit., nota 3, p. X.

⁴⁸ Cf. OSÓRIO, Jorge Alves. Duarte de Resende, tradutor do “De Amicitia” de Cícero (1531). *Humanitas*. Coimbra, XLVII, 1995, p. 725. Joseph Piel. Introdução à sua edição do *Livro dos ofícios*. op. cit., p. XVII e XVIII: “Muito alto e excelente Príncipe, e muito poderoso Senhor: O portador da presente leva a vossa mercê o livro que mandaste tornar em esta lyngoagem ao Prior de Sam Jorge, o que foy muito detheudo em tornar por a minha partida de Coymbra, e por as festas que se seguirom, a vossa mercê praza de daver por perdoado. Eu corri, senhor, este tratado e parece-me que há nele muitas razões bem ditadas damizade, mas nom me parecem tais nem tantas que mais e melhores non visse obrar vossa senhoria.”

noções de “amizade” e “amor” preconizados no texto ciceroniano, D. Pedro tenta responder como se poderiam conciliar os costumes antigos com as obrigações cortesãs na hierarquia palaciana. A solução encontrava-se na distinção entre a “amizade”, afeto próprio entre D. Pedro e seu irmão D. Duarte; e o “amor”, afeto adequado entre o rei D. Duarte e seu súdito, D. Pedro, duque de Coimbra. Desse modo, o amor convém àqueles de diferentes patamares hierárquicos e a amizade, como aparece no texto ciceroniano, rege as relações daqueles de mesmas condições. Em todo caso, a apreciação de D. Pedro considera úteis ambos os afetos para o bom funcionamento do corpo monárquico e para a boa convivência dos seus integrantes, já que garantem a concórdia entre as gentes. Assim, observamos um esforço em afirmar uma racionalidade organizativa das relações com maior clareza no terreno das obrigações e do direito de todos.⁴⁹ Além disso, os comentários ao *Tratado da amizade* evidenciam um interesse na conciliação das matérias do texto antigo à política portuguesa quatrocentista de modo análogo ao que ocorre no *Leal conselheiro*. No caso deste último livro, ele propõe aconselhamentos calcados nas *auctoritates* antigas e religiosas e trata de um grande conjunto de matérias que vão desde as leituras adequadas, passando pelo modo como devem ser trasladados os textos latinos e até mesmo orientando sobre os efeitos da melancolia na saúde do homem.⁵⁰

Como obra de “bem dizer” devemos lembrar a vulgarização castelhana da *Retorica* de Cícero realizada por D. Afonso de Cartagena a pedido de D. Duarte, quando o letrado esteve na corte portuguesa por volta de 1433. Cartagena redigiu uma dedicatória e a dirigiu a D. Duarte:

⁴⁹ OSÓRIO, Jorge Aves. Duarte de Resende, tradutor do “De Amicitia” de Cícero (1931), op. cit., p. 727.

⁵⁰ Capitullo XIX - Da maneira que fui doente do humor menencorico, e del gareci. D. DUARTE. *Leal conselheiro*, op. cit., p. 67.

Falando com vos, principe esclarecido, em matérias de sciencia, em que vos sabedes fablar, em algunos dias de aquel tiempo em que em la vuestra corte, por mandado del muy católico Rey, mi Señor, estaba, vinoos á voluntad de haber la “Arte de la Retórica” em claro lengaje, por conoscer algo de las doctrinas que los antigos dieron para feroso hablar. Et mandáste me, pues, yo á esa sazón parecia haber algunt espacio para me ocupar em cosas estudiosas, que tomasse um pequeno trabajo, et pasase de latin em nuestra lengua la retórica que Túlio compuso. Et como quiera que em el estúdio della fui yo tan poco ocupado, et despendi tan poco tiempo, que non digo para trasladar, mas aun para entender algo della me reputaba et reputo insuficiente; pero acatando al vuestro estudioso deseo, comencé á poner en obra vuestro mandamiento. Et comenzando ocupar en ello la peñola, sobrevindo mi partida e quedó a vos, segunt se suele facer en las compras, una muy pequeña parte del comienço, et vino comigo el cargo de lo acá complir.⁵¹

Este é o proêmio da dedicatória e, como sói acontecer, nele encontramos tópicos como a *humilitas* retórica e a obediência reverente à figura real. Ademais, o letrado refere-se ao interesse do monarca português em conhecer as doutrinas que os antigos deram do “formoso falar”. Além da *Rhetorica*, Cartagena vulgarizou outros textos latinos para o rei de Portugal: o *Memorial das virtudes* e o *De casibus virorum* de Bocacio⁵², fornecendo ao monarca, por um lado a *Retorica*, obra de “bem dizer” com “as doutrinas que os antigos deram para formoso falar”, e por outro, duas obras com prescrições morais para o “bem fazer”. Assim, a relação dos textos vulgarizados no século XV nos permite interpretar que se trata da difusão de um conjunto significativo de textos latinos que incluem textos de preceptiva retórica e obras de filosofia moral, gênero predominante entre os livros mencionados.

Ao se comparar os textos dos séculos XV e XVI, observamos que há certa semelhança na recepção dos autores antigos, lidos, em ambos os casos, como *auctoritates* em matérias de moralidade e eloquência.⁵³ Álvaro da Costa Pimpão, por sua vez, aproxima a atividade letrada da Corte de Avis àquela existente no mosteiro de Alcobaça, anteriores ao século XV, observando que nos dois momentos procurou-se

⁵¹ ALFONSO DE CARTAGENA apud Joseph Piel, Introdução. In: *Livro dos ofícios*, op. cit., nota 2 da p. XIII.

⁵² Cf. PIEL. Introdução. In: *Livros dos ofícios*, op. cit., nota 1 da p. XIII.

⁵³ Cf. OSÓRIO, Jorge Alves. Duarte de Resende, tradutor do “De Amicitia” de Cícero (1931), op. cit., p. 724-725.

difundir a doutrina moral encontrada nos textos dos autores greco-latinos, subordinando-os às suas necessidades intelectuais imediatas.⁵⁴ Fazendo as devidas ressalvas e diferenciações, podemos dizer que este aspecto está presente na recepção dos textos antigos desde Alcobaça até Camões, para não dizer mais. Na corte quatrocentista há um evidente interesse em difundir uma educação letrada e as obras dos antigos são os modelos que ao mesmo tempo ensinam, pela doutrina excelente de seus textos, e deleitam pela eloquência. Nesse sentido, há também estímulos para o aprendizado do latim e orientações sobre como devem ser realizadas as traduções, como aparece no capítulo XCIX do *Leal conselheiro*. Ou também na *Ensinança de bem cavalgar toda sela* de D. Duarte na qual se orienta aos moços de boa linhagem e criados em casa nobre para que sejam ensinados desde o princípio a ler e escrever, e a falar latim.⁵⁵ Assim, a educação livresca da corte quatrocentista aparece-nos como um costume bastante profícuo para a língua vulgar, disponibilizando autores e obras modelares tanto nas matérias morais quanto oratórias.

Dentre os letrados da Corte de Avis que compuseram obras antigas em língua vulgar, destacamos os nomes D. Pedro de Coimbra e Vasco Fernandes de Lucena, ambos já mencionados. Ao primeiro, autor de alguns livros e entusiasta da composição

⁵⁴ Cf. PIMPÃO, Álvaro da Costa. *História da literatura portuguesa*, op. cit., p.376.

⁵⁵ Cf. PIMPÃO, Álvaro da Costa. La introducción del humanismo em Portugal. In: *Escritos Diversos*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1972, p. 365. Acerca do ensino do latim e dos principais autores estudados, conferir o artigo de Kristian Jensen, intitulado “La reforma humanística de la lengua latina e su enseñanza”. In: KRAYE, Jill e outros. *Introducción al humanismo renacentista*. Ed. espanhola de Carlos Claveria, traduzido por Lluís Cabré. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. Sobre o estudo do latim em Portugal, destacamos o artigo de Manuel Cadafaz de Matos: Leitura e leitores de Cícero em Lisboa e Coimbra ao tempo de D. João III (1534-1543). In: *Humanitas*, Coimbra, XLVI, vol. II (1995), p. 746 e segs. Neste artigo, Matos faz considerações sobre as gramáticas e os autores utilizados para o ensino de latim no final do século XV e principalmente no século XVI em Portugal, tais como a *Arte* de Juan de Pastrana, conhecida também como *Thesaurus pauperum siue speculum puerorum editum a magistro Johãne de Pastrana*. Em 1497 esta gramática foi impressa em Portugal por Valentim Fernandes e outras edições apareceram entre 1501 e 1512. O manual de Pastrana pode ser considerado um bom exemplo de obra didática que articula latim e saberes morais, os *specula*. Outra obra deste gênero era a *Artis Gramaticae praecepta* de Estevão de Cavaleiro, impressa em Sevilha em 1503. Das obras gramaticais latinas do século XV, a mais antiga que conhecemos hoje é a *Arte* de Nebrija, publicada em Salamanca por volta de 1481.

de textos em língua vulgar, atribui-se a vulgarização do *De Officiis* de Cícero, do *Epitoma rei militaris* de Flávio Vergério Renato (1370-1440) e a participação na composição do *Tratado da virtuosa benfeitoria*. Além disso, o Infante encomendou a composição de textos antigos em língua vulgar, tais como: o *De Amicitia* de Cícero, feito pelo frade João da Verba, seu confessor, e o *Tratado da velhice*, vulgarizado por Vasco Fernandes de Lucena. Além deste tratado, Lucena vulgarizou também o *Panegyricus Trajano Augusto*, de Plínio-o-Jovem, o *De regimine principum* de Egídio Romano (ou Gil de Roma) e o *De ingenius moribus et liberalibus studiis*, de Pedro Paulo Vergério.⁵⁶ Deste conjunto de obras, muitas não chegaram ao nosso tempo e são conhecidas apenas por meio de cartas e prólogos que analisamos em seguida.

1.1 - Da maneira de “tirar em linguagem” textos latinos no século XV

Algumas vulgarizações dos séculos XV e XVI são acompanhadas por textos que nos fornecem os juízos e as motivações da prática de “tornar em linguagem” as obras latinas. Enumeramos abaixo os textos quatrocentistas analisados:

- 1 - O capítulo XCIX do *Leal conselheiro* de D. Duarte.
- 2 - Carta que o Infante D. Pedro enviou ao D.^{or} Vasco Fernandez de Lucena que lhe tornasse a Oração de Plínio em lingoagem.
- 3 - Resposta do D.^{or} a esta carta.
- 4 - Prologo do D.^{or} Vasco Fernandez de Lucena sobre o *Livro da velhice* de Túlio, que lhe tornou de latim em lingoagem para o Senhor Infante Dom Pedro.
- 5 - Prologo que fez o D.^{or} Vasco Fernandez de Lucena a El-Rey Dom Afonso o 5º sobre o *Livro de Paulo Vergerio* que lhe tornou em lingoagem por mandato do Infante D. Pedro, Regedor que foi destes Reynos.

⁵⁶ Cf. PIEL. Introdução. In: *Livro dos ofícios*, op. cit., p. XVIII.

6 - Prologo, que fez o Doutor Vasco Fernandez de Lucena, à oração, que trasladou do Deão de Virge, Embaixador do Duque Fillipe de Borgonha, à morte do Infante D. Pedro.

7 - Dedicatória do *Livro dos ofícios*, traduzido por D. Pedro.

8 - Dedicatória do *Trauctado da uirtuosa benfeiturya*.⁵⁷

Estes textos apresentam parâmetros que nos permitem interpretar as vulgarizações dos séculos XV munidos de juízos e doutrinas que lhes são verossímeis. São cartas e prólogos que, além de suas características genéricas, possibilitam-nos observar como o texto quatrocentista foi confrontado com a língua latina, passando dela para a língua vulgar matérias antes só concebidas nas línguas antigas. Além disso, estes textos circunscrevem a produção letrada ao ambiente palaciano e ao serviço da monarquia. Nesse sentido, a escolha destas obras está diretamente ligada à política que se quer estabelecer como conduta ética dos súditos reais. Certamente o *Leal conselheiro* é uma das obras mais características deste projeto político fundado na educação moral por meio da leitura. Nessa obra, no capítulo XCIX, D. Duarte faz acompanhar às suas anotações um excerto em prosa e um texto em versos, ambos tomados como paradigmas do que fora ensinado sobre como devem ser “trasladados” os textos do latim para a língua vulgar. No caso de cartas, dedicatórias e prólogos, o próprio texto que os segue é a realização daquilo que se discutiu ou orientou. Passemos ao estudo do Capítulo XCIX do *Leal conselheiro*.

⁵⁷ As cartas e prólogos foram publicados no apêndice que Joseph Piel acrescentou à sua edição do *Livro dos ofícios* de D. Pedro de Coimbra de 1942; também a “Dedicatória” é desta mesma edição. Já a “Dedicatória” do *Tratado da virtuosa benfeitoria* está na edição de Afonso Lopes de Almeida reunida no volume: *Obras dos Príncipes de Avis*, op. cit., p. 526- 763. Todas as citações a seguir são destas fontes.

1.1.1 - O capítulo XCIX do “*Leal conselheiro*” de D. Duarte

O capítulo XCIX do *Leal conselheiro* de D. Duarte intitulado “A maneira pera tornar algua leitura em nossa lynguagem” indica aos leitores “como se devem algumas leituras tornar de latym em nossa lingoagem”.⁵⁸ Para tanto, enumera cinco prescrições: 1º Conhecer bem a sentença, colocando-a inteiramente, sem mudá-la, acrescentar-lhe ou excluir partes do que está escrito. 2º Não colocar palavras “alatinadas”, nem de outra língua, mas que se utilize a língua de costume do falar. 3º Que sejam utilizadas sempre palavras de “direito uso”, correspondentes ao latim, sem mudar umas por outras. 4º Que não se coloquem palavras que sejam desonestas segundo o costume. E o 5º e último preceito ensina que se mantenha a ordem e a clareza do que está escrito: “que screva cousas de boa substancia, claramente, pera se bem poder entender, e fremoso o mais que poder, e curtamente quanto for necessário. E pera esto aproveita muyto parragrafar bem e apontar bem.”⁵⁹

D. Duarte, conhecedor de algumas obras antigas, propõe nas suas orientações um equilíbrio entre a eloquência e a ética. Com isso, observamos que os princípios expostos se dividem em orientações elocutivas e morais, sempre com uma tendência a unir estes dois saberes. Trata-se de uma das principais características da oratória ciceroniana e da poética horaciana (obras muito divulgadas no século XV), nas quais o *decorum* encontra-se na adequação entre o *uerbum* e a *res*.⁶⁰

⁵⁸ No capítulo XCI do *Leal Conselheiro*, intitulado “Da tava e declaraçom das cousas que adiante som scriptas”, D. Duarte escreve que a oitava coisa a ser vista trata de “como se desem algumas leituras tornar de latym em nossa linguagem. Esto vos faço screver em este trautado por que avya por mym scripto, pera meu avysamento, e o dar aos que algumas obras mandassem tralladar; e semelhante, se vos prouver, poderees fazer.” Cf. D. DUARTE. *Leal conselheiro*, op. cit., p. 341.

⁵⁹ D. DUARTE. *Leal conselheiro*, op. cit., p. 341 e seguintes.

⁶⁰ James Murphy em *La retorica nel Medioevo* afirma que no estudo da chamada “teoria medieval do discurso” se deve ter presente o fato de que a maior parte dos documentos antigos relativos à tradição preceptiva continuaram a ser estudados e usados. Mais, dentre as obras oratórias, a “*Rhetorica vetus*” (o *De inventione*) de Cícero e a “*Rhetorica Nova*” (*Rhetorica ad Herennium*), atribuída a ele, foram muito divulgadas. Por isso, Murphy defende que a disciplina universitária medieval chamada “retórica” era provavelmente a retórica de Cícero. Cf. MURPHY. La sopravvivenza delle tradizioni classiche. In: *La*

Das cinco orientações prescritas pelo monarca, a primeira diz respeito diretamente ao saber e à idoneidade do tradutor para manter no vernáculo as matérias da língua de saída sem alterações. O segundo preceito refere-se à elocução, mais precisamente ao *uerbum*. Para D. Duarte é preferível que o tradutor utilize o termo vernáculo adequado em detrimento do uso de possíveis latinismos. Esta é uma das principais diferenças elocutivas entre as vulgarizações quatrocentistas e as de um século mais tarde, nas quais se instiga o uso dos latinismos lexicais e sintáticos com o fim de imitar a prosa latina na língua vulgar. O terceiro e o quarto preceitos unem às orientações elocutivas outras de cunho moral, evidenciadas em termos como “direito uso” e “palavras que sejam desonestas segundo o costume”. Nestes dois preceitos, estamos no campo da *res* que diz respeito diretamente às matérias morais e o monarca deixa entender a preferência pela “trasladação” de textos morais. Esta interpretação é reforçada pelo número de textos de filosofia moral traduzidos na Corte de Avis, sobretudo as obras de Cícero, como veremos adiante.

A quinta e última orientação, apesar de trazer uma breve menção ao caráter moral daquilo que se deve trasladar, diz mais respeito aos aspectos elocutivos do texto. O letrado é orientado a salvaguardar na elaboração do seu texto alguns princípios retóricos como a clareza e a ordem. Ademais, exorta-se pela busca da concisão, uma das principais características elogiadas no latim antigo. Nesse mesmo preceito há expressões como “fremoso” e “curtamente” que reforçam os cuidados na elocução, mesmo que no conjunto dos preceitos as preocupações elocutivas sejam secundárias em relação aos ensinamentos morais dos textos. Desse modo, num tempo de grande entusiasmo pela cultura livresca na educação dos cortesãos, os preceitos de D. Duarte podem ser interpretados como uma intervenção direta do rei até mesmo na prática da

trasladação. Assim, o *Leal conselheiro* preconiza uma doutrinação que abarca grande parte das práticas de corte, fornecendo conselhos que vão desde os cuidados para a saúde do corpo, passando pelas leituras que devem realizar e o modo de traduzir textos do latim.

O Capítulo XCIX traz ainda duas vulgarizações, uma em prosa e outra em verso, como exemplos do que foi prescrito ao longo do capítulo. O texto em prosa é uma passagem da obra *Stabelecimento* (“Da Instituição”) do teólogo do século V João Cassiano. D. Duarte declara que a vulgarização foi realizada “ao pee da letera”, maneira que os letrados chamam “a contexto”, o que “a alguus nom muyto apraz, por seer scripto na maneira latinada.”⁶¹ Como modelo de vulgarização em versos, D. Duarte transcreve a composição *Justus Rex*, na qual o hexâmetro antigo foi adaptado para os “sseis pees” portugueses (redondilhas com sete sílabas) com talhe e métrica semelhantes às cantigas costumeiras dos cancioneiros portugueses.

O cotejo do texto de João Cassiano em latim com o seu correspondente vernáculo permite verificar em que consistem os três princípios referidos acima: “ao pee de letera”, maneira “a contexto” e “scrito na maneira alatinada”, bem como a relação deles com as orientações de D. Duarte:

Audi quid dicat Apostolus: Omnis, qui in agone contendit, ab omnibus se abstinere. A quibus omnibus dixerit inquiramus, ut possit nobis spiritualis agonis instructio comparatione carnalis acquiri. Illi etenim qui in hoc agone visibili student legitime decertare, utendi omnibus escis, quas desiderii libido suggererit, non habent facultatem; sed illis tantum quas eorumdem certaminum statuit disciplina. Et non solum interdictis escis, et ebrietate omnique crapula eos necesse est abstinere, verum etiam cuncta inertia, otio atque desidia; ut quotidianis exercitiis jugique meditatione virtus eorum possit

Ouve que diz o apostollo: Todos aquelles que em campo pellejam, de todas as cousas se austeem. Enqueiramos de quais todos, pera podermos receber enssynança da pelleja spiritual per contemplaçom da carnal. Certamente aquelles que nesta pelleja vesyvel estudam bem pellejar, husar de todas as vyandas, as quaaes o desejo da carne demanda, nom tem autoridade, mas so daquellas que a enssynança de taes pelejas estabeleceo. E nom sollamente das vyandas defesas, mas da bevedice e de todo inchymto necessariamente se devem conter, e ainda de toda pryguya, occiosidade e desleixamento, por tal

⁶¹ E treladey do livro dos Stabillicimentos de sam joham Casiano por exemplo esta parte de huu capitollo ajuso scripto ao pee da letera, que chamam os leterados “a contexto”, o qual a alguus nom muyto praz, por seer scrito na maneira latinada. D. DUARTE. *Leal conselheiro*, op. cit., p. 377.

accrescere.⁶²

que per contynnado exercicio e aficado
penssamento sua virtude possa seer acrecentada.

Álvaro da Costa Pimpão qualificou esta tradução como “pouco feliz”⁶³ e Joseph Piel critica-a com veemência ao considerá-la intolerável e ininteligível, um “decalque grosseiro de uma infelicidade extrema, que lembra o estilo balbuciante da versão trecentista da *Regra de São Bento*”.⁶⁴ Piel, embora critique com veemência a tradução de D. Duarte, logo em seguida reconsidera as especificidades elocutivas desta versão, proveniente de latim cristão e ressalta a inadequação de julgá-la segundo as características de textos como o *Livro dos ofícios* e a *Virtuosa benfeitoria*, calcados na elocução de Cícero e Sêneca.

O texto de João Cassiano é dado como paradigma de transladação feita “al pee de letera”, “a contexto” e a “maneira alatinada”, isto é, nele imita-se a ordenação do texto latino, seguindo *pari passu* as frases latinas com o mesmo número de palavras e nenhuma modificação sintática significativa. Trata-se de um decalque da sintaxe latina, com frases predominantemente coordenadas, tanto pelo o uso da conjunção “mas” como pelas justaposições que exigem do leitor a inferência das relações lógicas entre as orações.

Se no texto de D. Duarte imita-se o latim de Cassiano na ordenação das orações e na disposição das matérias, o mesmo não se pode dizer para o léxico utilizado. Seleccionamos abaixo um conjunto de palavras que mostram a ausência de latinismos nas escolhas lexicais do monarca. Isto se justifica pela própria orientação definida por D. Duarte nos preceitos das transladações e também pelas características da língua vulgar

⁶² O texto latino de São João Cassiano foi trazido na nota 1 ao pé da página 377, na edição já mencionada do *Leal conselheiro* de Joseph Piel. Utilizamos um trecho do texto para ilustração.

⁶³ Cf. PIMPÃO, Álvaro da Costa. La introduccion del humanismo em Portugal. In: *Escritos Diversos*, op. cit., p. 365.

⁶⁴ Cf. PIEL. Introdução. In: *Livro dos ofícios*, op. cit., p. XXVII-XXVIII.

quatrocentista, ainda pouco confrontada com os textos latinos antigos. O texto de D. Duarte é um testemunho do léxico moral quatrocentista de doutrina moral cristã.

João Cassiano	D. Duarte
<i>Instructio</i>	Ensinança
<i>Comparatione</i>	per contemplaçon
<i>Agonis</i>	Pelleja
<i>Suggesterit</i>	Demandar
<i>Escis</i>	Vyandas
<i>desiderii libido</i>	Desejos da carne
<i>Facultatem</i>	Autoridade
<i>Ebrietate</i>	Bevedice
<i>Crápula</i>	Inchymento
<i>Abstinere</i>	Conter
<i>Interdictis</i>	Defesas
<i>Statuit</i>	Estabeleceo
<i>Inertia</i>	Pryguyça
<i>Otio</i>	Occiosidade
<i>Disidia</i>	Desleixamento

O fim da vulgarização de D. Duarte é primordialmente salvaguardar a mensagem do texto de Cassiano. O que se denominou como trasladação ao “pee de letera” ou “a maneira alatinada” relaciona-se com a disposição do texto, exortando aos tradutores a imitar a ordenação do texto latino e não o léxico, para o que ainda não dispunham de subsídios.

Outra característica da vulgarização de D. Duarte é a utilização das mesmas palavras vernáculas para diferentes termos latinos. É o caso de “pellejar” e “pelleja” que traduzem *contedit*, *agone*, *decertare*, *certaminum*, em frases como: *qui in agone contendit* por “que em campo pellejam”, *qui in hoc agone visibili* por “que nesta pelleja vesyvel”, *ut possit nobis spiritualis agonis instructio* por “pera podermos receber enssynança da pelleja spiritual”, *student legitime decertare* por “estudam bem pellejar” e *eorumdem certaminum* por “de taes pellejas”. Já a palavra “Enssinança” é utilizada em dois momentos distintos: *acquiri instructio* por “receber enssynança” e *statuit disciplina* por “a enssinança estabeleceo”. Isso evidencia os poucos recursos da língua vulgar quatrocentista diante da abundância lexical latina. O curioso é que um século mais tarde

a língua vulgar será elogiada pela cópia de palavras face ao latim, o que lhe dava dignidade para tratar das matérias escritas anteriormente apenas em língua latina. Assim, a língua de D. Duarte exime-se das nuances de sentido que a variedade lexical pode fornecer à transladação, mas cuida de transmitir as noções mais proeminentes do texto de Cassiano. Não podemos julgar a vulgarização de João Cassiano como uma obra malograda, visto que ela cumpre com presteza o fim de exemplificar aquilo que “os letrados chamam a contexto, o qual a algũus nom muyto praz, por seer scrito na maneira latinada”. Assim, ela salvaguarda, mesmo a despeito dos cuidados elocutivos, as noções mais proeminentes da doutrina do teólogo João Cassiano que preconiza a contenção dos apetites e o exercício das virtudes.

1.2 - A vulgarização dos textos antigos em algumas cartas quatrocentistas

No códice seiscentista 51-v-28 da Biblioteca da Ajuda, nas folhas 67 e seguintes foram copiadas algumas cartas quatrocentistas trocadas entre o infante D. Pedro de Coimbra e o letrado Vasco Fernandes de Lucena. A primeira carta do códice trata de uma encomenda feita pelo Infante a Lucena, seu súdito, que lhe deveria “tornar em linguagem” um discurso de Plínio com louvores de César.⁶⁵

Em todo o texto, D. Pedro tenta persuadir Lucena sobre os proveitos da encomenda, mas discretamente aparece um tom de exigência do príncipe pela satisfação de seu pedido. Já no proêmio, o Infante ressalta a validade de requerer-se o que é virtuoso e proveitoso, e que aos mais velhos é decoroso que ensinem aos mais jovens. Além disso, por meio de uma característica modéstia retórica, D. Pedro reforça a

⁶⁵ Cf. REYNOLDS, Leighton D.; WILSON, Nigel G.. La Antigüedad. In: *Copistas e Filólogos*. Madrid: Gredos, 1986, p. 126 e segs. Neste livro há diversas notícias acerca das descobertas e compilações feitas por letrados italianos dos séculos XIV e XV. Dentre as obras, encontramos uma que talvez se aproxime desta a que se refere o infante D. Pedro. Trata-se da compilação intitulada *Flores moralium auctoritatum*, que continha fragmentos de textos de Catulo, Plínio, o Jovem, a *Historia Augusta*, as *Res rusticae* de Varrão, *Epístolas a Atico* e a *Quinto* de Cícero.

importância da sua encomenda, sendo o texto incompreensível a ele no estado em que encontra:

Como por acontecimento viesse a meu poder um livro, no qual entre outros tratados era escrito hua oração de Plínio dos louvores de César, e ainda vos sabeis que, para cavalleyro e não letrado, eu arazoadamente entendo latim, e porei vos confesso que esta, ou por ser viçosa ou em latim a mim não acostumado, não pude bem entender.⁶⁶

Ao justificar sua inabilidade em ler o latim de Plínio, o Infante apresenta uma dicotomia entre “cavalleyro” e “letrado” e defende que seu latim já era razoável para suas atribuições cavaleirescas. A *humilitas* retórica que mencionamos há pouco tem como fim a *captatio benevolentiae* de Lucena, visto que D. Pedro vulgarizou o *De Officiis* de Cícero e cooperou na elaboração do *Livro da virtuosa benfeitoria* a partir do *De Beneficiis* de Sêneca. Por outro lado, é bastante significativa a dicotomia feita entre letrado e cavaleiro, posições que tendem cada vez mais a se amalgamarem, ainda mais com a educação letrada que pouco a pouco se torna o modelo mais prestigioso da conduta palaciana, culminando com a famosa tópica da espada e da letra.

Deixando de lado a modéstia retórica, D. Pedro ressentia-se de não poder ler o livro de Plínio “em latim a mim não acostumado”, um juízo da elocução latina que não nos pode passar despercebido. Em muitos casos, o reconhecimento da eloquência dos antigos é motivo de encanto e tristeza para os letrados que se dispõem a vulgarizá-los. A pouca familiaridade com o latim antigo e as poucas obras preceptivas disponíveis causam certo desconforto aos letrados face às obras dos antigos. Como vimos, também o marquês de Santillana compartilha da desventura de D. Pedro e refere-se à insuficiência do seu latim para ler a *Historia de Troya* de Guido Columna. Ambos,

⁶⁶ D. PEDRO DE COIMBRA. Apêndices. In: *Livro dos ofícios*, op. cit., p. XLI.

curiosamente, utilizam o mesmo argumento para convencerem seus interlocutores a realizarem vulgarizações.

Tendo em vista a dicotomia entre cavaleiro e letrado, amplia-se o argumento em favor da vulgarização, pois, através dela os não latinados teriam como alcançar as matérias proveitosas dos antigos. E este proveito moral evidencia-se na própria carta quando o Infante, no proêmio, menciona um dos proveitos do texto de Plínio em língua vulgar que consiste em exemplo para si e seus súditos:

“Muito desejo de haver a dita oração em nossa linguagem para que sendo por mim entendida em minha vida, podesse emendar e aproveitar por exemplo e por bom concelho aqueles de que em nome de El Rey meu senhor tenho encarrego.”⁶⁷

A passagem do texto do latim para a língua vulgar tem, mais uma vez, implicações éticas e elocutivas, pois, ao escolher Vasco Fernandes de Lucena para vulgarizar o texto de Plínio, o Infante levou em consideração a conhecida eloquência do letrado na escrita em língua vulgar portuguesa:

Considerando eu de quem poderia em isto melhor ser servido a minha razão e entender em vos todas as condições à serca disto (...) segundo minha afeição entre todos os letrados deste Reyno, vos tendes assim na fermosura das palavras como no guardar das verdadeiras sentenças grande perfeição.⁶⁸

O elogio de D. Pedro à elocução de Lucena evidencia quais seriam as características de uma boa trasladação a qual resguardaria por um lado a “fermosura das palavras” e, por outro lado, a perfeição na transmissão das “verdadeiras sentenças”, como se poderia ler nas outras obras de Lucena. O termo “fermesura”, utilizado como juízo da eloquência de Lucena merece um pouco mais de atenção. No *Livro dos ofícios*

⁶⁷ D. PEDRO DE COIMBRA. Apêndices. In: *Livro dos ofícios*, op. cit., p. XLI.

⁶⁸ D. PEDRO DE COIMBRA. Apêndices. In: *Livro dos ofícios*, op. cit., p. XLII.

de D. Pedro, por exemplo, “fermesura” aparece como uma importante noção da oratória antiga:

E em este logar perteece de sse fallar daquello que em latim se chama “decorum”, e em grego “prepom”. E em esta linguagem lhe podemos dizer “fremosura de palavras”. E a força desta fremosura he tal que se nom pode partir da onestidade; por que toda cousa que assi he fremosa, he onesta, e toda que he onesta, he assi fremosa. E a deferença que ha entre a onestidade e tal fremesura, melhor se pode entender que declarar. Mas qualquer obra que assi seja fremosa, entom he conhecida quando principalmente em ella conhecemos a onestidade. (...) E todallas cousas som fremosas, e as nom justas assi som feas como se fossem torpes.⁶⁹

Também no capítulo intitulado “Da fremosura das obras, que em latim chamam “decorum”, e das suas definições”, o sentido do termo é imbricado à noção de decoro com uma evidente apropriação ética:

O decorum ou fremosura das obras he aquello que convem aa excellencia do homem em aquellas cousas em que elle per natureza tem deferença das outras anymallias. (...) Aquello he fremosura que assi he concordante com a natureza, que parece em ello temperança com o modo dereito de obrar em cadahũa cousa e com uma espécia de lliberallezza.⁷⁰

De acordo com Cícero, na continuação desta passagem do *De Officiis* vulgarizada por D. Pedro de Coimbra, a “fremosura” também é guardada pelos poetas “quando fazem aquello que perteece cadahũa pessoa.” Além disso, a palavra latina vulgarizada por “fremosura” é *decus*, termo que aparece em vários autores latinos com sentidos ligados à elocução e às virtudes éticas. Em Cícero, por exemplo, no primeiro livro do *De Oratore*, *decus* aparece como ornamento moral da velhice confirmando a tendência ciceroniana em associar a eloquência à ética.⁷¹ Com isto, o sentido de

⁶⁹ “Começa a fallar da quarta fonte da honestidade, scilicet da temperança”. In: D. PEDRO DE COIMBRA. *Livro dos officios*, op. cit., p. 57.

⁷⁰ “Da fremosura das obras, que em latim chamam “decorum”, e das suas definições”. In: D. PEDRO DE COIMBRA. *Livro dos officios*, op. cit., p. 58-59.

⁷¹ CICERO. *De Oratore*, I, 199: *Senectuti uero celebrandae et ornandae quod honestius potest esse perfugium quam iuris interpretatio? Equidem mihi hoc subsidium iam inde ab adolescentia comparavi, nom solum ad causarum usum forense, sed etiam ad decus atque ornamentum senectutis*: “Para a velhice,

“fermosura” atribuído por D. Pedro à eloquência de Vasco Fernandes de Lucena diz respeito não só à sua elocução, mas sobretudo, estende-se também à boa conduta do letrado que perfeitamente sabe guardar. Nesse sentido, com o ajuste do sentido mais verossímil do termo “fremesura”, chega-se à devida interpretação do elogio de D. Pedro ao modo de escrever de Vasco Fernandes de Lucena: estamos no âmbito do decoro oratório e da adequação da letra e da vida.

O elogio é um artifício bastante apropriado para uma carta de pedido. Mas, no caso do encômio de D. Pedro dirigido ao letrado Vasco Fernandes de Lucena, as formulações são significativas porque dizem respeito mais à eloquência do letrado que a um recurso afetivo de argumentação:

Fazendo aquella differença que tem aquella abastança **do latim em comparaçam de outra special lingoajem** do que escreverdes ao que escreveu o D.^{or} em doçura e em toda a boa eloquencia , **não presumo que haja algũa differença**, e pois já a disse como virtuosamente entendia que me podia aproveitar, Eu vos rogo que entre os outros vossos trabalhos este tomeis para folgança (...) e farmeeis em elo serviço singular, o que com bom dezejo sempre costumais a fazer. (grifo nosso)⁷²

Pela comparação temos a indicação de que a eloquência de Lucena qualifica-se por ter “abastança” e “doçura”. Ambos os termos dizem respeito à *elocutio* da escrita de Lucena, ou mais precisamente, ao *uerbum*, entendendo que a abastança refere-se necessariamente ao uso das palavras. Nesse sentido, temos por ora um significativo testemunho da valorização da abundância do léxico vernáculo que possibilita a transmissão das matérias antigas. No século XVI este argumento amplia-se em tópica comum de ser encontrada nos textos que tratam da língua vulgar e suas relações com o latim.

que deve ser bela e honrosa, de fato, pode haver refúgio mais honesto que a interpretação do direito? Na verdade, para mim, eu preparo este recurso já desde na juventude, não somente para o uso forense das causas, mas também para a virtude e ornamento da velhice”.

⁷² D. PEDRO DE COIMBRA. Apêndices. In: *Livro dos ofícios*, op. cit., p. XLII.

A carta-resposta de Vasco Fernandes de Lucena demonstra que os elogios de D. Pedro verificam-se na invenção do letrado, na disposição das matérias de sua missiva e na elocução, clara e harmônica. No proêmio, Vasco Fernandes de Lucena declara que a leitura dos louvores de Túlio e Plínio a César pareciam-lhe mais “fingimento que historia”, porém, pela memória de D. João I, não há do que se maravilhar nos antigos, já que o monarca português era exemplo de “grandeza de seu coração, de sua piedade, temperança, direitura, pureza divida, e das outras estremadas virtudes que o senhor Deos lhe quis outorgar”.⁷³ Um modo arguto de *captatio benevolentiae* e de reconhecimento dos merecimentos da realeza portuguesa de quem é servidor. Ademais, com o exemplo de D. João I, Lucena argumenta que a história dos feitos do mestre de Avis era suficiente como modelo de virtude, tornando-se desnecessário ler o panegírico de Plínio sobre Trajano. No entanto, reconhecendo suas atribuições hierárquicas e a obrigação da obediência, Lucena realiza a vulgarização encomendada.

O letrado, por sua discrição palaciana e pelas diferenças hierárquicas de seu interlocutor, utiliza-se com frequência da modéstia retórica aludindo, não às limitações da língua vulgar, mas à sua própria inabilidade de executar a tarefa:

Satisfaço sempre vossos mandatos, não escuzarey porem reprehensão de muitos, e de my mesmo, que minha ignorância compridamente conheço, e ainda que os antigos sabedores, que livros compozerão se desposessem a soportar as disvayradas sentenças dos envejados, dobrada condenação recebem e padessem os interpretadores, porque não somente a escuza, ou não asaz verdadeira interpretação, mais ainda os falecimentos, que nos originaes tratados parecem, contra razão lhe são postos.⁷⁴

Lucena designa os tradutores pelo latinismo “interpretadores” e seus textos são “interpretações”, termos provenientes de *interpretatio* que em latim refere-se à transladação. No *Livro dos ofícios*, vulgarizado por D. Pedro, Cícero diz que segue

⁷³ LUCENA, Vasco Fernandes de. In: Apêndices. *Livro dos ofícios*, op. cit., p. XLII.

⁷⁴ LUCENA, Vasco Fernandes de. In: Apêndices. *Livro dos ofícios*, op. cit., p. XLIII.

Panécio “pero non entrepetando”⁷⁵, ou seja, encontramos o mesmo termo que utiliza Lucena no seu juízo sobre a atividade letrada de passagem de texto do latim para a língua vulgar. Interpretar é mais do que passar de uma língua a outra, significa transmitir com presteza as matérias latinas com a mesma dignidade da língua antiga modelar. Assim, o letrado deve preocupar-se antes com a transmissão da doutrina dos textos que com a imitação da eloquência latina do texto de saída. Em todo caso, um outro Vasque de Lucene, letrado da corte de D. Isabel de Borgonha, defendia que a causa das más vulgarizações estava no interpretador, e não nas limitações da língua vulgar.⁷⁶ Assim, as cartas de D. Pedro e Vasco Fernandes de Lucena trazem evidências significativas sobre a atividade de vulgarização de textos nas letras portuguesas do século XV. Estas missivas dramatizam algumas noções do tempo sobre o proveito da leitura dos antigos para o serviço real e indicam que o confronto do latim com a língua vulgar não resultam somente em proveitos éticos, mas também elocutivos.

1.3 – A vulgarização em dedicatórias e prólogos quatrocentistas

Os livros dos séculos XV e XVI são normalmente acompanhados por prólogos ou dedicatórias. Estes textos introdutórios trazem informações relevantes sobre as motivações do livro, a sua execução, seus valores e principalmente o proveito do que vai escrito para o notável que mereceu a dedicatória. No caso das vulgarizações, as dedicatórias ou prólogos trazem também juízos do letrado acerca do modo como operou

⁷⁵ *Livro dos ofícios*, op. cit., p. 130, linha 22. Joseh Piel anota esta passagem e afirma que ela pode ser interpretada como “não o traduzindo”.

⁷⁶ Cf. BOSSUAT, Robert. Vasque de Lucene, traducteur de Quinte-Curce (1468). *Bibliothèque d’Humanisme et Renaissance*. Paris: Librairie E. Droz, 1946, Tomo VIII, op.cit., p. 210.

a passagem da língua latina para o vulgar, os resultados alcançados e dizeres de caráter filológico sobre a língua, as personagens e os costumes antigos.⁷⁷

Os proêmios dos prólogos e dedicatórias, em geral, dividem-se entre a modéstia retórica e os encômios ao destinatário do livro, tendo como fim a *captatio benevolentiae* do leitor e a discrição do letrado. As tópicas de *humilitas* retórica denotam obediência e humildade, muitas vezes com excusas para a eloquência na escrita e o reconhecimento da inaptidão para lidar com matérias tão elevadas.⁷⁸ O epílogo também varia entre uma reafirmação do encômio inicial, a ilustração do principal ensinamento da obra e a exposição de saberes de caráter filológico sobre as personagens, a escrita e os costumes antigos.

O *Prólogo do D.or Vasco Fernandez de Lucena sobre o Livro da Velhice de Tulio, que tornou de latim em lingoagem para o Senhor Infante Dom Pedro*⁷⁹ é praticamente um breve comentário quatrocentista do *De Senectute* de Cícero. Lucena retoma os ensinamentos do livro vulgarizado para preconizar uma doutrina que fosse proveitosa à monarquia portuguesa, sobretudo, ao infante D. Pedro de Coimbra. Temos, assim, um *De Senectute* interpretado pelo viés cristão que reforça a falência desta vida em favor dos merecimentos do *post mortem*. A velhice seria, para Lucena, o momento de privações e sofrimentos por causa do corpo, mas um exercício de virtude e fortaleza por causa da alma. A interpretação de Lucena evidencia a força que a *auctoritas* de Cícero possui na sua reflexão moral e a maneira como a conduta palaciana se apropria dos “antigos sabedores, que todas as couzas proveitosamente ordenarão”.⁸⁰

⁷⁷ BOSSUAT, Robert. Vasque de Lucene, traducteur de Quinte-Curce (1468). *Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance*, op. cit., p. 213.

⁷⁸ Algumas tópicas comuns dos textos antigos foram estudadas por Ernest Robert Curtius na sua obra *Literatura européia e Idade Média latina* e a presença delas nos textos quatrocentistas portugueses confirmam o vigor destes modelos antigos. Cf. CURTIUS, Ernest Robert, op. cit., p. 126 e seguintes.

⁷⁹ LUCENA, Vasco Fernandes de. Apêndices. In: *Livro dos ofícios*, op. cit., págs.. XLIII-XLVI. Todas as passagens do prólogo citadas a seguir provêm desta fonte.

⁸⁰ LUCENA, Vasco Fernandes de. Apêndices. In: *Livro dos ofícios*, op. cit., p. XLIII.

No proêmio, Lucena apresenta o fim de sua vulgarização, tomando como argumento a mesma doutrina apregoada por Catão, o narrador e principal interlocutor do *Livro da velhice*:

O entendimento armado e acompanhado de virtuosas ensinações não possa perecer pello falecimento das naturais virtudes, que [a]os velhos por necessidade acontecem, e posto que os espirituais poderios da alma sejam assim criados da infinda luz da presença e Magestade de Deos que não possam envelhecer, nem pereção, posto que se dezate a composição do corpo.

O letrado reafirma a doutrina encontrada no livro de Cícero e a confirma com a menção de outras autoridades muito familiares ao leitor cristão, tais como Sêneca e são Jerônimo. Um exemplo disso é a passagem em que Lucena ressalta a perda da memória ou “maginativa” como um dos principais “doestos” da velhice. Esta faculdade do homem é fundamental para o entendimento, pois, é “fantasia ou imaginativa virtude onde durão as similhanças das cousas sensitivas athe que sejam illustradas e purificadas pelo entendimento obrador para serem entendidas.” Como exemplo dos danos da falta de memória, Lucena refere-se a Sêneca, que lamentava não reter mais na velhice duzentos pares de versos, como costumava fazer na juventude. Ao lado de Sêneca, o letrado menciona a autoridade de são Jerônimo para reforçar os falecimentos da velhice. Para Jerônimo, os mancebos suportam bem todas as coisas na memória já que possuem abundância e agudeza para delas cuidarem, enquanto os velhos necessitam de maiores maestrias para conservar a memória, reter a virtude da temperança.

Embora os velhos tenham tantos danos naturais, Lucena preconiza a virtude da fortaleza, como se ensina no *De Senectute*, e exorta aos leitores que, assim como os marinheiros devem ter mais indústria ao navegar um navio velho e quebrantado, os velhos, tomados por enfermidades e mal dispostos pela fraqueza devem continuar com

trabalho até o derradeiro dia da vida. Dito isso, Lucena lembra a D. Pedro a motivação que lhe instigou a vulgarizar o texto de Cícero:

muito alto [e] excellente Princepe, depois que estes passados trasladei por vosso mandamento hu livro de Paulo Vergério, que falla dos liberaes estudos e virtuosas manhas dos mancebos, o qual enderecey a Elrey nosso senhor, porque em elle podesse conservar as boas ensinanças que pertencem à sua idade, porque estava ocioso eu muito desejava occuparme em algũa couza, que a vossa Senhoria fosse, vos trasladey de latim em lingoagem este tractado de Tullio, que falla das artes e dos officios que aos velhos pertencem.

O livro de Paulo Vergério foi endereçado ao jovem D. Afonso V que sucedeu a D. Duarte em 1448; o de Cícero ao Infante D. Pedro, o irmão mais velho de D. Duarte e regente durante a menoridade de D. Afonso. Ao que tudo indica, estas vulgarizações de Lucena foram publicadas no período de regência de D. Pedro, ou seja, entre 1433 e 1448. Além disso, tanto o Infante quanto D. Afonso V representam o poder máximo da monarquia portuguesa. Lucena, pelo visto bom conhecedor de Cícero, propõe a D. Pedro que se dedicasse ao *otium cum dignitate* ciceroniano, ou melhor, aconselhava-o que dedicasse seus momentos de vagar à leitura do *Tratado da Velhice*:

Vos tresladey de latim em lingoagem este tractado de Tulio, que falla das artes e dos officios que aos velhos pertencem, sabendo que em similhaveis livros, quando a occupação das couzas publicas vos da algú vagar, de grado estudais, no qual tratado, senhor, achareis muitas virtuosas ensinanças para s[o]portardes ledamente os padecimentos da velhice.

O princípio do *otium cum dignitate* aparece no *De Officiis*, é uma prescrição conveniente ao orador e retorna com frequência nos textos dos séculos XV e XVI como aconselhamento para os leitores, sobretudo os príncipes. Trata-se, certamente, de um dos aspectos da filosofia moral de Cícero mais benquistos e fáceis de adaptar-se às necessidade éticas palacianas quatrocentistas, além de evidenciar um desdobramento da

cultura livresca que há algum tempo torna-se um dos primordiais atributos da educação dos fidalgos e príncipes.

Lucena propõe mais do que a leitura de Cícero em língua vulgar, mas um verdadeiro projeto moral para as principais partes da vida, direcionando o *Tratado da Velhice* a D. Pedro de Coimbra, e o livro de Paulo Vergério sobre os saberes da mancebia para o jovem D. Afonso V. Desse modo, o letrado cobria as principais etapas da vida dos regedores do reino com preceitos morais que os tornassem excelentes para o exercício de suas funções na condução do poder. Ademais, o próprio Lucena ressalta a importância de sua tarefa de compor livros para a educação dos príncipes, comparando-se com Xenofonte, que compôs obras para a educação de Ciro e Quinto Cúrsio para a de Alexandre.

Após as reverências iniciais e a exposição das motivações da obra, Lucena trata da vulgarização de Cícero, justificando desde o início a elocução do seu texto e lembrando que, apesar das suas limitações em imitar a eloquência ciceroniana, a validade está principalmente em salvaguardar as matérias em língua vernácula para o proveito moral dos leitores:

Como quer que eu veja certo que entendeis o latim mui cumpridamente, e que as obras de Tulio [v]os são assim familiares, que não haveis mister glosa nem interpretação para as entender, conheça que a minha trasladação não guardará aquella dulçura, nem dignidade de eloquencia que há no latim, empero por que [v]os praz de lerdes por livros de lingoagem, para aproveitardes a muitos me trabalhei de o trasladar, nam porque o livro seja mais doce, mas porque seja mais commum, ca certamente o pequeno bem melhor he que o bem singular.

O proveito moral em detrimento da eloquência vernácula aparece novamente nesta passagem e configura-se como uma tópica do tempo para se referir às limitações do vulgar face ao latim. Em todo caso, importa-nos destacar os termos utilizados por Lucena para referir-se à trasladação do texto antigo, léxico este que evidencia uma

“arte” ou técnica da vulgarização e seu *modus facendi* específico. Lucena refere-se à vulgarização por meio de três termos: a “glosa”, a “trasladação” e a “interpretação” que foram especificados logo em seguida:

E em isto não tirei letra, de letra, que seria trasladar, nem sentença de letra, que seria glosar, mas tirey sentença de sentença, que he bem e proveitosamente interpretar, segundo pello processo do livro cumpridamente ver poderá a vossa muy inclita Senhoria.

Este trecho evidencia que a formulação “tornar em linguagem” generaliza diferentes técnicas disponíveis de vulgarizar. Além do modo que utiliza, Lucena cita outros procedimentos como “tornar letra a letra”, que se chama “tralladar”. Quanto a isso, convém lembrar que Joseph Piel observa que o termo “tralladar”, no século XV, significava também “transcrever”⁸¹. Além disso, é possível relacionar o prólogo de Lucena com o capítulo XCIX do *Leal conselheiro*, no qual D. Duarte alude a um processo que chamou de “tresladação ao pe de letera”, muito próximo ao “letra a letra” de Lucena. Este processo foi referido também por Vasque de Lucene, vulgarizador de Quinto Cúrcio em Borgonha, no que chamou de “mot à mot”.

O outro processo é a “glosa”, que consiste em “tirar sentença de letra”, ou seja, sentença de palavra. Nesse sentido, lembramos as iterações sinonímicas que já aparecem nas vulgarizações do século XV e evidenciam a necessidade do vernáculo em realizar circunlóquios vocabulares para dar conta da célebre concisão latina. E por último, Lucena refere-se ao seu modo preferido de vulgarizar, “sentença por sentença, que é proveitosamente interpretar”. Ou seja, interpretar pode ser entendido como verter pensamento por pensamento, veiculados nas sentenças latinas, com a mesma ordenação que aparece na língua de saída. Esta vulgarização das sentenças pela interpretação certamente resultava em textos com poucos cuidados elocutivos, ou seja, com a

⁸¹ PIEL, Joseph. Introdução. In: *Livro dos officios*, op. cit., p. XXV, nota 2.

predominância da salvaguarda das matérias em detrimento da eloquência, como observamos no lamento das cartas e prólogos. O primordial no fim de tudo era a interpretação da sentença para o proveito do leitor e não a sua imitação em língua vulgar.

Como mencionamos, num outro prólogo quatrocentista composto por Vasque de Lucene há noções muito semelhantes às da carta de Vasco Fernandes de Lucena:

Neantmoins me suis pene de le translater le plus entier et pres du latin que j'ay peu, sans user de termes trop haulx ne trop obscurs. En aucuns lieux je n'ay peu translater clause a clause ne mot a mot, obstant la difficulté et briefté du latin, sy l'ay departi par chapitre et articles, affin qu'il fust plus cler.⁸²

O tradutor de Quinto Cúrcio apresentou no trecho acima um modo de vulgarizar semelhante ao do letrado português e ambos deram preferência à “clause a clause” ou “sentença a sentença”. O letrado de Borgonha demonstra preocupação em manter-se “pres du latin”, e indica o esforço no uso do léxico que não fosse nem “trop haulx” (muito elevado) nem “trop obscurs” (muito obscuro), ou seja, uma preocupação com a conveniência entre a *res* e as *uerba*. Como vemos, os mecanismos de escrita da vulgarização nos dois prólogos e os titubeios diante do latim assemelham-se, bem como o nome de ambos os letrados: Vasco Fernandes de Lucena e Vasque de Lucene. Álvaro da Costa Pimpão estudou esta homonímia e afirma que o último servira à infanta D. Isabel na corte de Borgonha e vulgarizou para o francês a *Vida de Alexandre* de Cúrsio, a *Ciropedia*, de Xenofonte, dirigida ao príncipe Carlos, o temerário. Atribui-se-lhe também uma versão francesa de *El Triunfo de las Donas*, de Juan Rodriguez de la Cámara. Já o Doutor Vasco Fernandez de Lucena, fidalgo do círculo de D. Pedro de

⁸² Transcrição de Robert Bossuat do prólogo da tradução intitulada *Historia Alexandri* (1468). In: BOSSUAT, Robert. Vasque de Lucena, Traducteur de Quinte-Curce (1468), op. cit., p. 210-213.

Coimbra, foi antecessor de Rui de Pina no cargo de cronista, guarda-mor da Torre do Tombo e diplomata que representou Portugal no Concílio de Basileia, em 1436.⁸³

Como era comum nos prólogos do tempo, o letrado fornece aos leitores algumas informações sobre as personagens do diálogo e os costumes antigos. Evidentemente, não fornece anotações históricas e lingüísticas exaustivas, mas se vale de saberes disponíveis nas obras dos historiadores antigos disponíveis e em outras obras de Cícero. Nesse sentido, ressalta o costume antigo de mudar o nome de acordo com os feitos célebres, tais como Tito de Athenas ou Atico, a quem se dirige o texto de Cícero, que assim foi chamado pelo domínio das letras gregas. Também Metelo Crético e Cipião Africano que foram assim chamados não por nascimento, mas, conforme o costume antigo de acrescentar aos nomes os feitos bélicos. Em seguida, já caminhando para o epílogo, Lucena ressalta o ensinamento mais proeminente do texto de Cícero, dando ao leitor um resumo da doutrina central do *De Senectute*:

Marco Tulio em este Tratado mostra que as mingoas e os padecimentos da velhice não pertencem a idade, mas aos viçiosos costumes dos velhos, porque vemos a virtuosa velhice ser a fim alegre, e sem querella, e não somente a não devem os homens aborrecer, mas devem-na ainda desejar.

Desse modo, alcança-se a *captatio* dos leitores pela afirmação da validade dos ensinamentos antigos, em nada divergentes com a doutrina cristã e legitimados pela longa perduração no tempo. Por fim, o letrado ilustra o principal ensinamento do *Cato Maior* por meio de metáforas ciceronianas trazidas no próprio *Tratado da Velhice*⁸⁴ e que são familiares às imagens dos leitores palacianos do século XV:

⁸³ Cf. PIMPÃO, Álvaro da Costa. Vasco de Lucena. In: *História da literatura portuguesa. Idade Média*, op. cit., p. 67-68.

⁸⁴ GÓIS, Damião. Catão Maior ou da velhice. Fac-símile: Veneza; Estevão de Sabbio, 1538. Edição da Biblioteca Nacional de Lisboa, 2003, fl. 11. Catão refuta o argumento de que os velhos não são convenientes ao governo da república e os compara ao piloto de uma nau, que numa adversidade, é tão importante na condução da nau, quieto na popa, quanto os outros que correm para evitar a destruição do barco: “Porque os grandes feitos nam soamente se fazem com forças, e destreza do corpo, mais ainda com

Assim como os marinheyros dezeção chegar ao termo de seu caminho, tanto que podessem não tornarião atraz, e como os cavalleiros que cobiçam amansar alguns fortes e furiosos cavallos maliciosos, depois que os podem enfrear, e lhes fazem soportar as esporas, folgão por que assim sogigaram, posto que sejam mais fracos e mais quebrantados do que antes erão.

Nesta passagem final evidencia-se o uso do tratado moral como fonte de conduta para o leitor que se educa pelo esforço e pelo domínio de si, princípio fundamental da filosofia moral latina antiga. Este domínio de si é evidenciado por palavras como “amansar”, “enfrear”, “suportar” e “sogigaram” (sujeitaram) que conduzem o homem à excelente moral. Estamos diante também de uma interpretação quatrocentista da filosofia de inspiração platônica e estóica, fontes declaradas dos textos de Cícero que preconizam o alcance do bem pelo conhecimento de si e das razões da existência humana.

No *Prólogo que fez o D.or Vasco Fernandez de Lucena a El Rey Dom Afonso o 5º sobre o Livro de Paulo Vergerio que lhe tornou de latim em lingoagem por mandado do Infante D. Pedro, Regedor que foi destes reinos*⁸⁵, Lucena aconselha ao monarca a leitura e o aprendizado das virtudes tratadas no livro então vulgarizado:

Muito alto e poderoso Principe, a vossa senhoria que queirais este livro leer a meude e acostumar a virtuosas manhas do que lhe falla, em guiza que cumpridamente sigais vossos antecessores, e a vossos sucessores sejais muito caro de todas as virtudes, e exemplo.⁸⁶

Esta passagem configura-se como uma tópica do tempo e aparece em textos quatrocentistas congêneres como o prólogo da *Vida de Alexandre* que mencionamos há pouco. No entanto, além do proveito moral proveniente do texto de Quinto Cúrcio,

conselho, e autoridade, e juizo, das quaes cousas velhice nõ tam soomentes nunqua he priuada, mas antes muim abondosamente acompanhada, e ornada.”

⁸⁵ LUCENA, Vasco Fernandes de. Apêndices. In: *Livro dos officios*, op. cit., p. XLVII.

⁸⁶ LUCENA, Vasco Fernandes de. Apêndices. In: *Livro dos officios*, op. cit., p. XLVII.

Vasque de Lucene acrescenta que a leitura torna possível apropriar-se das virtudes bélicas, sem correr o perigo das batalhas verdadeiras:

Grant temps a que volenté me print de assambler et translater du latin em fransçois les fois d’Alexandri, affin de em vostre jeune eage vous donner exemple et instruction de sa vaillance. (...) Moult donques est utiles ceste histoire qui nous aprent au vray comment Alexandre conquist tout Orient et comment ung autre prince le peut arriere conquister sans voller en aer, sans aller soulz mer, sans enchantemens, sans geans et sans estre sy fort comme.⁸⁷

Voltando ao texto de Vasco Fernandes de Lucena, chamamos a atenção para um outro aspecto presente no seu texto. Confiante na *auctoritas* das obras antigas e de sábios italianos como Paulo Vergério que também emula os greco-latinos, Lucena nega-se a realizar uma obra moral de seu próprio punho, dado que se o fizesse, não faria mais que emendar as palavras dos antigos sabedores:

E porque, como diz a escriptura, tantos livros se podem fazer que não haverá fim, e mais proveitoso sera estudar bem os que estão feitos, que fazer outros de novo, conferei de vos trasladar de latim em nossa lingajem hu Tratado que fes Paulo Vergerio, que falla dos virtuosos costumes e dos estudos liberais dos mancebos, posto que piqueno seja em volume, he asaz grande em substancia.

Trata-se do mesmo argumento utilizado por Damião de Góis em 1538 em defesa de sua composição do *De Senectute* em língua vulgar. Estas obras são suficientemente excelentes para a orientação dos “mancebos” naquilo que chamou de “virtuosos costumes” e “estudos liberais”. A distinção entre estes dois proveitos não pode ser desprezada, pois os “virtuosos costumes” dizem respeito à conduta do monarca diante dos seus pares e os “estudos liberais” relacionam-se com as *litterae humaniores*

⁸⁷ BOSSUAT, Robert. Vasque de Lucene, traducteur de Quinte-Curce (1468). *Bibliothèque d’Humanisme et Renaissance* op. cit., p. 213.

ou *studia humanitatis* que incluem, segundo um costume antigo, disciplinas como as letras antigas (gramática e retórica), história e filosofia moral.⁸⁸

De modo semelhante ao que encontramos no prólogo sobre o *Tratado da velhice*, no *De ingenius moribus* de Paulo Vergério, Lucena optou por salvaguardar os ensinamentos em detrimento das suas limitações elocutivas. O livro de Paulo Vergério foi composto por volta de 1400 para Ubertino, filho do nobre paduano Francesco Carrara. Trata-se de um tratado de educação baseado no *Trivium* (gramática, lógica e retórica) e no *Quadrivium* (aritmética, geometria, música e astronomia), juntamente com saberes de medicina, leis e teologia. Mas, o fundamental da obra de Vergério são as *artes humaniores*, isto é, a moral, as letras e a retórica. Justificando a vulgarização desta importante obra, Lucena declara:

Não limey as palavras, nem colorey alguas sentenças, as quais eu sube tornar com aquella dulcura de eloquencia que em latim hiam escritas, conhecendo que mais principalmente olhareis as boas ensinanças de que lhe falla, que a formosa ordenança das palavras.

Além de soar mais uma vez como artifício de modéstia retórica, chamamos a atenção para o uso dos termos: “não limey” e “nem colorey” que dizem respeito diretamente à elocução do texto e são ecos de metáforas horacianas aplicadas às dificuldades de composição do texto.⁸⁹ Contudo, mesmo em face de todas estas dificuldades elocutivas, Lucena declara que soube “tornar em linguagem” com “aquella dulcura de eloquencia que em latim hiam escritas”. No entanto, certamente por modéstia oratória e talvez decoro, o letrado adverte D. Afonso V a se prender, não à eloquência da “formosa” ordenança das frases, mas às “boas ensinanças” de que fala. No epílogo do texto, o letrado retoma esta advertência inicial, dizendo que “os cavalleiros mais

⁸⁸ Cf. MANN, Nicolas. Orígenes del humanismo. In: *Introducción al humanismo renascentista*, op. cit., p. 19. Este livro organizado por Jill Kraye traz diversos artigos importantes sobre textos do século XV e XVI.

⁸⁹ HORACIO. *De Arte Poética*, versos 285-290. Horácio menciona *limae labor et mora* como dificuldades da escrita que desencorajam o poeta.

considerão a fermosura e bondade dos cavallos, que os esmaltes dos freyos e as pinturas dos guarnecimentos”.

Além dos prólogos de obras morais, há também um texto vulgarizado por Lucena que chegou ao nosso tempo. Trata-se da *Oração que fez o Deão de Vergy* e do prólogo que a acompanha. Em meados do século XV, no reinado de D. Afonso V, após os percalços da batalha de Alfarrobeira, ocorrida entre o monarca português e seu tutor, D. Pedro de Coimbra, esteve em Portugal o deão de Vergy, embaixador do Duque Felipe de Borgonha. O deão pronunciou um discurso, “em estilo Romaõ”, defendendo a memória do infante D. Pedro e pedindo pelos direitos dos descendentes do duque de Coimbra. Vasco Fernandes de Lucena vulgarizou este texto e importa-nos destacar, no prólogo deste texto, a diversidade de referências antigas e modernas, cristãs e pagãs destacadas por Lucena na oração que foi proferida para a corte de D. Afonso V.

No epílogo, Lucena lembra o entusiasmo de ler a oração do deão que lhe trouxe à memória as muitas qualidades do regente de Coimbra, injustiçado do mesmo modo como fora Sêneca por Nero, Sócrates, “homem pouco menos que divinal” que também pereceu condenado, Zeno e Marco Régulo. Para justificar o infortúnio de D. Pedro, o letrado compara a sorte do Infante com a de notáveis figuras da história antiga e lembra que “pera padecer muitos malles, como nenio falla, nascidos somos (sic).” Este sentimento é ilustrado por ditos antigos, tais como aquele no qual a deusa Minerva, “desejando de galadoar o serviço de dous cavaleiros seus devotos, mandou que dormissem, e nom acordassem, pollos leyyar das miseryas da presente vida, e viverem no outro segre para sempre bemaventurados.” Nestas passagens podemos observar uma concepção cristã da existência humana segundo a qual o mundo mortal é um vale de lágrimas, e mais, esta noção estendida aos valores preconizados nos textos do mundo latino antigo. Este procedimento ocorre frequentemente e pode ser considerado como

uma das características das letras produzidas nos meios cortesãos do momento. Nesse sentido, a oração do deão é qualificada por Lucena como uma imitação de Cícero do discurso que fez “defendendo a Seisto Roscio”. Ademais, a vulgarização de Lucena pode ser considerada uma evidência da variedade das referências em voga, dentre as quais destacamos: as *Digestas* ou código justiniano e as glosas de Bartolo,⁹⁰ livros bíblicos como o “levítico”, o “deuteronomy”, o *Eclesiastes*, citações de “oracio”, Virgílio, o *Górgias* de Sócrates, Julio Cesar, Túlio, Diógenes, Orígenes, Plutarco, São Gregório, Aristóteles, Homero, Cipião, Ulisses, Enéias e outros. As personagens antigas gregas e latinas, os autores cristãos e pagãos são mencionados indistintamente como autoridades que legitimam os argumentos do discurso do Deão de Vergy diante do rei D. Afonso V, em favor de D. Pedro de Coimbra e de seus descendentes.

1.4 - Duas dedicatórias atribuídas ao infante D. Pedro de Coimbra

Atribui-se a D. Pedro de Coimbra a vulgarização de duas obras antigas: o *Livro dos ofícios* de Cícero, vulgarizado integralmente pelo Infante e a participação, juntamente com seu confessor frei João da Verba, da composição do *Tratado da virtuosa benfeitoria*. Este último é uma compilação de vários autores, tendo como obra central o *De Beneficiis* de Sêneca.⁹¹ O *De Officiis* é um dos textos morais ciceronianos

⁹⁰ Estes textos fazem parte da tradição portuguesa desde, pelo menos, o início do século XV no reinado de D. João I. Oliveira Martins, em sua obra *Os filhos de D. João I*, informa acerca dos textos jurídicos em Portugal no reinado de D. João I de Avis: “E no decurso de do seu longo reinado de quase meio século, transforma os costumes, as leis e até a chronologia, a este povo que recebia agonizante, e que entrega à história reconstituído pela introdução de idéias morais novas, e das novas leis que no seu tempo se restauravam na Itália, fazendo outra vez reviver o império das noções abstratas do direito antigo sobre que ia assentar soberana a monarquia. É de 1426 a carta régia em que D. João I remete à câmara de Lisboa dois livros com as leis do código Justiniano, a glosa e as conclusões de Bartholo para por ellas se fazerem livrar os feitos e dar as sentenças”. OLIVEIRA MARTINS. *Os filhos de D. João I*, op. cit., p. 16.

⁹¹ Joaquim de Carvalho defende que esta obra aproxima-se do *Thesaurus exemplorum*, uma espécie de compilação de textos com larga fortuna na tradição latina ulterior e apresenta os elementos típicos do *exemplum* tais como o relato ou descrição, a doutrinação moral e a aplicação na vida do homem. Cf. PIEL, ed. do *Livro dos ofícios*, op. cit., p. XXI. Já Álvaro da Costa Pimpão associa a *Virtuosa benfeitoria* aos *manuales*, *florilegia* ou *defflorationes*, compilações nas quais se reuniam a substância dos

mais divulgados ao longo dos séculos, imitado por Santo Ambrósio (340-397) no *De Officiis Ministrorum* e uma das obras de Cícero mais vulgarizadas em diversas línguas vernáculas dos séculos XV e XVI. No Portugal quatrocentista, o *De Officiis* de Cícero foi traduzido na íntegra pelo infante D. Pedro como *Livro dos ofícios*, o que levou Joseph Piel a afirmar que se trata de um “digno prelúdio àquela vasta atividade literária que, tendo por objetivo a assimilação da sabedoria e das formas da era pagã, havia de conduzir ao humanismo propriamente dito”.⁹² Traduzido por volta de 1433 e 1438, o *Livro dos ofícios* português apareceu alguns anos depois da versão castelhana realizada pelo letrado Alfonso de Cartagena. Respondendo aos que discordavam da autoria de D. Pedro, Piel recorre a alguns argumentos, tais como: a menção feita pelo cronista Rui de Pina, no capítulo CXXV da *Crônica de D. Afonso V*, acerca “Das feições costumes e virtudes do Yfante Dom Pedro”⁹³. Outro argumento é a menção da tradução do Infante na relação de livros de D. Duarte, hoje na Biblioteca Nacional de Lisboa: *Marco Túlio, o qual tirou em linguaagem o Ifante D. Pedro*, obra que integra o conjunto dos “Títulos dos Livros de linguaagem do claro Rey D. Duarte”. Além das menções documentais, é sabido que a autoridade de escritores como Cícero e Sêneca nas matérias de retórica e filosofia moral não tiveram sua transmissão interrompida ao longo dos séculos. Assim, num momento em que a língua vernácula é tida como veículo para a sabedoria antiga, torna-se compreensível o interesse em verter aquelas obras para o romance, ainda mais quando as cortes cultas passam a se interessar pelos modelos políticos e morais antigos. Isto impulsionou a manipulação e divulgação de textos filosóficos e poéticos, com

ensinamentos excelentes, já que aquela obra traz texto e máximas de Aristóteles, Platão, Epimênides e Galeno com o eixo no livro de Sêneca.

⁹² PIEL, Joseph. Introdução. In: *Livro dos ofícios*, op. cit., p. XXI.

⁹³ “Foy Pryncype de grande conselho, prudente, e de viva memória, e foy bem latinado, e assaz mystico em ciências e doutrina de letras, e dado muyto ao estudo, elle tirou de latym em linguaagem o Regimento dos Pryncipes que Frei Gil Correado compos, e assy tirou o lyvro dos Offycios de Tullio, e Vegecio de Re Militari, e compôs o livro que se diz da Virtuosa Benfeytoria com huma confysam a qualquer Cristão muy proveytosa”. RUI DE PINA. *Crônica do Senhor Rey D. Affonso V* in *Crônicas de Rui de Pina*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Lello editores, Porto, 1977, p. 754.

preferência para as obras consideradas como modelos para o “bem dizer” e o “bem fazer”.

Do mesmo modo que os prólogos, as dedicatórias também fornecem os pressupostos e disposições do autor para a obra que as fazem acompanhar. Na invenção das dedicatórias aparecem tópicos de *captatio benevolentiae* comuns ao gênero como a *humilitas* retórica, que diz respeito em geral às insuficiências na realização da vulgarização, a reverência hierárquica e o pedido de proteção. Esta última tópica é um costume recorrente nas dedicatórias estudadas que se caracteriza pela oferta da obra a um notável membro da monarquia, tornando-o cúmplice do autor. Com isso, a destinação do livro cumpre a função específica de favorecer o autor com a autoridade do destinatário e garantir a defesa do livro de possíveis opositores. Um exemplo desse costume está numa cantiga do *Cancioneiro Geral*:

Muito magnífico Conde
Tome vossa senhoria
este serviço meu, onde
a obra lhe nom responde
5 Como a vontade queria.
Tome todos sobre si
os erros que nele achar,
porque se m'eu atrevi
a lhos pobricar aqui
10 foi por ele mo mandar.

Defendera justamente
o seu Eneas comigo
Eneas de quem a gente
15 dos da Silva é descendente,
Como em outra parte digo.
E assi seguro são
que o vosso nome muro
e a vossa defesaõ,
20 escudo de Telemão
para mi será seguro.⁹⁴

⁹⁴ De Joham Rodriguez de Saa ao Conde de Portalegre, mandando-lhe esta epistola de Dido a Eneas, que tresladou a seu rogo. In: GARCIA DE RESENDE. *Cancioneiro geral*, op. cit., p. 415-416.

Isto também se evidencia na dedicatória do *Livro dos ofícios*, quando o Infante diz a D. Duarte: “por agora fiz como entendi, e se prouver della a vossa mercee, esto ey por grande soldadura daqueste trabalho”. Além disso, quase duzentos anos depois, numa dedicatória do começo do século XVII encontramos o mesmo costume na composição deste gênero. O padre Gaspar Pires Rebelo dedica o livro *Infortúnios trágicos da constante Florinda* “Ao ilustríssimo Senhor Luis Correia, abade da Paroquial Igreja e Mosteiro de Lordelo: Doutor em os Sagrados Cânones e mestre em Artes, pela Universidade de Coimbra”, com a seguinte formulação:

Sempre tive por bem acertado costume, ilustríssimo senhor, o que os Autores antigos tiveram, e ainda quase todos os modernos hoje costumam, de oferecer e dedicar suas obras a grandes e poderosos senhores. E assino eu duas razões em confirmar da muita que eles mostram. A primeira é, porque em eles está mais certo o refúgio, mais seguro o amparo, mais aventajado o favor, mais agradecido o serviço e mais bem apremiado o trabalho. E debaixo de sua proteção fica a obra mais livre de calúnias, mais isenta de ofensas e mais amparada das tempestades de algumas línguas. Segunda, que como a bondade corra sempre a par com a nobreza, parecem que interessam no oferecimento receber os efeitos delas, não só como obrigação, sendo também como dívida: que assi como nesta está o sábio de dar conselho ao ignorante, está o poderoso de amparar o fraco, e ao nobre de honrar a todos com sua proteção e amparo.⁹⁵

Neste texto de Pires Rebelo evidencia-se que a dedicatória era considerada como um costume antigo de prática letrada, amplamente imitada nas letras modernas. As matérias da invenção de Rebelo dialogam com a cantiga do *Cancioneiro Geral* que citamos e com as tópicas encontradas nas dedicatórias dos séculos XV e XVI, sobretudo a proteção da obra por parte do destinatário. Todos estes elementos são artifícios oratórios que têm como fim a *captatio* do leitor garantida pela modéstia do letrado e pela autoridade de seu protetor, além dos proveitos da matéria apresentada.

Voltando ao século XV, na dedicatória do *Livro dos ofícios*, D. Pedro relata que, lendo aos seus amigos trechos do *De Officiis* de Cícero em português, foi impelido por

⁹⁵ REBELO, Gaspar Pires. *Infortúnios trágicos da constante Florinda*. Organização, notas e posfácio de Adma Muhana. São Paulo: Globo, 2006, p. 25.

eles a vulgarizar esta obra. Assim, apesar das conhecidas dificuldades em realizar a tarefa, o Infante argumenta em favor da passagem de textos antigos para o vulgar, sobretudo, porque em Portugal o português é “mais geral” e desse modo seria mais proveitoso “aos portugueses amadores de virtude que nom som ou ao diante nom forem latinados”. E assim, embora D. Pedro deprecie a elocução de seu texto face à “abastança” de Cícero, ao fim de todas as “escusas”, sobreleva-se a “ensinança” que contém o tratado ciceroniano.

Uma passagem notável do texto de D. Pedro é a distinção que o letrado faz dos tipos de livros que tratam de filosofia moral. Ele os divide em dois tipos: de um lado aqueles que “trautam que cousa som as virtudes, quanto, por que, como devem seer prezadas e como vêem hũas das outras”; por outro lado, aqueles livros que dizem “como em cada virtude nos devemos aver e que maneira em cada hũa obra devemos de leer pera guardar ou cobrar estado virtuoso.” O *Livro dos ofícios*, para D. Pedro, insere-se no segundo tipo como obra da “philosophia moral”, útil porque o “conhecimento da perfeiçom das virtudes traz desejo de seerem avidas”, portanto, ele ensina a “quem nom souber como as poderá cobrar”:

E por esto, Senhor, a mym parece que dos livros que vi de philosaphia, este avantejadamente enssyna a cobrar o que os outros fazem amar e desejar. E quem bem o estudar e husar de ssua enssynança, entendo que será fora da pena e doesto que disse.⁹⁶

Estas observações são dirigidas ao rei D. Duarte e reforçam o argumento em favor dos usos éticos palacianos de tratados morais antigos. Este caráter supera recorrentemente os usos oratórios atribuídos ao texto antigo, pois, face às limitações lingüísticas, o letrado enveredava na tentativa de salvaguardar as matérias morais proveitosas aos leitores. Porém, mesmo com tantos obstáculos na passagem de uma

⁹⁶ D. PEDRO DE COIMBRA. *Livro dos ofícios*, op. cit., p. 4.

língua à outra, o confronto com o latim resultou em novas soluções sintáticas e semânticas que D. Pedro veiculou sem constranger a língua romance. Nesse sentido, uma das características do *Livro dos ofícios* do infante D. Pedro, além dos usos morais mais proeminentes, é a contribuição elocutiva que forneceu à prosa portuguesa quatrocentista. Por outras obras, mas sobremaneira por esta – de latim antigo e da alçada de um célebre orador –, os letrados são forçados a fazer mudanças e adaptações, necessárias para salvaguardar as idéias e algumas características do texto latino. Desse modo, a obra de D. Pedro assume um lugar importante na recepção da latinidade nas letras portuguesas, sobretudo por ser considerada a primeira obra antiga integralmente traduzida para a língua vernácula portuguesa.⁹⁷

Joseph Piel observa que a prosa de D. Pedro caracteriza-se por uma dualidade que se divide entre certo “servilismo excessivo” à língua latina e uma “liberdade soberana”, por vezes, afastando-se deliberadamente do texto de partida. Assim, Piel busca mostrar como as oscilações elocutivas do texto de D. Pedro dramatizam uma luta entre o letrado quatrocentista e o latim antigo, tendo como fim salvaguardar adequadamente o pensamento de Cícero na prosa vernácula. Piel continua dizendo que naqueles trechos em que o tradutor se sente “livre”, verifica-se certa “naturalidade” de escrita que o aproxima da prosa quatrocentista de um Fernão Lopes, sobretudo, nos trechos anedóticos e conhecidos por D. Pedro. Contudo, esta naturalidade desaparece quando o Infante se depara com passagens para as quais não dispunha de pressupostos de entendimento, aquelas “escritas para quem sabia”, que mesmo assim são vertidas para o português.⁹⁸

⁹⁷ Cf. PIEL. Introdução. In: *Livro dos ofícios*, op. cit., p. XXII.

⁹⁸ Cf. PIEL. Introdução. In: *Livro dos ofícios*, op. cit., p. XXII-XXIII.

Noutra dedicatória de D. Pedro de Coimbra ao rei D. Duarte, na qual o letrado oferece-lhe o *Tratado da virtuosa benfeitoria*, o Infante refere-se ao seu cuidado em alcançar o melhor modo em língua vulgar para as sentenças dos antigos:

O livro adeante scripto, o quall he dictado em alguus logares quanto quer scuro, e em outros bem claro; e parte troncada e em pausas curtas, que ao dictar som de gram trabalho, e outra parte em pausas compridas, que de rrazoar he mais chãa maneira..⁹⁹

Para Piel, este trecho revela uma “nova técnica da tradução com que o tradutor procurava imitar em português a concisão do período latino”.¹⁰⁰ Assim, a formulação “parte troncada” refere-se às alusões do texto latino que escapavam ao letrado quatrocentista, “pausa curta” diz respeito à concisão da língua latina e por decorrência ao ritmo destas passagens; por outro lado, as “pausas compridas” seriam aqueles trechos que se assemelham sintaticamente à frase vernácula e por isso “de rrazoar he mais chãa maneira”.

O Infante salienta a diversidade de leitores de sua obra, mas observa que o modo como a compôs em língua vulgar é suficientemente satisfatório para atender a todos os “desvayrados” leitores, divididos entre “simpres, que chaaõ fallam” e “engenhoso e sotil, que filham prazer em nouas maneyras de curto fallar”:

E tall deferença he em elle feita porque, ainda que principalmente o livro aos príncipes seja aderçado, a outros muytos da geeral doutrina. E porque antre muytos ha desvayramento, assy de entenderes como de vontades, desvayradamente foy a obra composta, pera o engenhoso e sotill achar delectaçom a seu entendimento, e ao simpres porem nom minguas a tal clareza per que aprender podesse as cousas que elle conuem. E também aquelles que filham prazer em nouas maneyras de curto fallar achassem hi alguñ comprimento, do que em esto quer o seu deseio. E os que chaaõ fallam e querem ouuyr achassem scriptura segundo seu geyto.¹⁰¹

⁹⁹ D. PEDRO DE COIMBRA. *Trauctado da Uirtuosa Benfeiturya*, op. cit., p. 530.

¹⁰⁰ PIEL, Joseph. Introdução. In: *Livro dos Ofícios*, op. cit., p. XXIII.

¹⁰¹ D. PEDRO DE COIMBRA. *Trauctado da uirtuosa benfeiturya*, op. cit., p. 530.

A obra tem como fim a educação do monarca e dos súditos reais e preconiza-lhes o aprendizado conveniente da geral doutrina das benfeitorias. Após as considerações éticas do livro, D. Pedro passa aos cuidados elocutivos para a realização de sua vulgarização. O letrado ilustra as palavras “ladinhas”, chamadas hoje de latinismos, pela metáfora de campos de difícil acesso. O leitor, ao “strar”¹⁰² estes terrenos, pode usufruir de prazer decorrente do obstáculo anterior. Desse modo, o infante concebe às “palavras alatinadas” um valor educativo que exige, por um lado, esforço de compreensão e, por outro, repúdio da preguiça e da presunção para enfrentar (transpor) os empecilhos:

E os que menos letrados forem do que eu som nom se anoiem dalgũas palavras alatinadas e termhos scuros, que em taaes obras se nom podem scusar, mayormente que he cousa compridoyra de a persunçom, e a preguiça seer tirada ao entendimento ao quall ass como aas vezes stramos o campo perque ande a seu prazer. Assi conuem que outra hora lhe presentemos cousas scuras e fragosas, per as quaaes aynda que andar nom posso rregese, e faça com grande cuidado suas pegadas, por sentir depois da trabalhosa aspereza a doçura do fruyto com mayor sabor.¹⁰³

Curiosamente há um incentivo ao uso das “palavras alatinadas”, ao contrário do que aconselhava o capítulo XCIX do *Leal conselheiro* de D. Duarte. Desse modo, os latinismos são recursos que permitem enfrentar de modo legítimo e proveitoso as “scusas” do texto antigo. No entanto, se nesta passagem o uso dos latinismos é incentivado, na realização da composição observamos, por vezes, um uso desastrado das apropriações latinas. Um exemplo disso é a diversidade ortográfica do termo equivalente à *res publica* vertida como “cousa prúvica”, “repruvica”, “repubrica” e “republica”. Para Piel, isso evidencia que o Infante não se deixou seduzir pelas facilidades dos latinismos como o fizeram o Dr. Vasco Fernandes de Lucena e Enrique

¹⁰² Joseph Piel esclarece que “strar” significa “escolher sítios planos”. O dicionário de Candido Figueiredo registra-o como “estender, alastrar (palha ou mato) nos currais de gado, sobre o estrume já calcado”. Cf. PIEL. Introdução. In: *Livro dos ofícios*, op. cit., nota 1, p. XXIX.

¹⁰³ D. PEDRO DE COIMBRA. *Trauctado da uirtuosa benfeiturya*, op. cit., 534.

de Villena, tradutor da *Eneida*.¹⁰⁴ Além disso, em diversas passagens, as adaptações lexicais do Infante deixam de lado os latinismos e optam por sobrepor as noções de seu tempo às daquelas do texto ciceroniano. Sem discutir se foi bem sucedido ou não, o fato é que suas soluções dão um caráter bem específico à prosa do *Livro dos ofícios* e aproximam o texto antigo das noções inerentes ao universo cavaleiresco e cristão do leitor quatrocentista. Jorge Alves Osório dá uma explicação teleológica e se refere à consciência de D. Pedro para a importância da situação referencial na sua tradução.¹⁰⁵ Nós preferimos entender estes procedimentos como indícios de outra noção de tempo e de outro entendimento de história e da autoridade cristã e pagã. Como resultado disso, na vulgarização encontramos termos como: *patria* vulgarizado como “nossa terra, terra de que somos (naturaes)”, *gladiatores* como “os combatadores que faziam os trances”, *gloria bellica* como “louvor cavaleiroso”, *Res gerere* por “fazer cavalarias”, *castra* como “arrayal”, *augures* como “agoireiro”, *saltadores* como “balhadores”, *liberalitas* como “graadeza”, *benevolentia* como “benquerença”, *fabulae* como “patranhas”, *adulescentuli* como “cachopo”, *arquitectura* como “carpentaria”, *incola* como avindiço, e vários outros exemplos que podem ser colhidos no cotejo dos textos.¹⁰⁶ Em algumas adaptações lexicais, a tradução de D. Pedro atribui ao texto antigo concepções cristãs e de geografia do seu tempo, como por exemplo: *pontifex maximus* vulgarizado como “Grande Bispo” (181. 28), ou *celtiberi* como “espanhoes” (28.10), *gallus* como “franceses” (204.6) e *Siracusa* como “Saragoça”.

Apesar do vacilante uso de latinismos e dos “lugares escuros” que vulgarizou de modo, por vezes, incompreensível ao nosso tempo, o texto de D. Pedro forneceu soluções satisfatórias para a passagem do latim ao vulgar. Disto resultou uma série de

¹⁰⁴ PIEL, Joseph. Introdução. In: *Livro dos ofícios*, op. cit., p. XXXIII.

¹⁰⁵ Cf. OSÓRIO, Jorge Alves. Damião de Góis e o *Livro da velhice*, op.cit., p. 224.

¹⁰⁶ Estes aspectos lexicais são destacados por Joseph Piel na sua edição do *Livro dos ofícios* de D. Pedro, págs. XXIV e XXXV da sua introdução, além de notas de rodapé por todo texto. Ao final da edição, há também um glossário.

alterações, formalmente visíveis na arquitetura da frase e em certa medida nos sentidos obtidos. Obras como o *Livro dos ofícios* e a *Virtuosa benfeitoria*, provenientes do latim antigo, resultaram numa prosa que adotou o verbo no fim de frase, a ampla utilização de orações infinitivas, o ensaio da subordinação na busca de uma hierarquia mais precisa que aquela obtida com a coordenação. Neste balbuciar da prosa tratadística em língua vernácula, de um lado está o *Leal conselheiro* de D. Duarte, que por vezes se perde nas suas considerações lógicas e, de outro, o *Livro dos ofícios* e *Livro da virtuosa benfeitoria*, que por “parafrasearem” o *De Beneficiis* de Sêneca e o *De Officiis* ciceroniano nas suas configurações, têm uma “exposição muito mais fácil, apresentando uma estrutura periodal muito mais sólida e eurítmica”.¹⁰⁷

No conjunto de textos que observamos, a estratégia encontrada diante das dificuldades impostas pelo confronto entre o vernáculo e o latim antigo é a valorização da sentença na busca de maneiras compassadas para a elocução da sabedoria antiga. Nesse sentido, Jorge Alves Osório afirma que as traduções quatrocentistas colocam em evidência “o conhecimento da “sentença” por parte do tradutor”, com uma nítida preocupação de que o “conteúdo veiculado pela tradução seja suficientemente crível e válido para superar as dificuldades e limites lingüísticos da língua vulgar”.¹⁰⁸ Em todo caso, fica evidente que a principal característica das vulgarizações quatrocentistas é instituir um modelo ético fundado nas *auctoritates* antigas. Osório interpreta as vulgarizações do século XV como uma “uma clara intencionalidade pragmática que teria como possível propósito a formação de uma classe política, recentemente ascendida ao poder.”¹⁰⁹ Assim, ao referir-se à atuação intelectual de D. Pedro, Osório declara a obra do Infante servia ao “novo contexto moral e cultural” diretamente

¹⁰⁷ Cf. SARAIVA, Antonio José; LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*, op. cit., p. 116.

¹⁰⁸ Cf. OSÓRIO, Jorge Alves. “Damião de Góis e o Livro da velhice”. In: *Humanitas*, op. cit., p. 224.

¹⁰⁹ OSÓRIO, Jorge Alves. Duarte de Resende: Tradutor do “De Amicitia” de Cícero (1531), op. cit., p. 725.

relacionado a uma nova concepção “de monarca e de homem da nobreza” divulgada nos meios palacianos quatrocentistas, mais ligada ao modelo do cortesão letrado.¹¹⁰

1.5 - Excertos do “Sonho de Cipião” de Cícero no “Trautado da uirtuosa benfeiturya”

O *Tratado da virtuosa benfeitoria* de D. Pedro de Coimbra foi concluído pelo frei João da Verba, segundo consta na dedicatória dirigida pelo Infante ao rei D. Duarte. Trata-se de uma compilação de textos cristãos e pagãos reunidos a uma vulgarização solta do *De Beneficiis* de Sêneca.¹¹¹ Os autores cristãos e pagãos são escolasticamente arrolados na qualidade de *auctoritates* morais e religiosas e a interpretação de textos pagãos antigos é enviesada por um crivo cristão que dilui completamente qualquer espécie de heterodoxia. De fato, esta cristianização das autoridades gentias é uma consuetudo de muitos séculos e profícua na prosa moral, política e religiosa ocidental desde os autores cristãos dos primeiros séculos. Etienne Gilson mostra que a cultura ocidental foi elaborada no interior da cultura pagã, ou melhor, da sua cristianização e nesse sentido, as *artes liberales* seriam uma sucessão, após o fim político do império romano, das disciplinas que estavam na educação proposta, por exemplo, em obras de Cícero como o *De oratore*, com saberes de gramática, matemática, música, retórica e filosofia.¹¹² Ademais, em geral a educação romana, sintetizada na formulação ciceroniana da *Oratio pro poeta Archias* como *studia humanitatis*, contemplava as artes liberais comuns a todo homem culto; e outras de natureza variável segundo a finalidade particular de cada educador.¹¹³ Nos séculos XV e XVI deve-se acrescentar aos saberes

¹¹⁰ Cf. OSÓRIO, Damião de Góis e o *Livro da velhice*, op.cit., p. 212.

¹¹¹ Com vulgarização solta queremos dizer que o livro se constitui predominantemente de paráfrases das partes e sentenças do *De Beneficiis* de Sêneca, mas permite-se a glosas e interpolações significativas de outros textos que o caracteriza mais o caráter de compilação que qualquer outra designação.

¹¹² GILSON, Etienne. Os padres latinos e a filosofia. In: *A filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 208.

¹¹³ Cf. GILSON, Etienne. Os padres latinos e a filosofia. In: *A filosofia na Idade Média*, op. cit., p. 205.

curriculares a teologia, primordial saber dentre todas as *scientiae* antigas nas diversas universidades européias desde muitos séculos. No caso particular de Portugal, o infante D. Henrique, protetor e fundador dos Estudos em Portugal, na sua carta de 25 de Março de 1448, ao dotar a cadeira de teologia com dez marcos de prata anuais, prescreveu, entre outras obrigações, a de proferir anualmente a “Oração de Sapiência” no início de cada ano letivo, o que voltou a confirmar no testamento de 1460: “Item ordeno e mando que o leente de Thiologia da cadeira de prima aja em cadhũ anno pera sempre doys marcos de prata... pollo quall faram o princípio no estudo”.¹¹⁴ Não podendo cumprir esta obrigação, o lente de teologia deveria designar um outro orador. Assim, mantendo o costume desde então, em 1534, coube a André de Resende proferir a sua “Oração de Sapiência” na qual o orador sugere aos estudantes de Lisboa que conjuguem “a elegância e o brilho de dicção com a sabedoria, e principalmente com a divina Teologia”.¹¹⁵ Com isso, evidenciamos a primazia conferida aos saberes de teologia nos Estudos portugueses, pelo menos desde o século XV, com a instituição do infante D. Henrique.

Voltando ao *Livro da virtuosa benfeitoria*, pelo conjunto de autores compilados e o modo como eles são interpretados, podemos entender que seu autor, seja o D. Pedro ou frei João da Verba, era um latinado educado nas disciplinas do *trivium*, conhecedor de autores como “Tulio”, principal autoridade de retórica, e junto de Sêneca, de filosofia moral. O tratado pressupõe o mundo como uma sucessão de hierarquias definidas por ditames divinos, no qual a benfeitoria do superior para com o inferior, numa relação baseada em mercês e serviços, é o laço que liga as diversas hierarquias até Deus. Dentre as obras de filosofia moral mencionadas na *Virtuosa benfeitoria* encontra-se o *Sonho de*

¹¹⁴ MOREIRA DE SÁ, A. Introdução. In: D. Pedro de Meneses. *Oração proferida no Estudo Geral de Lisboa (Oratio habita...In Scholis Ulyxbonae)*. Tradução de Miguel Pinto Meneses. Introdução e notas de A. Moreira de Sá. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1964, p. 15.

¹¹⁵ ANDRÉ DE RESENDE. *Oração de Sapiência (Oratio pro Rostris)*. Tradução de Miguel Pinto de Meneses. Introdução e notas de A. Moreira de Sá. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1956, p. 34.

Cipião, entendido como ensinamento moral legítimo para a conduta dos cortesãos e como doutrina teológica, sendo interpretado como telos, isto é, como fim último dos benefícios, os quais garantem a existência da vida após a morte e, portanto, a imortalidade da alma. Estes aspectos se evidenciam no terceiro livro da *Virtuosa benfeitoria*, no capítulo XIV dos benefícios do “aucto de pedyr”. Segundo o tratado, o fim do “acto de pedir” divide-se em três benefícios favoráveis ao homem: o primeiro diz respeito à relação do homem com a natureza, ou melhor, aborda as necessidades materiais do mundo mortal. A vida mortal necessita da petição dos benefícios necessários de acordo com o princípio da “governança da vida”, segundo o qual não sobeje abundância, nem seja pobreza minguada, mas outorgue as cousas que ao mantimento são necessárias. O segundo benefício do “ato de pedyr” favorece o proveito político e a honra dos envolvidos e devem trabalhar por ele os que estão a serviço temporal e espiritual no reino. Quanto mais proveito provier em benefício da comunidade, tanto mais a petição será “conuenhaue”, tal como em uma batalha, melhor serve seu senhor quem consigo leva duzentos escudeiros do que aquele que vai só. As implicações políticas e teleológicas dos benefícios deste segundo “fim do ato de pedir” são legitimadas pela autoridade de Cícero e do seu *Sonho de Cipião*, a partir do *Comentário* de Macróbio:

Semelhauelemente mayor proveito faz o que tem muyto e o Rege bem com derytura, que outro que tem pouco bem gouernado. E tanto he esta fim proueitosa no mundo que traz consigo galardom eternal, de que falla macrobyo sobre a uysom de çepiom em aquesta maneyra. Nom há coisa em a vida mortal dos homeës, e das comunydades, que per deryto rrazoado e amigauel, teem liança. E por tanto os regedores per que tal unyom he gouernada, recebem depois dos seus cuydadosos trabalhos certa e stremada morada em os çeeos, em que sem conhecimento de tristura e de morte uiuem per sempre.¹¹⁶

¹¹⁶ D. PEDRO DE COIMBRA. *Trautado da uirtuosa benfeiturya*, op. cit., p. 679.

O terceiro benefício do “acto de pedyr” é o espiritual e se refere aos merecimentos da alma no mundo do além. Ainda coerente com a leitura do *Sonho de Cipião*, o compilador ressalta o desprezo da glória mundana em favor dos prêmios eternos. Logo depois da citação de Cícero, ilustra-se o benefício do terceiro fim com a vida de Santo Aleixo, que sendo filho de senador romano, tudo abandonou para se dedicar a uma vida santa de virtudes. Porém, embora se exilando em terras distantes e com todo esforço em manter a humildade, fez-se notável por sua santidade. Retornou a Roma e nesta cidade permaneceu “des sete annos” como mendigo à porta do palácio dos seus próprios pais, esposa e servos, sem ser reconhecido. A vida do santo corrobora o desprezo das honras deste mundo em favor da salvação da alma, tópica que o texto de Cícero preconiza sobremaneira na sua invenção, lembrada e ressaltada por seus leitores e comentadores.

No quinto livro, no capítulo XI, intitulado “em que se mostra perque seremos agradeçedores aos que nos gerarem e aa nossa terra”, o tratado orienta sobre a gratidão necessária pelas boas obras que recebemos de parentes e amigos. E para melhor fazê-lo declara:

he outorgada hũa uertude moral, que em latim se chama pietas. E nos a podemos chamar em nossa linguagem piedosa reuerença. Da qual falando Tulio em a sua Reytorica, diz que per ella se outorga uerdadeira bem querença e honra honesta, e seruiço conuenhauel, a todos aquelles de cuja geeraçom somos, e aquella terra en que fazemos uiuenda.¹¹⁷

Desta virtude nascem dois atos: o primeiro que consiste em dar honra e “aver em reuerença” as pessoas as quais a natureza nos obrigou. O segundo ato é ajudar aos parentes nas suas necessidades. Esta virtude possui três “sguardamentos”: 1 cuidar dos seus “geradores”. 2 cuidar dos irmãos “antre os quais deue esta uertude ser guardada

¹¹⁷ D. PEDRO DE COIMBRA. *Trautado da uirtuosa benfeiturya*, op. cit., p. 724.

com grande fermença, por se nom quebrantar em elles a yqual perfeição da linhagem natural com que nasceram.” 3 Cuidar da terra natal. Este terceiro “sguardamento” tem um significado mais amplo e que foi explicitado do seguinte modo no tratado:

O iii sguardamento que tem esta uertude, segundo screue macrobio, spoendo o sonho de scipiom africano, perteeçe aa terra de que filhamos corporal natureza, ou teemos gouernança. E traz a piedosa rreuerença tam grande afficamento em aquesto, que pero seia grande tendo de usar desta uertude antre os parentes, muyto mayor perfeição he acorrer per ella em as neçessydades da terra, porque nenhũa cousa he mais graciosa ao príncipe que rege o mundo, que os iuntamentos dos homeês liados per amigauel dereytura, que som chamados rreynos e cidades. E porém os seus regedores e defensores que ajudando as acreçentam, fazem caminho pera chegarem aos çeeos, onde pera elles he determinado certo lugar, em que uiuam per sempre em deleytaçam.¹¹⁸

Esta passagem contém *ipsis litteris* um trecho do *Sonho* ciceroniano, encaixando-o na doutrina quatrocentista sobre o cuidado com a terra natal. Ela ressalta a importância do serviço político e da excelência ética em favor da comunidade. Desse modo, assim como em Cícero, o leitor é instigado à excelência em vista dos merecimentos no além (“determinado certo lugar, em que uiuam per sempre em deleytaçam”) reservados aos melhores por aquele que é príncipe e regente do mundo. Desse modo, as duas citações do *Sonho de Cipião* no *Tratado da virtuosa benfeitoria* evidenciam a interpretação quatrocentista do texto ciceroniano, cumulando-o, como temos visto com recorrência, de autoridade moral e religiosa. Com isso, encontramos nas páginas do *Tratado* um Cícero tão cristão a ponto de ensinar aquilo que santo Aleixo exemplifica com sua vida.

Quase um século depois das obras do infante D. Pedro de Coimbra e de Vasco Fernandes de Lucena, este mesmo *Somnium Scipionis* recebeu uma versão em língua romance portuguesa, impressa numa compilação de textos morais de Cícero. Não temos no século XVI somente laivos do texto ciceroniano diluídos em obras morais

¹¹⁸ D. PEDRO DE COIMBRA. *Trautado da uirtuosa benfeiturya*, op. cit., p. 724-725.

didaticamente organizadas segundo os interesses do compilador, mas, textos vulgarizados na íntegra e difundidos para grande número de leitores pela impressão. Tratados morais como aqueles impressos pelo letrado Duarte de Resende e dirigidos à Casa Real e seus súditos, como veremos a seguir.

CAPÍTULO 2

O SONHO DE CIPÃO DE 1531 E SEU TEMPO

2.1 – A vulgarização de tratados morais de Cícero na primeira metade do século XVI

Em 1538, o letrado português Damião de Góis publicou em Veneza sua vulgarização do *Cato maior* ou *De Senectute* de Cícero, dedicada a D. Francisco de Sousa, o Conde de Vimioso.¹¹⁹ Na carta dedicatória, Damião de Góis expõe os motivos que o levaram a vulgarizar o tratado de Cícero sobre a velhice, entre os quais ressaltamos a homenagem a Francisco de Sousa e o intuito de fornecer-lhe um “escudo e defesa contra a velhice”. O conde tinha sessenta anos em 1538 e exerceu no reinado de D. Manuel o importante cargo de veador da fazenda real. Dom Francisco de Sousa foi novamente homenageado por Góis, em 1567, na *Chronica do Principe Dom Ioam*, como “quem com razão podemos chamar outro Catão Censorino no saber e prudência, porque tal o foi ele vivendo, assim nas cousas da paz, como da guerra, como no conselho dos reis que serviu”.¹²⁰ Neste elogio, Góis destaca na figura do Conde de Vimioso os pressupostos de um súdito real exemplar imbuído de sabedoria e prudência, por isso adequado ao aconselhamento do monarca. A amizade de Góis com D. Francisco de Sousa e as boas relações com importantes membros da corte portuguesa eram necessárias também como defesa dos inúmeros inimigos que o letrado angariou

¹¹⁹ *LIVRO DE MARCO TVLLIO ciçeram chamado catam maior, ou da velhice, dedicado a Tito Põponio Attico*. Em Veneza per Steuão Sábio, 1538. Fac-símile da ed. de Veneza. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003. Ver também: MENÉNDEZ Y PELAYO. *Bibliografía hispano-latina clásica*. Edición preparada por Enrique Sánchez Reyes, Santander: Aldus, 1950-1953, p. 12-13: “Es un volumen em 4.º, grueso, de 68 hojas, y puede considerarse como um códice doble, porque enfrente de cada hoja del autógrafo está la copia de ella, em letra moderna, que parece de principios de este siglo. Tiene por tanto el volumen 136 hojas o sea 274 páginas. Sin duda, por el mal estado del autógrafo, que está remendado em muchas partes y amenazado además por la acción corrosiva de la tinta sobre el papel, se tomo alguno el cuidado de copiarlo pra salvar esta reliquia”.

¹²⁰ GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Ed. de Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, p. 47.

pela intimidade que mantinha com Erasmo e seus seguidores.¹²¹ Além das questões políticas envolvidas na dedicatória, a carta fornece também importantes juízos do tempo sobre a vulgarização de textos ciceronianos. No proêmio, Damião de Góis ressalta os proveitos da leitura do tratado ciceroniano em língua vulgar e elogia o ofício da vulgarização no que ela contribui para a elocução vernácula:

Do que, ainda que bem podêra, nã quis ser fabricante, contentandome antes seguir Marco Tullio Ciçeram (o qual nã temeo tralladar de verbo a verbo em suas obras muytas sentenças e dictos de philosophos), que com engano mostrar, querer de novo compor algũa cousa da quellas, que iaa per tantos, e tam divinos Authores sam em todallas partes da philosophia escriptas, como muytas pessoas cobiçosas de gloria fazem, remendando, e repeçando dictos e sentenças furtadas de hũa: e doutra parte, ordenadas sem arteificio, rhetorico, nẽ dialectico, a memoria das quaes obras iuntamente pereçe com vida de scriptores, e muytas vezes antes, e pella mor parte na mesma hora que sam lidas. O que çerto não fizêram se saconselharam comesmo Ciçeram, ou com Sam Hieronymo, os quaes mostrã a saz, ser igual, e mayor gloria do bõ trallador da quella que se deue ao bom compositor. Que he commum opiniam de todollos antigos, e modernos sabedores.¹²²

Góis fala do *exemplum* de Cícero e são Jerônimo como autoridades antigas para os trasladadores, e também o moderno Erasmo de Roterdã, qualificado como: “prudentíssimo e gravíssimo”, “príncipe de toda doutrina e eloquência” e autor de “Santíssimas confabulações”. Estas *auctoritates* legitimam o impresso goisiano e o tornam digno da benevolência dos leitores latinados e acessível aos palacianos menos instruídos. Além disso, elas enaltecem o feito de Damião de Góis e, por conseguinte, a memória do fidalgo Francisco de Sousa, merecedor da dedicação da obra. Cumprem-se, assim, as prescrições hierárquicas fundamentais para o apreço dos livros quinhentistas. Damião de Góis reverencia a autoridade portuguesa na pessoa do Conde de Vimioso, endereçando-lhe a obra e, ao mesmo tempo, torna pública sua gratidão intelectual para com Erasmo, ladeado por nomes ilustres como Cícero e Jerônimo, exemplos de

¹²¹ Cf. HIRSCH, Elisabeth Feist. Erasmo e Damião de Góis. In: *Damião de Góis*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1967.

¹²² Ao mvito illvstre Senhor Dom Francisco de Sovsa, Conde de Vimioso, Damião de Góis manda savde. In: *Livro de Marco Tyllio Ciçeram chamado Catam maior, ou da velhice, dedicado a Tito põponio Attico*, op. cit., fls. 2-3.

eloquência e retidão moral, e de trasladadores, sobretudo. Nesse sentido, configura-se um artifício encomiástico que enfraquece as diferenças dos séculos e sugere certa semelhança das doutrinas (morais e oratórias) de Cícero, Jerônimo e Erasmo.

Segundo Góis, a trasladação dos textos antigos é preferível à composição de obras que remendem os ditos de sábios antigos, sem o artifício retórico e dialético que se encontram neles. Em seguida, a carta nos fornece uma formulação que faz as vezes de uma possível preceituação goisiana sobre a prática da vulgarização – composição feita verbo a verbo, a exemplo de Cícero, ordenadas com artifício retórico e dialético – . Calcado no *exemplum* de Cícero e Jerônimo, Góis considera ser maior ou igual a glória do bom “trasllador” se comparado ao bom compositor de textos, ou seja, a trasladação é considerada como um tipo de composição que busca imitar a ordenação retórica e dialética do texto latino de saída, a ele se equiparando. Ademais, não se trata da simples passagem de uma língua a outra, mas de uma imitação, ou melhor, de uma acomodação das características elocutivas e dialéticas latinas na língua vulgar.¹²³ Assim, os tratados antigos são depositários de modelos éticos, como vimos em outros escritos, e de modelos de elocução convenientes às composições em língua vernáculas de prosa filosófica. Ou seja, a dedicatória de Damião de Góis apresenta-nos a trasladação como um texto em língua vulgar que visa à latinização do português, ou melhor, à acomodação de uma língua na outra sem constrangimentos. Isto pode ser considerado uma novidade quinhentista, se confrontarmos o juízo goisiano com algumas passagens de textos portugueses do século anterior referentes à vulgarização dos textos antigos. Como vimos no primeiro capítulo, Vasco Fernandes de Lucena se mostra constrangido em publicar suas traduções e só o aceita por obediência a D. Pedro de Coimbra, e movido pelo argumento do Infante de que a leitura de Cícero em português seria

¹²³ Não cremos que a vulgarização em questão seja algo semelhante à contemporânea re-criação, mas uma imitação servil e reverenciosa do latim, índice de superioridade da língua vernácula, tal como se concebia neste tempo no qual o mundo antigo é o lugar de modelos e saberes a serem seguidos.

proveito de muitos que não são latinados.¹²⁴ Um outro exemplo quatrocentista está na dedicatória do *De Officiis* de Cícero, vulgarizado por D. Pedro de Coimbra, ao rei D. Duarte. Nela, o príncipe permite entrever uma relação conflitante com o uso de latinismos que, mesmo assim, aparecem em diversas passagens do texto, como notamos no primeiro capítulo. Ademais, o próprio D. Duarte, no capítulo XCIX do *Leal conselheiro*, veta o uso de palavras que não sejam o falar mais comum do reino. Nas cartas e prólogos de Lucena, podemos amenizar sua resistência às vulgarizações com a conhecida tópica da *humilitas* retórica, mas na dedicatória de D. Pedro, ela é dificuldade de interpretação, e em D. Duarte, veto. Em todo caso, os três letrados não se tolheram a estas dificuldades e a prova está nos textos que chegaram até nosso tempo, e nos modos de lidar com as características do latim configuram-se experiências elocutivas relevantes para a história da escrita portuguesa.

Voltando ao século XVI, observamos que a resistência à publicação dos textos antigos em língua vulgar é irrelevante. Tal mudança na recepção das vulgarizações e dos latinismos na escrita vernácula pode ser compreendida por eventos como: a difusão de edições dos textos antigos com a impressão, o aumento do público leitor e a diversidade de suas características, a chamada “questão da língua”, que torna prestigioso à língua vulgar assemelhar-se às antigas, sobretudo o latim, e ressalta a dignidade do vernáculo em tratar das matérias antigas. Também a eleição de muitos tratados antigos como modelos de conduta ética, já que preconizavam modelos políticos e morais, principalmente certos historiadores antigos e tratados de filosofia moral, que eram facilmente assimiláveis e convenientes ao leitor cristão e culto.

O epílogo da dedicatória reverencia a figura de D. Francisco de Sousa com um encômio que cumpre dupla função: por um lado, enaltece a obediência hierárquica

¹²⁴ Cf. LUCENA, Vasco Fernandes de. Apêndices. *Livro dos ofícios*, op. cit., p. XLV: “Empero porque [v]os apras de lerdos por livros de linguagem por aproveitardes a muitos me trabalhei de o trasladar”.

observada pelo letrado, um palaciano discreto e dado a medidas elevadas; por outro, informa o leitor sobre a figura histórica de Tito Pompônio Ático e cumpre assim uma outra característica genérica da dedicatória quinhentista que é esclarecer os aspectos filológicos, culturais e históricos presentes no texto vulgarizado.¹²⁵ Damião de Góis realiza um encômio final à figura do Conde de Vimioso comparando-o a Tito Ático, e assim como Cícero dedicou seus textos platônicos em língua latina a Ático, e este era bom conhecedor de grego a ponto de ser chamado “ático”; de modo análogo a transladação goisiana dirigia-se ao Conde de Vimioso, também bom sabedor de latim. Pois, assim como Pompônio podia ler no grego e a autoridade Cícero fazia com que a leitura se desse com “moor diligencia e estudo”, do mesmo modo o conde realizava sua leitura de Cícero em língua vulgar. Estes análogos e símiles colocam em relação simétrica, de um lado: Cícero, Tito Atico e o tratado latino; de outro: Damião de Góis, Francisco de Sousa e a transladação. O argumento se constitui pela noção dialética que estabelece a analogia A está para A’ como B está para B’ e como C está para C’, o que assemelha os valores antigos e as proposições quinhentistas e, ao mesmo tempo, enaltece o valor do Conde, do letrado e da obra apresentada.

Com a publicação do *De Senectute* de Cícero em 1538 por Damião de Góis, aparecia a segunda versão deste texto em língua vulgar portuguesa. Como vimos no primeiro capítulo, o *Cato Maior* foi vulgarizado por Vasco Fernandes de Lucena na primeira metade do século XV, restando-nos atualmente apenas o prólogo da tradução. Neste texto, Lucena justifica que, embora os poderios espirituais da alma sejam criados da infinda luz da presença e majestade de Deus e por isso não envelhecem e nem

¹²⁵ Consideramos a *Carta em que Erasmo dedica a D. João III as Chrysostemi Lucubrationes* como um paradigma da dedicatória quinhentista que acompanha edição de texto antigo ou transladação, que é o caso das *Lucubrationes* vertidas do grego para o latim pelo teólogo. No epílogo da dedicatória, Erasmo remete D. João III aos aspectos filológicos da sua lição do texto de Crisóstomo. Cf. *Carta em que Erasmo dedica a D. João III as Chrysostemi Lucubrationes. Revista da Faculdade de Letras. Série de História*. Traduzida por Ana Paula Quintela Ferreira Sottomayor. Porto, vol. II, 1971, p. 210-23.

perecem, nas misérias do vale de lágrimas da vida humana, nosso entendimento não pode entender sem “fantazia ou imaginativa virtude onde durão as similhanças das couzas sensitivas athe que sejam ilustradas e purificadas pello entendimento obrador.” Ou seja, o tratado ciceroniano conforma-se com as necessidades dos velhos de serem lembrados de como devem manter as virtudes até o derradeiro dia, tal como “marinheiros que navegam em Navio velho e desaparelhado.” Chama-nos a atenção dois aspectos: o vocabulário escolástico, tal como: “infinda luz da presença e magestade de Deos”, “entendimento”, “fantazia ou imaginativa virtude”; e a metáfora náutica que se insere num universo cavaleiresco de valores práticos. Metáforas desta espécie aparecem em outros textos de Lucena e pressupõem uma educação baseada na disciplina moral, ilustrando de modo novo os preceitos de conduta dos antigos encontrados nos seus tratados morais.¹²⁶

A apreciação quinhentista de Damião de Góis sobre o tratado se Cícero vai numa direção diferente daquela apresentada por Lucena. Ambos se fundamentam nas doutrinas preconizadas pelo texto de Cícero e conciliam sem incômodos a doutrina antiga com os preceitos cristãos. Ambos ressaltam o proveito da leitura destes tratados nos momentos de ócio dos governantes, no entanto, Damião de Góis ilustra o *De Senectute* como “escudo e defesa contra a velhice” para o enfrentamento das mazelas da velhice e como um “modo de viver virtuosamente”, ou seja, concepções do universo erasmiano do *Militis Christiani*. Além disso, o livro ciceroniano ocupa um lugar privilegiado de edificação moral e deve ser lido com “moor diligencia e estudo (...), pera que assi o lendo, regebessem, fructu, e proueito de tam diuina obra”, ou seja, outros ecos

¹²⁶ Cf. LUCENA, Vasco Fernandes de. Apêndices. In: *Livro dos ofícios*, op.cit., p. XLIV-XLV: “E assim muitos são temperados, e asaz agudos mancebos, que depois na velhice se botão e destemperão, e certamente mores maestrias são necessarias na velhice para conservar a memoria, e para reter a virtude da temperança, que na mancebia para as ganhar, assim como não requiere mayor industria conservar, que ajuntar as riquezas, e assim como grande arteificio de saber, e muitas diligencia para obrar, devem haver os marinheiros que navegão em Navio velho e desaparelhado, assim os velhos, quebrantados por enfermidades e mal dispostos pella fraqueza geral dos membros, e mingoa da natural quentura, com trabalho podem virtuosamente continuar athe o derradeyro dia da vida.”

da doutrina erasmiana acerca dos tratados morais ciceronianos evidenciada em obras como o diálogo *Convivium Religiosum*, publicado em 1523, no qual a personagem Eusebius (considerado porta-voz de Erasmo) declara sua devoção por Cícero:

Eu não posso ler as obras de Cícero *De Senectute*, *De Amicitia*, *De Officiis*, as *Quaestiones Tusculanae*, sem cobrir por vezes o livro de beijos e sem ser tomado de veneração por esta alma inspirada pelo gênio do céu. Ao contrário, quando leio alguns livros recentes sobre a política, a economia e a ética, Oh deus imortal! Como são frios em comparação com os antigos.¹²⁷

Uma das principais hipóteses de Jorge Alves Osório para a publicação quinhentista do *De Senectute* em língua vulgar é justamente a admiração de Damião de Góis pela pessoa e doutrina de Erasmo de Roterdã.¹²⁸ O *De Senectute* seria, assim, uma homenagem ao teólogo depois da convivência de ambos em Friburgo de Brisgóia e resultado dos seus ensinamentos sobre o proveito dos tratados morais latinos para o leitor cristão culto e piedoso, sobretudo como ocupação proveitosa para o *otium* daqueles que exercem cargos de governação. De fato, o entusiasmo de Erasmo para com a obra moral de Cícero evidencia-se nas diversas edições que fez e divulgou de textos como as *Quaestiones Tusculanae*, o *De Officiis*, o *De Amicitia*, o *De Senectute* e as *Paradoxas Stoicorum*, bem como na preferência pelos antigos às muitas autoridades teológicas de seu tempo. Assim, noutra passagem do *Convivium Religiosum*, a personagem Eusebius considera os textos morais de Cícero como inspirados pelo Espírito Divino, dizendo que “talvez o espírito de Cristo se difunda mais largamente do que nós o possamos supor e muitos seres pertencem à comunidade dos Santos sem figurar nos catálogos”.¹²⁹

¹²⁷ Traduzimos a passagem de uma edição francesa : “Les Colloques”. Tradução francesa de J. Chomarat e D. Ménager. In : *Érasme*. Paris : Robert Laffond, 1992, p. 247.

¹²⁸ OSÓRIO, Jorge Alves. Cícero traduzido para o português no século XVI: Damião de Góis e o *Livro da Velhice*. Separata de *Humanitas*, Coimbra, vol. XXXVII-XXXVIII, 1986.

¹²⁹ ERASMI ROTERODAMI apud J. Chomarat. Sur Érasme et Ciceron. In : *Présence de Cicerón*, op. cit., p. 123.

Quanto à elocução, Damião de Góis refere-se a um processo de trasladação que denominou “verbo a verbo”. Um latinismo que equivale ao *uerbo uerbum* ciceroniano, exposto no *De oratore* como exercício oratório e mencionado na *Arte Poética* de Horácio. No *Prologo* de quase um século antes, Vasco Fernandes de Lucena utiliza uma formulação semelhante denominada “letra a letra, que seria trasladar”, distinguindo-a de “letra em sentença, que é glosar” e “sentença em sentença que é interpretar”. Se Lucena preferiu e elogiou o método de “sentença a sentença”, dizendo que ele “he bem e proveitosamente interpretar”; Góis, por sua vez, preferiu a tradução “letra a letra” que é trasladar, chamada por ele de “verbo a verbo”. Esse “verbo a verbo” implica a versão de cada termo por um correspondente em português, língua da qual Damião de Góis estava afastado há pelo menos dezesseis anos, como explica na sua dedicatória:

O que ousei cometer cofiando leuarême em conta sua douctrina, e moderaçam, todo erro que na politia, e ornamento de nossa linguagem portuguesa nelle cometer. Visto que em dezaseis annos (da força e frol de minha idade) quatro meses soamente *quis* minha sorte estar nestes Reinos, e corte lugar de minha honra, e criaçam, o que menuendo (me enviando) a fortuna loguo me da hy rechaçou.¹³⁰

A vulgarização de Lucena tem como fim primordial salvaguardar da mensagem trazida na sentença, enquanto a de Góis nos parece propensa a, além de salvaguardar a mensagem ciceroniana, também acomodar a linguagem portuguesa às características possíveis em latim, buscando dar conta, pelo volteio vocabular, dos sentidos possíveis na frase latina. Com isso, o tradutor quinhentista demonstra também a propalada cópia de palavras da língua vulgar que dá dignidade ao vernáculo para transmitir adequadamente as matérias dos textos antigos.

¹³⁰ GÓIS, Damião de. Ao mvito illvstre Senhor Dom Francisco de Sovsa, Conde de Vimioso, Damião de Góis manda savde. In: *Livro de Marco Tyllio Ciçeram chamado Catam maior, ou da velhice, dedicado a Tito pôponio Attico*, op. cit., fl. 3.

O cotejo entre o texto do *De Senectute* de Cícero e a tradução quinhentista apresenta uma considerável diferença de extensão, havendo grande número de páginas a mais na tradução de Góis. Mendes de Castro, num estudo com orientação estilística do texto da vulgarização, atribui este fato a uma insuficiência verbal por parte do tradutor pelo longo período que permaneceu distante da sua língua materna.¹³¹ Contudo, preferimos dar crédito a uma outra interpretação, também referida por Mendes de Castro, que atribui esta diferença lexical às escolhas elocutivas de Damião de Góis. Uma das principais características da elocução em língua vulgar do texto de Góis é o uso recorrente e abundante de adjetivo formado por associação com advérbios, tais como: *plenus*, traduzido por “mais cheio”, *gravius* como “gravemente”, *modice ac sapientia* por “com muita paciência”, *dificilem* por “mui difícil”, *gratissimum nobis feceris* por “grande mercê nos faríeis”. Levando em conta outras traduções quinhentistas, esta estratégia aparece como um dos modos mais comuns de se resolver a ausência do superlativo e do comparativo sintéticos na língua vulgar portuguesa.

Outra característica do texto de Damião de Góis é a abundância de notas marginais, fornecendo ao leitor esclarecimentos históricos, políticos e culturais. Assim, associadas às iterações vocabulares e glosas que esclarecem ao leitor os sentidos para o léxico ciceroniano no próprio texto, as notas marginais ampliam os saberes do leitor sobre os costumes latinos, levando-os por vezes a comparações e reflexões como as que destacamos abaixo:

Nota marginal 14: Platão foi cidadão de Atenas, preclaríssimo filósofo, de que se disse que se os deuses viessem à terra que nenhuma outra linguagem falariam que a de Platão.

Nota marginal 56: Filósofos foram nomeados amadores de virtudes e ciência, de que houve muitas seitas como agora entre nós as ordens que temos, de diversos religiosos.

Nota marginal 77: Esta oração toda se há de entender em terceira pessoa. E Cipião e Lélío se hão de tomar per todos os mancebos geralmente.

¹³¹ MENDES DE CASTRO. Damião de Góis, tradutor de Cícero. *Evphrosine. Revista de filologia clássica*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, vol. 31, 2003.

Nota marginal 101: Este lugar merece ser mais declarado que anotado, pelo que nele usarei licença de comentador...

Nota marginal 135: Todas as comédias contêm cinco autos ou partes, pelo que Cícero aqui compara e parte nossa vida como uma comédia.

Nota marginal 152: Este lugar é tão conforme ao Eclesiástico de Salomão que se poderá crer haver Cícero lido os livros do dito e, assim, os outros do Velho Testamento, como se cuida o ter feito Platão.

As notas, muitas vezes, além de acrescentar conhecimentos históricos e filológicos, orientam também a interpretação do leitor por meio de intervenções como os encômios a Cícero e a Platão vistos acima e a sugestão de que pudessem ter lido os textos bíblicos. Nesse sentido, as notas marginais, juntamente com as glosas e iterações, apontam para uma leitura de época do texto antigo matizada com noções coetâneas às vulgarizações, que tem como fim identificar o leitor com o sábio antigo, tornando-o um exemplo verossímil a ser seguido pelo leitor cristão culto e prudente.

Voltando às iterações sinonímicas ou binarismos, como vimos no capítulo II, aludindo ao *Sonho de Scipião* de Duarte de Resende, elas são substantivos, verbos e adjetivos latinos desenvolvidos em língua vulgar por um número maior de palavras equivalentes àquelas do texto de partida. As iterações sinonímicas podem ter dois ou mais elementos, sendo mais freqüente o aparecimento de duas palavras, por isso também chamadas de binarismos. Segundo Mendes de Castro, o binarismo é um procedimento estilístico de tal importância na prosa goisiana que “quase não se lê um período em que não se veja a habitual duplicação de nomes”.¹³² Uma das hipóteses de Mendes de Castro para as iterações sinonímicas na tradução de Damião de Góis é que elas estão relacionadas com o ritmo do texto. Ou seja, Castro interpreta-as como recurso elocutivo, um pouco menos preocupado com a fidelidade da tradução, mas mais cuidadoso com uma outra qualidade, a de conservar na língua vulgar as características

¹³² MENDES DE CASTRO. Damião de Góis, tradutor de Cícero, op. cit., p. 392.

elocutivas do latim, tal como o ritmo da prosa ciceroniana regida pelas preceptivas das cláusulas métricas.¹³³

Seguindo o curso do texto do *Cato Maior*, Mendes de Castro mostra que o texto de Damião de Góis apresenta evidentes alterações estilísticas nas suas partes, sobretudo no seu epílogo. Assim, assim como a prosa ciceroniana, pela preceituação das cláusulas métricas, difere o ritmo das frases nas diferentes partes da *dispositio*, no texto de Damião de Góis, à medida que se aproxima do epílogo, o tradutor diminui perceptivelmente alguns procedimentos formais tais como o uso dos binarismos e de figuras de construção. Dessa forma, Mendes de Castro mostra como o letrado quinhentista buscou imitar na prosa vernácula a alteração estilística ensaiada pelo modelo latino e realiza-a apoiando-se no seu mecanismo rítmico mais flagrante – a iteração sinonímica – que, diminuída até ao desaparecimento, modifica também a dinâmica rítmica da prosa em português. Osório também observou as conseqüências rítmicas associadas ao uso dos binarismos, caracterizando-os como “um elemento de equilíbrio e ritmo da frase goisiana frente ao texto latino”.¹³⁴

Dessa forma, não podemos dizer que o texto de Damião de Góis tem como fim apenas a divulgação da leitura de Cícero para os que não sabem latim, mas possui também fins elocutivos de imitação do modelo antigo. Isso significa que, além das “sentenças” dos sábios parâmetros morais para a conduta ética, também devem ser consideradas modelo elocutivo para a prosa vernácula.

A hipótese de Mendes de Castro para as iterações sinonímicas pode solucionar o aspecto mais externo e formal do binarismo, mas não responde de modo satisfatório às questões acerca das alterações de sentido da sentença na prosa goisiana. Para Jorge Alves Osório os binarismos não só reforçam a explicitação do valor semântico do léxico

¹³³ MENDES DE CASTRO. Damião de Góis, tradutor de Cícero, op. cit., p. 393-394.

¹³⁴ OSÓRIO, Jorge Alves. Damião de Góis e o Livro da Velhice. *Humanitas*, op. cit, p. 254.

traduzido, mas também preenchem os espaços vazios de sentido deixados pela técnica do “verbo a verbo” utilizada na tradução goisiana:

A repetição do sinônimo é um processo vulgar de reforço e intensificação do sentido ainda em vigor tanto na linguagem vulgar como na literária. Sob o ponto de vista da tradução, este reforço da matéria lexical, concretizado na acumulação de termos em busca de uma definição mais exata do campo conceptual da palavra latina, constituirá uma solução de certo modo fácil de superar os problemas de equivalência interlexemática que as diferenças lingüísticas e dos contextos históricos e mentais punham aos tradutores.¹³⁵

Osório mostra que o binarismo é uma estratégia já tradicional nas práticas de tradução desde o século XV, com a qual, em companhia da glosa, que é sua expansão, o tradutor buscava encurtar o horizonte cultural existente entre os leitores e as referências presentes nos textos traduzidos.¹³⁶

Outro texto quinhentista analisado por Osório é a vulgarização do *De Amicitia* realizada por Duarte de Resende e publicada em 1531. Ele focaliza os procedimentos elocutivos de Resende e busca mostrar as características do texto em língua vulgar e o fim da publicação do tratado ciceroniano em vernáculo. Osório destaca três procedimentos elocutivos: o uso das iterações sinonímicas, as explicitações dos referenciais do texto latino e o modo como Resende tratou as situações interfrásticas no seu texto. Quanto às iterações sinonímicas, embora já referidas anteriormente, a enumeração abaixo foi realizada com base nas ocorrências observadas no estudo de Osório da transladação do *Tratado da Amizade* de Duarte de Resende. Segundo as observações de Osório, elas se caracterizam por:

1º procurar uma equivalência para a noção de cópia que os autores sempre sublinham como característica do latim face ao vernáculo.

¹³⁵ OSÓRIO, Jorge Alves. Damião de Góis e o Livro da Velhice. *Humanitas*, op. cit., p. 249.

¹³⁶ OSÓRIO, Jorge Alves. Damião de Góis e o Livro da Velhice. *Humanitas*, op. cit., p. 251.

2º serem meio para obter uma equivalência atualizada junto dos leitores e da sua experiência, sobretudo para os termos de mais forte densidade semântica como eram os nomes, adjetivos e verbos.

3º enfatizar as dimensões semânticas que normalmente relacionam-se com as referências dos comportamentos menos aconselháveis, traduzindo-se assim os vocábulos mais condenatórios para a adesão e interesse dos leitores.

4º valorizar junto do leitor contemporâneo o sentido que se pretende realçar na obra original, conduzindo a leitura por meio de sutis gradações hierarquizadas de sentido no emprego do vocabulário traduzido,

5º por vezes a sinonímia desempenha papel enfático e intensificador.¹³⁷

Outro aspecto da prosa resendiana é a explicitação textual de algumas referências ou evocações do texto latino. Resende desenvolve e inclui termos aludidos ou referidos indiretamente no texto latino, acrescentando nomes de personagens aludidas e substituindo os anafóricos pelos seus elementos referidos. Por exemplo: *Sed de hoc alios: nunc redeo ad augurem*: “aguora torno a falar do outro Sceuola de que acima disse”. *Duabus urbibus euersis*: “destruindo duas cidades. *scilicet*. Numancia e Carthago.” *iis, qui nuper disserere coeperunt*: “em a opinião daqueles epicureus que a poucos dias começarã a dizer”. Este procedimento resulta dos estudos de natureza filológica, bastante difundidos desde o século XV nos estudos dos textos greco-latinos. Se no século XV, D. Pedro lamenta não entender as “partes escritas para quem já sabia”, na sua tradução da terceira parte do *Livro dos ofícios* de Cícero;¹³⁸ no século XVI, com os saberes de caráter histórico e filológico, os letrados buscam emendar as lacunas presentes nas menções dos textos em diferentes autores e as apresentam em notas e

¹³⁷ Cf. OSÓRIO. Duarte de Resende, tradutor do “De Amicitia” de Cícero (1531). *Humanitas*, op. cit., p. 733-734.

¹³⁸ D. PEDRO DE COMIBRA: “O terceiro achey muito escuro, porque reconta estorias e exemplos, e parece que screvia a quem as já sabia.” *Livro dos ofícios*, op. cit., p. 4.

glosas, muitas vezes, aproximando os horizontes culturais antigos dos referenciais dos leitores quinhentistas.

O terceiro e último aspecto considerado por Osório é o tratamento das situações interfrásicas que garantem no texto vernáculo a sustentação do ritmo argumentativo e a exposição das matérias do tratado ciceroniano. Na vulgarização resendiana do *Laelius* é abundante o uso da partícula “mas”, desaparecendo outras muito comuns nas traduções do século anterior como “pero”, “empero”, “porem”, “porende” e “ca”. Há um uso recorrente da copulativa “e” em posição inicial de frase, assim como das formas “portanto” (e portanto), “contudo” (mas contudo), “verdade” (é verdade, a verdade é que, de verdade, de verdade que), “a par de ainda”, “pois”, “assi” e “porque”.¹³⁹ Tendo em vista que no *Laelius* de Cícero é muito freqüente o uso de *enim*, *autem*, *sed*, *igitur*, *itaque*, *quam ab rem*, *quidem*, e com menos índice *nam*, *tamen*, *uero*, *atque*, *quamquam*, *quase*, *quocirca*, *quoniam*, *denique* e *ergo*, a variedade dos termos interfrásticos usados na tradução de Resende não supre aquela que vemos no texto latino, muitas vezes, ficando ao leitor a tarefa de compensar a ausência de conectivos pelas relações lógicas estabelecidas no emparelhamento das sentenças. Por isso, na tradução portuguesa encontramos o uso restrito de termos como “mas”, “assi”, “porque”, “portanto”, “pois”, fazendo face a toda aquela variedade latina referida. Em especial, a partícula *enim*, largamente utilizada por Cícero para realçar o encadeamento explicativo das suas sentenças, aparece normalmente traduzida pela copulativa “e”, ou então por “que” em posição inicial de frase. Já a conclusiva *igitur* recebe normalmente o correspondente “pois” e “portanto”, esta última junto com “assim que”, utilizadas também para traduzir *quam ob rem*. Analisando as ocorrências dos termos conjuntivos, Osório mostra que Duarte de Resende limita a dinâmica argumentativa do texto latino, mas não prejudica a

¹³⁹ Cf. OSÓRIO. Duarte de Resende, tradutor do “De Amicitia” de Cícero (1531). *Humanitas*, op. cit., p. 736.

fluência do texto vernáculo, salvaguardando, mesmo assim, os ensinamentos morais do tratado de Cícero. Para Osório interessa evidenciar o que resultou na língua vulgar do seu confronto com o latim, mais do que fazer uma reconstrução lingüística e histórica do texto ciceroniano em língua vulgar.

2.2 - A “questão da língua” em Portugal e a vulgarização de Duarte de Resende

A expressão “questão da língua” é uma noção recente e não o encontramos com esta formulação em nenhum dos textos dos séculos XV e XVI analisados. O que observamos é o recorrente debate acerca das qualidades da língua vulgar face ao latim e sua dignidade em transmitir as matérias dos textos antigos. Nesse sentido, parece-nos uma tópica do século XV, mais ainda do século XVI, a hoje denominada “questão da língua”, que consiste na valorização da língua vulgar dada sua semelhança e proximidade com o latim. Uma das mais célebres apropriações desta tópica, em língua portuguesa, está na estrofe 33 do primeiro canto dos *Lusíadas*, na qual Vênus elogia os lusitanos dizendo que sua língua “com pouca corrupção crê que é latina”.¹⁴⁰ Com isto, vejamos um pouco do desdobramento da querela da língua vulgar no século XVI em alguns lugares da Europa e, especificamente em Portugal, bem como algumas obras ligadas a este debate.

A questão da língua remonta à Itália do século XIV, com a divulgação do *De vulgari eloquentia* de Dante Alighieri, curiosamente publicado em latim, e desde o início suscitando muitas discussões em torno da língua mais adequada para a composição de obras com matérias graves.¹⁴¹ No século XVI, o texto de Dante esteve

¹⁴⁰ CAMÕES, *Lusíadas*, canto I, estrofe 33.

¹⁴¹ No prólogo declara-se que se trata da primeira obra que fala sobre a *vulgaris eloquentiae*. Além disso, encontramos uma distinção entre a língua vulgar e as antigas: “De vulgari eloquentia”. In: *Obras Completas de Dante Alighieri*. São Paulo, Editora das Américas, vol. X, p. 259-260: *Vulgarem locutionem appellamus eam qua infantes adsuefiunt ab adsistentibus, cum primitus distinguere voces*

no centro de um amplo debate, angariando defensores como Maquiavel, Castelvetro e Varchi que o concebiam como modelo para a língua vulgar toscana; e opositores como Castiglione, Calmeta e Trissino que preconizavam a necessidade de estabelecer um modo de composição em língua vernácula.¹⁴² Estando de acordo com estes últimos, Pietro Bembo compôs as suas *Prose della lingua volgare*, publicadas em 1535, mas lidas desde 1502 em manuscritos. Após a publicação das *Prose*, multiplicaram-se as obras com matéria semelhante em diversas partes da Europa. Foram divulgados gramáticas e textos em forma de diálogos que discutiam a natureza e as características das línguas vulgares em comparação com o latim, tais como: a *Grammatica volgare* de Alberto Acharisio (Bolonha, 1536), que a ampliou num *Vocabolario, grammatica e orthographia della lingua volgare* (1543); *Dialogo delle lingue* de Sperone Speroni (Pádua, 1542); *La ricchezze della lingua volgare* de Francesco Alunmo (Veneza, 1543); *Il Cesano* de Cláudio Tolomei (Siena, 1555). Na mesma época, o poeta francês Du Bellay publica a *Deffense et illustration de la langue françoise* (1549), nitidamente apropriando-se de idéias provenientes de italianos como Castiglione, Speroni e, sobretudo, de Bembo.

Na Espanha, já em fins do século XV, foi publicada a *Grammatica* de Antonio de Nebrija em Salamanca, e mais tarde a célebre obra de Juan de Valdés, o *Dialogo de la Lengua*, impresso em 1535 e opondo-se a muitos dos princípios da língua castelhana apresentados por Nebrija na sua gramática de 1499. O *Diálogo* de Valdés tem na sua

incipiunt: vel, quod brevius dici potest, vulgari locutionem asserimus, quam sine omni regula, nutricem imitantes, accipimus. Est et inde alia locutio secundaria nobis, quam Romani grammaticam vocaverunt. (...) Harum quoque duarum nobilior est vulgaris, tum quia prima fuit humano generi usitata, tum quia totus orbis ipsa perfruitur, licet in diversas prolationes et vocabula sit divisa; tum quia naturalis est nobis, cum illa potius artificialis existat. “Chamamos de locução vulgar aquela que as crianças aprendem de seus familiares, tão logo começam a distinguir os primeiros sons: ou, aquilo que se pode dizer mais brevemente, aprendemos imitando a ama.(...) Destas duas, contudo, a vulgar é mais nobre seja porque foi primeiramente usada pelo gênero humano seja porque todo mundo a emprega, ainda que seja dividida em diversas estruturas e vocábulos; quer porque é mais natural para nós, é preferível.”

¹⁴² Cf. SANTOS, Maria de Moura. Nota sobre o movimento quinhentista de ‘defesa e ilustração’ das línguas vulgares. *Biblos*. Revista da Faculdade de Letras. Coimbra, LI, 1975, p. 519.

invenção três personagens: Márcio, Pacheco e Valdés. Os dois primeiros se colocam como discípulos ávidos em aprender com Valdés sobre a língua castelhana e ordenam as perguntas de modo que

Em la primera parte preguntaremos lo que sabe del origen o principio que an tenido, assi la lengua castellana como las otras lenguas que oy se hablan en Espana, en la segunda lo que pertenece a la gramática, en la tercera lo que avemos notado en el escrivir unas letras más que otras, en la quarta la causa que mueve a poner o quitar en algunos vocablos una sílaba, en la quinta le pediremos nos diga por qué no usa de muchos vocablos que usan otros, en la sesta le rogaremos nos avise de los primores que guarda quanto al estilo, en la sétima le demandaremos su parecer acerca de los libros que están escritos en castellano, al último haremos que nos diga su opinión sobre qual lengua tiene por más conforme a la latina, la castellana o la toscana.¹⁴³

Este *Diálogo* discute os aspectos enumerados acima valendo-se de autoridades como as próprias cartas de Valdés enviadas aos amigos da Itália, dos “refranes” e coplas castelhanos, além do uso comum dos falantes. Num dado momento das conversações, Valdés menciona a qualidade de livros “romançados” como o *Boecio de consolación*, o elogiado *Enquiridion* de Erasmo, romanceado pelo Arcidiano del Arcor, o *Pelegrino* e o *Cortesano* de Baldassare Castiglione. O letrado ressalta ainda a tradução de obras como as *Epístolas y Evangélios del año*, os *Cartuxanos*, as *Epístolas* de Santa Catarina de Sena, de San Juan de Climaco, as *Vidas de los Padres* compostas por São Jerônimo; e os profanos Tito Lívio, César, Valério Máximo, Quinto Cúrcio e outros. Em todos estes, Valdés destaca o estilo que os tradutores alcançaram na língua castelhana e a legitimidade de transmitir em castelhano as matérias dos textos escritos originariamente em latim.¹⁴⁴

Em Portugal, entre 1536 e 1540 publicam-se duas gramáticas da língua vulgar portuguesa: a *Grammatica da lingoagem portuguesa* de Fernão de Oliveira e a *Gramatica da língua portuguesa* de João de Barros, impressa em 1540, juntamente com

¹⁴³ VALDÉS, Juan de. *Diálogo de la Lengua*. Madrid: Espasa-Calpe, 1946, p.19.

¹⁴⁴ VALDÉS, Juan de. *Diálogo de la Lengua*, op. cit., p. 172-3.

o *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, texto evidentemente imitado de modelos italianos do mesmo gênero.¹⁴⁵ Os diálogos e a maioria das gramáticas discutem as origens da língua vulgar, a autoridade dos letrados mais excelentes, o funcionamento da ortografia, da pronúncia, do léxico, das sentenças, e principalmente, todas debatem as relações entre a língua vulgar e o latim.

Como mencionamos no segundo capítulo, na dedicatória das traduções de Cícero, Duarte de Resende expõe os motivos que o levaram à sua publicação e utiliza os mesmos argumentos em defesa da língua vulgar que aparecem nas obras supra citadas:

Por me falecer sciência pera entender suas [de Cícero] prudentes sentenças copioso e elegãte latim. como copia de palauras portuguesas craras e polidas para decrarar as *que* cuydo *que* entendo; *que* bẽ creo *que* nhũa das lingoas de Espanha [e se diser de toda a Europa nã me arepẽderey] tẽ auentagẽ da portuguesa pera em ella se tratar de graues e excelentes materias. como o sam as deste autor.¹⁴⁶

Esta passagem é uma das mais evidentes apropriações de Resende da tópica da dignidade da língua vulgar. O letrado ressalta a “cópia” de palavras da língua vernácula, pressupondo nela a dignidade de salvaguardar a diversidade de matérias dos textos latinos. Desse modo, o argumento da superioridade é consequência da “cópia” de palavras, destacando-se com isto a vantagem do português sobre todas as línguas romances. Essa superioridade deve ser entendida também de acordo com os princípios da tópica da dignidade da língua vulgar, ou seja, será superior a língua tanto quanto se aproxime do latim. Nesse sentido, Duarte de Resende defende a semelhança do

¹⁴⁵ PICCHIO, Luciana Stegagno. La questione della lingua in Portogallo. In: *João de Barros. Diálogo em louvor da nossa linguagem*. Leitura crítica dell’edizione de 1540. Modena: Tipografia Editrice Modenese, 1959, p. 16: “La questione della lingua portoghese nasce e si struttura sul modello della parallela questione italiana. Bembo e Castiglione sono conosciuti in Portogallo nom meno di Nebrija e senza dubbio più de Valdés.”

¹⁴⁶ “Carta sua a Garcia de Resende”. In: *Marco tulio cicerom de Amicicia paradoxas e sonho de Scipião...*, op.cit., folha a i verso.

português com o latim, noção que o letrado perseguiu no seu próprio modo de vulgarização por equivalência e imitação.

Uma das obras portuguesas mais representativas do século XVI que trata da língua vulgar é o *Diálogo em louvor da nossa linguagem* de João de Barros. Publicada em 1540, ela tem como invenção um diálogo entre pai e filho, lembrando muito as *Partitiones Oratoriae* de Cícero. No *Diálogo*, há diversos argumentos em favor do uso do vernáculo e suas analogias com o latim, havendo passagem com argumentos muito próximos daqueles defendidos por Duarte de Resende na sua carta dedicatória:

Ahi começará tu de sentir olouuor da nóssa linguágẽ:que sendo nóõa entẽderá o latino porque ẽ sua. Esta prerrogatiua tẽ sobre todas as linguágẽs presentes: magestade pera cousas gráues, e hũa eficácia baroil que representa grandes feitos..¹⁴⁷

A tónica da comparação é a mesma que Resende utiliza nas suas motivações para publicar as vulgarizações dos textos ciceronianos. A língua de Portugal possui cópia de palavras que a fazem vantajosa em comparação com outras línguas vernáculas. Novamente a cópia de palavra do português aparece como elogio que o faz conveniente para transmitir as mais diversas matérias de filosofia antiga:

Certo,aquem nam falecer matéria e engenho pera demonstrár sua tençãm, em nóssa linguágem nam lhe faleceram uocabulos. Por que de crer ẽ que se Aristoteles fora nósso naturál, nam fora buscar linguágem emprestáda pera escrever na filosofia, e em todas as outras matérias de que tratou.¹⁴⁸

João de Barros, ao mencionar Aristóteles, estava se referindo ao filósofo que tratou de filosofia natural, moral e retórica, como era conhecido no seu tempo. Ou seja, para a diversidade de matérias de Aristóteles a língua vulgar portuguesa corresponde na

¹⁴⁷ BARROS, João de. *Dialogo em louvor da nossa linguagem*. Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalho Buescu. Lisboa: Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971, p. 164-165.

¹⁴⁸ BARROS, João de. *Dialogo em louvor da nossa linguagem*, op. cit., p. 166.

abundância, sem necessidade de empréstimos. Esta passagem é uma das amplificações encomiásticas mais impressionantes do diálogo de João de Barros para a valorização da língua vulgar portuguesa.

Quanto ao latinismo, o gramático incentiva-o de modo semelhante ao que fez Damião de Góis na dedicatória de sua tradução do *De Senectute*. João de Barros elege os latinos como autoridades que legitimam as apropriações dos termos latinos na versão dos textos de uma língua a outra. Para tanto, o letrado cita a passagem da *Epistola ad Pisones* de Horácio na qual se aconselha aos escritores buscarem novas palavras, desde que sejam tomadas dos textos gregos.¹⁴⁹ Desse modo que, se os romanos imitaram os gregos, os portugueses imitam os latinos pela autoridade de Horácio:

aliçêça que Horácio em a sua arte poética dá aos latinos, pera compoerem uocábulos nóuos, com tanto que sáyam da fonte grega: essa poderemos tomar, se ôs deriuarmos da latina.¹⁵⁰

Os argumentos do *Diálogo* em favor da língua vulgar não significam “um despertar de uma possível consciência nacional” como defendem os interesses nacionalistas de Albin Eduard Beau, todavia uma imitação motivada pela tópica do valor das línguas vulgares pela semelhança com o latim.¹⁵¹ Somente legitimado pela autoridade da *Epistola ad Pisones* de Horácio que João de Barros defende a incorporação de novos vocábulos a partir da fonte latina e confirma a analogia entre a língua vulgar portuguesa e a de Virgílio. Nesta “usurpação” dos vocábulos de fonte antiga, a trasladação exerce um importante papel na apropriação da elegância latina:

¹⁴⁹ HORACIO. *Epistola ad Pisones [Arte Poetica]*. Introdução, tradução e comentários de R. M. Rosado Fernandes, versos 52-3: *Et noua ficta nuper habebunt uerba fidem, si/ Graeco fonte cadent parce detorta*: “Palavras a pouco forjadas, em breve terão ganho largo crédito, se, com parcimônia, forem tiradas de fonte grega.”

¹⁵⁰ BARROS, João de. *Dialogo em louvor da nossa linguagem*, op. cit., p. 167.

¹⁵¹ BEAU, Albin Eduard. A valorização do idioma nacional no pensamento do humanismo português. In: *Estudos*. Coimbra: Por ordem da universidade, vol. I, 1959.

Eu ná fálo em [vocábulos] latinos de que Espanha tem tómodo pôbe antigamente:mas agora em nóssos tēpos cō ajuda da emprebã,deuse tanto a gēte castelhana e Italiana e frãesa às treladações latinas usurpãdo uocábulos, que ôs fez mais elegantes do que foram óra á cinquenta annos.¹⁵²

Mais uma vez, corrobora-se que a elocução latina é o modelo para a língua vulgar e que esta será superior tanto quanto se aproxime do latim, e neste caso específico, assemelhe-se também dos seus vocábulos. Por outro lado, a passagem acima é uma das raras citações quinhentistas sobre a transladação de textos latinos e da importância da impressão para a divulgação dos textos antigos. Visto que o gramático refere-se ao período de cinquenta anos no qual há grande entusiasmo pela apropriação dos termos latinos no vernáculo, calculamos, portanto, a data de 1489 que coincide curiosamente com o início oficial da impressão em Portugal. Com efeito, com o advento da imprensa, observamos um significativo entusiasmo pela publicação de obras em língua vernácula, dentre as quais destacamos: o *Cancioneiro geral* de Garcia de Resende (1516), compilação de cantigas em língua vulgar portuguesa e castelhana, com traduções de textos latinos em versos, tais como algumas epístolas das *Heroides* de Ovídio; a *Crônica do imperador Clarimundo* de João de Barros (1520), uma narrativa de cavalaria de grandes extensões que foi enviada a Duarte de Resende, enquanto estava em Ternate, nas Ilhas Molucas; os textos ciceronianos *Tratado da amizade*, *Sonho de Scipião* e *Paradoxas*, traduzidos por Duarte de Resende e impressos em 1531; a *Ropica Pnefma* de João de Barros de 1532; e depois da primeira metade do século, a *História de menina e moça*, de Bernadim Ribeiro, de 1554; as *Décadas* de João de Barros, entre 1552 até 1563; a comédia *Eufrosina* de Jorge Ferreira de Vasconcelos, de 1555 e os *Lusíadas*, impressos em 1572, entre outros.

A atividade dos impressores contribuiu enormemente para a divulgação dos textos greco-latinos e suas vulgarizações. E quando falamos de imprensa e da

¹⁵² BARROS, João de. *Dialogo em louvor da nossa linguagem*, op. cit., p. 167.

publicação de textos antigos na Europa do século XVI, dois nomes merecem nota: Aldo Manuzio e Erasmo de Roterdã. O primeiro foi responsável pela criação da Academia Aldina, em Veneza, reunindo importantes letrados para a edição de textos antigos e o encaminhamento para a impressão. Aldo Manuzio editou e imprimiu gramáticas e vocabulários das línguas antigas, além de obras em grego de Platão, Aristóteles, Xenofonte, Eurípedes, Plutarco, Homero, Teócrito e outros; e em latim de Ovídio, Virgílio, Cícero, Horácio, entre outros, além dos textos de Petrarca e Dante Alighieri. Erasmo era grande colaborador de Manuzio e auxiliava-o nos trabalhos de edição, comentário e no fornecimento de seus próprios textos para a publicação. Como já mencionamos, Erasmo foi de grande importância na difusão e valorização dos tratados ciceronianos no século XVI por meio de edições comentadas e prefaciadas, além das diversas menções a estes textos nas suas obras, sobretudo no conjunto de diálogos dos *Coloquia Familiares*.¹⁵³

Junto com as impressões, a vulgarização dos textos greco-latinos contribui ainda mais para a difusão de uma educação livresca, baseada nos textos antigos, principalmente nos tratados que respondiam aos apelos morais do tempo. Como exemplo, temos os diálogos de Erasmo de Roterdã que incentivam seus leitores a dedicarem seus momentos de *otium* às leituras de tratados morais e de textos de historiadores antigos. Na edição de 1523 das *Quaestiones Tuscultanae* de Cícero, Erasmo publica um prefácio no qual corrobora sua admiração pelo orador romano e sua obra. Ele afirma que, sendo jovem, admirava Sêneca e até à idade de vinte anos não suportava por muito tempo a leitura dos textos de Cícero. Contudo, passada a idade das paixões, a elocução ciceroniana tornou-se para ele, menos pela perfeição com algo de

¹⁵³ Há um belíssimo trabalho de Enric Satue sobre a prática tipográfica de Aldo Manuzio. Destacamos no livro o catálogo das obras antigas gregas e latinas editadas e impressas pelo editor. Vide: SATUE, Enric. *Aldo Manuzio: Editor, tipógrafo e livreiro*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

divino, mas pela santidade de seu espírito esclarecido (*pectoris eruditi sanctimoniam*).

Calcado em seu próprio exemplo de vida, Erasmo declara:

É por isto que eu não hesitaria em encorajar os jovens a ler e mesmo a aprender de cor para bem ocupar seu tempo, em lugar destes libelos querulosos e belicosos que surgem agora em todas as partes. Quanto a mim, sobre o declínio da idade, eu não teria nenhum receio nem arrependimento, uma vez livre das minhas ocupações, em reatar com meu querido Cícero e estabelecer durante alguns meses minha antiga intimidade, interrompida com ele desde muitos anos.¹⁵⁴

Nesta passagem fica bastante evidente certo valor de uso dos tratados ciceronianos no século XVI. A vulgarização e a impressão permitiriam, portanto, que um maior conjunto de leitores pudesse exercer a leitura proveitosa que Erasmo aconselha. Vemos, assim, uma relação bastante estreita entre a divulgação dos textos antigos, a vulgarização e a atividade dos impressores, fatores que contribuíram para a difusão de ensinamentos com proveito moral e modelo elocutivo para as línguas vulgares.

Voltando ao *Dialogo em louvor da nossa linguagem* de João de Barros, destacamos uma passagem na qual o preceptor constata como os letrados portugueses pouco se dedicam à trasladação e assim, ao invés de tomarem palavras dos vocábulos latinos, apropriam-se dos termos das terras conquistadas:

Este exercício [a tresladação] se ô nós usáramos, iatiuêramos conquistáda a língua latina como temos África e Asia:á conquista das quães nos mais dêmos que ás treladações latinas. E o sinal desta uerdáde,ê que nam sómente temos uitória destas pártes, mais ainda tomamos muitos uocábulos.¹⁵⁵

João de Barros se refere à trasladação como “exercício”, tal como encontramos na carta dedicatória de Duarte de Resende, ou seja, uma preparação elocutiva

¹⁵⁴ ERASMI Epistolae apud J. Chomarat. Sur Érasme et Ciceron. In : *Présence de Cicerón*. (ed. par R. Chevalier). Actes du Colloque des 25, 26 septembre 1982. Hommage au R.P. M. Testard. Paris : Belles Lettres, 1984, p. 121-122. (tradução nossa)

¹⁵⁵ BARROS, João de. *Dialogo em louvor da nossa linguagem*, op. cit., p. 167.

mencionada no *De Oratore* de Cícero sobre a versão do grego para o latim. Contudo, como observa Barros, os portugueses se dão mais às conquistas de África e Ásia que ao exercício da transladação, pois, se assim fizessem com o latim, já o teriam conquistado. João de Barros lembra a tópica quinhentista da língua do império para exemplificar a relação dos letrados portugueses com a prática da transladação de textos latinos antigos. Ou seja, pela transladação os portugueses também podem conquistar os domínios romanos, não em terras, mas na elocução, nos vocábulos. Isso reforça a questão da língua, pela qual o valor do vernáculo está diretamente ligado à sua semelhança com o latim, seja no seu uso político como língua de império seja na formulação gramatical, seja nas semelhanças estruturais e lexicais. Nesse sentido, observamos que nas considerações gramaticais de Fernão de Oliveira e João de Barros, ambos se assemelham na ordenação de suas matérias de acordo com os modelos greco-latinos, acomodando ao português as categorias taxonômicas das línguas antigas, igualando-as nas estruturas e nos mecanismos de funcionamento.

2.3 - O “Sonho de Cipião”, a “*Ropica Pnefma*” e o averroísmo paduano: acerca da imortalidade da alma

A noção de alma cristã e a sua imortalidade é indissociável do pensamento platônico em voga nos séculos XV e XVI, sobretudo, pelas traduções das obras do filósofo para o latim, realizadas na Itália desde o século XV, pelo menos. Entre as obras de Platão vertidas para o latim estão a *República*, as *Leis*, o *Górgias* e parte do *Fedro*, destacando-se as versões latinas feitas pelo italiano Leonardo Bruni que gozaram de grande popularidade. A este *corpus*, juntam-se ainda os textos de autores platônicos e os livros com comentários.

Um dos grandes divulgadores do pensamento e das obras de Platão no século XVI foi o letrado italiano Marsilio Ficino, fundador de uma Academia para o estudo e o debate da obra platônica. Ele deu ao Ocidente a primeira versão latina completa das obras conhecidas de Platão e de Plotino, juntando a elas outros escritos neo-platônicos. Na sua *Theologia Platonica de immortalitatem animorum*, de 1491, Ficino interpreta a filosofia platônica, aproxima-a do cristianismo e ressalta a doutrina da imortalidade da alma, demonstrando-a filosoficamente, indo de encontro aos intérpretes averroístas que entendiam a imortalidade da alma como um dogma de fé não passível de demonstração filosófica.

Em 1516, em pleno Concílio de Latrão, Pietro Pomponazzi incluiu-se no debate sobre a natureza da alma e no seu *Tractatus de immortalitate animae* reforça e amplia o argumento averroísta da impossibilidade de demonstrar a imortalidade da alma por meio de fundamentos exclusivamente naturais e filosóficos, restando à matéria apenas o estatuto de artigo de fé.¹⁵⁶ Além disso, Pomponazzi, nas suas reflexões sobre a relação entre o corpo e alma, insiste na noção de que a alma necessita do corpo como meio para o conhecimento sensorial e imaginativo. Esta concepção materialista indica que o conhecimento está fundado nos objetos corporais e enfraquece a doutrina platônica de um conhecimento inteligível e puro da matéria, distanciando-se também das doutrinas cristãs que preconizavam o desprezo deste mundo em favor dos verdadeiros merecimentos *post mortem*. Embora a proposta de Pomponazzi indique a imortalidade da alma e a existência de outro mundo como artigo de fé, ela incomoda por seu teor heterodoxo, contrário aos ditames definidos pelo Concílio que condenou

¹⁵⁶ KRISTELLER, Paul Oskar. La immortalidad del Alma. In: *El Pensamiento Renacentista y sus fuentes*, op. cit., p. 258.

peremptoriamente as interpretações de Averróis e Duns Scotto sobre a alma na obra de Aristóteles.¹⁵⁷

No Concílio de Latrão V, ocorrido entre 10 de maio de 1512 e 16 de março de 1517, condenou-se também a interpretação da alma proposta por Pietro de Pomponazzi, inspirada na interpretação averroísta de Aristóteles, segundo a qual a alma humana é mortal e uma para toda a humanidade. Este antigo e profícuo debate esteve no centro das discussões quinhentistas e se alinha com outras heterodoxias e desacordos religiosos deste momento:

As discussões sobre a imortalidade da alma estavam na ordem do dia na corte de Leão X. Bembo não escondia a sua predileção por Pomponazzi (...). Todos os velhos aforismos do averroísmo incrédulo – que o inferno é uma invenção dos príncipes, que todas as religiões contêm fábulas, que as rezas e os sacrifícios são invenções dos sacerdotes – eram repetidos pelas pessoas mais bem colocadas na corte.¹⁵⁸

Estas querelas filosóficas e morais repercutiram para outros centros intelectuais europeus e em Portugal chegou certamente pelos diversos letrados que estudaram nas escolas do norte italiano como bolseiros do rei. Uma evidência da repercussão destes eventos na prosa moral portuguesa é a *Ropica Pnefma (Mercadoria Espiritual)* de João de Barros, publicada em 1531 e dedicada a Duarte de Resende. Trata-se de um diálogo que utiliza na sua invenção personagens alegóricas: a Vontade, o Entendimento, o Tempo e a Razão. Numa explicação inicial dirigida ao leitor, João de Barros declara que sua obra é “leiga e clara de entender” aos doutos, “peró” a maior parte vai em metáforas e que as cousas e autoridades argüidas pelas personagens à Razão são as mesmas que qualquer infiel e pecador pode argüir. Assim, a alegorização de Barros se distingue da medieval e o aproxima de Erasmo do *Elogio da Loucura*, e, por meio dele, daquela

¹⁵⁷ Cf. SARAIVA. Introdução. In: *História da cultura em Portugal*, op. cit., p. 47. KRISTELLER. La Inmortalidad del Alma. In: *El pensamiento Renacentista y sus fuentes*, op. cit., p. 259.

¹⁵⁸ RENAN apud Saraiva. O humanismo em Portugal. In: *História da cultura em Portugal*. Lisboa: Jornal do Foro, 1955, p. 537.

prosa lucianesca muito cultivada e divulgada pelo teólogo, autor que João de Barros admirava e que a personagem Razão defende das calúnias feitas pelo Tempo.¹⁵⁹ A *Ropica* possui trechos, sobretudo nas partes introdutórias, de grande combate doutrinário, caracterizando-se assim como tratado moral com severas objeções aos seus críticos, o que resulta em muitas passagens nebulosas e até mesmo, contraditórias, já que não temos muitos dos seus referentes.

José Sebastião da Silva Dias observa que na *Ropica Pnefma* não há um “debate teórico ou um juízo dogmático” bem definidos sobre o problema da imortalidade da alma; mas uma doutrina escolástica, com gosto pela alegorização e enumeração de *auctoritates* antigas cristãs ou pagãs que legitimam os argumentos.¹⁶⁰ Ora, é possível observar que o modo de pensar de Anselmo, Abelardo e Pedro Lombardo, Boaventura, Aquino, Duns Escoto e Occam foi largamente difundido nos campos mais populares da prática religiosa ulterior.¹⁶¹ Nesse sentido, estes debates quinhentistas são transpassados das doutrinas e dos pensamentos dos séculos anteriores, reunidos aos sábios quinhentistas como Erasmo, Ficino e outros. Além do mais, João de Barros não deixa margem à dúvida quanto ao seu posicionamento religioso e filosófico no debate entre a Razão, o Entendimento e a Vontade. O letrado português cumpre com satisfação a proposta moral de sua obra e defende o cristianismo de verve erasmista, conclamando seus leitores ao evangelismo, à leitura dos autores antigos favoráveis à fé cristã e à retidão moral.¹⁶²

¹⁵⁹ Cf. BARROS. *Ropica Pnefma*. Edição de I. S. Révah com reprodução fac-similada da edição de 1532. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983, vol. I, p. 141.

¹⁶⁰ Cf. SILVA DIAS, José Sebastião da. Os “Peninsulares” e os “Italianos”. In: *A política cultural da época de D. João III*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1969, vol. I, p. 257.

¹⁶¹ KRISTELLER, Paul Oskar. El Platonismo Renacentista. In: *El Pensamiento Renacentista e sus fuentes*, op. cit., p. 100.

¹⁶² Trabalhos dos prof. José V. de Pina Martins e Manuel Cadafaz de Matos têm mostrado que as obras de Erasmo foram muito divulgadas em Portugal. Segundo Matos, está documentada a entrada, no ano de 1529, de dois exemplares dos *Coloquia* de Erasmo em Portugal. Cf. MATOS, Manuel Cadafaz de. Erasmo e os índices inquisitoriais em Portugal. In: *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, disponível no endereço eletrônico <ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2864.pdf>, p. 132. Consultado em janeiro de 2008.

No diálogo entre as personagens Vontade, Entendimento, Tempo e Razão, as duas primeiras tentam persuadir à Razão que compre as mercadorias trazidas por elas à sua mansão. A Razão resiste à extensa argumentação dos vendedores e busca convencê-los sobre os malefícios que aqueles bens trazem à outra vida depois da morte. Com isso, a Razão indaga aos seus interlocutores: “conçedes a exçelência que nesta republica dalma tendes per onde esta claro serdes espirito e nam carne, o espírito ée inmortal ou acaba juntamente com o corpo?” O Entendimento responde pela enumeração e exame de várias autoridade antigas que ponderaram sobre a natureza da alma:

Pythagoras diz, que alma ée hũ numero que se entende assy mesmo, Platam hũa substancia dada á entendimento. Aristoteles, a primeira forma potêcial do corpo. Diarcho a armonia dos quatro elemêtos. Tales, hũa natureza sem repouso que se moue a sy mesmo, Anaxágoras, hũa cousa semelhante ao áar. Ipícuro, hũa temperança elemental. Asclepiades, huũ apertamento dos sentidos. Demetrio, hũa cousa ençedida: e outros, outras muitas opiniões: com *que afirmo nã auer mais que naçer e morrer.*¹⁶³

Após esta inquirição das doutrinas antigas e os respectivos pareceres sobre a natureza da alma, o Entendimento humano demonstra sua indiferença para com a questão. Com isto, segundo a Razão, ele despreza o conhecimento fundamental que condiciona toda a vida terrena e as suas implicações filosóficas e religiosas. A Razão, argumentando em favor da imortalidade da alma, responde às interpretações epicuristas e averroísta utilizando a metáfora do peso do relógio que, depois de terminada sua têmpera, não deixa de existir:

Tu queres que seja huũa substância intelectual e immortal, e ella ée [quanto a meu juízo] huũ espiritu mouedor, terminado em seu offício e nã em seu ser: como o pesso do relógio que obra em quanto dura a têmpera em que foy posto.¹⁶⁴

¹⁶³ BARROS, João de. *Ropica Pnefma*, op. cit., p. 47-48.

¹⁶⁴ BARROS, João de. *Ropica Pnefma*, op. cit., p. 72-73.

A resposta da Razão à Vontade pode ser tomada como uma possível refutação de noções polêmicas acerca da natureza da alma que se divulgaram desde a publicação do *Tractatus de immortalitatem animorum* de Pomponazzi. Na passagem podemos observar que João de Barros não atribui às personagens da diatribe imbricadas discussões teológicas e silogísticas, mas simplifica o debate por meio de uma alegoria bastante acessível. Estas metáforas e alegorias confirmam aquilo que João de Barros chamou de “fruto montesino” ao fazer alusão às figuras de seu livro. Desse modo, a *Ropica* apresenta uma elocução em gênero baixo, familiar, conveniente ao gênero diálogo, que cumpre seu fim mais imediato com o *docere*.

Todo o primeiro livro é predominantemente dedicado à discussão sobre a natureza da alma. Desse modo, as personagens, nas suas intervenções, explicitam as diferentes concepções acerca da alma, embora tudo caminhe para a defesa do juízo católico confirmado no V Concílio de Latrão. Às objeções da Vontade e do Entendimento responde a Razão:

E *que* tu vejas todas as cousas materiaes per este modo de corrupçam acabar: fica a causa de sua criação immortal, que é alma, onde o fim de todas está incorporado, como a vitória de hu grande capitão. Nam fez deos tamanha fabrica como foy o mundo, nem cria as almas que é a mayor obra, pera terem tam pequeno termo como é esta vida: porque quanto precede delle per modo de vontade [assy como alma] tudo é infinito, e as outras cousas por causa delle sempre ficam viuas em o ser elementar que as compo, dado que percam o formal que as representa a nossa vista.¹⁶⁵

Os argumentos da Razão são muito próximos, senão os mesmos, que encontramos no *Sonho de Scipião* de Cícero “tornado em linguagem portuguesa” por Duarte de Resende. Os indícios que apontam a fonte ciceroniana são bastante fartos: a grande divulgação destes textos pela imprensa, a amizade e interlocução entre João de Barros e Duarte de Resende e o destaque dado pelo gramático à matéria da imortalidade

¹⁶⁵ BARROS, João de. *Ropica Pnefma*, op. cit., p. 74.

da alma, dedicando-lhe todo o primeiro livro da *Ropica*. Ademais, pela dedicatória da *Ropica Pnefma* ao tradutor de Cícero, sabemos que Resende pediu auxílio a João de Barros na preparação dos tratados publicados em 1531. Sabendo do ardor erasmista de João de Barros e do gosto de Erasmo pelos tratados morais de Cícero, não é estranho considerar estes tratados como subsídios doutrinários que direcionaram a composição de Barros.

Voltando ao diálogo entre as personagens alegóricas da *Ropica*, a argumentação em favor da imortalidade da alma e contrária ao averroísmo de Pomponazzi destaca-se na enumeração indistinta de filósofos e poetas e indica a variedade das leituras de João de Barros, sobretudo dos tratados morais de Cícero e Sêneca:

Conta Laertio que Tales Millesyo foy o primeyro que disse: as almas serem immortaes. E Phocylides o aproua nestas palauras. A alma ée immortal, e viue perpetuamente sem envelheçer. Isto sentia Ouidio quando disse. Deu o fabricador de todas cousas, ao homẽ, rostro alto e mandoulhe contemplar o çeo: nam o fez como os outros animaes cõ elle derribado, curuo e posto na terra. E mais adiante diz: as almas careçem de morte. En o liuro chamado dos tristes ó torna cõfirmar dizẽdo. Alguũa cousa temos de mortal: eçep̃to os bens da alma e do ingenho. E Manílio pergũtando o afirma algũa duuida aa hy, que dentro em nosso peito abita deos, e que as almas vem dos çeos e lá tornam? Sêneca nam em huũa mas em muitas partes afirma e diz: alem da morte aa vida. Tulio fez esta comaparçã: Bem como deos eterno dalguũa parte moue o mundo mortal, assy o animo sempiterno moue o fraco corpo. E no liuro das Tusculanas. O animo humano ée tirado da mente diuina: e se isto ée liçito, com nenhũa outra cousa se pode comparar, se nam com esse mesmo deos. E no de Amicicia se declara mais dizendo em pessoa de Lélío. Nem consinto com aquelles que pouco aa começaram dizer: juntamente com os corpos perecem as almas.¹⁶⁶

Nesta passagem, como era costume, encontramos a artifício da enumeração de autoridades como mecanismo de legitimação da doutrina preconizada. Destacamos a menção ao nome de Cícero e entendemos que muitas das sentenças do texto de João de Barros provêm da leitura dos tratados morais do orador, emprestados a Duarte de Resende, que os vulgarizou.

¹⁶⁶ BARROS, João de. *Ropica Pnefma*, op. cit., p. 76.

Pietro Pomponazzi defendia a impossibilidade de provar com bases filosóficas e naturais a imortalidade da alma, retomando a interpretação de Averróis e indo contra os ditames do V Concílio de Latrão, como dissemos. Com isto, a passagem da *Ropica Pnefma* a seguir responde favoravelmente aos princípios ortodoxos do catolicismo da primeira metade do século XVI corroborados nos concílios:

Finalmẽte o bẽ do corpo e da fortuna, qual seu princpio tal seu fim:tudo comea, tudo enuelhece, tudo acaba, Per o animo incorrupto e sempiterno governador do genero humano, gouerna e tde toda las cousas e nenha a elle. Ves aqui a immortalidade e exelna dalma, prouada per tantas razes natures e semelhanas exemplares: agora por autoridades de poetas, oradores e philosophos, estes somente tomados por testemunho de tua ignoria.¹⁶⁷

Como assevera a Razo, a prova est dada pela autoridade de poetas, oradores e filsofos, sendo assim, exorta aos seus interlocutores a busca pela glorificao da alma e no a do corpo, tendo como exemplo muitos que agiram desse modo. Em seguida, j ao final da contenda, o tempo introduz uma notvel noo sobre a alma humana, concepo esta que esteve no cerne de diversos debates teolgicos. Segundo o parecer do Tempo, a alma tem as obras como merecimento da “fama entre os vivos”, pois as aes humanas no multiplicam em merecimento, nem diminui as coisas divinas como a alma:

Segdo o que ca diz a Vontade e Intendimento: j concederom ser a alma immortal, por verem ser o hom a mais excelte criatura que a natureza criou: per quto aos trabalhos e martrios que passam, nam por glorificar alma em glria, mas em fama antre os viuos: pois erto que nenh humano pode multiplicar em mereimto as cousas diuinas como a alma, ou diminuillas do *que* naturalmte t.¹⁶⁸

Na diversidade das questes propostas na *Ropica Pnefma*, detemo-nos nas suas aluses aos debates teolgico-filosficos da primeira metade do sculo XVI em torno da

¹⁶⁷ BARROS, Joo de. *Ropica Pnefma*, op. cit., p. 77.

¹⁶⁸ BARROS, Joo de. *Ropica Pnefma*, op. cit., p. 80.

imortalidade da alma. Buscamos demonstrar o vigor e a repercussão de textos de filosofia moral nesta obra portuguesa, sobretudo, dos tratados de filosofia moral de Cícero. A amizade entre Duarte de Resende e João de Barros corroborada na carta dedicatória da *Ropica Pnefma* permite-nos afirmar que o *Somnium Scipionis* é uma das fontes de autoridade para as questões teológicas cristãs e morais sobre a alma discutidas no primeiro livro da *Ropica* de João de Barros.

2.4 – O Comentário sobre o “Sonho de Cipião” de Juan Luis Vives

Juan Luis Vives é um dos principais pensadores cristãos da Península Ibérica no século XVI e publicou diversas obras de filosofia moral, gramática, teologia, oratória, dentre outras disciplinas, destacando-se por sua ligação com vários letrados do seu tempo, sobretudo com Erasmo de Roterdã, de quem era interlocutor. Interessa-nos ressaltar um volume publicado em Anvers, por volta de 1535, intitulado *Ad Animi Exercitationes in Deum Commentatiunculæ*, no qual Vives trata do despertar da alma para Deus pelo exercício da oração, com diversas passagens nas quais ressoam idéias da doutrina erasmiana. O fato é que este livrinho foi dedicado a João de Barros, pessoa por quem Vives parece nutrir admiração e proximidade.¹⁶⁹ Na dedicatória, Vives lembra as virtudes de João de Barros e diz que as comprovou pela leitura de um livro publicado em língua vulgar, ao que tudo indica, o diálogo moral *Ropica Pnefma*. Além disso, Vives relata que foi por meio de certo Cristóvão de Miranda que tomou conhecimento da pessoa e da obra de Barros, a partir do que passou a admirá-lo, e como homenagem, dedicou-lhe uma obra. Cristóvão Miranda, João de Barros, Rodrigo Sanchez, Jerônimo

¹⁶⁹ Acerca disto, cf. OSÓRIO, Jorge Alves. L’Humanisme portugais et l’Espagne: Luis Vives et les portugais: à propôs d’un livre dédié à João de Barros. In: *L’Humanisme Portugais et L’Europe. Actes du XXIIe colloque international d’études humanistes*. Paris : Fondation Calouste Gulbenkian, 1984, p. 229-261.

Cardoso, Luis Pires, Lúcio André de Resende, o médico Antônio Luis, que dedicou também a João de Barros em 1540 o *Líber de Pudore* e os *Erotematum Libri*; estes e outros nomes aparecem relacionados em cartas que trocaram entre si e em menções nas dedicatórias e obras diversas. Nomes que circunscrevem um círculo de letrados educados nas letras gregas e latinas, com intensas atividades na corte e nas universidades ibéricas. Além disso, Jorge Alves Osório observa que a obra de Juan Luis Vives foi bem representada nos meios cultos portugueses desde o começo do século XVI, e, na data de 1531, Vives retribui a liberalidade de D. João III dirigindo-lhe a dedicatória do *De Disciplinis*.¹⁷⁰ Com isso, podemos inferir que as obras de Vives, entre elas a interpretação intitulada *In Somnium Scipionis*, não eram estranhas ao círculo de letrados ao qual pertencia Duarte de Resende.

O comentário de Vives sobre a *Somnium Scipionis*, publicado em 1520, fornece uma extensa e das mais significativas interpretações do *Somnium* de Cícero na primeira metade do século XVI na Península Ibérica e divide-se nas seguintes partes:

- 1) A carta dedicatória
- 2) *Praefactio ad Somnium Scipionis Ciceroniani*. Uma narrativa fictícia acerca da viagem do letrado ao reino do deus Sono.
- 3) Um breve *Argumentum* para o texto de Cícero: a transição do *Somnium Viuis*.
- 4) O texto do *Somnium Scipionis*.
- 5) Um segundo prefácio para o principal comentário do *Somnium*.
- 6) A *Vigilia*, principal parte do trabalho. Não é exatamente uma exegese tema a tema do texto ciceroniano. Trata-se mais de uma versão expandida da própria narrativa de Emiliano, encorpada com um apuro filológico e uma variedade de matérias de história e filosofia.

¹⁷⁰ OSÓRIO, Jorge Alves. L'Humanisme portugais et l'Espagne: à propos d'un livre dédié à João de Barros. In: *L'Humanisme Portugais et L'Europe*, op. cit., p. 237.

Dada a extensão do comentário, seu caráter exegético e a diversidade das suas matérias, restringiremos nosso foco sobre passagens nas quais Vives apresenta sua interpretação dos significados do texto ciceroniano. Com isto pretendemos observar os valores de uso do tratado de Cícero evidenciado numa importante interpretação quinhentista preparada por Vives para ser ensinada na universidade de Valência.

Na carta dedicatória ao Arcebispo de Valência Dom Erardo de la Mancha (1472-1538), Vives declara que se entreteve em compor uma espécie de “sonho” para servir de introdução e prefácio ao *Sonho de Cipião* ciceroniano. Acompanha este prefácio um texto intitulado *Vigília*, no qual Vives, como personagem, entra no sonho em busca de Cipião e de Cícero com a esperança de esclarecer junto deles os significados do sexto livro da *Republica*:

Adicionei também a minha *Vigília* ao mesmo *Sonho de Cipião*, obra com que se educa e se instrui o príncipe perfeito e completo para o bem público. Nenhuma obra é mais proveitosa e divina em toda filosofia.¹⁷¹

Vives concebe o tratado ciceroniano como uma relevante fonte de conduta moral para a educação do príncipe, chegando a atribuir-lhe o epíteto de “divino em toda filosofia”, um modo marcadamente erasmiano de ajuizamento dos textos morais ciceronianos, como tivemos ocasião de observar.¹⁷² Devemos notar também que a dedicatória dirige-se a Dom Erardo de la Mancha, homem de uma nobre família de Liège, onde fora arcebispo e príncipe por alguns anos. O arcebispo era partidário de Carlos V, indispôs-se com François I da França, perdendo a primazia na Sé de Chartres, e por fim, foi nomeado arcebispo de Valência. Era benfeitor das artes, dado à erudição e

¹⁷¹ VIVES, Juan Luis. *Epistola Praefatoria*, 5: *Addidi et Vigiliam meam in idem Somnium Scipionis, quo libello perfectus et absolutus in re publica princeps instituitur atque formatur. Nullumque est in tota philosophia praestabilius opus atque divinus.* (traduzimos as passagens com base no texto latino editado por Edward V. George do *Somnium et Vigilia in Somnium Scipionis*.)

¹⁷² Cf. BATAILLON, Marcel. “El erasmismo y la literatura espiritual” in *Erasmus y Espana*. México: Fondo de Cultura Económico, 1996, p. 577. Veja também o que dissemos na nossa Introdução.

recebeu de Erasmo de Roterdã a dedicatória de um comentário das epístolas de Paulo aos Coríntios. Ou seja, a dedicatória da obra foi dirigida a um homem de conhecida atividade política e responsável pela condução de importantes cargos públicos. Assim, a epístola de Vives ressalta ao ilustre remetente os benefícios que a leitura do tratado de Cícero pode trazer para o exercício de suas obrigações governativas, a ele e a todo homem que se ocupa dos cuidados públicos:

Assim, minha obra, no que há de melhor, é dedicada a ti, príncipe ilustríssimo, primeiramente porque contribuirás muitíssimo por tua parte como autor e promotor destes tempos de felicidade, que aqui mesmo prenuncio ao mundo ainda que sonhando; em segundo lugar, porque a quem há de dirigir a república da nossa igreja, a qual eu quero que seja a mais bem aventurada, desejo propor um modelo e exemplo do melhor e acabado dos príncipes, em quem se componha e (como fazes tu), imite.¹⁷³

Na passagem acima temos a proposição da obra de Vives e chama Cícero o “melhor e acabado dos príncipes”, apresentando-o como adequado à imitação dos leitores. As virtudes que devem ser imitadas são *simulacrum et exempla*, ou seja, duas palavras ligadas ao vocabulário da filosofia moral que dizem respeito à correção dos costumes pelo modelo e sua imitação. Ademais, o próprio letrado, na realização de seu comentário com exegeses, estudos e amplificações do texto antigo, desvela e mostra, na função de letrado cristão, a sua contribuição para a excelência da república eclesiástica, ou seja, para uma ordem política e moral espelhada nos melhores modelos da *res publica* antiga.

A invenção de Vives apresenta uma viagem ao reino do Sono com o fim de melhor compreender os significados do *Sonho de Cipião* e depois ensiná-los aos alunos

¹⁷³ VIVES, Juan Luis. *Epistola Praefatoria*, 7: *Utrumque meum opus optimo iure tibi a me, princeps illustrissime, dicatur, prius quidem quoniam tu pro tua parte, eaque non exígua, auctor et adiutor eris eiusque temporum felicitis, quam ipse orbi praeununtio, quamvis somnians; posteris quoniam recturo ecclesiae nostrae rempublicam, quam ego omnium beatissiam esse vellem, merito optimi et absolutissimi principis velut expressum simulacrum et exemplar proponi velim, ad quod se componat, quodque (ut et ipse facis) imitetur.*

da Universidade de Valência. Na sua chegada à morada do deus Sono, Vives descreve detalhadamente cada um dos aspectos que observa na sua estranha viagem. A arquitetura do lugar, seus habitantes, enumera os deuses presentes e sua ascendência, os animais e os diferentes hábitos de dormir, as plantas de seu jardim, acompanhadas pela descrição de suas funções medicinais. O lugar caracteriza-se por uma eterna escuridão, dominada pela Noite, mãe de Sono, com palácio todo lavrado de ébano, já que ao Sono e à Noite não há outra cor que os contente mais que o negro. O porteiro e o mordomo são o Descanso e o Silêncio que são encarregados de afastar dali qualquer ruído. O palácio fica às margem do rio Letes e seu movimento provoca um brando murmúrio que convida ao sono, juntamente com moscas que produzem um tranqüilizador ruído. Elas vivem ao redor do leito de Sono que dorme na companhia de sua mulher, a Tranqüilidade, e em camas próximas dormem suas filhas: a Preguiça, a Apatia, a Frouxidão, a Indolência e a Dormência.

A descrição contínua e o detalhamento na apresentação de cada um dos elementos que constituem o cenário das suas narrativas confirmam o caráter didático do texto de Vives, tornando-o um grande depositário dos saberes de diversas disciplinas. Assim, o texto de Vives, a exemplo do *Somnium Scipionis* que é uma súpula de saberes de cosmologia e geografia antigas, caracteriza-se também como súpula de saberes de história romana, filosofia moral, filosofia natural (descrição dos hábitos noturnos de vários animais, par. 16), botânica (a horta do palácio de Sono, as espécies de ervas soporíferas e de plantas míticas como as Mandrágoras), direito, poesia, crítica aos adivinhos do sonho e aos médicos que se valem deles para prescrever tratamentos. Diferente do *Somnium* ciceroniano pela extensão e variedade das matérias, Vives inclui muitos saberes na sua dramatização. Dentre estes saberes, a cosmogonia greco-latina é a base fundamental em que se assenta sua invenção, estabelecendo as hierarquias dos

deuses e seus domínios. Nesse sentido, afirma-se que se alguém nega obedecer ao deus Sono, seja mortal ou deus, é vencido por ele facilmente, tendo que se render ao seu grande poder, muitas vezes, o próprio Júpiter. Foi Sono que domou monstros como a Medusa, Argos e o dragão que guardava o velocino de ouro. Além disso, com frequência o Sono, não menos que Mercúrio, é mensageiro do supremo Júpiter.¹⁷⁴

Por outro lado, pela extensão do comentário e a diversidade dos episódios, há também uma variedade de gêneros oratórios, aparecendo exemplos de discursos judiciários, deliberativos, encômios, diálogos, e passagens com discursos maliciosos, que compartilham dos princípios da sátira lucianesca, difundida por Erasmo com sua *Moria*. Nestas passagens colocam-se em evidência sentenças condenatórias aos vícios atribuídos a instituições religiosas e de ensino. Um exemplo é a apresentação do deus Sono, que sempre, ao despertar, executa ordens, não porque fossem necessárias, mas para ordenar a cada um que se mantenha no que faz. Mas, se por acaso surge algum pleito, Sono age da seguinte maneira:

Não existe juiz hoje em dia mais justiceiro que ele; não há para ele acepção de pessoas, ele é certo para resolver brigas de família na justiça porque ele é imparcial. Não olha para ninguém, ouvindo os casos como o Aeropagita, no escuro com os olhos tapados. Seja rei, mendigo, escravo, livre, varão ou mulher, menino ou ancião, segundo o respectivo merecimento, a todos faz justiça. De maneira que alguns têm boa saúde e estão bem alimentado, ainda que sejam escravos com más condições para dormir bem. Por outro lado, outros, mesmo rico ou sendo o próprio rei, passa as noites em claro e o tálamo é seu potro. Não importam quem sejam, enquanto estiverem debaixo de seu teto e jurisdição, são perfeitamente iguais e naquela morada não há diferença entre o feliz e o infeliz.¹⁷⁵

¹⁷⁴ Cf. *Ioannis Ludovici Vivis somnium quae est praefatio Somnium Scipionis ciceroniani*, 17.

¹⁷⁵ *Ioannis Ludovici Vivis somnium quae est praefatio Somnium Scipionis ciceroniani*, 10: *Nullus est hodie iudex aequior deo illo. Arta cognatione ac gentilitate iustitiae tenetur; nullus est illi nostrarum personarum respectus; neminem intuetur, clausis oculis et in tenebris causas audit Areopagitarum more; sive rex sit, sive mendicus, servus, liber, vir, femina, puer, senex, omnibus pro meritis ius reddit; ut si bona sit quis valetudine, bene pastus, bene potus, etiam si sit servus, humilis abiectus, bene dormiat, sin secus, etiam si sit dives et rex ipse, vigilet et crucietur, omnesque quamdiu in illo versantur foro pares sint, nec aliquid inter beatissimum et miserrimum intersit.*

Os episódios satíricos, como dissemos, têm como fim a condenação de instituições viciosas e seus membros, valendo-se de alegorias ridicularizantes e ironias ferinas. Por exemplo, quando Vives fala dos habitantes da casa de Sono, ressalta que nela não há lugar para quem não saiba adular e lisonjear, como nas casas de príncipes:

Destes servidores ociosos, atrafegados, o Sono tem muitos em sua morada espaçosa, como os animais todos, com exceção das plantas e de todos os seres que não tem sensibilidade, estão ausentes da casa dos príncipes os que carecem da capacidade da lisonja e da adulação.¹⁷⁶

Vives utiliza na sua invenção uma solução semelhante à do *Somnium* ciceroniano e, dormindo, deseja encontrar o próprio Cícero para que possa revelar-lhe os segredos do fragmentário *Somnium*. Desse modo, Vives, ao ver-se diante de Sono, pede-lhe que o acompanhe até o lugar onde se encontrava Cícero. Primeiramente Vives encontra a Cipião Emiliano dormindo, desperta-o e apresenta-se como valenciano e espanhol. Isto assusta o general e dar-se conta do constrangimento de Cipião, Vives faz um divertido trocadilho com o *Somnium* dizendo: *Quem ego bono esse animo iussi, et ut quae somniauerat declararet regavi* (“ordenei que tivesse bom ânimo e pedi que explicasse o que sonhara”).¹⁷⁷ Cipião negou o pedido de Vives e alegou ter ocupações mais relevantes que tratar de um sonho, indicando que continuasse seu caminho e procurasse por um homem de Arpino, com grande habilidade da sua língua.

O encontro com Cícero foi ocasião de grande celebração para o letrado que o glorifica por vários epítetos: orador, príncipe dos advogados, rei do fórum, catilinicida, líder, desbaratador da conjuração, proscritor de Antônio e pai da pátria. Depois das devidas reverências, Vives pede ao orador que lhe explique o significado do *Somnium Scipionis*:

¹⁷⁶ Ioannis Ludovici Vivis *somnium quae est praefatio Somnium Scipionis ciceroniani*, 14: *Ita Sominus habet plerosque, amplis in illis suis aedibus, tales ii sunt omnia animlia, stirpes vero et ea quae nihil sentiunt excluduntur, ut a domibus principum ii qui assentandi et adulandi sensum nullum habent.*

¹⁷⁷ Ioannis Ludovici Vivis *somnium quae est praefatio Somnium Scipionis ciceroniani*, 48.

Venho ao ínclito Cícero e suplico-lhe com palavras as mais brandas possíveis e pela memória de sua filha Túlia, que exponha para mim sem excusa o que significa o que o Africano sonhou.¹⁷⁸

Cícero, na invenção de Vives, demonstra grande satisfação em saber que suas obras continuam sendo úteis e proveitosas aos jovens, mesmo depois de sua morte, além de ser um acréscimo para a glória do Povo Romano. O orador se contenta em não faltar nem a Vives e tão pouco a nenhum daqueles que lêem seus textos em língua latina, polida por ele e aumentada pela filosofia e pelos preceitos de bem viver. O orador argumenta que se esforçou em explorar aquelas riquezas que estavam recônditas e encobertas na língua e nas letras gregas, trasladando-as e naturalizando-as nos seus escritos e declara que, na escolha dos filósofos que desejava trazer para Roma, não buscou os menores, mas somente aqueles príncipes como Platão, Aristóteles, Zenão e Teofrasto. Desse modo, o Cícero do *In Somnium* de Vives caracteriza seu *ethos* como letrado e homem público, interessado em elevar a dignidade da língua latina pela apropriação dos melhores textos da filosofia grega, eleita pelas figuras dos quatro filósofos citados. Na confirmação desta eleição, Vives preconiza a filosofia ciceroniana como uma harmonização da filosofia platônica, aristotélica e estóica. De fato, o *Sonho de Cipião* é um belíssimo exemplo desta harmonização e traz elementos de todas estas escolas antigas, integrando-as na sua exposição doutrinal.

Cícero, enquanto narrador e preceptor de Vives, relata que em sua vida sempre cultivou os interesses públicos, seja no exercício de cargos de governação seja na reflexão acerca da república. Compôs, assim, obras que imitavam as de Platão, introduzindo nelas personagens de grande autoridade nos costumes políticos de Roma:

¹⁷⁸ *Ioannis Ludovici Vivis somnium quae est praefatio Somnium Scipionis ciceroniani*, 64: “Sedato iam tumultu tanto et tam vario, adeo reverentur Ciceronem, illumque quam possum verbis blandissimis oro et per manes Tulliolae obtestor, ut exponere mihi ne gravetur, quae somniasse Africanum confinxerit.”

Cipião Africano; Caio Lélío, o Sábio; Manlio e Furio Filo, lembrados por todos como notáveis varões consulares de reconhecida excelência.¹⁷⁹ Cícero relata que inicialmente sua *Republica* seria composta de nove livros, contendo cada um as conversações diárias de nove dias de encontro entre os principais varões de Roma. No entanto, quando Cícero leu estes livros em Túsculo, estando Salústio entre os ouvintes, sugeriu ao orador que compusesse uma obra dedicada à constituição da república, já que possuía autoridade consular e fizera intervenções decisivas na política romana. No dizer de Salústio, o modelo para Cícero eram as obras sobre a cidade e a política de Aristóteles. Com isto, o orador decidiu fazer o “tratado” na forma de diálogo com seu irmão, Quinto, reduzindo os dias a três e os nove livros a seis, com um estilo no qual a gravidade se conjugasse com a dignidade, e a erudição se casasse com a conversação.

¹⁸⁰ Em seguida, Cícero refere-se ao destino de sua obra, que se perdeu pouco tempo depois, e o significado da transmissão independente da última parte, o fragmentário *Somnium Scipionis*:

O que embora, vós não podeis saber, dada a inveja dos tempos para aqueles seis livros, como muitos escritos meus e de muitos outros que não chegaram a vós, o *Somnium Scipionis*, estando naufragado, sozinho flutuou dentre tantos tesouros submersos, chegou à margem e assim podeis realizar diversas conjecturas firmes e razoáveis acerca de toda obra. Considero que eu usei de toda estratégia e meio que pudera para juntar nele tanto saber, tanta quantidade de pensamentos, tantos recônditos e arcanos saberes que poderia ser alcançado e reunido. Foi empregado um modo de dizer que tanto tem de majestade em elevação e em formosura quanto requer a própria matéria tratada e as três personagens que falaram: os dois Cipíões e Paulo Emilio, os mais excelentes de nossa cidade em todos os tempos.¹⁸¹

¹⁷⁹ Ioannis Ludovici Vivis *somnium quae est praefatio Somnium Scipionis ciceroniani*, 68: *Dedi igitur sermonem Scipioni posteriori et amico eius Caio Laelio, illi qui cognominatus est Saeptius, et Manlio et Furio Pilo viris consularibus, quibus omnibus non tulit ullos nostra civitas aut gloria clariores, aut auctoritate graviores, aut humanitate politiores.*

¹⁸⁰ Cf. Ioannis Ludovici Vivis *somnium quae est praefatio Somnium Scipionis ciceroniani*, 69.

¹⁸¹ Ioannis Ludovici Vivis *somnium quae est praefatio Somnium Scipionis ciceroniani*, 70: *Quod quamquam scire vos non potestis, ad quos temporum invidia, ut alia permulta tum mea tum etiam aliorum, ita et illi sex libri non pervenerunt, ex ipso tamen Scipionis Somnio, quod de tanto velut naufragio submersis tot opibus solum enatavit, pervenitque ad litus, coniecturam facere satis firmam atque certam potestis, in quod mihi tantum rerum, tantum sententiarum, tantum reconditae et arcae eruditionis coniecisse videor quantum totidem verbis capi et comprehendere, quavis ratione et via poterat,*

Esta passagem evidencia que o *Somnium* era considerado como uma smula de saberes antigos, tal como se difundiu com o comentrio do sculo IV de Macrbio, uma das principais fontes para o texto de Vives. As consideraes de Ccero sobre o *Somnium* deslocam o suposto malefcio da perda da *Republica* para um plano secundrio, j que os sbios foram hbeis em retirar das sintticas sentenas do texto restante o que na obra perdida estava proeminente. Ou seja, Ccero apresenta o *Somnium* como uma sntese de todo livro e, sendo um promio, traz necessariamente toda a doutrina dispersa na obra integral. Nesse sentido, o fato de ser fragmentrio, por causa da inveja do tempo, no impede que os leitores aproveitem os ensinamentos preconizados na brevidade de suas poucas linhas. Ademais, a inveno de Vives leva confirmao, nas prprias palavras de Ccero, da validade e importncia de seu comentrio como o lugar no qual se realiza a exegese necessria do texto ciceroniano habilmente sinttico.

No *Argumentum Somnii Scipionis Ciceroniani*, o prprio Ccero discorre sobre os significados do seu texto, satisfazendo aos rogos de Vives em nome de seus alunos de Valncia. Assim, Ccero observa que, diante da diversidade dos caracteres humanos, uns buscam a virtude por medo, outros pelos prmios, e h aqueles, mais nobres e excelsos, que a buscam pela prpria propenso ao bem verdadeiro. Desse modo, com vistas a esta variedade, Plato organiza a sua *Politia* apartando dela os delitos e crimes, e para isto, ameaa aos viciosos com castigos e penas reservados no *post mortem*.

Ccero, por sua vez, preferiu na sua inveno exortar o leitor a que buscasse o bem comum e a justia, no por causa da existncia das punies, e sim, pela contemplao dos prmios reservados aos melhores homens da ptria nas esferas

dictionis tenore ac facie quae tantum habet maiestatis quantum et res ipsae de quibus igitur, et ipsi tres, Scipiones duo, et Paullus Aemilius, principes omni aevo nostrae civitatis, qui disserunt.

celestes, no mundo do além.¹⁸² Esta comparação entre o texto platônico e o *Somnium* ciceroniano é uma das primeiras questões comentadas pelo *Commentum Somnium Scipionis* de Macróbio. Isso evidencia a apropriação de Vives de passagens do comentário macrobiano na constituição do discurso de Cícero para sua apreciação do *Sonho*. Continuando nesta linha, se Platão optou por uma personagem relativamente secundária, o herói Er, para narrar os eventos do mundo do além e o fez ressurgir dos mortos; Cícero, por sua vez, escolheu a verossimilhança de um sonho e a autoridade de personagens da história romana. Desse modo, introduziu *gravissimas personae* tais como Paulo Emiliano, o Cipião Africano e Emílio Cipião, pois, na invenção do *Somnium*, o *ethos* destas personagens convém à dignidade das matérias tratadas. As suas falas tratam de matérias elevadas tais como a cosmologia dos astros, a cosmografia da terra e a natureza da alma, provando seu caráter imortal.¹⁸³ Assim, pela boca de Cícero, a invenção de Vives concebe um significado ao *Sonho* que busca persuadir o leitor de que as sentenças ali declaradas são revelações boas, santas e perenes (*bonum et sanctum suo in statu perpetuo*).

Mais adiante, Cícero utiliza uma metáfora militar no intuito de ilustrar os valores do seu texto para o leitor cristão do século de Vives: o *Sonho* seria um arsenal de onde os varões devem tomar suas armas. O vocabulário militar utilizado nesta metáfora da fortaleza lembra o *Enchiridion de militis christianus* de Erasmo de Roterdã, sobretudo na alusão à disciplina militar como meio de correção moral do cristão baseada no freio das paixões e na busca das virtudes éticas. Estas e outras passagens da fala de Cícero servem como demonstração de que o tratado ciceroniano não contém doutrinas vãs e

¹⁸² VIVES, Juan Luis. *Argumentum Somnii Scipionis Ciceroniani*, 2: *Ego vero Romanorum generosiores animos in spem sempiternae felicitatis erigo, ac tanta proposita mercede stimulo ac incendio ut pátria benefaciant, atque in placidissima pace ciuitatem regant et tueantur.*

¹⁸³ Cf. VIVES, Juan Luis. *Argumentum Somnii Scipionis Ciceroniani*, 4.

soberbas, pelo contrário, são legitimadas pelo saber mais importante da vida do homem terreno: de que sua alma é imortal e que há merecimentos no mundo do além.

No *Praefatio prior ex editione Frobeniana* de 1521, encontramos outros elementos que evidenciam a leitura quinhentista proposta pelo letrado valenciano para o *Somnium* ciceroniano. Vives defende-se daqueles que por ventura o acusem de fazer algo que Macróbio já tenha feito. Argumenta que não se deixou paralisar pelo grande comentário macrobiano e que há muitos outros letrados que tiveram a ousadia de cuidar da mesma matéria tanto em exposições, discursos ou tratados filosóficos como em outras tantas obras de gênero didático.¹⁸⁴

Vives declara peremptoriamente que em nenhuma época escreveu-se, com exceção dos livros sagrados, uma obra mais condensada de arte e de eloquência que o que se encontra no *Somnium*, pois, nenhuma parte da filosofia falta a este imenso livro pequeno: raciocínio, indução, entimemas e demais gêneros de argumentação em toda sua variedade encontram-se nele. Todos os recursos da dialética estão espalhados por ele, mas com maior frequência e densidade na passagem final na qual se discute a imortalidade da alma. Segundo Vives, o *Somnium* trata, com verdadeiro conhecimento de causa, de disciplinas como a filosofia moral, a política e outras, consideradas com tanta pureza, tanta integridade, tanta elevação e religiosidade que parece inacreditável que tal doutrina provenha de um autor pagão.¹⁸⁵ Lido como uma imitação de Platão, o *Sonho* é, para o comentador quinhentista, uma evidência da relevância da filosofia platônica nas letras romanas:

Imitou nosso filósofo a Platão, seguiu-o passo a passo e trasladou a sua filosofia, modificando-a em alguns pontos e vertendo-a ao pé da letra em

¹⁸⁴ Cf. VIVES, Juan Luis. *Somnium et Vigilia in Somnium Scipionis*, op. cit. Appendix III: Praefatio prior ex editione Frobeniana. A. D. MDXXI, par. 2.

¹⁸⁵ Cf. VIVES, Juan Luis. *Somnium et Vigilia in Somnium Scipionis*, op. cit. Appendix III: Praefatio prior ex editione Frobeniana. A. D. MDXXI, 10.

outros. E isto que fez Cícero na maior parte de seus escritos, realizou-o também neste, que é platônico nos quatro lados, exceto na sua dissertação sobre o céu, onde se inclinou mais para o lado de Pitágoras e os egípcios, na ordenação das estrelas, na música e no concerto celeste.¹⁸⁶

Nesta espécie de revisão das fontes de Cícero, Vives afirma que o *Somnium* tratou de matérias, em alguns lugares, à maneira aristotélica, em outros platonicamente. Com isto, a obra ciceroniana poderia ser tomada como um exemplo de conciliação da filosofia dos dois baluartes gregos. Porém, mesmo diante dessa diversidade de fontes, os autores antigos são enviesados pela leitura cristã própria do tempo. Assim, ao tratar das matérias morais, Vives não se dispensou de mostrar como as doutrinas preconizadas nas obras de Platão e Cícero se coadunam com a revelação cristã.¹⁸⁷ A isto, acrescentamos o fato de que o comentário foi direcionado ao arcebispo de Valência, D. Erardo de la Mancha, e que a proposição inicial da obra é a educação do príncipe cristão, com vistas à república eclesiástica.

O comentário de Vives explicita e divulga alguns dos principais significados quinhentistas do *Somnium*, os quais a vulgarização de Duarte de Resende não necessitou esclarecer, mas que ecoam em sutis lugares dela. O texto de Resende difunde em língua vernácula uma obra que, pelo que pudemos demonstrar, dizia respeito diretamente a importantes discussões filosóficas e teológicas do século XVI, além de ser considerado um depositário de saberes antigos de diversas matérias. Nesse sentido, a vulgarização resendiana pode ser lida em diversas chaves de interpretação: modelo oratório de tratado filosófico e do diálogo antigo em língua vernácula; súpula de diversos saberes e doutrinas filosóficas antigas; *auctoritas* que assevera o princípio da imortalidade da

¹⁸⁶ VIVES, Juan Luis. *Somnium et Vigilia in Somnium Scipionis*, op. cit. Appendix III: Praefatio prior ex editione Frobeniana. A. D. MDXXI, 13 : *aemulatus enim est Cicero fere ubique Platonem, multaue ex illius philosophia in suam, partim reconcinnata et mutata, partim integra, ad uerbum transtulit. Quod cum plerisque aliis in scriptis suis fecit tum in hoc ipso totus est platonicus, praeterquam ubi de coelis disserit, in qua disputationes ad Pythagoram et Aegyptios magis de ordine siderum vagantium et concentu caelorum.*

¹⁸⁷ Cf. VIVES, Juan Luis. *Somnium et Vigilia in Somnium Scipionis*, op. cit. Appendix III: Praefatio prior ex editione Frobeniana. A. D. MDXXI, 14.

alma; fonte de educação moral e exemplo para os príncipes e alegoria platônico-ciceroniana da vulnerabilidade deste mundo face à felicidade eterna da bem-aventurança nas esferas celestes.

2.5 - O leitor cristão e as fontes antigas

Jorge Alves Osório, no artigo “O *Convivium Religiosum* de Erasmo numa edição coimbrã dos *Colóquios*”, mostra como a edição dos *Coloquia* realizada pelo letrado João Fernandes, em meados do século XVI, teve diversas passagens alteradas por causa das sanções impostas aos textos erasmianos pelo Concílio de Trento (1545-1562). Porém, as principais características do pensamento erasmiano se mantiveram nos meios letrados, pelo menos, desde o começo do século: “A Península da década de vinte, em especial os anos de 1525 em diante, foi uma leitora muito especial da obra (ou de certa obra) de Erasmo.”¹⁸⁸ Osório lembra ainda que Erasmo não é o precursor de Voltaire, como afirmou uma crítica mais descuidada, mas é o homem da *Paraclesis ad Christianae Philosophiae Studium*, ou melhor, como mostrou Marcel Bataillon nos seus estudos sobre o pensamento erasmiano na história espiritual quinhentista, Erasmo desejava crer e expandir a fé cristã culta e piedosa.¹⁸⁹

A edição quinhentista coimbrã dos *Coloquia Familiaris* foi dedicada ao príncipe D. João e antecedida por uma carta dirigida ao cardeal D. Henrique, homem que se rodeava de alguns dos principais letrados do tempo. Nela, Fernandes ressalta a importância da eloquência oratória e suas relações com a sabedoria, atribuindo à doutrina erasmiana a qualidade de usar a eloquência (*ars recti dicendi*) a serviço da

¹⁸⁸ OSÓRIO, Jorge Alves. O *Convivium Religiosum* de Erasmo numa edição coimbrã dos Colóquios. *Humanitas*. Coimbra, vols. XXV-XXVI, 1978, p. 243-4.

¹⁸⁹ OSÓRIO, Jorge Alves. O *Convivium Religiosum* de Erasmo numa edição coimbrã dos Colóquios. *Humanitas*, op. cit., p. 238.

piedade: *Ut primas igitur tenet pietas, ita secundas habet eloquenti, pietatis seruiat.*¹⁹⁰

Para Fernandes, Erasmo era um homem de vida exemplar e doutrina religiosa católica, que defendeu a Igreja contra as obras heréticas divulgadas por Lutero.

No caso do diálogo intitulado *Convivium Religiosum*, que trata especialmente da leitura dos autores profanos pelos leitores cristãos, sabe-se que este texto já circulava na Península em língua castelhana desde 1529, numa edição realizada pelo frade Alonso de Verués, intitulada *Combite Religioso*. A matéria principal deste diálogo pode ser resumida como a situação do cristão num mundo em que todas as coisas são sinais da obra de Deus, e assim, coloca-se o tema do valor e da utilidade das leituras profanas (anteriores ao cristianismo) para a educação do cristão. O *Convivium* articula sua invenção em torno da tópica da *urbe fugere* e da conversação entre homens doutos, que se distinguem dos *caeci* ou incultos. Além disso, mais do que uma tópica platônica e ciceroniana, o campo permitia a conversação entre os homens doutos longe das discórdias e interesses da cidade, bem como a contemplação da grande obra de Deus.

Porém, não podemos esquecer que a reunião de doutos significa para Erasmo o encontro de homens animados de sentimentos e pensamentos religiosos. Os livros de filósofos pagãos como Sócrates e Cícero aparecem na medida em que “são exemplos propedêuticos para os cristãos”, no dizer de Osório. No *Banquete Religioso*, o anfitrião Eusebius propõe que se leia à mesa uma sentença proveitosa para servir de mote às conversações durante o banquete. Esta passagem evidencia o teor doutrinário do diálogo erasmiano e nos motes encontramos passagens bíblicas e gentílicas que servem para legitimar sua doutrina e validar a sabedoria pagã. Além disso, a escolha de Eusebius para o nome do anfitrião não pode ser dissociada do nome de Eusébio de Cesaréia, do século IV, autor da patrística que defendia o uso dos autores greco-latinos em função do

¹⁹⁰ João Fernandes apud Osório. O *Convivium Religiosum* de Erasmo numa edição coimbrã dos Colóquios. *Humanitas*, op. cit., p. 241.

cristianismo. A *Praeparatio Evangelica* de Eusébio de Cesaréia é uma tentativa de demonstração da continuidade existente entre o pensamento pagão e o cristão dos primeiros séculos da cristandade; e a sua *Historia Ecclesiastica*, escrita em grego e vertida ao latim por Ruffino, certamente foi lida por Erasmo, dada sua larga fortuna nas letras ocidentais. De fato, Osório destaca que os textos de Erasmo eram atravessados pela leitura de diversos escritos, por um lado marcados pelo espírito lucianesco e pelas referências a diversos textos greco-latinos pagãos; e por outro, devedor de obras dos primeiros séculos cristãos, considerados como depositários do cristianismo primitivo de pureza e santidade, mas também do florescimento de diversas heresias.¹⁹¹ Os textos de Erasmo valem-se também das obras fundadoras como as *Epístolas* de Paulo e os evangelhos, considerados como leituras de ouro do cristão. Desse modo, as leituras que perpassam a obra erasmiana vão subscrevendo um verdadeiro programa de leituras que contém textos religiosos e profanos. No caso destes últimos, são considerados como depositários de *exempla* e *sententiae* para a conduta moral e cristã, e em última instância, o fim de toda a doutrinação é a leitura dos textos bíblicos e a piedade religiosa.

Voltando ao *Banquete*, Eusebius lembra primeiramente aos seus convivas a promessa bíblica da presença de Cristo onde dois ou mais se reunissem em nome Dele. Assim, confiantes na inspiração divina, o anfitrião propõe o início do banquete e das conversações, sempre orientadas, como dissemos, por uma sentença inicial. Curiosamente, os motes são máximas para a educação do príncipe e dos seus conselheiros, referindo-se ao problema da tirania (primeira discussão); à necessidade de

¹⁹¹ Cf. OSÓRIO, Jorge Alves. O *Convivium Religiosum* de Erasmo numa edição coimbrã dos Colóquios. *Humanitas*, op. cit., p. 244. Ver também: Dictionaire. Verbete Patristique. In: *Erasme*. Édition établie par Claude Blum, André Godin, Jean Claude margolin et Daniel Ménager. Paris : Robert Lafont, 1992. Sobre Eusébio de Cesaréia e a *História Ecclesiástica*, ver: MOMIGLIANO, Arnaldo. *The classical foundations of modern historiography*. Tradução de Maria Beatriz Borba Florezano. Bauru: EDUSC, 2004, p. 195-203.

pureza moral no desempenho da função de reinar (segunda) e a como reger o homem para Deus (terceira). Neste passo encontramos uma das passagens que mais sintetiza o pensamento erasmista sobre as fontes pagãs e tomamos como uma das epígrafes do nosso estudo: *Imo profanus dici non debet, quicquid pium est, et ad bonos mores conducens*: “Assim, não deve ser dito profano, aquilo que é pio e aos bons costumes conduz”. Por causa das matérias e das autoridades aludidas nas conversações, Osório considera o *Convivium Religiosum* uma “espécie de pequeno manual cristão” bastante imbuído das leituras agostinianas de Erasmo.¹⁹² Como “manual cristão”, no *Convivium* preconiza-se a educação cristã e política do príncipe. Em tempos de litígios religiosos e políticos, geralmente relacionados, estas matérias são fundamentais para a educação do príncipe cristão que pode estabelecer a *res publica* cristã, construída segundo modelos éticos antigos. Nesse sentido, as conversações evidenciam a que leitores preferencialmente orienta-se o diálogo e se incluem no rol daquelas obras dirigidas à educação dos monarcas e seus súditos, envolvidos nas funções de governação.

O assunto final do *Banquete* preconiza o desprezo pela glória terrestre em favor dos merecimentos celestes, o que aproxima o texto erasmiano ao *Somnium Scipionis* de Cícero e ambos da escatologia cristã católica. O conselho de Paulo Emilio Cipião ao seu filho, Emiliano Cipião, sobre o cuidado com a *Republica* dialoga com a formulação de Eusebius: *totam curam ac studium nostrum transferamus in amorem rerum coelestium*: “todo cuidado e estudo nosso transfiramos para o amor das coisas celestes”.¹⁹³ E assim, definiam-se também as duas principais atividades do letrado cristão no serviço dos príncipes: os estudos das letras humanas para o entendimento das divinas e a produção de obras úteis à vida cristã.

¹⁹² Cf. Osório. O *Convivium Religiosum* de Erasmo numa edição coimbrã dos Colóquios. *Humanitas*, op. cit., p. 258.

¹⁹³ ERASMO apud Osório. O *Convivium Religiosum* de Erasmo numa edição coimbrã dos Colóquios. *Humanitas*, op. cit., p. 262.

Noutro artigo intitulado *Christiana Persuadio Erasmi Opinione*, Osório mostra a importância das fontes antigas para as letras cristãs quinhentistas. Em 1520, Erasmo publicou o diálogo intitulado *Antibarbarorum liber* no qual discutia as relações entre os leitores cristãos e os textos greco-latinos pagãos. Uma das perguntas a que o teólogo propõe resposta é como pode haver cristão tão inculto que veja heresia no amor pelas letras antigas: *haeresim esse scire Graecas literas, haeresim esse loqui quo more locutus est Cícero?*¹⁹⁴ Ou seja, a questão mais geral que Erasmo coloca no *Antibarbarorum* é em que medida podem as letras antigas ser úteis ao leitor cristão na elaboração, prática e ensino devotos. Ou melhor, até que ponto é aos autores cristãos legítimo o recurso às obras pagãos? Estas questões remontam aos pensadores dos primeiros séculos do cristianismo, sobretudo, Justino de Roma, apologista do século II, que considera cristão todo os que viveram de acordo com a razão, mesmo antes da vinda de Cristo. Assim, ele tenta definir a natureza da revelação cristã e seu lugar na história da humanidade. Etienne Gilson, em *A filosofia na Idade Média*, dedica parte do seu primeiro capítulo à obra de Justino e mostra como ela defende o cristianismo como filosofia igual ou até mesmo melhor que as escolas antigas gregas e latinas que os cristãos substituíram. Na *Segunda Apologia*, Justino defende “que a verdade do Verbo é como uma razão seminal, isto é, um germe, de que cada homem recebeu uma parcela.”¹⁹⁵ Nesse sentido, todos os homens que viveram segundo o Verbo (entendido como razão e Cristo foi o Verbo feito carne), fossem judeus ou pagãos, podem ser considerados cristãos. Pela leitura dos textos de Justino, Gilson afirma:

Houve, pois, cristãos e anticristãos antes de Cristo; logo, também méritos e deméritos. Acrescentemos a isso que os filósofos gregos tomaram amiúde

¹⁹⁴ *Opera Omnia Desiderii Erasmi Roterodami* apud Jorge Alves Osório. *Christiana Persuadio Erasmi Opinione*. *Revista de Letras da Faculdade de Letras do Porto “Línguas e literatura”*, Porto, XV, 1998, p. 233.

¹⁹⁵ GILSON, Etienne. *A Filosofia na Idade Média*, op. cit., p. 5.

suas idéias emprestadas dos livros do Antigo Testamento, e teremos direito de concluir que a revelação cristã é o ponto culminante de uma revelação divina tão antiga quanto o gênero humano.¹⁹⁶

Curiosamente, no século XVI institui-se um novo tempo de apologia, mas ao contrário. Se no passado defendeu-se a doutrina cristã aproximando-a dos pensamentos dos antigos, agora, os letrados cristãos defendem as letras antigas nas suas semelhanças com a doutrina de Cristo, desde que não contrariem a *pietas* e a *devotio*. Para Erasmo, a inclinação ao amor das *bonae litterae* é um impulso, uma força da natureza (*naturae uir*), ou seja, importa-lhe imprimir um caráter natural ao seu impulso para torná-lo intemporal, defendendo assim as letras antigas contra os argumentos dos seus inimigos. Na sua defesa, o teólogo mostra que a *scientia* não diminui a figura do bom cristão e que a igreja deve ter nos modelos oratórios antigos o parâmetro para suas necessidades persuasivas.

Esta benevolência para com os textos pagãos cativou Erasmo e seus seguidores, sobretudo no diálogo *Convivium Religiosum*, quando em certa passagem lemos: *Sancti Socrates, ora pro nobis*. Não é possível admitir que as letras antigas fossem ignoradas pelos leitores cristãos, ou, como bem sintetizou Colet, a *sententiae* cristã tinha de ser patrocinada pela *eloquentia*, além de ser inviável desprezar tantos textos com formulações formidáveis só pelo fato de não serem cristãs, ainda mais com as belas edições quinhentistas publicadas por Aldo Manuzio nas suas famosas prensas de Veneza. Para Colet, bárbaros eram aqueles que não possuíam discernimento para distinguir *pietas* e *superstitio* nos textos antigos.¹⁹⁷

Um aspecto elocutivo dos textos de Erasmo analisado por Osório é a “arte de citar”. Ela consiste não numa imitação propriamente dita, mas num *ruptus* (impulso,

¹⁹⁶ GILSON, Etienne. *A Filosofia na Idade Média*, op. cit., p. 5.

¹⁹⁷ Cf. OSÓRIO, Jorge Alves. *Christiana Persuadio Erasmi Opinione*. *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, op. cit., p. 236.

sedução) que o teólogo sentia pelas letras de Grécia e Roma e desejava imprimir nos seus textos. Por isso, a citação torna-se imperiosa em discursos polêmicos que devem ser necessariamente encorajados por elementos de persuasão. Erasmo utilizava com abundância das citações de fontes pagãs e cristãs como elemento de *auctoritas* na legitimação dos seus textos doutrinários. Sabemos que este procedimento não é uma novidade, pelo contrário, trata-se de um modo de assimilação discursiva com muitos séculos de exercício; mas, no século XVI, ele se fundamenta num conjunto bastante extenso e consistente de fontes, muitas delas editadas e anotadas pelo próprio Erasmo. No caso da obra erasmiana, a citação assume dimensões relevantes e se torna cerne de obras como os *Adagia* nas quais assume um carácter essencialmente pedagógico. Nesse sentido, Osório afirma:

A citação retirada do texto original e autorizado dispunha de um conteúdo proposicional, útil para a eloquência do cristão, e de uma “força ilocutória” que o poria em relação com a linguagem cristã purificada. O latim era o ponto de partida para ambos estes aspectos. A persuasão própria do cristão dependia deles.¹⁹⁸

Assim, a citação era uma evidência do valor da autoridade, útil pela proveniência, antigüidade e pela matéria. Com isso, evidencia-se mais um dos elementos que nos levam a considerar o erasmismo como um dos mais importantes eventos do século XVI que incentivou o acesso aos textos antigos e a utilização das suas matérias na reflexão do cristão culto. Num momento de grandes tensões religiosas causadas por heterodoxias tais como o averroísmo paduano e, sobretudo, o rompimento luterano, era muito oportuna a legitimação das *auctoritates* greco-latinas para a afirmação dos dogmas católicos como saberes antigos e reconhecidos. Uma evidência disto é a predileção de Erasmo e seus seguidores pelos textos morais ciceronianos, nos

¹⁹⁸ OSÓRIO, Jorge Alves. *Christiana Persuadio Erasmi Opinione*. *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, op. cit., p. 239.

quais as doutrinas preconizadas aproximam-se do cristianismo. Em textos como o *De Senectute* e as *Tusculanae Quaestiones* encontram-se exemplos da *pietas* cristã e modelos de conduta que tornam a vida do leitor mais santa. No *Somnium Scipionis* há a afirmação da imortalidade da alma, da existência de um só Deus e dos prêmios *post mortem* reservados aos mais excelentes neste mundo.

Cícero, nas suas preceptivas oratórias do *De Oratore*, dedicou parte do texto à figura do orador e do auditório. A preceptiva ciceroniana dialoga bastante com os princípios catonianos do *uir bonus dicendi peritus* e do *rem tene, uerba sequuntur*. Com isso, há duas conseqüências a serem destacadas: a relação entre a oratória e a ética, e a adequação ou conveniência entre a matéria e a palavra que a comunica. De fato, no *De Oratore* a “arte” está subordinada à educação e aos costumes do orador e depende das suas leituras, das suas virtudes e da habilidade em lidar com diversas matérias por um saber abrangente. Este foco ético dado ao orador certamente nos permite compreender a simpatia que Cícero mereceu ao longo dos séculos nas interpretações dos letrados cristãos.

Contudo, esta relação com a obra de Cícero e com as fontes antigas em geral não está impune de incômodos doutrinários, sobretudo na reflexão sobre os usos da eloquência pagã a serviço do cristianismo. O grande problema para Erasmo era conciliar a elegância elocutiva elogiada em Cícero com a verdade cristã, movida por virtudes como a caridade, que os antigos desconheciam.¹⁹⁹ Como já mencionamos, Cícero foi um dos autores mais editados por Erasmo, sendo estas, na totalidade, obras morais e nenhuma preceptiva retórica. Isto nos indica que o teólogo interessou-se em valorizar o Cícero da filosofia moral, útil em doutrina para a condução ética, e uma das principais evidências

¹⁹⁹ OSÓRIO, Jorge Alves. *Christiana Persuadio Erasmi Opinioni*. *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, op. cit., p. 242.

disso são as *Tusculanae Quaestiones*, editada e anotada por Erasmo que foi chamada por Jean-Claude Margolin como um “guia espiritual da Renascença”.²⁰⁰

Por outro lado, se Erasmo preferiu não editar preceptivas retóricas de Cícero, optou por redigir um texto que podemos considerar como o *De Oratore* quinhentista para a oratória cristã. Trata-se do *Ecclesiastes siue de Ratione Concionandi*, o último texto publicado por Erasmo no qual o teólogo novamente ressalta a importância da educação letrada e do cristão culto: “Se há idéia que Erasmo nunca se cansou de sublinhar foi precisamente que a ignorância é inimiga da *Pietas Christiana* e, o que é ainda mais, da *Philosophia Christi*”.²⁰¹ Ser cristão para Erasmo tinha a ver com sentimentos de devoção ligados à espiritualidade necessariamente conduzidos pela educação encontrada nos textos evangélicos e nos bons autores greco-latinos.

No *Paraclesis*, apologia publicada em 1516 in *Nouum Testamentum Praefatio*, Erasmo formula concisamente a sua opinião sobre as relações entre os cristãos e a leitura dos textos pagãos, tanto das obras oratórias quanto as morais. Erasmo sugere que o nome de Cristo surja desde o início nos lábios da criança e na infância haja o contato inicial com os evangelhos. Logo depois vêm as letras, sem as quais não se pode falar de uma *philosophia Christi*. Em todo caso, toda a propedêutica erasmiana instituía a preparação para a morte, sintetizada na seguinte formulação: *At feliz ille, quem in hisce litteris meditandem mors occupat*.²⁰²

No livro II do *Ecclesiastes*, Erasmo conduz o leitor para o lado mais técnico da prescrição retórica, evidenciando a sua preocupação com as necessidades da pregação religiosa: qual a validade dos preceitos retóricos antigos para o orador cristão, quais

²⁰⁰ Cf. MARGOLIN, Jean-Claude. Les “Tusculanes”, guide spirituel de la Renaissance. In: *Présence de Cicéron*. R. Chevalier (org.). Paris : Les Belles Lettres, p. 129-55.

²⁰¹ OSÓRIO, Jorge Alves. Christiana Persuadio Erasmi Opinioni. *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, op. cit., p. 245.

²⁰² Cf. Osório. Christiana Persuadio Erasmi Opinioni. *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, op. cit., p. 249.

estudos ele deveria empreender, as leituras aconselháveis e os cuidados a serem tomados com os saberes profanos? Aconselhava ao aprendiz um pouco de dialética, de gramática e livros para o auxílio da *inventio*, mas o ponto central da obra erasmiana consiste em mostrar que o cristão não deve identificar-se com o rústico ou ignorante, qualificações que o aproximariam à *feritas*, isto é, a uma animalidade inapta para a dignidade de gestos, sentimentos e ensinamentos provenientes da figura de Cristo. Diante disso, podemos interpretar que a doutrina erasmiana e o modo de divulgação dos saberes greco-latinos é uma das principais motivações para a edição, comentários e até mesmo a vulgarização de textos antigos. O encômio às obras antigas e as orientações para sua melhor interpretação estão preconizados nas várias obras de Erasmo, sobretudo nas opiniões das *personae* dos seus diálogos. No *Convivium religiosum* de 1523, por exemplo, em várias passagens fica evidente a devoção erasmiana para com a filosofia moral de Cícero, sobretudo na voz de Eusebius.²⁰³

Em 1528, Erasmo publicou uma das suas obras mais polêmicas: o diálogo *Ciceronianus* ou *De optimo genere dicendi*.²⁰⁴ A discussão deste texto se inclui no debate acerca da oratória latina quinhentista e a eleição de Cícero como único modelo de eloquência. Um dos principais argumentos apresentados no texto, dramatizado na voz de Buléforo, é que o orador romano, na sua atividade intelectual, reuniu o melhor de cada um dos seus modelos gregos, ao contrário do que apregoavam os ciceronianos. Desse modo, se Cícero vivesse no século XVI, certamente não seria *ciceronianus*. Com isso Erasmo defendia que era necessário ao letrado adequar-se às circunstâncias de audiência, à matéria e até mesmo à própria natureza do orador. A personagem Buléforo

²⁰³ ERASMO. *Les Colloques*. Tradução francesa de J. Chomarat e D. Ménager. In : *Érasme*. Paris : Robert Laffond, 1992, p. 247.

²⁰⁴ Jean-Claude Margolin afirma que a fortuna do *Ciceronianus* de Erasmo estendeu-se até o século XVII com ódios e mal entendidos, porém, um dos seus maiores méritos foi fazer refletir acerca de muitas idéias do pensamento moderno ligadas a problemas de imitação, da transmissão e da herança das obras da Antiguidade, suas fusões e distinções, dentre outros. Cf. MARGOLIN, Jean Claude. Les « Tusculanes », guide spirituel de la Renaissance. In : *Présence de Cicerón*., op. cit. p, 131.

insiste na inconveniência da eleição do léxico ciceroniano como único modelo para a escrita latina, já que o mundo era tão diverso daquele em que viveu e discursou o orador romano, principalmente nas questões políticas e religiosas.²⁰⁵ Para Erasmo é preciso falar de Cristo num mundo cristão como Cícero falou dos seus deuses num mundo pagão, desse modo, o diálogo erasmiano ironiza os adeptos do ciceronianismo cego e apregoa uma eloquência que não despreza a oratória de Cícero, mas os seus seguidores incautos, ilustrando os benefícios da diversidade dos modelos pela metáfora da abelha que busca o néctar em variadas flores. Muito antes da publicação do *Ciceronianus*, em 1528, Erasmo, na obra intitulada *De ratione Studii ac legendi interpretantique auctores*, publicado em 1512 em Paris, aludia aos benefícios da variedade de fontes a serem imitadas e propunha um método pedagógico baseado na leitura e interpretação dos antigos.²⁰⁶

Diferente do que tem parecido, nos textos de Erasmo, a relação entre os cristãos e pagãos não está completamente isenta de problemas. Para ele, um cristão não possui toda a liberdade para ler e interpretar as fontes gentílicas. Ou seja, com preocupações semelhantes às dos Padres antigos, Erasmo alerta sobre os perigos destas leituras e ressalta a inesquecível anedota de São Jerônimo, narrado na epístola à Eustóquia, na qual o autor da *Vulgata* fala de um sonho no qual sofria a seguinte acusação: *Ciceronianus es, non Christianus*. Outro texto é a carta de São Basílio Magno *Ad nepotes quomodo ex gentiliis proficiant*, na qual aconselhava aos letrados que fossem cautelosos e agissem como abelhas que escolhem as melhores flores para recolher o néctar, utilizando a metáfora antiga num sentido mais restrito.²⁰⁷ Para Basílio Magno, o qualificativo “melhor” dado a flores diz respeito àquelas obras que sejam adequadas à

²⁰⁵ Cf. CHOMARAT, J. Sur Érasme et Cicéron. In : *Présence de Cicerón*, op. cit., p. 124.

²⁰⁶ Cf. MARGOLIN, Jean-Claude. Une philosophie de l'éducation. In: *Érasme*, op. cit., p. 437-40.

²⁰⁷ OSÓRIO, Jorge Alves. Crítica e Humanismo no Renascimento. *Humanitas*. Coimbra, vols. XXVII-XXVIII, p. 33-34.

doutrina cristã. Erasmo era leitor destes autores e compartilhava destas preocupações doutrinárias, agindo com prudência no uso dos textos pagãos na educação do letrado cristão. O teólogo explorava os limiares do cristianismo e do paganismo, colocando lado a lado os Evangelhos, as epístolas de São Paulo e os textos de filosofia moral de Cícero, equivalendo-os e instituindo-os como inspiração para os cristãos nos seus sentimentos religiosos e na sua conduta ética diante da vida e da morte.²⁰⁸

Erasmo foi considerado em seu tempo como o “preceptor da Europa”, guia espiritual e moral de muitos letrados e teve relações muito próximas com importantes cortes do tempo, sobretudo com a portuguesa de D. João III, dedicando a este monarca seu *Chrysostemi Lucubrationes* de 1527.²⁰⁹ Dois anos mais tarde, André de Resende publicou um elogio a Erasmo intitulado *Encomium Vrbs et Academia Louaniensis* e em 1531 publicou o *Erasmi Encomium* ou *Carmen eruditum et elegans*. Neste último texto, André de Resende defende a obra de Erasmo contra os invejosos e declara ao teólogo o apreço de muitos letrados portugueses. Assim, em algumas passagens mostra como os livros erasmianos eram prestigiados pelos leitores portugueses:

Íncrito Erasmo, os Portugueses não são teus inimigos. Rendem-te homenagem o nosso excelso [rei Dom] João e seu irmão Afonso: e quer o soberano, a ninguém inferior em virtude; quer o sacerdote, cingido de purpúria diadema, a quem adornam, sem prejuízo dos seus verdes anos, o respeito da ordem sagrada (guarda inseparável da modéstia), a inteireza da vida, a maturidade veneranda dos costumes, de par com a capacidade para o estudo, - um e outro veneram com extraordinário afecto a tua imagem, e percorrem com afã os teus livros e os guarnecem de ouro. Mais: o mesmo sucede em todas as partes por onde a Lusitânia amplamente se estende (...). Em todo esse país tu és amado, Erasmo, e os teus livros andam constantemente, com o melhor apreço, na boca e nas mãos dos escritores grávios.²¹⁰

²⁰⁸ Cf. CHOMARAT, J. Sur Érasme et Ciceron. In : *Présence de Cicerón*, op. cit., p. 126-127.

²⁰⁹ Esta dedicatória, mais falada do que lida, foi traduzida e publicada por Ana Paula Quintela Ferreira Sottomayor. Vide: *Revista da Faculdade de Letras*. Série de História. Porto: Universidade do Porto, 1971, p. 211-23.

²¹⁰ Desiderii Erasmi Roterodami Encomium. *Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa: Universidade de Lisboa. III série, número 4, p. 199: *Inclite Erasme, non tibi Lusitanae infensi. Te noster adorat/ diuus Ioannes fraterque Alphonsus et ipsam/ effigiem certe miro uenerantur amore/ et uolunt studio libros auroque decorant:/ sceptrafer ille quidem et nulli probitate secundus:/ hic sacer et roseo cinctus diademate crineis/ et quem nunc prima flauum lanugine malas/ una pudicitiae custos reuerentia sacri ordinis et uitae integritas uenerandaque morum/ canities studiisque simul patientia honestant./ Quin*

Destacamos também a amizade de Erasmo com Damião de Góis, o ardor erasmista da *Ropica Pnefma* de João de Barros e a publicação do combativo *Antimoria* de Aires Barbosa, de 1536, ano da morte de Erasmo. Os escritos do teólogo circulavam em Portugal e em 1541 o *Enchiridion militis christiani* em castelhano foi impresso em Lisboa por Luís Rodrigues. Com isso, reiteramos que as obras de Erasmo não eram desconhecidas de Duarte de Resende e que as vulgarizações quinhentistas impressas pelo letrado em 1531 podem ser consideradas umas das motivações para a publicação dos tratados de Cícero em língua vulgar. Na carta de João de Barros, o gramático ressalta que Resende aproveitou a presença de Germão de Galharde em Coimbra para a “honra das letras”. Um juízo com ecos erasmianos, se levarmos em conta as evidências acerca da apreciação de Erasmo sobre os textos ciceronianos.

Como declara Resende, sua “ousadia” em trasladar os textos ciceronianos está na própria autoridade do orador que trasladou a filosofia grega e adaptou-a aos leitores latinos. Este é um dos principais argumentos erasmianos em defesa das traduções dos textos gregos para o latim, aqui estendida à língua vulgar. A extensão desta prática ao vulgar também foi mencionada por Damião de Góis na sua dedicatória do *Tratado da Velhice* ao Conde de Vimioso, em 1538. Além disso, uma das justificativas de Duarte de Resende para publicar suas vulgarizações era sua “afeição e amor” a Cícero, afetos que encontramos com outras formulações nas palavras de Eusebius no diálogo *Convivium Religiosum* de Erasmo.

Por fim, devemos lembrar que as vulgarizações de Duarte de Resende tinham como leitores os cortesãos palacianos, os súditos do rei e até mesmo o monarca, dado que dedicou sua obra a Garcia de Resende, figura proeminente das letras e da política

etiam fit idem qua Lusitânia (...) Amaris, Erasme,/ nempe illic Grauiumque uolas sine fine per ora/ porque manus multo dignatus honore uirorum.

palaciana portuguesa de então. Jorge Alves Osório, no artigo “Erasmus, a cortesia e a Piedade”, mostrou como as obras do teólogo condenam algumas práticas de corte, entendidas como inadequadas para o verdadeiro exercício de piedade do cristão culto. Assim, Erasmo publicou obras dirigidas aos palacianos menos ligados às *litterae humaniores*, das quais destacamos a *Institutio Princeps Christiani*, especificamente dirigida ao príncipe. Publicada pela primeira vez em Lovaina em 1515, teve edições anuais até 1520, o que evidencia a aceitação pública dos ensinamentos deste livro sobre a educação do príncipe cristão.²¹¹ Um dos principais argumentos da obra que particularmente nos interessa é a defesa da superioridade do filósofo sobre o cortesão adulator impregnado de vícios mundanos. Nesse sentido, podemos interpretar que a divulgação da filosofia moral de Cícero pela vulgarização de Duarte de Resende compartilha, ao seu modo, deste princípio preconizado na *Institutio* erasmiana. Com isso, o letrado português disponibiliza aos seus pares palacianos, súditos de D. João III, fontes de excelência moral e também oratória, adequadas à educação dos leitores cultos e religiosos, sendo assim obra de “autor nobre e virtuoso, posto que gentio” para nobres e virtuosos cristãos.

²¹¹ Cf. OSÓRIO, Jorge Alves. Erasmus, a cortesia e a piedade. *Revista da Faculdade de Letras. Língua e Literatura*. Anexo V: Espiritualidade e Corte em Portugal. Séc. XVI-XVIII. Porto, 1993, p. 19.

CAPÍTULO 3

O SONHO DE SCIPIÃO EM LINGUAGEM PORTUGUESA

3.1 - Duarte de Resende e o “Sonho de Scipião” em linguagem portuguesa

A carta-dedicatória das vulgarizações ciceronianas publicadas em 1531 por Duarte de Resende apresenta, no primeiro fólio, a relação de textos do volume impresso, o nome do letrado e as suas honras hierárquicas: “Duarte de Resẽde caualeyro fidalgo da cassa del Rey nosso senhor”. Acompanha estes escritos um brasão de família que traz em seu centro a insígnia de um elmo, símbolo da cavalaria; e num escudo o ornamento de duas cabras sobrepostas que figuram a ascendência fidalga dos Resendes.

Anselmo Braamcamp Freire no artigo “Dois Duartes de Resende” esforçou-se em esclarecer uma homonímia com o nome de Duarte de Resende. Segundo Braamcamp Freire, há uma confusão recorrente entre Duarte de Resende, natural de Évora, parente de Garcia de Resende; e o outro Duarte de Resende, autor de traduções de Cícero, de algumas cantigas do *Cancioneiro Geral*, de um tratado de navegação e também amigo e parente de João de Barros. Este Duarte de Resende, letrado, foi feitor em Ternate nas ilhas de Moluco, filho de Gonçalo Resende, cavaleiro da casa d’El-Rei, e de Brites Faresoa. Uma procuração de 1515 para receber “tenças alvogadas” assevera que o Resende letrado já nesta data era maior de vinte e cinco anos. Braamcamp Freire acrescenta ainda que o tradutor teria nascido por volta de 1491, em Lamego, e na idade adulta parte para o Oriente, provavelmente na armada do capitão-mor Jorge de Brito que faleceu em viagem e foi substituído por Antônio de Brito.²¹²

Este Duarte de Resende, amigo e próximo de João de Barros, aparece num dos episódios das *Decadas*. Segundo o cronista, quando Resende estava em Ternate como

²¹² Cf. BRAAMCAMP FREIRE. Dois Duartes de Resende. In: *Crítica e História: estudos*. Ed. fac-símile feita por J.V. Pina Martins. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

escrivão da feitoria das Molucas, a nau Trindade seguiu para a região levando Gonçalo Gomes de Espinosa, porém, esta embarcação foi atacada e necessitou de ajuda urgente. Com isso, o feitor Antonio de Brito enviou embarcações para que auxiliassem os espanhóis, e numa das naus de salvação estava Duarte de Resende, segundo o seguinte relato de João de Barros:

O capitam Gonçalo Gómez mandaua pedir misericordia polo estado em que ficáua: Foy (Antonio de Brito) mandar hũa carauella com muytos mantimentos e anchoras pera a nao. E trás ella mādou logo Cachil Daroẽz gouenador de Ternate com algũas caracóras, que sam grandes nauios de remo: ettas [sic] elle foy dom Garcia Anriquez em nauio pera trazerem a nao áquelle porto, e se não perder de todo, como o mesmo Gonçalo de Espinosa lhe mandaua requerer. E porque Cochil Daroẽs per rezam dos seus nauios serem de remo, chegou primeiro a nao que a carauella de don Garcia, como homẽ que se queria mostrar leal a nossas cousas, e estar mui escandalizado de Rey Almonçar receber em seu regno os Castelhanos: entrando em a nao quisera cõ suá gente de guerra que leuáua fazer logo sangue. E verdadeiramente se nam fora o feitor Duarte de Resende, ao qual Antonio Brites com çertos Portugueses mādou jr com elle: sem duuida Cochil Daroẽs ouuera de laurar do fẽrro. Finalmente, entrada a nao, quando Duarte de Resende vio a gente ouue grande piadade, porque os mais delles andauam derreados que se nam podiam mouer se nam com ajuda, quasy paraliticos: e eram já mortos trinta e sete hómẽs...”²¹³

Apesar de já ser nomeado por João de Barros como “feitor”, Duarte de Resende veio a assumir este cargo à frente da feitoria de Moluco somente após a morte de Antônio Brito. Nesta época, Resende recebeu um exemplar do *Clarimundo* de João de Barros, como assevera o cronista na dedicatória da *Ropica Pnefma*: “digais quão bem vos pareceo o meu Clarimundo quando foi ter convosco em Maluco”²¹⁴. Em 1527, entregou a feitoria a Baltazar Raposo e voltou a Portugal, permanecendo em Coimbra onde imprimiu a vulgarização de textos morais ciceronianos em 1531, nas prensas do Mosteiro de Santa Cruz sob os cuidados de Germão de Galharde. Um ano depois, em Lisboa, João de Barros publica sua *Ropica Pnefma* e dedica-a ao amigo Duarte de

²¹³ BARROS, João de. Decada III, livro V, cap. X, fl. 153 (ed. de 1563) apud D. Manuel II: *Livros Antigos de Portugal (1489-1600)*. Londres: Maggs Bross, 1929, vol. I, p. 469.

²¹⁴ João de Barros ao senhor Duarte de Resende paz e saúde envia. In: *Ropica Pnefma*. Edição de I. S. Révah. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983, vol. II, p. 3.

Resende. Segundo Jorge Alves Osório, a *Ropica Pnefma* foi impressa por Galharde com os mesmos tipos utilizados para imprimir os textos de Resende um ano antes.

Com base numa breve citação encontrada em uma passagem da terceira *Década* de João de Barros, D. Manuel II sugere que Duarte de Resende teria morrido por volta de 1563.²¹⁵ Como observamos, os dados biográficos de Resende são raros, apreensíveis apenas em rápidas e superficiais referências. Em todo caso, sua vida não interfere na análise de sua obra, nem no estudo das cantigas que trazem seu nome no *Cancioneiro geral*; nem tão pouco no estudo das vulgarizações dos textos morais ciceronianos.

No fólio CXCIX do *Cancioneiro geral* de Garcia de Resende²¹⁶ encontram-se registradas algumas composições que levam o nome de Duarte de Resende. São no total oito cantigas feitas segundo os ditames da cantiga palaciana portuguesa, com variado número de coplas e predominância do verso de medida maior, algumas em português e a maioria em castelhano, língua de grande prestígio na corte portuguesa e utilizada em grande parte das composições letradas palacianas.²¹⁷ Segundo Garcia de Resende, nas cortes dos grandes príncipes, a composição de cantigas “é mui necessária na jentileza, amores, justas e momos, e também para os maus trajos, e envenções fazem, per trovas sam castigados, e lhe dão suas emendas”.²¹⁸ Assim, a maioria das composições de Duarte de Resende insere-se naquelas que tratam de matéria amorosa e destacam-se por utilizar na sua invenção as entidades divinas greco-latinas antigas e tópicos da filosofia antiga. Além destas cantigas e das vulgarizações de textos morais ciceronianos, há mais

²¹⁵ D. MANUEL II. *Livros antigos Portugueses*, op. cit., p. 470.

²¹⁶ *Cancioneiro geral*. Foy ordenado e emendado por Garcia de Resende fidalgo da casa del Rey nosso senhor e escriuam da fazenda do príncipe. Aleyrym e acabouse na muyto nobre e sempre leall cidade de Lisboa: per Hermão de Câmpos, 28 de Sete[m]bro 1516, folha CXCIX e seguintes. Consultamos esta primeira edição digitalizada que está disponível no endereço eletrônico da Biblioteca Nacional de Lisboa: <<http://purl.pt/12096>> (consultado em setembro de 2007).

²¹⁷ Cf. CURTO, Diogo Ramada. “A língua e a literatura”. In: *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, op. cit., p. 357.

²¹⁸ GARCIA DE RESENDE apud Diogo Ramada Curto. “A língua e a literatura”. In: *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Direção de José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, vol. III, s. d., p. 357.

um texto atribuído a Resende que não chegou ao nosso tempo, senão por uma notícia de Severim de Faria na *Vida de João de Barros*, ao referir-se à dedicatória da *Ropica Pnefma* a Duarte de Resende:

Esta obra imprimiu depois em Lisboa em Maio de 1532 dedicada ao mesmo Duarte de Resende, o qual, por pagar a seu parente João de Barros este obséquio, lhe dirigiu também depois um tratado que compôs da navegação, que Fernão de Magalhães e seus companheiros fizeram às Ilhas de Moluco, como quem tivera na mão todos os papéis e roteiros daquela jornada, por então estar servindo de feitor da nossa fortaleza de Ternate.²¹⁹

A ligação entre João de Barros e Duarte de Resende é relevante para a reflexão sobre o interesse de Resende em divulgar tratados de filosofia moral ciceroniana. Ambos são envolvidos no serviço real junto às feitorias portuguesas orientais e ocupam-se da composição de obra de proveito moral. João de Barros exerceu o cargo de tesoureiro e feitor da Casa da Índia, Mina e Ceuta e mantinha grande proximidade com rei D. João III, sendo seu panegirista e cronista. Exerceu também altos cargos na administração das feitorias de Guiné e Índia, onde também serviu Duarte de Resende, como vimos há pouco. Nas letras, João de Barros é considerado o decano da geração de letrados latinizados que se educaram nas cortes dos monarcas D. Manuel e D. João I.²²⁰ Compôs obras em vários gêneros, desde a narrativa de fingimento como é o caso da *Chronica do emperador Clarimundo*; o panegírico dirigido a D. João III e à Infanta D. Maria; os vários volumes das *Décadas* com a narração das conquistas marítimas portuguesas; obras sobre a língua vulgar como a *Gramática da língua portuguesa* e o *Diálogo em louvor da nossa linguagem*; textos de filosofia moral, que de entre outros, destacamos o *Diálogo da viciosa vergonha* e a *Ropica Pnefma*, esta última dedicada a Duarte de Resende. João de Barros nos assevera na dedicatória da *Ropica* que, na data

²¹⁹ SEVERIM DE FARIA. “Vida de João de Barros”. In: João de Barros. *Crônica do Imperador Clarimundo*, op. cit., vol. I, p 21.

²²⁰ Cf. MENDES, Antônio Rosa. A vida cultural: A geração de Quinhentos e a Modernização. In: *História de Portugal*, op. cit., p. 383-384.

de 25 de maio de 1531, Duarte de Resende preparava os textos de Cícero em língua romance para serem entregues dentro de três meses a Germão de Galharde para a honra das letras. Esta carta mostra a proximidade entre os dois letrados e a participação de Resende nos círculos da fidalguia latinizada da corte portuguesa, ligando-o a Damião de Góis e Juan Luis Vives, amigos de Barros e erasmistas ardorosos. A carta-dedicatória da *Ropica Pnefma* é o único texto quinhentista que se refere às trasladações de Duarte de Resende e evidencia a interlocução dos feitores letrados:

Estes dias passados lhe mandei pedir por mercê que se, ao sair do rebate de Lixboa (onde me eu não achei pera me prouver), viera em sua companhia o meu Túlio de *Officiis*, ou qualquer outro seu livro, me socorresse com ele em este ermo onde pestes, tremores de terra e grandes invernadas me tinham cercado com enfadamento. E ele, em lugar de socorro, pôs-me em maior necessidade, pedindo-me que lhe ajudasse com mais achegas pera ãa obra que tomara de empreitada, que era tirar do meu Túlio Amicicia e Paradoxas em nossa linguagem, por ter, em essa cidade de Coimbra, Germão impressor tão vezinho que, por honra das letras, o queria ocupar.²²¹

Pelas declarações acima, podemos entender que parte dos códices ciceronianos utilizados por Duarte de Resende pertencia a João de Barros, pelo menos no que se refere ao *Livro dos ofícios*. Mas, se o “meu Tulio” fizer referência ao conjunto dos textos, desse modo, estamos diante de uma das compilações de textos de filosofia moral de Cícero, muito comuns no século XVI. Outro aspecto importante é o juízo de Barros sobre a “empreitada” das vulgarizações: seria “honra das letras” que Galharde se ocupasse da impressão dos textos de Cícero em língua vulgar. Num tempo de valorização da língua romance pela aproximação com o latim, vulgarizar Cícero significa, portanto, honrar as letras portuguesas. Este juízo pode ser entendido como um desdobramento da tópica da valorização da língua romance, então muito em voga, que defende a dignidade vernácula em transmitir a sabedoria antiga, tal como vimos em passagens do *Diálogo em louvor de nossa linguagem* de João de Barros.

²²¹ João de Barros ao senhor Duarte de Resende paz e saúde envia. In: *Ropica Pnefma*, op. cit., p. 3.

No proêmio da carta dedicatória da *Ropica*, o cronista reclama seu “Tullio” que estaria aos cuidados de Resende e revela a falta que lhe faziam seus textos latinos em meio às tormentas naturais que assolam Lisboa. João de Barros elege os textos de Cícero como refúgio das fatalidades da vida, ou seja, a leitura dos textos morais em momento de angústia é útil como consolo e aconselhamento. Na verdade, com a reclamação de seus textos, João de Barros faz uma jocosa refutação de um pedido de Duarte de Resende, acusando-o de, em meio a tantas dificuldades, colocá-lo em mais uma, que seria pedir ajuda na vulgarização dos tratados ciceronianos. Assim, com graça e discrição, a recusa de João de Barros tem mais um tom de *humilitas* retórica que desfeita. Ainda pela tópica da modéstia retórica, conveniente às dedicatórias e funcional para a *captatio* do leitor simpatizado pela austeridade do autor, o cronista declara-se pouco versado na “linguagem portuguesa”, ao contrário do que teria parecido a Resende, quando leu o *Clarimundo* em Ternate, nas Ilhas Molucas. Para João de Barros, o barbarismo da língua portuguesa no Oriente talvez tivesse dado a Resende a falsa impressão de elegância e eloquência no uso da língua para narrar os feitos de Clarimundo.

Uma das razões de João de Barros dirigir sua *Ropica* a Duarte de Resende é a escusa do auxílio na vulgarização de Cícero para o vernáculo. Ademais, devemos lembrar que um dos principais pressupostos das dedicatórias dos séculos XV e XVI é a partilha do texto com o destinatário da obra, imbuindo-lhe a proteção contra seus adversários e a aceitação dos pensamentos que nela estão preconizados. É por esta característica que a dedicatória de Erasmo a D. João III do *Comentário de Crisóstomo* causou tanto mal-estar, posto que os pensamentos expostos por Erasmo eram contrários à prática do monarca português, o que soou como uma ironia ferina. Nesse sentido, dedicar a Resende a *Ropica Pnefma* significa que o letrado compartilha das

condenações ou aprovações que a obra tiver. Isso evidencia a amizade e interlocução entre os dois letrados portugueses, que além dos cuidados de feitores, também eram dados à reflexão moral em favor do corpo místico da monarquia portuguesa. Em tempos de heterodoxias e dispersão dos costumes pelo contato com outros povos, as obras de filosofia moral são modelos universais válidos a todos os membros da monarquia. Por isso, pela necessidade de comunicar sua doutrina ao maior número de leitores, João de Barros caracteriza sua obra como uma “fruta montesina” e na dedicatória coloca na boca de Duarte de Resende a seguinte pergunta oratória: “Pera que me mandaste fruita de tal casta?”.²²² A “fruita montesina” é uma metáfora da verdade evangélica, acessível a todos, dita com simplicidade de estilo e de imagens e que faz vistas às verdades mais importantes para a salvação humana. Um gosto pela simplicidade evangélica que dialoga com o pensamento teológico de Erasmo de Roterdã e participa das principais objeções feitas à Igreja pelos reformistas católicos ou dissidentes. O fim da *Rópica* é a orientação moral dos seus leitores, calcada nas autoridades antigas e no evangelho.²²³

Uma passagem da dedicatória de Barros que muito nos interessa é o momento em que o cronista oferece seu texto à impressão de Galharde e novamente se escusa do pedido de Resende pelo auxílio na trasladação de Cícero:

Aqui estava bem dizer eu quanto mais naturais vos são as armas e as letras humanas, mas por não dizerem que me gabo em vos louvar, digo somente o verso de Ovídio: “tendes medo de vós e de mim”. De vós, em examinar o que

²²² João de Barros ao senhor Duarte de Resende paz e saúde envia. In: *Rópica Pnefma*, op. cit., p. 4: “Em tôdalas cousas que se pedem se há-de consirar quem pede, quem dá, a cousa pedida, e se é tempo dela e convém a ambas as partes. Esta regra quis seguir no que me pediste: consirei virdes pouco dias há de Moluco, onde estevestes por feitor del-rei, nosso senhor, e eu sair de seu tesoureiro (negócio que também trata de mercadoria como o vosso), e que nenhũa linguagem podia convir mais a vós e a mim que a que tratasse de mercadoria, feita em colóquios, por ser tempo deles. Não lhe pareça que o digo por os de Erasmo, que estes já estão velhos, mas por alguns novos portugueses que vós e eu temos ouvido, antre homens que neste trato de mercadoria falam tão solto como se estevessem em Alemanha nas xiras de Lutero. Assi que esta foi a causa de vos enviar tal fruita, porque leva dentro em si a tenção com que Paulo desejava ser anátema de Cristo, que era por trazer à verdade os seus parentes e naturais.”

²²³ SARAIVA, Antonio José. “Averroísmo e Erasmismo na *Rópica Pnefma*”. In: *História da cultura em Portugal*. Lisboa: Jornal do Foro, 1955, vol. II, p. 564. Segundo Saraiva esta obra é “a manifestação mais completa e mais explícita do erasmismo português.”

pediste, e de mim, que, não sendo tal, o entregueis ao fogo e não a Galharde. Porém, se for ditoso que vos contente, (sem engano de amor), e merecer com Germão ter a amizade que há-de ter a vossa Amicicia, fiz a seguinte introdução, casi argumento da obra.²²⁴

João de Barros ressalta as qualidades de Duarte de Resende como “natural nas armas e nas letras”, célebre tópica quinhentista que diz respeito à excelência moral de um fidalgo que serviu ao rei de Portugal no Oriente, como feitor; e também nas letras antigas, oferecendo aos cortesãos textos de filosofia moral antiga em língua romance. Como homem de letras, Duarte de Resende também está ligado aos *studia humanitatis* que consistiam no estudo das línguas antigas, sobretudo latim e grego, incluindo os saberes que as acompanhavam, tais como a retórica e a filosofia moral.²²⁵ Assim, os elogios, a interlocução, o diálogo *in absentia* da carta, para além de seus usos retóricos, evidenciam uma amizade entre doutos que se representa bem no tom familiar que aparece na leitura da carta. Assim, tanto em parte expressiva da obra de João de Barros como na escolha dos textos antigos a serem vulgarizados não nos escapa a predileção pela composição de obras morais com fins éticos e religiosos evidentes, opondo-se a escritores que falam “solto” como se estivessem nas “xiras de Lutero”. Nesse sentido, a relação de amizade e interlocução entre Resende e Barros interfere na interpretação dos textos de Duarte de Resende e permite atribuir-lhes interesses ético-religiosos. Na categoria de filosofia moral antiga com fins ético-religiosos, as vulgarizações quinhentistas se aproximam daquelas primeiras vulgarizações quatrocentistas e de obras compostas nos séculos anteriores nos monastérios. Não negamos as especificidades do século XVI com relação a antes, diferença proveniente da maior disponibilidade das fontes, dos estudos filológicos e da divulgação dos textos pela impressão; contudo, no estudo dos documentos encontramos evidências de que muitos valores e concepções

²²⁴ João de Barros ao senhor Duarte de Resende paz e saúde envia. In: *Ropica Pniefma*, op. cit., p. 6.

²²⁵ Cf. MANN, Nicholas. Orígenes del humanismo. In: *Introducción al humanismo renacentista*. Ed. por Jill Kraye. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 19.

anteriores continuam como reentrâncias nos séculos sucessivos, invalidando categorizações dedutivas e idealistas.

3.3 – *Os textos que acompanham as vulgarizações de Duarte de Resende: “ethos” ciceroniano e valores de uso de seus tratados*

3.3.1 - A “Carta sua a Garcia de Resende” de Duarte de Resende.

A edição de 1531 dos textos ciceronianos traduzidos para o português é dedicada a Garcia de Resende, figura eminente nas letras e na administração portuguesa desde o reinado de D. João II, quando foi nomeado “moço de câmara”. Mais tarde prestou serviço na casa do infante D. Afonso, e após a morte prematura do príncipe, assume o cargo de “moço de escrivania” na corte de D. João II, acompanhando muito de perto a vida do reino e do rei que chamou de “Príncipe perfeito”. Dentre seus textos publicados, Garcia de Resende compôs a *Crônica de D. João II*, um “espelho de príncipe” feito entre 1530 e 1533, “em que se refere sua vida, suas Virtudes, seu Magnanimo Esforço, Excellentes Costumes, e seu Christianissimo Zelo”.²²⁶ Exerceu altas designações também no reinado de D. Manuel e em 1515 era Cavaleiro da Ordem de Cristo. Já em 1516, quando publicou o *Cancioneiro geral*, era escrivão da fazenda, cargo em que permaneceu também no reinado de D. João III, já que em 1531, data da carta de Duarte de Resende, esta é a designação hierárquica a ele atribuída. O compilador do *Cancioneiro* publicou várias obras: a *Crônica de D. João II*; as trovas intituladas *Miscellania*, um curioso memorial da corte portuguesa da qual fez parte por toda sua vida; as trovas de Inês de Castro e vários livros religiosos. André Falcão de

²²⁶ GARCIA DE RESENDE. *Crônica de D. João II e Miscelânea*. Ed. Fac-símile da nova edição de 1798. Lisboa: Imprensa nacional-Casa da Moeda, 1973, folha de rosto.

Resende, no soneto que abre a *Crônica de D. João II* enaltece o estilo de Garcia de Resende:

Heroycos feytos, e saber profundo,
Virtudes, condição, primor, costume,
Vida, e morte declara este volume
Do Lusitano Rey dom Ioam Segundo.

Segundo em nome, e a ninguém segundo,
Em fama tam subida em alto cume,
Que, apesar do tempo que consume
Toda cousa, sera clara no mundo.

Não consentio perderse tal memoria
Garcia de Resende em seu polido
E doce estylo, e verdadeyra historia.

Mas a seu Rey, e a sua patria agradecido
Dandolhes digna fama, e immortal gloria,
A si a deu, e fez seu nome esclarecido.²²⁷

A carta-dedicatória também elogia Garcia de Resende atribuindo-lhe a autoridade na língua portuguesa pelo epíteto de “verdadeiro exame da nossa linguagem”. Este encômio é adequado ao gênero em que se encontra e aos fins a que se propõe, e também à idade do interlocutor (com 61 anos em 1531) bem como sua autoridade pelas diversas obras impressas:

e por *que* vossa merce he o verdadeyro exame de nossa lingoagẽ Portuguesa segundo per o *que* falloa e *pelas* obras *que* escreue e cõpoẽ se vee: e ao diãte se veraa em muytas que creio *que* se nos mostrarão suas. Dandolhe Deos a vida e descanso *que* eu desejo. e polla razão que ha pera o servir e me elle fauorecer lhe mandey e enderecey este trelado de autor tã nobre e uirtuoso posto *que* gentio.pera *que* vistas e emẽdadas algũas minhas bárbaras palauras e desordenadas [se nelle achar] como çreo que achara.as sentenças e razões do autor receba nesta lingoagẽ nossa *por* elle fauor e eu merce: a *quem* beyxo as mãos.²²⁸

²²⁷ Soneto de André Falcam de Resende. In: *Crônica de D. João II*, op. cit., s.n.

²²⁸ Carta sua a Garcia de Resende fidalgo da casa del rey nosso senhor e escriuão de sua fazenda.etc.A quẽ manda esta obra enderẽçada. In: *Marco tulio cicerom de Amicicia paradoxas e sonho de Scipião.tirado em lingoagẽ portuguesa p[or] Duarte de Resẽde caualeyro fidalgo da cassa del rey nosso senhor*. Bayerische Staatsbibliothek de Munique. Cota: ES lg/ 4 A. Lat.b.220, fol. a ii retro.

A gravidade do texto e as reverências de Duarte de Resende evidenciam a diferença hierárquica entre os dois letrados, de modo distinto daquele tom familiar que encontramos na dedicatória de João de Barros. Nesse sentido, podemos observar duas escritas e duas relações: a de amizade e interlocução e aquela de serviço e reverência, como se evidencia na passagem acima. Como serviço, a obra oferecida pode ser interpretada como uma contribuição do letrado Duarte de Resende aos costumes e à educação palaciana, elegendo os textos de Cícero como modelo de excelência moral. Desse modo, a carta-dedicatória pressupõe, segundo os costumes do tempo e as próprias palavras “receba nesta lingoagẽ nossa *por* elle (Cícero) fauor e eu merce”, a proteção do notável destinatário da obra, e neste caso, dado o prestígio de Garcia de Resende nos meios palacianos e sua proximidade com o monarca, asseguraria também a atenção dada ao livrinho junto do rei e sua família.

O feitor Duarte de Resende, fidalgo da casa real acrescenta aos seus merecimentos como súdito de D. João III nas Índias as vulgarizações de tratados antigos, após alguns meses do retorno à Portugal de sua missão nas Ilhas de Moluco. Assim, observamos os elementos que constituem os signos de nobreza da corte portuguesa da geração de D. Manuel e D. João III, nas quais os cortesãos exerciam indistintamente atividades administrativas e letradas. Assim, o serviço às letras de Duarte de Resende fornece textos de Cícero em romance e divulgam tratados, ou seja, textos filosóficos com funções de ensinamento ou instituição de saber de *auctoritates* morais antigas, válidas como modelos para a conduta dos leitores a caminho da excelência ética nas relações interpessoais e hierárquicas. Assim, Duarte de Resende propõe-se, “por andar errada e dissimulada”, que as relações entre os cortesãos modelem-se nos ensinamentos do *Tratado da Amizade*; que se maravilhem e aprendam

com as sentenças estóicas das *Paradoxas* e que abandonem a glória mundana em favor da felicidade celeste preconizada no *Sonho de Cipião*.

Além dos artifícios de *humilitas* retórica e de *captatio benevolentiae* que um texto deste gênero pressupõe, na carta-dedicatória há formulações que evidenciam a interpretação quinhentista dos textos de Cícero vulgarizados. No proêmio da carta, Duarte de Resende expõe o motivo que o levou a trasladar e publicar o *De Amicitia*:

Porque aos mayns dos homeẽs açõtece nã ter conhecimẽto das cousas senam despoys *que* com grande dãnõ ou proueyto seu: sentẽ em sy o mal ou bem *que* dellas lhe vem: o *que* na verdade nam deuia assy ser: porque ninguém deuia vsar da cousa sem primeyro de sua força e natureza ter conhecimento: e porque geralmente da amizade todos vsão e muytos com grande dãnõ seu: tendo cousa em *que* se requiere prudente conhecimento sobre virtuosa tenção. Por tão to eu por me parecer proueytoso a nossa nação portuguesa: onde vejo em muytos esta amizade errada e simulada Quis empregar minha ociosidade em tirar de latim em nosso lingoajẽ este pequeno tratado della.²²⁹

Nas razões resendianas para a trasladação do *De amicitia* ciceroniano há ecos da leitura do *De Officiis*, obra também vulgarizada, mas não impressa. O argumento sobre a necessidade de saber antes de agir, bem como o aconselhamento de leituras edificantes nos momentos de ócio dialogam com passagens do *Livro dos ofícios*, que transcrevemos da vulgarização quatrocentista de D. Pedro de Coimbra:

Ainda principalmente muito perteece ao homem de sse trabalhar de conhecer a verdade, e por esto quando somos desocupados dos cuidados necessários, entonce teemos desejo de ouvir ou aprender per que ajamos conhecimento das cousas escondidas e maravilhosas, e pera vivermos bem-aventuradamente julgamos que esto nos he necessario.²³⁰

O fato de pertencer ao homem a busca pela verdade resulta no “bem agir”, ou “viver bem-aventuradamente” como aparece na passagem. O texto de filosofia moral preconiza o “bem saber”, fim imediato do “bem agir”, ou seja, formulação fundamental

²²⁹ Carta sua a Garcia de Resende. In: *Marco tulio cicerom de Amicicia paradoxas e sonho de Scipião*, op. cit., fol. a i retro.

²³⁰ D. PEDRO DE COIMBRA. *Livro dos ofícios*, op. cit., p. 14.

da filosofia moral antiga sintetizada por D. Pedro de Coimbra na sentença: “o conhecimento da perfeição das virtudes traz o desejo de seerem avidas”.²³¹ Além desta doutrina do conhecimento como princípio ético, Resende ressalta a utilidade da sua obra para o reino, tópica comum de dedicatórias do tempo que tem como fim a *captatio* do leitor e a valorização do letrado como benfeitor do bem comum.

As razões éticas do proêmio são acompanhadas por outras de natureza elocutiva, mantendo o costume bastante antigo de valorizar Cícero como orador que reúne os saberes morais e elocutivos. Ou seja, mais uma forte razão para apresentá-lo como modelo oratório e moral:

Quis empregar minha ociosidade em tirar de latim em nosso lingoajẽ este pequeno tratado della: composto per *aquelle* fonte de eloquencia. Marco tulio. e sua grade autoridade me deu ousadia *para* cometer tã perigüosa empresa o que sinto e vejo ser mal cõsyado. assy por me falecer sciência pera entender suas prudentes sentenças copioso e elegãte latim. como copia de palauras portuguesas craras e polidas *para* decrarar as *que* cuydo *que* entendo: *que* bẽ creio *que* nhũa das lingoas de Espanha [e se diser de toda a Europa nã me arepẽdery] tẽ auentagẽ da portuguesa pera em ella se tratar de graues e excelentes materias. como sam as deste autor.²³²

Cada palavra empregada por Resende evidencia sua educação latina, sobretudo a assiduidade na leitura dos textos ciceronianos. Nesse sentido, “occiosidade” é um latinismo que não pode passar despercebido. Trata-se de uma evidente alusão ao *otium cum dignitate*, um preceito ético aludido nas obras de Cícero e bastante divulgado no século XVI nos textos de Erasmo de Roterdã que instiga aos sábios, sobretudo os príncipes, a ocuparem seus momentos de descanso à leitura de textos morais.²³³ Resende observa na sua prática o preceito ciceroniano e fornece aos não-latinados o meio de também o fazer pela leitura de Cícero em língua vulgar. Assim, podemos dizer

²³¹ D. PEDRO DE COIMBRA. Dedicatória. In: *Livros dos officios*, op. cit., p. 4.

²³² Carta sua a Garcia de Resende fidalgo da casa del rey nosso senhor e escriuão de sua fazenda.etc.A quẽ manda esta obra enderçada. In: *Marco tulio cicerom de Amicicia paradoxas e sonho de Scipião*, op. cit., fol. a i verso.

²³³ No *Modus Orandi*, Erasmo aconselha aos principes e reis ocuparem seus momentos de descanso a leituras de auotres da filosofia moral, tais como Xenofonte, Cícero, Aristóteles, Platão, Plutarco e as suas próprias obras: o Príncipe cristão, a Guerra ou o Discurso a Felipe, o formoso. Cf. BATAILLON, Marcel. *Erasmo y Espana*, p. 577.

que entre os negócios da feitoria de Ternate, o letrado dedicou seu tempo ocioso para a leitura de autores como Plutarco, Cícero e da *Crônica do Imperador Clarimundo* enviada a ele por João de Barros. De volta a Portugal, conclui sua compilação de textos de Cícero em língua vulgar e as entrega para impressão, para a “honra das letras”, no dizer de João de Barros.

O epíteto atribuído a Cícero é “fonte de eloquencia”, alusão à excelência oratória ciceroniana que o legitima como autoridade retórica e modelo para a elocução em língua vulgar. Esta *auctoritas* de muitos séculos nas práticas letradas ocidentais aparece também na apreciação quatrocentista do infante D. Pedro de Coimbra: “antre os boos ditadores [bons escritores] elle he auido por dos mais principaaais, e das suas obras que eu vi esta [o *De Officiis*] me parece a melhor ditada e em mais proveitosos e ainda fremosos latiis.” Se a apreciação assemelha-se, a formulação de Resende é bastante diferente. Embora o Infante tenha conhecido alguma preceptiva oratória ciceroniana, tal como a tradução castelhana da *Retorica Nova* ²³⁴, a carta quinhentista apresenta um léxico oratório certamente advindo da leitura de preceptivas retóricas de Cícero. Os latinismos que escapavam a D. Pedro de Coimbra, nos textos do século XVI são abundantes e preferíveis a qualquer outro recurso elocutivo. A amizade de Duarte de Resende com letrados como João de Barros e este com Juan Luis Vives e Damião de Góis permite conceber um círculo de letrados consideravelmente educados na língua latina e conhecedores das diversas obras antigas então divulgadas.

Em seguida, Duarte de Resende enumera algumas escusas para sua “ousadia” mesclando tópicos de modéstia retórica e a valorização da língua vulgar, muito em voga no seu tempo. Ao dizer que “Marco tulio. e sua grande autoridade me deu ousadia para cometer tã perigosa empresa”, Resende defende a dignidade da língua vulgar em

²³⁴ Vulgarização realizada pelo bispo Alfonso de Cartagena e dedicada a D. Duarte.

transmitir o texto antigo, como fez Cícero ao verter para o latim as obras gregas. Em outras palavras, a autoridade de Cícero como trasladador permite a Duarte de Resende sua ousadia, ou seja, não faria mais que imitar o exemplo de Cícero em favor da sua língua. Isto certamente decorre do ciceronianismo quinhentista que atribuíra ao orador romano a máxima e única *auctoritas* na elocução latina. A autoridade e modelo de Cícero como trasladador aparece também numa dedicatória de Damião de Góis, de 1538, destinando o *Tratado da Velhice* em vernáculo ao conde de Vimioso:

Do que, ainda que bem poderá, não quis ser fabricante, contentando-me antes seguir Marco Túlio Ciceram (o qual não temeo traladar de verbo a verbo em suas obras muytas sentenças e dictos de philosophos), que com engano mostrar querer de novo compor alguma cousa daquellas que iaa per tantos e tam divinos Authores sam em todallas partes da philosophia escriptas.

Contudo, além da autoridade de Cícero e da assimilação de sua prática para os usos da língua vulgar, como argumentam Resende e Góis, um outro motivo, bem mais relevante para a vulgarização dos tratados morais de Cícero, é a excelência moral destes textos. No entanto, os comentários quinhentistas que ressaltam os proveitos éticos dos textos ciceronianos são acompanhados de apreciações elocutivas bem elaboradas, como ocorreu na carta de Resende e em uma passagem de Damião de Góis, justificando os proveitos de sua vulgarização:

O que tudo considerando, sem nenhum medo de empostura, ou talho de línguas ociosas e prontas a lançar notas sem iuizo, determinei lhe poor em nossa linguagem este livro e confortos da velhice. Pello qual e per cuias sentenças daremos as graças a Platam, e a Marco Tullio pello arteficio e polida ordem que, em no tirar e colligir quase todo de verbo a verbo das obras do dicto philosopho, teue. O que ousei cometer, confiando leuarem-me em conta sua doctrina e moderação, todo erro que na policia e ornamento de nossa linguagem portuguesa nelle cometer.²³⁵

²³⁵ Ao mvito illvstre Senhor Dom Francisco de Sovsa, Conde de Vimioso, Damião de Góis manda savde. In: *Livro de Marco Túlio Cícero Chamado Catão Maior ou da Velhice*, op. cit., fl. 2-3.

Observemos que em nenhum momento colocou-se em dúvida a capacidade da língua vulgar em receber as matérias antigas, mas sim, as limitações do letrado. Um recurso de modéstia retórica utilizado desde as primeiras vulgarizações do século XV, e que no século XVI associa-se ao movimento de valorização da língua vulgar, chamada mais tarde de “questão da língua”. Na carta resendiana a língua vulgar é valorizada como possuidora de “copia de palauras craras e polidas”; mais, “tẽ auentagẽ da portuguesa pera em ella se tratar de graues e excelentes materias. como sam as deste autor”. Este argumento deve ser compreendido de acordo com a noção de que, tanto será melhor a língua quanto mais parecida com o latim, ou como escreve João de Barros sobre a língua latina: “cuius filhos nos somos, por nam degenerar della.”²³⁶ No caso de Portugal, estes argumentos podem ser ligados ainda a uma preocupação em afirmar as qualidades da língua portuguesa face à castelhana, desde o início do século com grande prestígio nos meios palacianos. Talvez por isso Duarte de Resende justifique defensivamente deixar de fora o *De Officiis* e o *De Senectute*, pois os vira em língua castelhana e pareceu-lhe supérfluo publicá-las, acrescentando: “o que pior fora, tomada da outra”.

Nas dedicatórias analisadas há um elemento recorrente. Trata-se das escusas com que os letrados justificam a obra publicada, no caso particular de Resende, qualificada como “atreuimẽto”. Na carta encontramos a enumeração de três justificativas para a transladação dos tratados morais de Cícero:

tomey este atreuimẽto neste tratado de Amicicia mas ainda ousey tirar nesta lingoagẽ os três libros de officis e o de de senectute que se intitula Catão mayor cõ Paradoxas e o tratado do sexto libro da republica que se diz o sonho de Scipião.e deste erro [se o he] me podẽ desculpar três cousas. A primeira [como acima toquey] he tirar me de ociosidade. El. ii. a afeycão e amor *que* a este excelẽte e singular barão e as suas obras tenho. A.iii. e principal he

²³⁶ BARROS, João de. Definiçám da gramática e as pártes delle. In: *Gramatica da lingua portuguesa*. Edição Fac-símile com introdução, notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971, p. 60.

minha natural inclinação *que* a este exercício me traz. *que* segũdo elle mesmo Tulio no primeyro de officis diz. Muyto deue cada hũ guardar sua natural inclinação nã sendo viciosa.²³⁷

Resende, ao “tirar em linguagem” os tratados ciceronianos, dedica-se à “ocupação no ócio com o estudo das letras”, declara sua “afeição e amor” a Cícero e segue sua “natural inclinação”, ou seja, o exercício com fim de conhecer. Esta última escusa aproxima-se de uma passagem do *De Officiis*, marcadamente estóica, na qual instrui-se que “a verdade é simprez e clara, e que he muyto conveniente pera a natureza do homem desejar conhecimento.” Devemos estar atentos também ao uso do termo “exercício” atribuído ao fato de “tornar em linguagem”. Tanto “exercício” quanto “tornar em linguagem” são latinismos do vocabulário oratório que aparecem no livro I do *De Oratore* como uma das etapas de preparação do orador enumerados por Crasso: o “exercício” consiste em “tornar em latim” trechos de textos gregos (*ea quae legeram Graece, Latine redderem*). O latinismo “tornar em linguagem”, vulgarização de *reddere latine* está presente no léxico português relativo às vulgarizações desde o século XV pelo menos. O resultado deste exercício segundo o *De oratore* é levar o aprendiz a descobrir a interpretação mais adequada na língua de chegada e acrescentar às palavras latinas as gregas na medida apropriada.²³⁸ Ou seja, a mesma justificativa que encontramos para o “tornar em linguagem” em muitos dos textos dos séculos XV e XVI que analisamos.

A aproximação do vocabulário de Resende e as passagens do *De Oratore* são pertinentes, dado que as preceptivas ciceronianas eram bastante divulgadas no seu

²³⁷ Carta sua a Garcia de Resende fidalgo da casa del rey nosso senhor e escriuão de sua fazenda.etc.A quẽ manda esta obra enderçada. In: *Marco tulio cicerom de Amicicia paradoxas e sonho de Scipião*, op. cit., fol. a ii retro.

²³⁸ Cf. CICERO. *De Oratore*, I, 155: *Postea mihi placuit, eoque sum usus adolescens, tu summorum oratorum Graecas orationes explicarem. Quibus lectis hoc adsequebar ut, cum ea quae legeram Graece, Latine redderem, non solum optimis uerbis uter et tamen usitatis, sed etiam exprimerem quaedam uerba imitando, quae noua nostris essent, dum modo essent idonea*. Edição estabelecida e traduzida por Edmond Courbaud. Les Belles lettres, Paris, 1957.

tempo; e no caso particular de Portugal, temos notícias de vulgarizações de textos desta natureza desde o século XV, como por exemplo, a *Retorica* de Cícero dedicada por D. Alfonso de Cartagena ao rei D. Duarte. Ademais, há várias edições de obras retóricas presentes nas mais antigas livrarias portuguesas, tais como a livraria de D. Duarte, a do Cabido da Sé de Braga e outras, fundos do acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa. No catálogo da livraria do Cabido da Sé de Braga, uma das mais antigas de Portugal, entre 281 volumes impressos e manuscritos, 36 obras de autores greco-latinos antigos, sendo 10 de Cícero. Entre estes livros, encontram-se: No. 266: Outro Impresso, que hé Rectorica de Marco Túlio commentada. No. 267: Hum impresso, que he Marco Túlio sobre Rectorica, com tres comentos. Avelino de Jesus da Costa observa que não há nenhuma obra de Cícero intitulada como aparece na relação de livros. Isto o leva a concluir que se trata do "De Oratore Libri III (do ano 55 a. C.), diálogo sobre as qualidades e a cultura do orador, ou do Orador (do ano de 46), obra didática sobre o orador ideal.”²³⁹

No epílogo da carta, o letrado destaca a Garcia de Resende os proveitos que seu livro carrega para os não-latinados e, assim, os benefícios morais e políticos que seu serviço fornece aos leitores portugueses. Duarte de Resende lembra os merecimentos de seu interlocutor e reverencia sua autoridade nas letras portuguesas:

e posto que minha trasladação *para* os nossos podera ser proueytosa. (...):e por *que* vossa merce he o verdadeyro exame de nossa lingoagẽ Portuguesa segundo per o q[ue] falloa e *pelas* obras *que* escreue e cõpoẽ se vee: e ao diãte se veraa em muytas que creio *que* se nos mostrarão suas. e polla razão que há pera o seruir e me elle fauorecer lhe mandey e enderecey este trelado de autor tâ nobre e uirtuoso posto *que* gentio.pera *que* vistas e ãmẽdadas algũas minhas bárbaras palauras e desordenadas [se nelle achar] como çreio

²³⁹ COSTA, Avelino de Jesus da. A biblioteca do Cabido da Sé de Braga, nos fins do século XV, e seu tesouro em 1589. *Anais*. Academia Portuguesa da História, II série, Vol. 29, Lisboa, MCMLXXXIV, p. 635-636.

que achara.as sentenças e razões do autor receba nesta lingoagẽ nossa por elle fauor e eu merce: a *quem* beyxo as mãos.²⁴⁰

Assim, o epílogo reforça os fins morais que Resende preconiza também no proêmio e funciona como artifício de *captatio benevolentiae* do destinatário da obra e dos leitores em geral. Além disso, a brevidade com que Duarte de Resende se refere a Cícero como “gentio” numa frase concessiva não pode passar despercebida. Este aspecto, como diversos outros encontrados neste pequeno texto, aproxima a obra e seu autor da reflexão erasmista acerca da sabedoria antiga. A ressalva ao paganismo de Cícero evidencia os cuidados de um letrado cristão que interpreta os textos antigos e os adapta para o proveito de leitores cristãos. Isto é uma das principais características da apropriação dos letrados erasmistas dos tratados de filosofia moral antiga, como observamos no segundo capítulo. Por ora relembremos a admiração que os autores erasmistas nutriam pelos tratados morais antigos, sobretudo, o *De Officiis*, as *Tusculanae disputationes* e o *Somnium Scipionis* de Cícero. As edições erasmianas destas obras são geralmente acompanhadas por prólogos que louvam a sabedoria antiga e as ressalvas de sua leitura pelos cristãos.²⁴¹ Neste sentido, a carta-dedicatória das traduções resendianas pode ser aproximada dos prefácios referidos, dado que utiliza as mesmas tópicas de elogio da sabedoria antiga e ressalta os benefícios morais e oratórios do texto editado.

3.3.2 - Marco Tullio segundo Duarte de Resende

O segundo texto do livro de Duarte de Resende intitula-se “Começa a vida de Marco tulio”. A *vida* como gênero narrativo possui uma longa história nos costumes

²⁴⁰ Carta sua a Garcia de Resende fidalgo da casa del rey nosso senhor e escriuão de sua fazenda.etc.A quẽ manda esta obra enderçada. In: *Marco tulio cicerom de Amicicia paradoxas e sonho de Scipião*, op. cit., fol. e ii retro.

²⁴¹ BATAILLON, Marcel. “El Erasmismo y la Literatura Espiritual”. In: *Erasmus y Espana*, op. cit., p. 627-628.

letrados antigos e o modelo mais imitado ao longo dos séculos é a obra de Plutarco, bastante difundida em língua latina nos séculos XV e XVI, tal como podemos observar no catálogo quinhentista da “livraria de D. Manuel”: “Dous liuros da vyda de Plutarco, de tavoas cubertas de couro vermelho, de papel, esprito de letra redonda.”²⁴²

Nos escritos de Duarte de Resende há referências diretas às *Vidas* plutarquianas mencionadas como fonte para o conhecimento das personagens antigas referidas nos textos vulgarizados:

E dirigioha a Ponponio attico grande amiguo seu a quem assy mesmo dirigio o de senctute e mandou muytas epistolas. o qual Pomponio attico era huñ dos principaes cidadãos de roma como se pode bẽ ver em sua vida na primeyra parte de Plutarco com cuja hirmã era casado Quinto cicerom hirmaão de Tulio. E quem curioso for de particulamente saber as vidas de cada huñ lea a Plutarco na primeyra parte [como digo] vera a de Pomponio na segunda a [de] marco tulio autor nosso.cuja obra prosperamente começa..²⁴³

A guisa de introdução, nas *Paradoxas* em língua vulgar, Resende menciona novamente a obra plutarquiana, dispensando-se de acrescentar notícias acerca de Marco Bruto, posto que largamente o fez Plutarco:

Paradoxas, Palaura gregua que em nossa linguagem quer dizer sentenças marauilhosas:de Marco tulio cicerõ *que* manda e escreue a marco bruto claríssimo baram Romano:muy dotado de virtudes:de quẽ dizia Julio César.*que* era dino de soceder apos elle no imperio: sua vida largamente escreue Plutarco:por isso aqui não toquo mais della.²⁴⁴

As *vidas* são, *grosso modo*, composições em prosa que pertencem a um subgênero misto entre história e o discurso panegírico. Quanto ao discurso epidítico ou demonstrativo, a preceptiva mais célebre sobre ele está no primeiro livro da *Retórica* aristotélica, mas também em preceptivas amplamente conhecidas como a *Institutio oratoria* de Quintiliano; o *Orator*, o *De oratore* de Cícero e a *Rhetorica ad*

²⁴² SOUSA VITERBO. *A livraria real, especialmente no reinado de D. Manuel*. Livro n.30. Lisboa: Por ordem e na Typographia da Academia, 1901, p. 15.

²⁴³ Marco tulio cicerom de *Amicicia paradoxas e sonho de Scipião*, op. cit., fol. a iv verso.

²⁴⁴ Marco tulio cicerom de *Amicicia paradoxas e sonho de Scipião*, op. cit., fol. e iv retro.

Herennium.²⁴⁵ O gênero demonstrativo tem como fim o elogio ou o vitupério, representando a matéria para o deleite, a aprovação ou reprovação da audiência de acordo com o caso. Para tanto, no que tange ao elogio, deve-se enaltecer para o auditório as qualidades externas da pessoa ou coisa elogiada:

Coisas externas são aquelas que podem acontecer por obra do acaso ou da fortuna, favorável ou adversa: ascendência, educação, riqueza, poder, glória, cidadania, amizade, enfim, coisas dessa ordem e seus contrários. (...) Das circunstâncias externas: a ascendência. No elogio: quais são seus ancestrais, caso tenha boa antecedência, que foi semelhante ou superior a ela; caso seja de ascendência humilde, que se fiou na sua própria virtude e não na de seus ancestrais.²⁴⁶

A invenção de Plutarco, e por imitação, a de Duarte de Resende, seguem exatamente os preceitos aludidos acima. Isto não quer dizer que fizeram segundo esta preceptiva, mas que estes ditames são recorrentes na composição de *vidas*, corroborando a natureza encomiástica deste tipo de discurso de elogio ou vitupério. Nesse sentido, Plutarco e Resende seguem as tópicas do gênero e tratam-nas na ordem: ascendência, educação, riqueza, poder, glória, cidadania e amizades. Embora os dois textos sejam tão dissemelhantes na disposição, no desenvolvimento das partes e, por conseguinte, na extensão, coincidem obviamente nas matérias de invenção, decorrência da imitação. Porém, pelas escolhas de Resende, seu texto resulta em efeitos bem diversos daqueles do texto plutarquiano. O texto resendiano, por sua concisão, fins específicos e função introdutória de uma edição de autoridade antiga, descartou muitas das matérias encontradas no texto plutarquiano e privilegiou tópicas ligadas às “anima”²⁴⁷ do orador, tais como a prudência, a justiça, a coragem, a liberalidade, dando primazia às ações que as ilustram as virtudes ciceronianas: **prudência**: “foy mädado por

²⁴⁵ Sobre a antiga atribuição da *Rhetorica ad Herennium* a Cícero, vide: CURTIUS, Ernest Robert. Retórica. In: *Literatura européia e Idade Média latina*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 103.

²⁴⁶ *Retórica a Herênio*. Tradução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005, livro III, 10.

²⁴⁷ *Retórica a Herênio*, op. cit., livro III, 12.

questor a Sicília onde com muyta prudência e deligencia seruia seu carreguo mandando delaa muyto trigo a roma”; **coragem**: “ãdou e militou na guerra Marsica debayxo da capitania de Sila: e despoys desta guerra vindo a Roma procurando algũas cousas no senado por algũas pesoas pesou muyto a Silla”; “Marco tulio fez tantas e tam singulares cousas a.Re publica principalmẽte em a conjuração de catilina onde matou os príncipes de seu conselho e ao mesmo Catilina desterrou.que mereceu ser chaamado padre da patria.”; **liberalidade**: “despoys disto tornando roma trabalhou muyto por saber todos os nomes e famílias e parenteyras e caminhos e luguares de roma e toda Italia e morto seu pay concedeo toda sua erança a seu irmão Quinto cicerõ e todo seu interesse era na reepublica”; “Teue muytas eranças e luguares muy deleitosos:quintas e casas nobres:e cõ isto fazia vida liberal:cõuersando tẽperadamente com greguos e latinos *que* em sua casa sostinha:e nam recebia nhũ salário por procurar por as causas”; **sabedoria**: “Desde moço per seu padre foy dado as letras.e alcançou grãde louuor na poesia em muytos libros e versos *que* fez:despoys *que* foy crecẽdo deuse muyto a oraçã solta em prosa. E aprẽdeo todas sciẽciasartes para poder ser notauel barão:e deuse muyto ao estudo da philosophia e dereyto ciuil:na philosophia a aprẽdeo de Philõ”; “aprendeo as leys de Mucio sceuola muy claro barão”; “Tulio se passou de todo as sciencias e foy o primeyro dos latinos que tratou e escreueo de filosofia e deu excelẽtes preceptos na arte da arectorica com mays eloquẽcia que ninguem e escreueo muytas e muy singulares obras e outras muytas tinha determinado a escreuer:se a morte o nam estoruara”.

Como dissemos, a *vida* tem um caráter misto entre a história e o discurso epidítico, e isto se confirma numa passagem da *Vida de Alexandre* na qual Plutarco declara que não conta os feitos do passado, mas apresenta-os em breve resumo porque não pretende escrever história e sim “uitas prescribere”.²⁴⁸ Assim, as *vidas* são

²⁴⁸ PLUTARCHI. Alexandre Magnus: Guarino Veronessi interprete. In: *Chaeroni historici ac philosphi grauiissimi, graecorum, romanumque illustrium vitae*. Lutetiae Parisiorum: Ex Officina Typographica

composições do gênero histórico que apresentam as personagens e por elas os acontecimentos. De fato, as personagens são dadas a conhecer como *exempla* de caracteres viciosos e virtuosos seja pelos costumes seja pelos feitos. Pedro Paulo Funari, num estudo introdutório da *Vida de César* plutarquiana, observa que nas *vidas* de Plutarco a virtude moral não é tida como algo inato, nem simples reprodução do aprendizado, mas uma mescla destas duas instâncias.²⁴⁹ Nesse sentido, a *vida* fornece modelos adequados aos leitores que pretendem alcançar a excelência moral, sendo bastante difundida na espécie de *vida* de santo, hoje chamadas “hagiografias”, muitas delas tendo como modelo as *vidas* antigas latinas e gregas.

Também Aurélio Peres Jiménez, pensando a vida como moralidade, corrobora a hipótese de que estes textos são compostos para um público para o qual se pretende transmitir antes mensagens morais que uma investigação histórica.²⁵⁰ Desse modo, a descrição do caráter do homem historiado serve para mostrar sua virtude e os meios pelos quais ela se deu, seja pela ascendência, pela educação, pelos modelos ou até mesmo, no caso dos santos, pela ascese decorrente de uma experiência substantiva de vida. Desse modo, nas *vidas* torna-se bastante relevante o modo como se deu o nascimento, lugar de augúrios e sinais, e a morte, na qual se ressalta o valor moral de toda uma existência.

Enquanto o texto de Plutarco refere-se a virtudes e vícios de Cícero, tais como seu contínuo desejo de glórias, a mordacidade oratória e o uso da palavra para ludibriar

Michaelis Vascofani, 1558, p. 317: *Haud unamquaque rerum formosissimarum in numerũ explicamus, ne nos carpiar: quippe cum non historias, sed uitas prescribere in animo fit. Praeterea non usquequaque clarissime gesta uirtute flagitiaque declarat: uerum exigua persaepe res, ac uerbum, lociisque quispiam, mores magis aperit, quam hostes infiniti praelio caesi, ingentes acies et oppida oppugnata*: “Não nos censure que em lugar de expor e detalhar cada detalhe todas as grandes ações, nós fornecemos senão um breve sumário. Pois não escrevi histórias, mas vidas. Além disso, não são se declara melhor com feitos grandiosos a virtude ou o vício: um pequeno feito, uma palavra ou uma anedota elevam frequentemente melhor um caráter que os combates sangrentos, as batalhas lutadas e os cargos mais importantes.”

²⁴⁹ Cf. Pedro Paulo Funari. Introdução a Plutarco. In: *Vidas de César. Suetônio: O Divino Júlio. Plutarco: César*. São Paulo: Estação Liberdade, 2007, p. 133.

²⁵⁰ JIMÉNES, Aurélio Péres. Introducció general. In: *Vidas Paralelas*, op. cit., p. 71.

juízes; o texto resendiano não alude a qualquer aspecto que pareça vicioso, pelo contrário, detém-se apenas nas virtudes da vida ciceroniana, descrevendo-a como uma sucessão de grandes feitos para o bem da república tanto nas armas como nas letras. Assim, a *vida* escrita por Resende, embora siga o modelo da obra de Plutarco, exclui as anedotas que ilustram a mordacidade de Cícero, descarta episódios como o divórcio de Terência, os eventos miraculosos que envolvem o nascimento de Cícero e a crença nos oráculos. Com isso, o texto português alcança o fim de um texto encomiástico que tem como efeito a simpatia do leitor, fazendo-o favorável à pessoa ou coisa elogiada. Desse modo, nesta nova escritura há evidentes implicações morais na medida em que caracteriza um *ethos* ciceroniano e com isso orienta a leitura dos tratados compilados. O *ethos* do orador caracteriza-se como modelo moral e oratório, sendo sua própria vida um exemplo de excelência na qual se conjugam o saber moral e a eloquência. Em outras palavras, o texto resendiano prefere figurar um Cícero verossímil a um leitor cristão e elege-o como modelo de vida virtuosa.

Ao contrário de Plutarco, a *vida* resendiana caracteriza-se pelo laconismo e pela seleção de passagens fundamentais da vida de Cícero (nascimento, educação, *cursus honorum*, obras, morte), descartando as digressões, descrições e episódios que enriquecem o texto de Plutarco. Com isso, o texto português prima pela síntese, sobriedade, clareza e facilidade de entendimento, qualidades retóricas apropriadas para uma *vida* que tem como fim introduzir uma compilação de textos antigos. No entanto, apesar do costume de incluir nas compilações a *vida* do autor, em todas as vulgarizações portuguesas que analisamos, a de Duarte de Resende é única que traz uma *vida* entre os textos introdutórios.²⁵¹ Nesse caso, a *Vida de Marco Tulio* cumpre uma função bem

²⁵¹ Conhecemos também diversas traduções francesas quinhentistas de autores antigos realizadas por letrados como Dolet, Loys de Meigret Lyonnois e Gabriel Chapuys, dentre as quais somente as deste último letrado destas traz uma *vida*: “La vie de Luc. Annae Seneque, le plus excellent et celebre des philosophes stoïques. Recueillie de Tacite et Suetone.” A comparação entre o modo de composição da

específica, além de servir como um recurso histórico e filológico para o esclarecimento do leitor acerca dos costumes dos romanos antigos e suas instituições políticas, exerce no leitor o mesmo efeito que a obra de Plutarco teve sobre Duarte de Resende. Com esta mesma função, à *vida* juntam-se algumas poucas notas marginais que se encontram ao longo dos textos, bem como as glosas da vulgarização nas quais o letrado desenvolve os pronomes por nomes ou sentenças, explicitando as referências. Nesse sentido, o texto resendiano diferencia-se das vulgarizações congêneres anteriores, acrescentando-lhes comentários de cunho histórico e filológico que estavam disponíveis em seu tempo, sobretudo, pela edição, comentário e impressão dos textos antigos.

No quadro abaixo, confrontamos a *vida* escrita por Resende e as matérias presentes na *vida* de Cícero pertencente às *Vidas dos homens ilustres* de Plutarco. Com isso, buscamos evidenciar as relações entre os textos e analisamos as escolhas do letrado português na sua composição. Neste cotejo, a primeira observação que salta aos olhos é a diferença de extensão entre elas. Enquanto o impresso quinhentista de Plutarco possui quase 24 páginas, a *vida* de Resende apresenta apenas cinco. O tradutor português segue a disposição *in ordo naturalis* imitada do texto plutarquiano, dispondo as matérias de modo regular de acordo com as passagens da vida de Cícero, como segue abaixo:

1. Origem da família. Ascendência real.
2. Educação, a precocidade nas letras e os estudos de filosofia.
3. A guerra Mársica sob o comando de Sila.
4. Ida para Grécia e viagens de estudos.
5. Retorno à Itália e início da vida pública.
6. Casamento e vida liberal.

vida de Sêneca de Chapuys e a *vida* de Cícero resendiana deixa claro que na primeira *vida* há um enaltecimento da moral neo-estóica afeita aos tempos reformados pós-tridentinos. Cf. *Les livres dorez de L. Annaee Seneque prince des philosophes stoïque*. Da la traduction de Gabriel Chapuys, 1585. Esta obra está disponível no acervo digital Gallica da Biblioteca Nacional da França.

7. Consulado de Cícero.
8. A conjuração de Catilina e o epíteto de pai da pátria.
9. Consulado. Revogação da lei agrária.
10. Contenda com Clodio.
11. Desterro de Cícero. Amizade com César e Pompeu. Mestre dos agouros.
12. Desterro de Cícero e as guerras ocorridas em favor de seu retorno.
13. Guerra entre César e Pompeu. Governo de César. Composição de obras, estando Cícero afastado das funções públicas.
14. Morte de Cícero. Esclarecimentos das personagens dos textos.

No quadro, transcrevemos na coluna esquerda o texto de Duarte de Resende e na direita as matérias tratadas por Plutarco que retiramos da leitura do texto plutarquiano. Seguimos uma tradução francesa atual ²⁵² e uma latina quinhentista intitulada *Chaeroni historici ac philosophi grauiissimi, graecorum, romanumque illustrium vitae*. ²⁵³

**Transcrição do texto de Duarte de Resende
intitulado Começa a Vida de Marco Tulio**

1. A familia de Marco tulio por sobrenome cicerõ começou em o lugar chamado Arpinas. Referese seu principio a Tulio Rey dos Bolseos. e esta linhagẽ per tempo [segũdo sã todas as cousas.] Veo em deminuyçam:pero nam tanto que nam ficase emhordem eqüestre que he meão antre os padres e o pouo. Seu padre de Marco tulio auia nome Tulio como ele:e sua madre Albia: e ambos vinham de honestos parentes.

**Tópicos do texto de Plutarco, segundo a
edição quinhentista intitulada *Chaeroni
historici ac philosophi grauiissimi, graecorum,
romanumque illustrium vitae***

Pai e mãe de Cícero.
A respeito da condição do seu pai, opiniões contraditórias: uns pretendem que tenha nascido e que fora criado na oficina de um pisoeiro; outros o fazem descender de Tulio Átio, que reinou gloriosamente sobre os Volscos: *sunt qui dicam eum in taberna quadam fullonaria genitũ. (...) Alii genus ejus usque ad Tullium Appiũ referunt, clarum Volscorum regem.*

²⁵² PLUTARQUE. *Les vies de hommes illustres*. Tradução francesa de E. Talbot. Paris: Hachette, tomo IV, 1905.

²⁵³ PLUTARCHI. Alexandre Magnus: Guarino Veronessi interprete. In: *Chaeroni historici ac philosophi grauiissimi, graecorum, romanumque illustrium vitae*. Lutetiae Parisiorum: Ex Officina Typographica Michaelis Vascofani, 1558.

2. Desde moço per seu padre foy dado as letras.e alcançou grãde louuor na poesia em muytos libros e versos *que* fez:despoys *que* foy crecêdo deuse muyto a oraçã solta em prosa. E aprêdeo todas sciênciasartes p.a poder ser notauel barão:e deuse muyto ao estudo da philosophia e dereyto ciuil:na philosophia a aprêdeo de Philô greguo acadêmico dicipulo de Clitarcho que então estaua em Roma e deste Philom faz aqui neste tratado menção:e aprendeo as leys de Mucio sceuola muy claro barão: segundo

3. que o elle aq nomea: e despoys disto ãdou e militou na guerra Marsica debayxo da capitania de Sila:

4. E despoys desta guerra vindo a Roma procurando algũas cousas no senado por algũas pesoas pesou muyto a Silla diso e com temor delle se partio de Roma per Grecia fingindo outra causa de sua partida e chegado a Athenas deuse muyto a aprender todas as sciencias dos milhores e mais scientes mestres que la auia:em o qual muyto floreceo de maneyra que a muytos dos *que* o ensinauam fazia auentagem. e nam contente disto quis nauegar e passar a Asia e em Rodes por causa de aprender e ouuio dos milhores e mays sapiêtes que laa vio.

Origem do nome e anedotas acerca da origem. Plutarco diz que a mãe de Cícero o concebeu sem dor e sem trabalho de parto.

Assegura-se que um fantasma apareceu à sua ama e lhe disse que o menino amamentado por ela seria o firme sustentáculo de Roma. Essas predições, segundo Plutarco, costumam ordinariamente catalogar-se no rol dos sonhos e bagatelas; Cícero, no entanto, mal chegado à idade de se aplicar ao estudo, tomou a peito transformá-las em realidade.

O talento de que era possuidor tornou-o célebre entre os seus camaradas, a ponto de seus pais irem à escola testemunharem com seus próprios olhos tudo quanto se dizia a respeito do seu engenho.

Cícero, nascido, pois, com tal engenho, assim como Platão, moldou os mais habilidosos saberes liberais para Ático, em nenhum dos gêneros das letras era inepto, sobressaindo-se na poesia.

Formação filosófica com Fílon, a relação com Múcio, senador romano.

Serviço na guerra sob a ordem de Sila.

Depois, no tempo da guerra Mársica, no comando de Sila, como visse a República afundar-se na guerra civil, e a guerra civil numa monarquia absoluta, inaugurou uma vida de meditação e de estudo.

Plutarco conta o julgamento de Rocio, o qual, acusado por Sila de parricídio, foi defendido por Cícero. O orador, segundo Plutarco, via nesta oportunidade a ocasião para alcançar a glória.

Venceu Silas e temendo-o, viajou para a Grécia, com a justificativa que devia cuidar da sua saúde.

Na Grécia, Cícero estuda com vários filósofos eminentes e se torna bastante inclinado às idéias da academia.

Segundo Plutarco, Cícero já estava convencido a se dedicar somente à filosofia até a chegada da notícia sobre a morte de Sila.

Plutarco menciona toda a robustez e preparação oratória de Cícero para se lançar à vida política. Antes de voltar a Roma, o orador passa por vários lugares para aprender com diversos sábios.

Episódio de Apolônio. Como Apolônio não soubesse latim, pede a Cícero que declamasse em grego, o que o orador romano faz com prazer esperando que seus erros fossem bem corrigidos. Ao término de seu discurso, Apolônio manteve-se em silêncio por alguns instantes. Logo em seguida o mestre declara: Eu te louvo e admiro, Cícero, mas lamento pelos gregos quando vejo passar por ti, para o lado dos romanos, os dois únicos títulos de glória que nos restavam: a sabedoria e a eloquência.

Antes de voltar a Roma, Cícero consulta um oráculo e lhe pergunta o que deveria fazer para obter esplendíssima glória. Para isso, segundo a pitonisa, deveria tomar por guia de vida a própria natureza e não a opinião do vulgo: *Nam cum Delphis rogasset Apollinem, quid acturus gloria splendissimus potest fieri, respōsum tulit. Ut naturam suae vitae ducem nō multorum opinionem ageret.*

Fenecidos estes estudos.

Chegando em Roma, viveu ali, no começo, com grande reserva. Quando começou a defender no foro, ascendeu rapidamente a notável orador, vencendo todos os seus rivais. Tendo defeitos parecidos com os de Demóstenes no gesto e na pronúncia, corrigiu-os tomando lição com o comediante Róscio e o ator trágico Esopo.

Foi feito questor da Sicília e obteve grandes realizações tanto com o envio de trigo para Roma como na resolução de questões locais, o que ampliou seu prestígio local.

Plutarco destaca o amor de Cícero pelo louvor e pela glória mundana, aspecto não citado por Resende. Por exemplo, estando o orador a caminho de Roma, encontrou um notável a quem perguntou sobre a repercussão de seus feitos na cidade. O notável demonstrou não conhecê-los e perguntou por onde Cícero andaria? Neste momento o orador percebeu que sua reputação estava perdida em Roma.

5. Tornando Tulio em Itália meteose loguo nos negocios da *Re publica*. em orar e precurar causas de muytos. e primeyramente foy mädado por *questor* a Sicília onde com muyta prudência e deligencia seruia seu carreguo mandando delaa muyto trigo a roma que então tinha delle muyta necessidade: e contentando muyto os da terra. despoys disto tornando a roma trabalhou muyto por saber todos os nomes e famílias e parenteyras e caminhos e luguares de roma e toda Itália e morto seu pay concedeo toda sua erança a seu irmão Quinto cicerõ e todo seu interesse era na reepublica: e foy feito edil e despoys pretor

(trecho fora da ordem de Plutarco)

6. Foy Tulio casado cõ Terência: com *que* ouue meão dote e elle tinha honesto patrimonio: e ouue muytas erças per testamẽtos de seus amigos que lhas leixavã. Teue muytas erças e luguares muy deleitosos: quintas e casas nobres: e cõ isto fazia vida liberal: cõuersando tẽperadamente com greguos e latinos *que* em sua casa sostinha: e nam recebia nhũ salário por procurar por as causas: florecẽdo assy per algũs anos na Republica

7. e seuidos estes carguos com muyta diligencia e fieldade demandou e pedio o consulado: e despoys de algũs constrastes o alcançou: e foy seu companheyro Gayo antonio filho de Marco antonio o orador.

8. e neste seu consulado Marco tulio fez tantas e tam singulares cousas a. *Re publica* principalmẽte em a conjuração de catilina onde matou os príncipes de seu conselho e ao mesmo Catilina desterro. que mereceu ser chaamado padre da patria: e elle foy primeyro que este sobre nome teue. o qual despoys

Cícero, desejando o sucesso político, entende que deve conhecer os seus concidadãos e as regiões do império, assim dedica-se a este estudo.

A liberalidade de Cícero que vivia na simplicidade sem nada cobrar para defender as causas.

Menção ao julgamento de Verres, detalhes do julgamento e tendo vencido, Cícero ganhou muitos presentes dos Sicilianos, dos quais ele não usou nenhum.

Passa-se ao casamento de Cícero com Terência e o dote que lhe permitia viver liberalmente.

O julgamento de Lucínio Macer e o tempo da preturia de Cícero.

A eleição de Cícero para o consulado em lugar de Catilina que também se candidatara.

Detalhes do consulado de Cícero.

Digressão de Plutarco de como Cícero ensinou o benefício de unir o direito e a política à palavra bem empregada.

Narração de ações de Cícero como Côsul, sempre privilegiado pelo uso da palavra.

Detalhes da revolta de Catilina. A reunião do senado e a expulsão de Catilina de Roma, a quem seguiram milhares de homens e estabeleceram-se no campo de Málio até o momento em que deveria atacar.

Conta-se as ações de Lêntulo, ambicioso cidadão que pretendia por intermédio de Catilina alcançar o poder máximo sobre os romanos. Lêntulo continua fomentando os revoltosos favoráveis a Catilina na cidade e pretendia atizar fogo em toda Roma.

Lêntulo, em Roma, arregimentava mais apoio

alguns emperadores tomaram para si.

à revolta de Catilina e buscava aliados nas províncias Romanas insatisfeitas.

Cícero a tudo acompanhava com prudência, infiltrando pessoas de sua confiança entre os conspiradores. Apreendidas algumas cartas endereçadas a Catilina, leu-as no senado.

Sinal dos deuses: Enquanto Cícero refletia que atitude tomar contra os notáveis romanos que lideravam a conspiração, na sua casa, um culto à Boa-Deusa realizava-se por sua esposa e outras mulheres vestais. Neste ritual houve um sinal e as virgens sagradas aconselharam Terência, mulher de Cícero, a procurar seu marido imediatamente e forçá-lo a apressar a execução, sem perda de tempo, das resoluções tomadas para a salvação da pátria. Elas lhe asseguravam que a deusa havia feito flamejar aquela luz como um presságio de segurança e de glória para Cícero.

Plutarco descreve com detalhes a difícil deliberação do senado para a punição dos revoltosos de Catilina.

Silano e vários outros a favor da pena de morte contra os revoltosos. Caio César, que depois se tornou imperador, defendeu a prisão e o exílio. Catão decidiu o impasse e venceu a pena de morte que imediatamente foi cumprida por Cícero.

9. a primeyra industria que em seu consulado teue foy em desfazer e lançar fora a ley Agrária a qual fez primeyramente Tiberio Graco:que era que se partise todo o cãpo publico *que* se achasse em Itália e em syria e em asia:de *que* vinha grãde dano a.Re publica. principalmête aos nobres.e despoys de Marco tyberio graco:foy muytas vezes repetida esta ley pollos tribunos do pouo *que* reuoluiãos padres com o pouo: a qual ley Tulio desfez de todo.

No retorno para casa, uma grande multidão o acompanhava e Plutarco descreve a grande festa do povo em homenagem a Cícero.

Desapontados, César e outros tribunos iniciaram uma série de intrigas contra Cícero. Catão toma a defesa dele para si e por seu prestígio e poder consegue conferir ao orador as maiores honras e o nome de pai da pátria, o primeiro a ter este título.

Cícero vence aos favoráveis da lei agrária.

Plutarco comenta a antipatia que Cícero provocava contra si pelo tanto que se elogiava nos seus escritos e discursos. E a sua eloquência, tão cheia de doçura e de graça, tornava-se enfadonha e fatigante para o auditório. Essa afetação importuna era como uma doença fatal inoculada na sua pessoa (*Sed inuidiae patuit, nullo quidem turpi aut indigno suo facto, sed quod laudibus continuis sese efferens, gloriaque se semper*

exornans, molestus caeteris esset.)

Plutarco menciona aqueles autores gregos que Cícero tinha admiração: dizia, por exemplo, de Aristóteles, que era um rio em que rolava ouro em fortes ondas, e, dos diálogos de Platão, que, se Júpiter quisesse falar, seria aquele o seu estilo. Costumavam chamar a Teofrasto "a sua delícia". Como lhe perguntassem; certa vez, qual era dentre os discursos de Demóstenes o que achava mais belo, respondeu: "O mais longo".

Plutarco dedica grande parte do seu texto em contar o amor de Cícero pela glória e relata diversas anedotas sobre ele e seus ditos.

10. acôteceo *que* antre elle e Clodio nobre cidadão ouue alguũ ódio causado pollo mesmo Clodio: o qual clodio por lhe poder empeçer se tirou da dinidade patrícia e nobre:e se fez plebeyo afim de ser tribuno do pouo:porque doutra maneyra o nã podia ser. o qual veo a alcãçar e acusou a Tulio per ante os consules *que* já tinha de sua parte. que matara muytos e muy nobres cidadãos no aleuãtamêto de Catilina sem causa algũa e sem cõsentimêto do senado.

A história de Clódio, que desejando Pompéia, a esposa de César, provocou que ela fosse banida pelo marido. Cícero não pode defender Clódio da acusação de impiedade, feita por César.

Após o processo, Clódio tornou-se tribuno do povo e começa a perseguir Cícero.

Por causa das intrigas de Clódio, César acusou o orador pelas mortes de Cetego e Lêntulo no seu consulado, na ocasião da revolta de Catilina.

Temendo alguma condenação, Cícero sai de luto, com barba e cabelo crescidos pedindo ao povo votos a seu favor. A ordem eqüestre acompanhou-o nos trajes.

Cícero foi condenado ao exílio, sendo abandonado por Pompeu que não poderia apóia-lo, já que era casado com a filha de César.

11. Finalmête [como elle toca no quarto paradoxa] sob esta cor foy desterrado de Roma e de toda italia contra vôtade dos senadores:soomête per sentença dos consules e tribunos.

Desta tornada ficou Tulio grãde amiguo de César e Põpeo e tornou Crasso em graça cõ elle e permanecioa.R.p. em asesseguo *por* algũs annos:e despoys da morte de Crasso fizera A tulio mestre dos aguouros:

Clódio baixou contra ele um decreto de banimento: mandou afixar uma ordem em que era proibido dar-lhe água e fogo, e recebê-lo em casa a uma distância de quinhentas milhas da Itália. O respeito que Cícero infundia foi bastante para que esta última medida fosse desprezada. Por toda parte, teve ele uma acolhida solícita e era acompanhado com demonstração da mais viva consideração.

Ao chegar a Dirráquio, quase prestes a desembarcar, houve um tremor de terra e ao mesmo tempo um súbito refluxo das águas.

Os áugures (ariolis ou hariolus) conjecturaram sobre esse prodígio, assegurando que o seu exílio não seria de longa duração; que essas espécies de sinais pressagiavam uma mudança favorável.

As cidades gregas disputavam homenagens a Cícero. Ele sempre triste pela distância de Roma. Pedia para ser chamado, não de orador, mas de filósofo.

Clódio tornou-se temido entre os senadores e se indispôs contra Pompeu. Foi acusado de atos de violência e condenado. Todos queriam o retorno de Cícero, inclusive Pompeu, arrependido do desprezo do passado.

12. E estando assy desterrado: ouue muytas disensões em Roma sobre sua tornada: e muytos mortos e feridos muytos por esta causa: e passados. xvi. meses *de* seu desterro tornou a Roma cõ tanta alegria de todo ho senado *que* nã se acha escrito cousa em que fosse ta grãde consetimento do pouo Romão: e tãta diligẽcia e desejo de toda Itália *que* a esta causa auia cõcurido a roma. Conta Plutarco *que* na sayda de seu desterro se sayrã xx. mil homeẽs cõ elle.

Segundo Plutarco, Cícero voltou a Roma depois de 16 meses de exílio. Todas as cidades e todas as populações demonstraram tanta alegria em seu encontro, que Cícero dizia a verdade quando afirmava que a Itália inteira o conduzia a Roma sobre os seus ombros.

O colégio dos sacerdotes, a que os romanos chamam áugures, recebeu-o no lugar de Crasso, o jovem, que fôra morto pelos Partos. Tendo-lhe cabido por sorte a Cilícia, na partilha das províncias, com um exército de doze mil homens de infantaria e dois mil e seiscentos de cavalaria, para lá embarcou. Levava, também, a missão de reconciliar os capadócijs com o rei Ariobarzanes e de reconduzi-los à obediência. Conseguiu-o, sem dar lugar a nenhuma queixa e sem recorrer às armas. Os desastres experimentados pelos romanos no país dos Partos e os movimentos da Síria que contaminaram os Cilicianos do espírito de revolta, ele os remediou e conteve pela brandura do seu governo. (*His actis pro Casso iuniore qui apud Parthos obierat, augur designatur. Deinde proconsul prouinciam fortitus. Ciliciam, exercitum duodecim millium peditum, duorumque millium sexcentorum equitum traiecit, iussus Cappadociam Ariobarzani regi reconciliare, eiusque uoluntari reducere. Haec ipse placide e absque congressu pugnae composuit, ac Cilices, qui ob cladem Romanorum a Parthis illatam, Syriaeque tumultus efferebantur, administrationis suae mansuetudine placat.*)

Recusava presentes, mesmo os que lhe eram oferecidos pelos reis e repunha nos cofres da

província as despesas da sua mesa. Recebia, à própria custa, pessoas cuja convivência lhe era agradável. Tratava-as sem magnificência, porém com muita liberalidade.

Ao voltar da Cilícia, passou primeiramente em Rodes, depois em Atenas, onde se demorou algum tempo, pela lembrança que lhe trazia a estada que aí fizera outrora. Conversou em Atenas com os homens eminentes pelo saber e visitou amigos e familiares que aí se encontravam. Após haver recebido da Grécia um justo tributo de admiração, retornou a Roma, onde encontrou os negócios públicos em má situação e a guerra civil prestes a ocorrer.

13. E estando Tulyo assy em Athenas soube como se bulia já aguerra ciuil:e Cesar era vindo de frança:e como quer que elle fosse obriguado a Põpeo nam se deitou a nhũa das partes por algũas justas causas. E despois da morte de Põpeo veo Tulyo ver a Cesar o qual se apeou para elle e o veo abraçar muyto humanamente: e da hi em diãte husou muyto de sua amizade: assi *que* estando já o senhorio de Roma debaxo *de* César. Tulyo se passou de todo as sciencias e foy o *primeyro* dos latinos que tratou e escreueo de filosofia e deu excelêtes preceptos na arte da arectorica com mays eloquência que ninguem e escreueo muytas e muy singulares obras e outras muytas tinha determinado a escreuer:se a morte o nam estoruara as quaes obras que elle fez conta Plutarco na segũa parte em sua vida delle.

A guerra entre César e Pompeu e a posterior aliança de Cícero com César.

Substituído o antigo governo pelo poder de um só homem, Cícero abandonou desde então a vida pública e empregou todo o seu tempo no trato com os moços que desejavam aplicar-se à filosofia. Eles pertenciam às principais famílias de Roma. Cícero conquistou-os pelo saber e ganhou grande prestígio na cidade.

Cícero passava a maior parte do seu tempo em Tusculum, domínio seu, de onde escrevia aos amigos.

Repudiou sua mulher Terência, porque, durante a guerra, ela ocupara muito pouco com ele e, quando ele partiu, deixara que faltassem as coisas mais necessárias para a viagem. No seu retorno à Itália, não recebeu dela nenhuma prova de afeição.

Terência, enfim, abandonou a casa de Cícero, deixando-a vazia e desprovida, carregada de dívidas consideráveis. Estes foram os pretextos que apresentou para o divórcio. Terência negava que houvesse verdade nessas acusações, e dizia que Cícero tinha desposado a uma jovem cuja beleza o havia seduzido. Já Tiron, liberto de Cícero, afirma que o orador casara-se em virtude da riqueza da noiva, pois precisava pagar as suas dívidas.

14. e despoys da morte de Julio cesar foy immiguo de Marco antonio. E despoys que otauiano e Lepido e Antonio se concertaram

Plutarco conta com detalhes sobre o assassinato de César no senado e grande revolta do povo diante disso. Os conflitos entre Cícero e Antônio.

lhe foy hordenada a morte per Marco antonio e morreo fora de Roma em suas eranças aos lxxiii. annos de sua idade ferido e acometido dos *que* Antonio pera isso mandaua: e antre as muytas e singulares obras que fez he hũa dellas esta de amicicia que fingio ser em modo de disputa antre Gayo lélio muy sapiente nobre e sigular cidadão Romano e antre mucio Sceuola e Quinto fannio genros do mesmo Gayo lelio casado cõ suas duas filhas. E dirigioha a Ponponio attico grande amigo seu a quem assy mesmo dirigio o de senectute e mandou muytas epistolas. o qual Pomponio attico era huũ dos principaes cidadãos de roma como se pode bẽ ver em sua vida na primeyra parte de Plutarco com cuja hirmã era casado Quinto cicerom hirmão de Tulio. E quem curioso for de particulamente saber as vidas de cada huũ lea a Plutarco na primeyra parte [como digo] vera a de Pomponio na segunda a *de marco tulio* autor nosso.cuja obra prosperamente começa.

O sonho de Cícero, no qual via Júpiter escolhendo o filho de César como seu sucessor.

Detalhes dos conflitos da sucessão de César morto por Brutus.

Numa casa de campo, Corvos dão vários sinais a Cícero de sua morte próxima.

Detalhes da morte de Cícero: O tribuno, levando consigo alguns soldados, lançou-se por um atalho rumo à saída das aléias. Cícero, ao perceber que a tropa conduzida por Herênio corria precipitadamente por sob o arvoredor, disse a seus servos que parassem a liteira. E, levando a mão esquerda ao queixo, gesto este que lhe era peculiar, atirou sobre os assassinos um olhar intrépido. Os cabelos eriçados e cheios de pó, o rosto desfigurado pelos pesares, exerceram sobre os soldados uma tal impressão que a maioria cobriu o rosto, enquanto Herênio o degolava. Cícero havia posto a cabeça fora da liteira, oferecendo assim o pescoço ao carrasco. Morreu com a idade de 64 anos. Herênio, de acordo com a ordem que lhe dera Antônio, cortou-lhe a cabeça bem como as duas mãos com a qual havia escrito as Filípicas, os discursos contra Antônio.

De resto, logo que César derrotou Antônio em combate, tomou por colega no consulado o filho de Cícero. O Senado, sob a sua magistratura, derrubou as estátuas de Antônio, revogou as honras de que gozava e proibiu, por decreto público, que qualquer pessoa da família dos Antônio trouxesse o prenome de Marco. Parece que, por esse meio, a vingança divina reservou para a família de Antônio o castigo pela morte de Cícero.

A *Vida* de Resende menciona todos os principais momentos da vida ciceroniana presente no texto de Plutarco sem desenvolvê-los, nem mesmo mencionando aqueles aspectos da vida ciceroniana menos virtuosos para a caracterização do orador. Um bom exemplo é a caracterização da origem familiar de Cícero que alguns dizem ser da linhagem de pisoeiros. Duarte de Resende, por sua vez, optou em ressaltar “Tulio, rey dos Bolseos”, não fazendo nenhuma referência aos ascendentes pisoeiros. Mais uma escolha que orienta a interpretação do *ethos* de Cícero como pertencente às hierarquias

mais elevadas da corte, sem nenhuma relação com aqueles estratos menos dignos da condição dos pisoeiros. Ou seja, o Cícero resendiano pertence ao mundo aristocrático no qual não cabe uma ascendência de pisoeiros. E pelo fato da notícia sobre a ascendência da família de pisoeiros ser enunciada de uma maneira vaga (*sunt qui dicam*/há quem diga), facilitou certamente ao letrado português desconsiderar a informação.

Duarte de Resende extirpa todos os eventos miraculosos que envolveram o nascimento e a infância do Cícero plutarquiano: o nascimento sem dor, o fantasma que vaticina os feitos do recém-nascido; a passagem em que Cícero somente retorna a Roma, depois de consultar o Oráculo de Delfos que lhe prescreve o que deve ser feito para alcançar a glória; o sinal que Terência recebe no ritual à Boa-Deusa que ajuda Cícero a decidir sobre o que fazer com os conspiradores ligados a Catilina e outras passagens. Estas matérias de caráter miraculoso são completamente suplantadas da *vida* resendiana, o que podemos entender como uma intervenção do letrado em favor de um *ethos* ciceroniano como homem público exemplar e verossímil aos leitores cristãos, afastando deles as associações com ocultismos ou superstições contrárias à fé cristã.

As escolhas de Resende apontam para um Cícero de conduta imitável, de ascendência nobre, prudente na vida política e de vida conjugal excelente, querido pelos amigos e elogiado pelos concidadãos nas virtudes morais. Destacamos a menção à liberalidade ciceroniana, que amplia o seu encômio como homem da república, posto que esta é uma virtude fundamental para o trato das coisas públicas segundo o *De Officiis*, na secção em que fala “Que duas som as maneiras dos graados: huũ som degastadores, e outros liberaes”:

Os liberaes som aquelles que per suas riquezas remii os cativos ou livram seus amygos de dividas e obrigações em que jazem, ou ajudam a casar suas filhas, ou os ajudam a cobrarem algũs bẽes ou a acrecentarem sua fazenda. (...) E a mim parece que o fruto da liberalleza he mayor e mais certo em aquellas cousas das quaaes eu pus algũs poucos denxemplos. E muito mais

verdadeiramente e com grande autoridade nos reprende Aristotiles por que nom maravilhámos daquelles que despendem seus dinheiros por aprazer ao povo. ²⁵⁴

Uma outra questão que orienta a leitura da *vida* resendiana é a diferente noção de tempo e causa que estes textos pressupõem. Estamos num mundo escolástico no qual há a noção de Deus como causa primeira de todas as coisas e a história da humanidade como causa segunda, que existe a partir Dele e por Sua vontade pela noção de Providência. Neste sentido, a história romana está para a portuguesa, participando todos de uma mesma unidade no plano de Deus para a redenção da humanidade. Por este viés, seria possível compreender adequadamente as apropriações religiosas destes autores pagãos, pois mesmo gentios, estão incluídos no plano de Deus e receberam dele sinais de sua presença. Assim, cabe ao sábio saber identificar a presença dos sinais divinos presentes ao longo da história para bem interpretar a vontade divina. Portanto, o passado não é coisa concluída e distante, mas fonte de *exempla*, de sinais da sabedoria de Deus presente em todo tempo e em todo lugar. Ademais, pela tópica da “diminuyçam” de todas as coisas, decorre que os antigos são excelentes dado que estão mais próximos daquele princípio divino de todas as coisas. No entanto, a primazia do mundo moderno está no conhecimento da verdade e nas escolhas das melhores partes fornecidas pelos modelos antigos que, apesar de compartilharem do *logos* divino presente na história, não conheceram diretamente a revelação divina por Cristo. Nesse sentido, frente ao modelo plutarquiano, Resende escolheu aquelas matérias e partes que melhor conduziriam o leitor à excelência moral e política, sem nenhum estorvo para a fé cristã e a revelação da graça.

Imbuídos desta noção de tempo providencial e teleológica com fim na salvação do mundo, os letrados buscaram observar a similitude entre os eventos da história humana

²⁵⁴ D. PEDRO DE COIMBRA. *Livro do Officio*, op. cit., p. 127.

para demonstrar que, embora existam algumas condições mutáveis, a verdade é contínua e imutável, posto que divina. A similitude entre costumes antigos e os modernos deve ser entendida como artifício de decoro e *auctoritas* em vez de qualquer empiria ou desajuste. Ou seja, é possível que São Bernardo e Cícero conversem entre si, pois isto é decoroso e verossímil, apesar de não possível. Esta cena acontece nas representações do *Boosco Deleitoso*, obra moral do século XV português em que num dado momento conversam Cícero, Sêneca, São Bernardo e outros. Assim, estas cenas aproximam as doutrinas antigas e o cristianismo mostrando que estes saberes têm uma natureza divina e perene.

3.4 - Análise do “Sonho de Scipião” de Duarte de Resende

O volume intitulado *Marco tulio cicerom de Amicitia paradoxas e sonho de Scipião. tirado em lingoagẽ portuguesa p. Duarte de Resẽde caualeyro fidalgo da cassa del rey nosso senhor*. Trata-se de um pequeno volume in 4º de 19,5 cm por 14 cm com 83 manchas de 16 cm por 9,5 cm, 42 folhas, com 35 linhas cada. O texto foi impresso com caracteres góticos e ornamentado com letras capitais com florais, motivos zoomórficos ou com representações humanas. Não há reclusos e a numeração das páginas é indicada apenas nos primeiros fólhos dos cadernos que estão organizados do seguinte modo: a, 4 fólhos; b-e, 8 fólhos cada caderno; f, 6 fólhos; num total de 42 fólhos.

A primeira edição dos textos de Resende é muito rara. Atualmente são conhecidos apenas dois exemplares: um da biblioteca do Paço Real de Vila Viçosa que pertenceu a rei D. Manuel II; e outra na Staatsbibliothek de Munique, até este nosso trabalho, não mencionada por nenhum dos estudiosos da matéria. Para nosso estudo, utilizamos a cópia digitalizada do exemplar de Munique, que está em muito bom estado

de conservação. Há notas marginais para o *Tratado da amizade* e as *Paradoxas*; em algumas margens há somente o espaço para a nota, sem que ela exista.

A *editio princeps* traz na folha inicial o brasão de família de Duarte de Resende. No escudo figuram dois bodes idênticos sobrepostos um ao outro, o que representa a ascendência nobre dos Resendes. Acompanha o brasão o nome da obra e os méritos hierárquicos do seu compositor: “Marco tulio cicerom de amicicia/ paradoxasesonho de Scipião.tira/ do em lingoagẽ portuguesa p[or] Duar/ te de Resẽde caualeiro fidalgo da/ cassa del rey nosso senhor.”

Folha de rosto da primeira edição. Bayerische Staatsbibliothek München

O texto de abertura do volume é a “Carta sua a Garcia de Resende fidalgo da cassa del rey nosso senhoreescruião desua fa/zenda.etc. A quẽ manda esta obra endereçada:.” A letra capital ornamentada é um “P”, uma figura zoomórfica que representa um animal com bicos e asas de ave e rabo de lagarto, formando com seu

corpo em semi-círculo a cabeça da letra, ligado a um haste. Esta mesma capitular será utilizada mais uma vez no *Tratado da amizade*.

Em seguida está a *vida* intitulada “Começa a vida de Marco tulio”, ornamentada com uma capital “A”, na qual se encontra uma moldura retangular a estilização da letra “a” em um arco arquitetônico que envolve uma representação central de um homem velho e grave, de perfil, em pleno exercício de leitura e manuseando um livro em rolo. Uma capital bastante adequada para o texto que introduz: a vida de Cícero, considerado modelo de eloquência. Além disso, mesmo que poucas, estas capitais mostram certo cuidado tipográfico da impressão de Galharde na seleção de capitais ornamentadas que se relacionem de algum modo com o livro editado, embora saibamos das duras críticas dirigidas a Galharde por André de Resende pela má qualidade das impressões.²⁵⁵ Em todo caso, o impresso com os textos de Duarte de Resende apresenta boas condições de leitura, com algumas falhas de impressão, tais como: a inversão do tipo “n” em lugar do “u” ou vice-versa²⁵⁶: E a terra que tem ho noueno/ lugnar: sempre esta immota; eaqni se tornam.; principalmente aquelles/ antre quem nosso nomepode ser ouuido; assy ho animo sempiteruo moue ho fraco corpo; enam tornaram em este lnguare se nam/ despoys de muytos segres; fosse de sen mouimento tirado.

No *Sonho de Scipião* há um período no qual um lapso tipográfico causa estranheza no leitor, porém, nada que comprometa seriamente a leitura e a compreensão: “E estando nisto Lelio começou a/ bradaretodosos outros gereram

²⁵⁵ André de Resende, na dedicatória de sua “Oração de Sapiência” ou *Pro Rostris* a D. João III, proferida nos Estudos de Lisboa e publicada por Galharde em 1534 argumenta que aceitou publicar sua oração por dois motivos: a insistência dos amigos e para mostrar ao monarca como Lisboa necessita de uma imprensa mais digna de sua importância. O letrado ressalta ainda que enviou seu impresso a D. João III pela obrigação da obediência. Cf. RESENDE, André de. Dedicatória. In: *Oração de Sapiência (oratio pro Rostris)*. Tradução de Miguel Pinto Meneses. Introdução e notas de A. Moreira de Sá. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1956.

²⁵⁶ Todos os exemplos dados foram retirados da *editio princeps* de 1531 do *Sonho de Scipião*.

muyto.mas/ Scipião rindoseeafagandome.disse.Por amor/ de mi[m] nam **ho** acordes do sonnoestay em paz/eouui mays.”²⁵⁷

Outra característica tipográfica da *editio princeps* do *Sonho de Scipião* são variações ortográficas presentes no texto, sendo as mesmas palavras grafadas de modos diferentes:

lũa (“luzia com luz alhea que he a lũa”), **luũa** (“e sobre a luũa tudo he eterno”);
ceeo (“olhando pera o ceeo disse”), **çeo** (“determinado no çeo, ho huũ he o derradeyro çeo”), **çeeo** (“a tal vida he caminho pera o çeeo”, “e cõtrayro do mouimento do çeeo”);
nã (“nã temas Scipião,eelle me disse nã he assi”), **nam** (“e nam pode aseseguar, nam venha loguo a vos”);
assi (“nam he assi, assi como he, bem assi quando da mesma parte”), **assy** (“por tanto assy”, “que assy enche minhas orelhas”, “e assy ves a mesma terra”, “e assy vees a zona ou cinto do meo”, “Assy que se queres altamẽte consirar”);
baixo (“E de baixo deste o sol”), **baxo** (“este circulo da lũa he o mais baxo”);
ves (“e assy ves a mesma terra”), **vees** (“assy vees a zona ou cinto do meo”);
ãno, **ano** (“o pouoo chama ano”, “chega a mays peq[ue]na parte de huũ soo ano”), **anno** (“entam aquelle se pode chamar verdadeyramente anno vertente”, “terás huũ anno acabado”);
consira (“Assy que se queres altamẽte consirar”), **consyra** (“por tanto consyra quanto he pera estimar”);
homẽs (“a ley dos deoses e homẽs”) **homẽes** (“mas guardase com o falecimento dos homẽes”).

As variações ortográficas são pouco relevantes, pois em nada modificam a leitura, no entanto elas evidenciam que a língua vulgar portuguesa ainda tateia uma

²⁵⁷ Grifo nosso para marcar a troca dos tipos “me” e “ho”, ambos complementos pronominais de frase.

ortografia regular e amplia o caráter experimental que certamente qualifica estas primeiras impressões. Ora, estamos diante de textos que ensaiam uma elocução para a tratadística filosófica latina em língua vulgar e, para tanto, a pontuação é bastante significativa, pois substitui, muitas vezes, termos que o latim possui para indicar os nexos lógicos entre as sentenças. Jorge Alves Osório declara que as considerações sobre a pontuação dificilmente podem ser definitivas, já que a responsabilidade do autor é menor que a do impressor.²⁵⁸ Contudo, nas vulgarizações resendianas, a pontuação configura uma concepção de texto em língua vulgar pela segmentação e ordenação das sentenças face ao latim.

O texto apresenta dois sinais gráficos de pontuação preponderantes: o “ponto” e os “dois pontos”. No caso do “ponto”, observamos que seu funcionamento é bastante difícil de caracterizar e ocorre em circunstâncias muito variadas. Em todo caso, serve principalmente de elemento rítmico na ordenação sonora do texto, menos usado que o “dois pontos” e em posições frasais entre as quais não há, em geral, significativas relações de dependência de sentido, mas justaposição de sentenças, como ocorre na passagem abaixo:

E como a elle cheguey o velho abraçãdome começou a chorar:edahi a pouco olhando pera o ceeo disse. Graças te dou o muy alto sol.ea todos os outros celestiais. que antes de partir desta vida vejo em meu reynoecasa a Publio cornelio Scipião com cujo nome muyto me recreo. Porque nũa de meu coraçam se aparta a memoria do outro mayor Scipião singular e inuenciuel barão.e dedespoys disto eu a elle pollo seu reynoeele a mi polla. R.p. nos pergũtamos.e passado muytas palauras da hũa parteeda outra gastamos aquele dia.²⁵⁹

Os “dois pontos” aparecem com grande frequência entre sentenças e, em geral, participam da marcação lógica, além de caracterizarem o ritmo do texto. Assim, configura-se um ritmo de leitura marcado por pausas diferentes entre um sinal gráfico e

²⁵⁸ Cf. OSÓRIO, Jorge Alves. Duarte de Resende, tradutor do “De amicitia” de Cícero (1531). In: *Humanitas*, op. cit., 730.

²⁵⁹ *Marco tulio Cícero de amicitia Paradoxas e sonho de Scipião*, op. cit., fol. d vii retro.

outro, cuja noção infelizmente perdemos. No entanto, podemos perceber que nos lugares onde estão os “dois pontos”, em geral, há também uma exigência lógica maior do texto. Nesse sentido, os “dois pontos” têm uma função nocional importante para a clareza do texto, pois, diferentemente do latim, que possui um sistema de declinações variado para resolver as nuances lógicas entre os termos, na língua vernácula depende-se bastante da pontuação para a ordenação da frase e a manutenção de nexos interfrásicos. Os “dois pontos” também têm uma função gráfica bastante próxima da vírgula atual:

Eu sinto *que* estas contêplado o assento e casa dos homẽs: a qual se pequena [assi como o he] te parece: olha sempre *para* estas cousas do çeo: e despreza esoutras hũanas. *Porque* tulaa:*que* excelẽcia *de* fallas de homẽs:’ou que gloria podes alcançar:’ bem ves como se habita na terra em poucos e estreitos lugares: assi como em sinaes do corpo:e *que* derrador ha muy grãdes desertos:e ves os *que* morã na terra nã soomẽte ser nã conhecidos hũs dos outros: de maneira *que* se nã pode prestar cõ cousa algũa. Mas parte delles esta oblicos e parte reuoltos:e de todo virados trastornados: dos quaes certo nhũa gloria podeis esperar.

Eles marcam unidades frásicas menores que estabelecem entre si algum tipo de relação lógica: de integração como em “casa dos homẽs: a qual se pequena [assi como o he] te parece”; delimitando orações intercaladas: “olha sempre *para* estas cousas do çeo:edepreza esoutras hũanas.”; de comparação: “bem ves como se habita na terra em poucoseestreitos lugares: assi como em sinaes do corpo:” Ou seja, como observamos há pouco, as sentenças demarcadas com os “dois pontos” estabelecem algum tipo de relação lógica entre si que vai além da justaposição.²⁶⁰ Em todo caso, observamos que a pontuação dos textos resendianos é algo bastante variado e resistente a uma

²⁶⁰ Jorge Alves Osório também observa que a pontuação gráfica destinava-se a fornecer “orientação da leitura visual” ao leitor, o que era dispensável na língua latina por causa das suas características sintáticas suficientemente marcadas na definição das unidades de sentido. Cf. OSÓRIO, Jorge Alves. Duarte de Resende, tradutor do *De amicitia* de Cícero (1531). In: *Humanitas*, op. cit., p. 730.

sistematização mais precisa. Contudo, pudemos inferir as análises anteriores baseando-nos na observação da maioria dos casos que aparecem no texto *Sonho de Cipião*.

3.4.1 - Notícias sobre a *editio princeps* e outras edições

Em 1929, o rei D. Manuel II publicou um catálogo bibliográfico intitulado *Livros Antigos de Portugal* (1489-1600), em três volumes, com notícias bibliográficas, históricas e literárias sobre um conjunto expressivo de livros antigos portugueses. Entre eles está o volume da *editio princeps* dos textos resendianos, considerado “excessivamente raro” por D. Manuel II que se valeu de um exemplar da livraria de Joaquim Pereira da Costa, em belíssimo estado de conservação e certamente é mesmo exemplar disponível (talvez o único da primeira edição conhecido em Portugal como dissemos) na Biblioteca do Paço Real de Vila Viçosa.²⁶¹ Também o professor Gonçalves Rodrigues, no seu catálogo bibliográfico *A tradução em Portugal*, além da notícia sobre o impresso quinhentista de Duarte de Resende, transcreveu as informações trazidas na primeira edição:

“Marco Túlio Cicerom de Amicicia paradoxasesonho de Scipião tirado em lingoage portuguesa por Duarte de Resede caualeyro fidalgo da casa Del rey nosso senhor.”

Coimbra, Germão de Galharde, 1531, 4º, 42 fls.

fl. 1 v.º:

“Carta sua a Garcia de Resende fidalguo da casa del rey nosso senhoreescriuão desua fazenda &c. A que[m] manda esta obra enderêçada [...]”

fl. 2 v.º:

“Começa a vida de Marco tulio.”

fl. 5 v.º:

“Lélio ou amicicia de Marco túlio cicerõ enderençado a Pomponio attico.”

fl. 27:

²⁶¹ Cf. D. MANUEL II. *Livros Antigos de Portugal* (1489-1600), *op. cit.*, p. 468.

“Aqui começa o sonho de Scipão per Marco tulio cícero do sexto liuro da Republica. Começa [sic] a falar o menor Scipião [...]”

fl. 32:

“Paradoxas Palavra grega que em nossa linguaem sentenças maravilhosas: de Marco tulio cicerõ q mandaeescreve a Marco bruto claríssimo baram Romano...Proemio e argumento...”

fl. 42:

“acabousse de emprimir a presente obra de Amiciciaesonho de ScipiãoeParadoxas em a muyesemp leal cidade de Coimbra por Germã Galhrde”. Tirada em lingoajẽ por Duarte de resende caualeyro fidalgo da casa dlrey nosso sôr aos XXX dias d’agosto do anno de nosso sôr Iesv xpo de m. d. xxxj.²⁶²

Marcelino Menendez Y Pelayo também fornece informações sobre as edições dos textos de Resende na sua *Biblioteca Hispano-Latina Clásica* no verbete “Cíceron”:

1) Resende, Duarte de. Coimbra, 1531.

Tratado da Amizade, Paradoxos e Sonho de Scipião de Cícero traduzidos de latin en linguagem portuguesa.

2) Resende, Duarte de. (Manuscrito de Évora)

Marco Tullio Ciceron. De amicicia. Paradoxos e sonho de Scipião.

Ms. de la Biblioteca de Évora. Es cópia del impresso.

3) Resende, Duarte de. Lisboa, 1790 (2ª edição)

Tratado da amizade, Paradoxos e Sonho de Scipião composto por M. T. Cícero e traduzido de latin em linguagem portuguesa por Duarte de Resende no anno de 1531. Segunda edição. Lisboa. Na regia Officina Typographica. Ano 1790.

En 12º, XXI + 139 páginas y una sin foliar, con una advertencia. Precede a la traducción una carta a Garcia de Resende, y una vida de M.Tullio. Al fin de las Paradoxas, que vienem después de Sueño, se copia el cólofon de la primeira edición.

Biblioteca de la Real Academia de Ciências de Lisboa.²⁶³

Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro há pelos menos três exemplares da edição setecentista, que se difere da primeira, sobretudo, pelas alterações ortográficas e a presença de uma “Advertência do editor” dirigida ao leitor:

Aqui nos incumbe advertir ao Leitor menos instruído, que onde quer que encontrar nestes Tratados algumas expressões Gentílicas de Cícero, não entendem que se dirigem a nós, os Cristãos; mas que só deve seguir as

²⁶² GONÇALVES RODRIGUES. *A tradução em Portugal (1495-1834)*, Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.

²⁶³ MENENDEZ Y PELAYO, M. *Biblioteca Hispano-latina clásica*, op. cit., vol. III, verbete Cíceron.

Católicas máximas dos Santos Padres, que já deixamos apontadas a pág. XLIV e seguintes das nossas anotações sobre o Manual de Epicteto.²⁶⁴

Editada no final do século, no Portugal contra-reformado e iluminista, esta “Advertência” pertence à edição de Luis António de Azevedo, que em 1785 também editou e comentou o *Manual de Epicteto* quinhentista do Frei Antônio de Sousa.²⁶⁵ A formulação “expressões gentílicas” certamente diz respeito às sentenças que apresentem alguma heterodoxia em relação à doutrina cristã e católica. Isso se corrobora na alusão às “Católicas máximas dos Santos Padres”, apontadas no *Manual de Epicteto* setecentista. Assim, podemos observar dois momentos e dois modos distintos de apropriação dos textos morais antigos: no século XVIII há a necessidade de acompanhar a edição de tratados de Cícero com uma destacada “advertência” de leitura. No século XVI, por sua vez, isto não vai além de uma discreta ressalva da carta de Duarte de Resende que diz: “trelado de autor tão nobre e virtuoso, posto que gentio”. De fato, a autoridade de Cícero nos assuntos morais e religiosos é bem mais aceitável nas apropriações do século de Erasmo, do estoicismo e do platonismo, no qual se preconiza a semelhança entre a virtude antiga e a cristã, universalizando-as estoicamente. Isto não parece confortável num mundo contra-reformado e iluminista.

A terceira edição das traduções de Resende é brasileira e foi publicada em 1952 pela Organização Simões na “Coleção Clássica”. Trata-se de uma impressão do exemplar setecentista presente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro com atualizações ortográficas. A menção à segunda aparece logo após a “Advertência do

²⁶⁴ Advertência do leitor. In: *Duarte de Resende: Tratado da Amizade, Paradoxos e Sonho de Cipião*, op. cit., p. 117.

²⁶⁵ *Manual de Epicteto Filósofo traduzido de grego em linguagem portuguez*. [Por D. Frade Antônio de Sousa] Coimbra, por Antonio Mariz, 1594, in 12. In: Antonio Joaquim Anselmo. *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, op. cit., p. 262. Luis de Sousa Rebelo. Meios de Transmissão. In: *A tradição clássica na literatura portuguesa*, op. cit., p. 188.

Editor”, entre chaves: [Da edição de Lisboa, regia Officina Typographica. Ano MDCCXC].²⁶⁶

A quarta e última edição até o momento é a de Maria Leonor Carvalhão Buescu, de 1982, com introdução e atualização ortográfica. Na primeira página, assim como na edição de 1790, está escrito: “1ª edição 1531”. Embora Buescu valha-se da edição setecentista, isto não aparece mencionado. Infelizmente, esta edição deixa muito a desejar no que diz respeito à edição crítica e à precisão dos dados. Não há cuidados de crítica textual, nem informações acerca dos critérios da transcrição. Na introdução à obra, a autora não menciona as edições anteriores do livro, tão pouco os autores que deram notícias sobre elas, chegando a afirmar o parentesco do tradutor com Garcia de Resende, informação descartada há muito tempo por Braamcamp Freire no conhecido artigo “Dois Duartes de Resende”.²⁶⁷

3.4.2 - Cotejo da edição do “*Sonho de Scipião*” de 1531 em disposição retórica com o texto latino aproximado

O quadro a seguir apresenta o cotejo entre o *Sonho de Cipião* de 1531 com uma edição florentina de 1515 do texto latino aproximado. Para que melhor pudéssemos nos referir ao cotejo, adotamos alguns critérios que facilitam a leitura. Na primeira coluna está a numeração das linhas do texto de cinco em cinco. Na segunda coluna acrescentamos uma anotação com as partes retóricas correspondentes e os argumentos apresentados. Na terceira e quarta colunas estão transcritas as fontes utilizadas, sendo que os critérios de transcrição são os seguintes:

²⁶⁶ *Tratado da Amizade, Sonho de Cipião e Paradoxas*. Tradução de Duarte de Resende. “Coleção Clássica”. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1952, p. 91.

²⁶⁷ BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Duarte de Resende: tratados da Amizade, sonho de Cipião e Paradoxos*, op. cit., p. 25. “Os relativamente escassos dados biográficos do autor mostram-no em comunicação com os grandes humanistas do seu tempo, entre os quais André de Resende e Garcia de Resende, de quem era irmão ou parente próximo.”

- 1) Buscamos preservar ao máximo as características lingüísticas dos textos transcritos, mantendo no texto português os dígrafos quinhentistas como qu, gu; as letras dobradas e as diferentes grafias para as mesmas palavras.
- 2) As abreviaturas do texto vernáculo foram desenvolvidas em itálico. Ex: “q tironiano”, “q com trema” = *que*. Do mesmo modo procedemos na transcrição do texto latino, desenvolvemos todas as abreviaturas em itálico. Ex.: tñ = *tamen*; pp = *propter*; futuror. = *futurorum*; tpe = *tempore*; mō = *modo*; qde = *quidem*; pōt = *potest*; tm com sinal gráfico no “m” = *tantummodo*; hoium = *hominum*.
- 3) Substituímos o “e ornado” pelo sinal gráfico “e”.
- 4) substituímos o “s longo” pelo “s” atual.

[d vii r] Aqui começa o Sonho de Scipião per Marco Tulio Cicerõ do Sexto Libro da Republica. Começa a Fallar o menor Scipião

Somnium Scipionis Ex Ciceronis Libro De Republica Sexto Exertum (edição florentina de 1516)

		Como eu em Africa viesse por tribuno dos caualeyros da quarta legião:sendo consul Anicio manlio [como sabeys] nhũa cousa mays trazia na vôtade que verme cõ el	Cvm in Aphricam uenissem, Annio Manlio consule ad quartam legionem tribunus (ut scitis) militum, nihil mihi potius fuit, <i>quam</i> ut Massinissam conuenire
5	Proêmio da narrativa “Sonho de Scipião”	rey Massinissa. que de nossa familia por muy iustas causas he grande amigo. E como a elle cheguey o velho abraçadome começou a chorar: e dahi a pouco olhando pera o ceeo disse. Graças te dou o muy alto sol. e a todos os outros celestiaes. que antes	regem familiae nostrae iustis de causis amicissimum, ad quem ut ueni complexus me senex colachrymauit, aliquanto post suspexit ad caelum, et grates inquit tibi ago summe sol, uobisque reliqui caelites, <i>quod</i> ante ex hac uita migro, conspicio in meo
10		departir desta vida vejo em meu regno, et his tectis Publi.	
15	Oração de Massinissa	reyno e casa a Publio cornelio Scipião com cujo nome muyto me recreo. Porque nũa de meu coração se aparta a memoria do outro mayor Scipião singular e inuenciuel barão. e dedespoys	Cornelium scipionem, cuius ego nomine recreor ipso, <i>itaque</i> <i>nunquam</i> ex animo meo discedit illius optimi <i>atque</i> inuictissimi uiri memoria. Deinde ego illum de suo regno, ille me de nostra rep.
20		disto eu a elle pollo seu reyno e elle a mi polla. R.p. nos pergũtamos. e passãdo muytas palauras da hũa parte e da outra	percontatus est, multisque uerbis ultro citroque habitis ille nobis consumptus est dies. Post autem regio apparatu accepti, sermonem
25	Conversação entre Cipião e Massinissa	gastamos aquele dia. E despoys derecebido hũ real combite: estiuemos a mayor parte da noyte praticando: e o velho como me em outra nhũa cousa falaua se nam em	in multam noctem produximus, cum senex nihil nisi de Aphricano loqueretur, <i>omniaque</i> eius non facta solũ sed etiam dicta meminisset, deinde ut cubitum

30		Scipião e se alêbraua nã tã soomête de todos [d vii v] seus feytos.mas dos ditos Depoys que daqui nos fomos a dormir e eu como vinha cansado do caminho e	discessimus, me et defessum uia, et qui ad multam noctem uigilassem, arctior <i>quam</i> solebat somnus complexus est.
35		estiuera muyta parte da noyte acordado: dormi mays altamête do que soya:	
	O sonho	e loguo o Africano. [creo certo que foy por nelle falarmos: porque muytas vezes se faz que nossos	Hic mihi (credo equidem ex hoc quod eramus locuti, fit <i>enim</i> saepe fere ut cogitationes sermonesque
40	Proêmio do sonho	pensamentos e palauras trazem:sonhando alguña tal cousa qual Ennio de homero escreue com que muytas vezes estando acordado cuydaua e falaua.]	nostri pariant aliquid in somno tale, quale de Homero scribit Ennius de quo uidilicet saepissime uigilans solebat cogitare et loqui)
45		Seamostrou daquella forma que tem sua imagem que muy conhecida he de mi e como ho eu	Aphricanus se ostendit ea forma, qua mihi ex imagine eius <i>quuam</i> ex ipso notior erat quem ut agnouit equidem cohorrui.
	Encontro de Emilio Cipião	conheci certo que me arripiey.mas elle me disse. Esta quedo <i>de</i> boõ	Sed ille ades inquit animo, et omitte timorem scipio, et quae dicam memoriae trade.
50	e Cipião Africano, seu avô.	coração e nã temas Scipião.tem na memoria o <i>que</i> te diser. Ues tu aquella cidade que constrangida foy por my que obedecesse ao pouoo Romão: e aguora renoua ha	Vides ne illam urbem, quae parere .P.R. coacta per me, renouat pristina bella, nec potest quiescere? (Ostendebat autem
55		primeyra guerra e nam pode aseseguar.] e elle de hũ luguar alto e illustre e cheo de estrelas meamostraua a Carthago.] a qual tu aguora nouamente caualeyro vês	Carthaginem, de excelso et pleno stellarum illustri et claro quodam loco) ad quam tu appugnandã nunc uenis pene miles. Hanc hoc biennio consul euertes, erit <i>que</i>
60	Narração Previsões sobre o futuro de Cipião.	cõquistar . a esta poys destruyras daqui a dous annos sendo consul: e este sobrenome que aguora tês herdado per tua geraçam.o terás guanhado per ti. e como destruyres	cognomẽ hoc tibi per te partum, quod habes ad huc haereditarium a nobis. Cum aut Carthaginem deleueris,

65	Cartharguo e della triumphares. e	triumphum egeris, censorque
	fores censor. e despoys legado a	fueris, et obieris legatus
	Egipto e Asiria e Asiae Grecia.	Aegyptum, Syriam, Asiam,
	Estando ausente seras eleyto por	Graeciam, delegere iterum absens
	consul e acabaras huã grande	consul, bellum maximum
70	guerra:que destruyras a Numãcia.	conficiees, Numantiã excindes.
	mas quando em teu carro entrares	Sed cum eris curru capitolium
	no capitolio. acharas a R.p. toruada	inuctus, offendes rep. perturbatã
	com cõselhos de meu neto Graco.	consilius nepoti mei. Hic tu
	então aqui tu Africano sera	Aphricane ostendas oportebit
75	necessario que mostres o lume <i>de</i>	patriae, lumen animi ingenii
	nossa pátria e de teu animo e	cõsiliique tui. Sed eius <i>tempis</i>
	engenho e conselho. mas	ancipitem uideo quasi <i>factorum</i>
	naquelletêpo vejo hũa duuidosa via	uiam.
	defados: porque como tua idade	Nam cum aetas tua septenos octies
80	chegar a sete vezes oyto voltas do	Solis anfractus <i>reditusque</i>
	sol p. natural circuyto e acabar <i>de</i>	conuerterit, duoque hi numeri
	te fazer e fatal soma.To [d viii r]	quorum uterque <i>plenus</i> alter altera
	da a cidade se conuertera em ti soo	de causa habetur. Circuitu naturali,
	e em teu nome e o senado e todos	summam tibi fatalem confecerint,
85	os boõs e teus amigos e os latinos	in te unum atque in tuum nomem
	em titeram esperança. e tu seras	se tota conuertet ciuitas, te
	huũ soo em quem sesosteraa a	senatus, te omnis bonis, te socii, te
	saude da cidadee pera que te nam	latini intuebuntur. Tu eris unus, in
	digua muytas cousas.conuiraa que	quo nitatur ciuitatis salus. Ac ne
90	sejas da cidadedictador se fugires	multa, dictator rempu. constituas
	das crues mãos de teus parentes.	oportet, si impias propinquorum
		manus effugeris.
	E estando nisto Lelio começou a	Hic, cum exclamasset Laelius,
	bradar e todos os outros gemeram	ingenuissentque caeteri
	muyto. Mas Scipião rindose e	uehementius, leniter arridens
	afagandome.disse. Por amor de mi	Scipio, quaeso inquit, ne me a
	nam ho acordeys do sonno estay	somno excitetis, et pax fit rebus.
	em paz e ouui mays.	Audi caetera.
95	Mas pera <i>que</i> tu Africano sejas	Sed quo sis Aphricane alacrior ad

Interrupção
de Lélío.

		mays alegre em conseruar a. R.p.	tutandam rempublicam sic habeto.
	Divisão	toma isto. que todos os que a patria	Omnibus qui patriam
100		conseruarem ajudarem e	conseruaeurint, adiuuerint,
	Argumento:	acrecentarem tem certo e	auxerint, certum esse in caelo et
	os que a	determinado luguar no çeo. onde os	definitum locum, ubi beati
	pátria	bem auẽturados guozam pera	semperno aeuo fruuntur.
	conservarem,	sempre. que nhũa cousa he mays	Nihil est enim illi principi deo, qui
105	ajudarem e	accepta a aquelle deos principe. das	omnem mundum regit, quod
	acrescentarem	que se fazem na terra que os	quidem in terris fiat acceptuis, <i>quis</i>
	tem certo e	consilios e ajuntamentos por causa	concilia coeptusque hominũ uiri
	determinado	dos homeẽs feytos. que se chamão	sociati, quae ciuitas appellantur.
	lugar no céu.	ciudades. que os regedores e	Harum rectores, et conseruatores
110		conseruadores dellas daqui saem. e	hinc profecti huc reuertuntur.
		aqui se tornam. E eu ate qui que	Hic ego (et fieram perterritus nom
		estaua temeroso. nam tanto com ho	tam mortis metu <i>quam</i> insidiarum
		medo da morte como detrayção	a meis)
		dos meus. Perguntey se o meu	quaesiui tamẽ uiueret ne ipse et
115		padre Paulo e os outros que	pater paulus, et alii quos nos
		cuydauamos ser estintos e	extinctos arbitrabamur, immo uero
		apaguados se viuiam la. Então me	inquit hi uiuunt, qui e corporum
		dise. Antes estes sam os que viuem	uincilis tanquam e carcere
	A beatitude	que voaram e sayram dos	euolauerunt. Vestruero <i>quae</i>
120	reservada no	corpos. assy como de prisoões	dicitur uita, mors est.
	além aos	porque a vossa que se chama vida	
	benfeitores da	he morte.	
	pátria.		
		e aguora veras vir a ty teu padre	Quin tu aspicias ad te uenientem
		Paulo . o qual como loguo vi	patrem paulum. Quem ut uidi,
125	Entra o pai de	derramey foça de lagrimas . e elle	equidẽ uim lachrymarum profudi,
	Emilio	abraçandome e beijandome me	illi autẽ me complexus atque
	Cipião, Paulo	defendia que nam chorasse e eu	osculans flere prohibebat. Atque
	Emilio Cipião	como acabando ho choro pude	ego ut primum fletu represso loqui
		fallar. Ihe disse . Poys assy he	posse coepi, quaeso inquit pater
130		santissimo e virtuoso padre . que	sanctissime atque optime, quoniam
		esta he ha verdadeyra vida.	haec est uita, ut Aphricanum audio

	[segundo ouço dizer ao Africano.]	dicere, quid moror in terris? quin
Condenação	p.a que tardo may's nas terras e por	huc ad uos uenire propero? Non
do suicídio	[d viii v] que nam venha loguo a	est ita inquit ille nisi enim is, cuius
135	vos. E elle me disse nã he assi:	hoc templum est omne, quod
	porque se este templo todo he que	conspicis, istis te corporis
	tu ves. te nã librar e tirar deste	custodiis liberauerit, huc tibi aditus
	corpo.nam teras caminho pera vir	patere non potest. Homines enim
	qua. porque os homẽs são gerados	sunt hac lege generati, qui
140	com tal ley e condiçam que guardẽ	tueruntur illum globum, quem in
	este torrão e redondeza <i>que</i> ves	hoc templo medium uides, quae
	estar em o meo deste tẽplo que se	terra dicitur, his <i>que</i> animus datus
	diz terra: e seu animo lhe foy dado	est ex illis sempiternis ignibus,
	daquelles sempiternos foguos:a	<i>quae</i> sydera et stellas uocatis, quae
145	que chamaes Synos e Estrelas. as	rotundae et globosae diuinis
	quaes grosas e redõdas animadas	animatae mentibus círculos suos
	de deuinos entendimentos:	orbes <i>que</i> conficiunt celeritate
	determinão e fazem seus círculos e	mirabili.
	mouimentos com marauilhosa	
150	trigança. e por tanto assy tu publico	
	como os outros.que pyedosamente	Quare et tibi Publi et piis omnibus
	viuem.aueys <i>de</i> soster ho animo no	retinẽdus animus est in custodia
	ençaramento do corpoe sem	corporis, nec iniussu eius, a quo
	mandado daquelle <i>de</i> quem foy	ille est nobis datus, ex <i>hominum</i>
155	dado: nam podeys partir da vida	uita migrandũ est, ne munus
	dos homẽs. porque nã pareça que	<i>humanun</i> assignatũ a deo
	fugis do dom humano asinado por	defugisse uideamini,
	Deos. que assi foy este Scipião e	
	teu auoo. E eu que te gerey. tu	sed sic Scipio, ut auus tuus ut ego
160	guarda a justiça e piedade:a qual	qui te genui,
	como seja neçessaria ser grande	iusticiam cole et pietatem, quae
	em os padres e parentes ha da	cum magna in parentibus et
	patria he a mayor: porque a talvida	propin <i>quis</i> tum in patria maxima
	he caminho pera o çeeo e pera este	est.
165	ajuntamento que he daquelles que	Ea uita est in caelum et hunc
	ja viueram: e que sayram dos	coetum eorum, qui iam uixerunt, et
	corpos e morã neste lugar que ves.	corpore laxati illum incolunt

			locum, quem uides.
170	Descrição da Via-Láctea	Auia aly huũ circulo muy aluo e resplandecente:que antre as chamas luzia o qual vosoutros [segundo dos greguos o aprêdestes chamaes o circulo lateo: do qual eu estaua contêplando e via todas as outras cousas nobres e marauilhosas: auia ali outras Estrelas que nunca deste luguar de qua vimos. E outras grandezas de todas ellas que nunca qua sospeytamos. das quaes aquella era a mays pequena <i>que</i> he a derradeyra no çeeo e mays chegada as terras: luzia com luz alhea <i>que</i> he a lũa. E loguo a mesma terra me pareço assi pequena que a mi me pesaua de [e i r] nosso imperio vêdo aquã pouco seus termos se estendiam . pera a qual terra como eu sempre olhase disemeho africano. Rogote que me diguas ate quando has de ter os olhos no chão:’ nam ves tu ho templo em que estas:’ nam ves esta cõcauidade destes noue orbes ou circulos concauos:’ dos quaes ho huũ he o derradeyro çeo: que comprehende e abraça todos os outros e no mais alto e primeyro estaa deos. que manda e tem todos os outros cursos. E a este se chegua o outro que tem os sempiternos cursos das estrellas: e de baixo deste sam sete que se voluem em	(Erat autem is splendissimo candore inter flamas elucens circulus) quem uos (ut a graiis accepistis) orbem lacteũ nuncupatis, ex quo omnia mihi contemplati praeclara caetera et mirabilia uidebantur. Erant aut haec stellae quas <i>nunquam</i> ex hoc loco uidimus, et haec magnitudinem omnium quas esse <i>nunquam</i> suspicati sumus. Ex quibus erat ea minima, quae ultima a coelo, citima terris luce lucebat aliena. Stellarum autem globi, terrae magnitudinem facile uincebant. Iam uero ipsa terra ita mihi parua uisa est, ut me imperii nostri quo quasi punctum eius attingimus poeniteret.
185	A Terra		Quam cum magis intuerer, quaesio inquit Aphricanus, quousque humi defixa erit tua mens? Non me aspicias quae in templa ueneris? Nouem tibi orbibus uel potuis globis connexa sunt omnia, quorum unus est caelestis extimus, qui reliquos complectitur omnis, summus ipse deus arcens et <i>continens</i> caeteros, in quo sunt infixi illi qui uoluuntur stellarum cursus sempiterni.
190	Os nove orbes celestes		
195	Deus		Cui subiecti septem, qui uersantur
200			

		oblicoe ao cōtrayro do mouimento	retro contrario motu at <i>que</i> caelum.
205		do çeeo. Dos quaes ho huũ he	Et quibus unum globum possideti
	Saturno	possuydo da estrella que nas terras	illa, <i>quam</i> in terris saturniã
		se chama Saturnia e loguo esta	nominat.
		outro resplandor prospero e	
		saudavel ao genero dos homẽs que	
210	Júpiter	se diz Jupiter Entam esta o ardente	Deinde hominũ generi prosper et
		e espantoso as terras que dizeis e	salutaris ille fulgor, qui dicitur
	Marte	chamays Marte. E de baixo deste	iouis, tum rutilus et horribilis
	sol	ho sol tem quasi a regiam do meo:	terris, quem Martem dicitis.
215		capitã principe e moderador de	Deinde subter mediam fere
		todos os outros luminares:	regionem sol obtinet, dux et
		entẽdimẽto e temperança do mũdo.	princeps et moderator luminum
		de tanta grandeza que tudo com	reliquor mens mundi et tẽperatio
		seu lume cerca e enche. E a este	tanta magnitudine, ut cuncta sua
		seguem como companheyros. os	luce et compleat.
220	Vênus	cursos. de Venus e de Mercurio. e	Hunc ut comites consequuntur
	Mercúrio	e em ho derradeyro circulo se volue	Veneris alter, alter Mercurii
		a Lũa açesa dos rayos do sol: e	cursus. In infimo <i>que</i> orbe Luna
		abaixo della nã ha cousa algũa se	radiis solis accensa conuertitur.
	Lua	nam mortal e caduca: tyrando os	Infra aut eam iam nihil est, nisi
225		animos dos homẽs dados per doõ	mortalem et caducum, praeter
		dos deoses: e sobre a luũa tudo he	animos munere deorum hominum
		eterno. e ha terra que esta no meo	generi datos, supra Lunã sunt
		nam se moue.e he a mays	aeterna omnia. Nam ea quae est
		baixa.etodo ho peso a ella vẽ per	media et nona tellus ne <i>que</i>
		sua natureza.	mouetur, et infima est, et in eam
			ferũtur omnia nutu suo pondera.
230		As quaes cousas como eu	Quae eum intuerer stupens, ut me
		espantado as estiuesse olhando	recepi, quid hic inquit quis est qui
		disse. Que soõ he este tam grande e	cõplet aures meãs tantus et tam
		tam doçe que assy enche minhas	dulcis sonus?
		orelhas. Estehe [medisse elle] ho	Hic est inquit ille, qui interuallis
235		<i>que</i> sendo jũto per desiguaes	coniunctus imparibus, sed tantum
		interualos: mas distintos per	pro rata pari ratione distinctus,
	O som da	ordenada razã de partes: se faz cõ	impulsu et motu ipsorum orbium

	harmonia das	ho impulso [e i v] e mouimento	conficitur, et acuta cum grauibus
	esferas	destes orbes e circulos: que	temperans, uarios aequaliter
240	celestes	temperando ho agudo com agraue	concentus efficit. Nec <i>enim</i>
		igualmente varias conconsonancias	silentio tanti motus incitari
		concerta: que a natureza ãã sofre	possunt, et natura fert ut extrema
		que tam grandes mouimentos se	ex altera parte grauiter, ex altera
		possam com silencio fazer: que	aut acute sonent. Quam ob causam
245		suas extremidades de hũa parte soã	summus ille stellifer coeli, cursus
		graue:da outra agudo: que por	cuius conuersio concitator est,
		causa dosuperior curso do çeo das	acuto, et excitato mouetur sono,
		estrellas: porque sua cõuersam e	grauissimo autem hic lunaris atque
		giro he mays apresado: mouese	infimus.
250		com soõ agudo eesperto. e este	
		circulo da lũa que he o mais baxo	Nã terra nona immobilis manes,
		se moue. E a terra que tem ho	ima sede semper haeret complexa
		noueno lugnar: sempre esta	medium locum mundi.
		immota e tem ho mais baixo	Illi autem octo cursus, in quibus
255		assento e a abraça o meo luguar do	eadem uis est nodorum, septem
		mũdo.E aquelles oyto cursos dos	efficiunt distinctos interullis sonos,
		çeos de que os dous.s. Mercurio e	qui numerus rerum omnium fere
		Venus tem huũ mesmo toõ fazẽ	nodus est
		sete soõs per seus interualos. Ho	
260		qual numero quasy he ho noo de	quod docti homnes neruis imitati
		todas as cousas: o qual imitãdo e	atque cantibus aperuerunt sibi
		seguindo os doctos homẽs em suas	reditum in hunc locum, sicut alii
		cordas destromentos e em os	qui praestantibus ingeniis in uita
		cantos descobriram e abriram a	humana diuina studia coluerunt.
265		tornada em este luguar : assy como	
		outros homẽs de excelẽtes	Hoc sonitu oppletæ aures
		engenhos na vida humana que	hominum obsurduerunt. Nec est
		seguirã diuinos estudos: e as	ullus habetior sensus in uobis,
270		orelhas dos homẽs cheas deste toõ	sicut ubi Nilus ad illa quae
		ensordeçerã: assi como aquelles na	catadupa nominantur, praecipitatur
		parte ã que o Nillo cae de altos	ex altissimus montibus, ea gens,
		mõtes:que se chama Catadupa. A	quae illum accolit, propter
		gẽte que mora naquella luguar	

275		polla grãdeza do toõ careçe do sentido do ouuir. Assi aqui tanto he o toõ do apressado giro do mûdo:	magnitudinem sonitus sensu audiendi caret. Hic uero tantus est totius mundi incitatissima
280		<i>que</i> as orelhas dos homeês o nã podem cõprêder: <i>que</i> he assi como quãdo nã podeys ver o sol: olhãdo p.a elle. <i>porque</i> vossa vista e sentido de seus rayos se vêce.	conuersione sonitus, ut enim aures hominum capere non possint, sicut intueri solem ad uersum nequitis, eius radiis acies uestra sensus <i>que</i> uincitur.
285	Argumento:	Eu destas cousas espãtado estaua cõ os olhos na terra: entã me disse o africano. Eu sinto <i>que</i> estas contêplãdo o assento e casa dos	Haec ego admirans referebam tamen oculos ad terram identidem. Tum Aphricanus sentio inquit te sedem etiã nunc hominum ac domum contemplari, quae si tibi
		homês:a qual se <i>pequena</i> [assi como o he] te parece: olha sempre para estas cousas do çeo:e despreza esoutras hũanas. <i>Porque</i>	parua (ut est) ita uidetur, haec caelestia semper spectato, illa humana cõtemnito. Tu enim quam celebritatem sermonis hominum, aut quam expetendam cõsequi
290		tulaa: <i>que</i> excelêcia <i>de</i> fallas de homês:’ ou que [e ii r] gloria podes alcançar:’ bem ves como se habita na terra em poucos e estreitos lugares: assi como em sinaes do corpo: e <i>que</i> derrador ha muy	gloriam potest? Vides habitari in terra raris et angustis in locis, et in ipsis quase maculis, ubi habitatur, uastas solitudines interuectas hos <i>que</i> qui incolunt terram non
295	Refutação:	grãdes desertos: e ves os <i>que</i> morã na terra nã soomête ser nã terra no conhecidos hũs dos outros: de espaço e no maneira <i>que</i> se nã pode prestar cõ	modo interruptos ita <i>esse</i> , ut nihil iter ipsos ab aliis ad alios, manare possit.
300	tempo.	cousa algũa. mas parte delles esta oblicos e parte reuoltos; e de todo virados trastornados: dos quaes certo nhũa gloria podeis esperar. E assy ves a mesma terra rodeada e	Sed partim obliquos partim transuersos, partim etiam aduersos stare uobis, a quibus expectare gloriam certe nullam potestis. Cernis autem eandem terram
305		cercada de alguũs quasi como cintos: dos quaes os dous <i>que</i> sam mais apartados o hũ do outro e cheguados de cada parte de baixo dos pollos do çeo ves sempre estar	quibusdam quase redimitam et circundantam cingulis. Et quibus duos maxime inter se diuersos et ipsis uerticibus coeli ex utra <i>que</i> parte subnixos obriguisse priuina

310	duros cõ caramello e cõ neuue. E	uvides.
	assy vees a zona ou cinta do meo	Medium autem illum et maximum
	<i>que</i> he a major e torrada do ardor	solis ardore torrer.
	do sol. E as duas outras <i>que</i> sam	Duo sunt habitabiles, quorum
	habitadas. E a austral ou do meo	australis ille in quo qui insistent
315	dia: os <i>que</i> nella morã tẽ os pes	aduersa uobis urgent uestigia.
	cõtra vos: e nã cõuersam cõ vosco	Nihil ad uestrum genus.
	E aoutra sugeita ao norte em <i>que</i>	Hic autem alter subiectus aquiloni,
	vos moraes. Ve e consira em quã	quem incolitis cerne quam tenui
	pequena parte vos cotẽ. E toda a	uos parte contingat. Omnis autem
320	terra <i>que</i> se habita he apartada cõ	terra quae colitur a uobis,
	mõtes e vales e ha hũa pequena	angustata uerticibus lateribus
	ilha cercada da <i>quelle</i> mar: <i>que</i> na	latior, parus quaedam insula est,
	terra chamaes oceano grande e	circũsusa illo mari, quod
	atalantico: <i>que</i> nam tẽ tam grande	atlânticum, quod magnum. Quod
325	ho nome como he pequeno. E assy	oceanũ appellatis in terris, qui
	vez nestas habitadas e conhecidas	tamen tanto nomine quam sit
	terras <i>que</i> o teu nome e ho de cada	paruus uidet. Ex his ipsius cultis
	huũ de nos nã pode passar o mõe	notisque terris, meum ut tuũ aut
	caucaso <i>que</i> daqui ves: nem nadar	cuius quam nostrũ nome, uel
330	alem do rio guãges. Pois quem	Caucasum hũc, quẽ cernis
	entre os outros poucos de oriente:	trãscendere potuit? uel illũ gangẽ
	ou do ocidente: ou das partes do	tranatare? uel quis reliquis orientis
	austro ou do aguam: ouuira ho teu	aut obentis solis ultimis aut
	nome:’ O qual bem olhado bem	aquilonis austriue partibus tuũ
335	claro se ve em quam estreito	nomẽ audiet? Quibus amputatis
	lugar vossa gloria se pode dilatar.	cernis profecto quantis in angustis
	e esses aguora <i>que</i> de vos outros	uestra se gloria dilatari uelit. Ipsi
	falã. Cõsira per quã pouco tẽpo	aut qui de uobis loquuntur, quam
	falarã: e posto <i>que</i> a gẽte <i>que</i> vier	loquuntur diu? Quin et si cupiat
340	despoys ouça os lououores de cada	proles illa futurorum hominum
	huũ denos <i>que</i> elles ho ouça a seus	deinceps laudes unius cuiusque
	padres e o cõtẽ a seus filhos: por	nostrũ a patribus acceptas posteris
	causa dos diluuios [e ii v] e	prodere, tamen propter eluuiones
	incendios de fogo <i>que</i> de	exustionesque terrarũ quas
345	necessidade em certo tempo ham	accidere tempore certo necesse est,

	de acontecer. Nã soamente eterna gloria: mas ainda nem gloria que dure muyto tempo podemos alcançar. Que te daa ati da	non <i>modo</i> nã aeternã sed ne diuturna <i>quidem</i> gloriã assequi possumus.
350	memoria <i>que</i> os homẽs despoys dety tiuerẽ:’ Poys dos que primeyro quenos naçeram: nam ha ja nhuũ: os quaes nã eram menos que nos. e certo he que foram	Quid aut interest ab his qui postea nascentur sermone fore de te, cũ ab his nullus fuerit <i>qui</i> ante nati sunt, <i>qui</i> nec pauciores et certe meliores fuerũt uiri, <i>praesertim</i> cũ
355	milhores barões: principalmente aquelles antre quem nosso nomepode ser ouuido: nhũ delles pode soster a memoria por espaço	apud eos ipsos <i>quibus</i> audiri nomen nostrũ <i>potest</i> , nemo unius anni memoriã <i>consequi</i> possit.
360	dehuũ ãno. porque ho pouoo chama ãno soamente ao do so que he a volta de hũa estrella. mas na verdade quando todas as estrellas tornarem aaquelle lugar e ponto donde partiram: e quando tiuerem	Homines aut annum <i>tantum</i> solis, <i>id est</i> unius astri reditũ, metiuntur, re ipsa cũ ad idem, unde semel profecta sunt, cuncta astra redierint, eandem <i>que</i> totius coeli descriptionẽ lōgis interuallis retulerint,
365	feyto seu giro e rodeo de todo ho çeo per lōguos interualos: entam aquelle sepode chamar	tũc ille uere uertens annus
	verdadeyramente anno vertente. em ho qual ãno escasamente ousa	appellari <i>potest</i> , in quo uix dicere audes <i>quam</i> multa hominum
370	dizer que muytos segres de hydades de homẽs se acabaram: porque desde aquele tẽpo passado que ho sol se escõdeo aos homẽs	saecula teneãtur.
	O ano celeste [segũdo que lhe pareceo] quãdo a alma de romulo veo e penetrou em	Nam <i>que</i> ut olim sol deficere hominibus extingui <i>que</i> uisus est, cum Romuli animus haec ipsa in
375	estes templos. bem assi quando da mesma parte. e no mesmo tẽpo ho sol tornar a ter aquelle	templa penetruit, <i>quandocumque</i> ab eadẽ parte sol eodem <i>que</i> tempo re iterũ defecerit tũ signis <i>omnibus</i> stellis <i>que</i> ad principium reuocatur, expletum annu habeto.
380	desfalecimento: que sera quando todos signos e estrellas forem reuocados a seus principios: teras	

385		<p>huũ anno acabado. do qual anno que tem trezentos e sesenta e cinco partes e hũ quarto sabe que nã tens ainda as vinte passadoe portanto consyra quanto he pera estimar esta gloria dos homẽs que de ventura chegua a mays pequena parte de huũ so ãno.</p>	<p>Huius <i>quidem</i> anni nondum uicissima partẽ scito esse conuersam. Quo circa si reditũ in hunc locũ desperaueris in quo omnia sunt magnis et <i>praestantibus</i> uiris <i>quanti</i> tãdẽ est ista <i>hominum</i> gloria <i>quae</i> pertinere uix ad unius anni <i>partem</i> exiguã <i>potest?</i></p>
390	<p>Assy que se queres altamẽte Conclusão do argumento e confirmação</p>	<p>Assy que se queres altamẽte consirar olha pera este assento e eterna cassa. e nã te entregues a vozes do pouo: nem ponhas a esperança de tuas cousas em premios humanos. Conuem<i>que</i> a virtude per sy cõ seus afaguos te tragua [e iii r] a verdadeyra hõrra. e deixa que os outros vejã ho que</p>	<p>Igitur alte suspectare uolens at<i>que</i> hanc sedem et aeternam domum contueri, ne<i>que</i> te sermonibus uulgi dederi, nec in premiis humanis spem possueris rerum tuarum, suis te ille cebris oportet ipsa uirtus trahat ad uerũ decus.</p>
400	<p>A virtude e a honras contrapostas à finitude das falas humanas</p>	<p>de ty se falla. que elles ham de fallar. mas sua falla toda se cinge e termina nestas angosturas que ves destas regioões: e nũca de alguũ foy perpetua: mas guastase com ho falecimento dos homeẽs: e apaguase com ho esquecimento da posteridade. e como estas cousas me disse lhe torney loguo a dizer. O africano pois que os que bẽ fizeram aa patria tem seu caminho doçeeo patẽte como estrada. E poys eu desde minha mocidade: ho rasto de meus padres e ho teu seguy: e nunca fuy causa de vossa desonrra. Aguora que tãto premio me prepõestrabalharey cõ muyto</p>	<p>Quod de te alii loquantur ipsi uideant, sed loquerentur tamen. Sermo enim ille omnis et angustis cingitur his regionum quas uides. Nec <i>unquam</i> de ullo perennis fuit, et obuitur hominum interitur, et obliuione posteritatis extinguitur. Quae cum dixisset, ego uero inquit Aphricane si quidem benemeritis de patria, quasi limes ad coeli aditum patet <i>quamquam</i> a pueritia uestigiis ingressus patris, et tuis decori uestro non defui, nunc tamen premio tãto proposito</p>
410	<p>Confirmação por Emilio Cipiã, o narrador</p>	<p>me prepõestrabalharey cõ muyto</p>	<p>nunc tamen premio tãto proposito</p>

	cuydado.	enitar multo uigilantius.
Argumento:	Elle respõdeo. Trabalha e cre que	Et ille , tu uero enitere, et te habeto
a	tu nam es mortal:mas que o he esse	nõ esse mortalem, sed corpus hoc.
420	imortalidade	Nec enim tu is es quem forma ista
da alma	corpo: e que nam es esse que tua	declarat, sed mens cuiusque is est
	forma declara: mas cada hũ he a	quisque non ea figura quae digito
	sua alma: e nam aquello que com	demonstari <i>potest</i> . Deũ te igitur
425	ho dedo se pode mostrar. Por tanto	scito esse, siquident est deus qui
	sabe que tu es deos: porque deos	uiget, qui sentit, qui meminit, qui
	he aquello que tem vigor:que	prouidet, qui tam regit et
	sente:quese alembra:que preue:ho	moderatur et mouet id corpus cui
	qual tanto rege e tempera e moue	praepositus est, <i>quam</i> huc
	este corpo em que he proposto:	mundum ille princeps deus, et ut
430	quando aquelle deos pricipal rege e	mundum ex quadam parte
	gouerna ho mũdo. e assy como	mortalem ipse deus aeternus,
	aquelle eterno deos moue este	sic fragile corpus animus
	mũdo mortal em alguũa parte: assy	sempiternus mouet,
	ho animo sempiteruo moue ho	nam quod semper mouetur,
	fraco corpo: porque ho que sempre	aeternum est, quod autem motum
435	se moue eterno he: e ho que he	affert alicui, quodque ipsum
	mouido per outrem: quãdo ho	agitatur aliunde, quãdo finem
	mouimẽto tiuer fim: de	habet motus, uiuẽdi finem necesse
	necessidade feneceraa sua vida. E	est. Solum igitur quod sese mouet
	por tanto aquello somẽte he: que	quia <i>nunquam</i> deferitur à se,
440	assy mesmo se mouee que nũca he	<i>nunquam</i> ne quidem moueri
	deixado <i>de</i> sy.e nẽ deixa de se	definit, quinetiam caeteris quae
	mouer. e de todos os que se	mouentur, hic fons hoc principium
	mouem esta hea fonte e principio	mouẽdi, principio aut nulla est
	de se mouer.E ho principio nã tem	origo, nam ex principio oriuntur
445	nascimẽto:porque do principio	omnia, ipsum autem nulla ex re
	tudo nace:e elle mesmo nam pode	alia nasci potest, nec enim id esset
	nacer de outra cousa alguũa:	principiũ quod gigneretur aliũde.
	porque nam seria principio ho que	Quod si <i>nunquam</i> oritur, nec
	doutra parte fosse gerado:ho qual	occidit quidem <i>unquam</i> .
	poys nũca naceo: assy nũca [e iii v]	Nam principiũ extinctum nec
450	tera fim. que se ho principio fose	

	extinto:podaria renacer de alguẽ: nem de sy podaria criar cousa	ipsum ab alio renascetur, nec ex se aliud creabit.
455	algũa: e por tão he necessario tudo naçer de principio: e daqui se segue <i>que</i> o principio do mouimẽto vem daquelle <i>que</i> de sy mesmo se mouee elle nã pode nascer nem	Siquidem necesse est a principio oriri omnia, ita fit ut motus principium ex eo fit, quod a se ipsum mouetur. Id autem nec nasci potest nec mori.
460	morrer:e posto que todo o çeeo e toda natura cayse: era necessario:que elle p.maneyesse e durasse sem lhe ser feyto	Uel concidat omne coelum omnisque natura, consistat necesse est.
465	força.perque fosse de seu mouimento tirado: poys esta craro ser eterno aquello que desy mesmo se moue. quem auera <i>que</i> negue que os animos nam tem esta natu	Nec cum ullã nanciscatur, qua a primo impulso moueatur. Cum pateat igitur id aeternam esse, quod a se ipso moueatur, quis est qui hanc naturam animis esse tributam neget?
470	reza:’ Porque ynanimado he aquello que he mouido p. mouimento de fora. mas o animal que he animado mouese per propio mouimento interior. Porque esta he	Inanimum autem est omne, quod pulsu agitur externo. Quod enim est anima, id motu cietur interiore et suo.
	Conclusão do argumento a propria natura e força da alma: a qual se antre as cousas que em ti se mouem ella soo he a que semoue	Nã haec est propria natura animae atque uis. Quae si est una ex omnibus quae sese moueat, neque nata certe est, et aeterna est. Hanc tu exerce
475	Confirmação e peroração em milhores cousas: e o melhor he o cuydado da saude da patria. em o qual tratando: e excercitando teu animo mays facilmente em este	optimis in rebus. Sunt autem haec optimae curae de salute patriae, quibus agitatus et exercitatus animus uelocius in hanc sedem et
480	assento e casa sua penetrara e viraa:e isto poder se ha melhor fazer se estando ainda ençarrado em seu corpo: sayr fora delle per contẽplação: e consirar as cousas	domum suam peruolabit. Idque ocyus faciet, si iam tum cum inclusus erit in corpore, eminebit foras, et ea quae extra erunt contemplas, quam maxime se a
485	que sam fora do corpo e delle se apartar: porque as almas daquelles	corpore extrahet. Naque eorum animi, qui se

que se entregão a deleytações do uoluptatis corporis dediderunt,
 corpo e sefizeram ministros dellas earumque se quasi ministros
 Condenação e que com appetite de luxurias praebuerunt, impulsuque libidinum
 490 daqueles que obedeceram aos vícios: os taes uoluptatibus obedientium deorum,
 se entregam quebrantaram a ley dos deoses e et hominum uira uiolauerunt,
 aos appetites homens. e tanto que dos corpos corporibus elapsi circum terram
 do corpo sayrem seram derrador das terras ipsam uolutantur.
 trazidas e nam tornaram em este
 495 Inguare se nam despoys de muytos Nec hunc in locum nisi multis
 segres dos segres passados. E assy exagitati saeculis reuertuntur. Ille
 elle se partio.e eu acordey do discessit, ego somno solutus sum.
 sonno..

3.4.3 - O narrador, as matérias e a disposição do “sonho de Scipião”

A longa fortuna do *Somnium Scipionis* se deve à sua estrutura unitária e independente do restante da *Republica* ciceroniana, obra da qual era o epílogo. Também às suas características oratórias que fazem do *Somnium* modelo de eloquência e paradigma de tratado filosófico antigo que une a retórica e a dialética, ou seja, nele há exemplos e silogismos, com o fim de persuadir o leitor sobre a imortalidade da alma. Assim, como todo que é, o *Sonho* apresenta as partes oratórias: exórdio, narração e epílogo, como podemos observar na ordenação do cotejo. Iniciemos nossa análise pelo *ethos* do orador, ou melhor, o caráter daquele que toma a palavra e narra os eventos do sonho, Emiliano Cipião. Para tanto, não podemos nos furtar ao estudo das relações que existem entre o *De amicitia* e o *Somnium scipionis*, ambos publicados no volume de 1531.

O volume com o *Tratado da Amizade*, o *Sonho de Scipião* e as *Paradoxas* mantém as características próprias de uma compilação, ou melhor, cada texto contém

sua invenção, suas matérias e fins específicos. O *Tratado da Amizade* é um “fingimento” em diálogo, como diziam os quinhentistas, de acordo com o modelo mais comum das obras ciceronianas imitadas de Platão; as *Paradoxas*, ou as “sentenças maravilhosas” é uma exposição de preceitos morais estóicos ponderados pelo juízo de Cícero; enquanto o *Sonho* é uma narrativa que inclui diálogos, descrições e argumentação silogística. Três modelos de tratados de filosofia moral antiga que tem como fim a excelência ética, a principal prerrogativa do pensamento estóico para o alcance do bem comum. Assim, estamos diante de alguns modelos de exposição de matérias filosóficas com diferentes meios persuasivos, tais como o diálogo acerca das relações de amizade entre os homens (matéria principal do *De Amicitia*); a ponderação sobre as máximas estóicas (matéria das *Paradoxa Stoicorum*) e a narração, o diálogo, a descrição e os argumentos silogísticos sobre o *post mortem* do *Sonho de Scipião*.²⁶⁸ Os três tratados contemplam a conduta ética e política, a reflexão sobre o bem e o mal, a preparação para o *post mortem* e estão fundados na doutrina estóica da imortalidade da alma e na afirmação dos merecimentos na outra vida do *Sonho de Scipião*. Nesse sentido, há entre eles importantes interrelações que os completam, sobretudo entre o *Tratado da Amizade* e o *Sonho de Cipião* nos quais se enaltece a *auctoritas* de Cipião e sua família. Ademais, no *Tratado da Amizade*, o leitor quinhentista era informado das circunstâncias, do tempo e dos interlocutores presentes nas conversações dramatizadas no *Sonho* ciceroniano. Além disso, há no *De amicitia* adiantamentos e menções significativas sobre o debate acerca da imortalidade da alma. Lélcio, um dos principais interlocutores lamenta-se pela morte do amigo Cipião e declara que se tornou “orfão de

²⁶⁸ Cf. OSÓRIO, Jorge Alves. O Diálogo no Humanismo português (1500-1600). Separata do volume *O humanismo Português 1500-1600*. Lisboa: Academia das Ciências, 1998, p. 383-412. Maria Tereza do Nascimento. *Modelos clássicos no Diálogo quinhentista português*. Texto apresentado no IV Congresso Internacional de Literatura Comparada.

tal amigo”, mas corrige-se dizendo do bem que Cipião talvez tenha alcançado com a morte:

Quem diria que a Cipião nam aconteceo prospera e gloriosa honra na morte? Se nam se lhe alguem diser [o que elle nam cuydaual] que queria e buscaua immortalidade que dexou elle de alcançar que licito fosse a homẽ desejar? que elle venceo e passou alem da speranza que os seus cidadãos delle tinham:desde moço loguo como foy mancebo.com incruel virtude.sem nunca pedir ho consulado foy feyto duas vezes Consul. A hũa antes do tempo hordenado e a outra depoys em seu tẽpo.que ja quase era tarde pera a Republica. No qual destruindo duas cidades.s.Numancia e Carthago daqueste imperio tam grandes immiguas nam somente a presente guerra:mas apos vir desfez e apagou.²⁶⁹

Nesta passagem do *De Amicitia*, Lélío elogia as virtudes políticas do narrador do *Sonho*. Este saber junto com a profecia do Africano sobre a vida de Emílio Cipião e seu consulado, no início do *Sonho*, confere coesão à *inventio* das narrativas, reforçando a verossimilhança e resultando na *captatio benevolentiae* dos leitores. Estas interrelações textuais justificam certamente a ausência de notas marginais no *Sonho de Cipião*, já que o *Tratado da Amizade* explicita dados sobre Cipião, sua importância política e seu círculo de interlocutores e possui um conjunto uma quantidade significativa de notas marginais, nas quais Resende fornece aos leitores informações históricas, geográficas e de costumes, porém, de modo mais comedido que Damião de Góis na vulgarização de 1538 do *De Senectute*. Voltando à fala de Lélío, nela o caráter de Cipião constitui-se no *De Amicitia* por passagens elogiosas que imprimem no leitor uma boa disposição pelas verdades fundamentais do *Somnium*. Desse modo, salvaguarda-se o decoro entre matéria narrada e a persona que fala, exemplificando-se uma das principais orientações da oratória ciceroniana. Um exemplo desta caracterização de Cipião pela fala de Lélío encontra-se na seguinte passagem:

²⁶⁹ Marco tulio cicerom de Amicicia paradoxas e sonho de Scipião, op. cit., fol. b iii retro.

que direy de seus tam faciles e excelentes costumes? da piedade que teue a sua may? e liberalidade que teue com suas irmãs e da bondade com os seus e da justiça que teue com todos? conhecidas cousas sam estas a vos:quam amado poys foy da cidade o pranto de seu enterramẽto se amostrou.²⁷⁰

Além do elogio de Cipião, o *De Amicitia* adianta matérias do *Sonho* e declara a doutrina socrática como fonte para a defesa da imortalidade da alma:

*que eu nã cõsinto em a openião daquelles epicureos que a poucos dias que começarã a dizer que as almas jũtamente cõ os corpos pereção e que com morte se desfazia de tudo. mays eu mays me tenho a autoridade dos antigos ou de nosso mayores que tã religiosos acatamẽtos aos mortos cõcederã (...) e assy me tenho a aquelles sapiẽtes que forã em esta terra de Italia ou em grãde Grecia quãdo ella florecia: que aguora he perdida:e aos preceptos que por o oráculo de Apollo foy julgado por sapientissimo o que nũca sentio ora hũa cousa ora outra como os mays dos outros fizera.mas per hũa maneyra sempre dise que os animos dos homens era diuinos e que em saindo dos corpos tornauão aos çeeos sendo julgados por bõs e justos.*²⁷¹

Esta passagem, juntamente com o *Sonho*, entra no debate quinhentista acerca da imortalidade da alma, como tivemos ocasião de aprofundar. O leitor quinhentista, ao ler o *Sonho de Cipião*, já estaria iniciado no debate sobre a alma anteriormente mencionado *De amicitia*, matéria fundamental da doutrina platônica da qual Cícero foi um dos maiores divulgadores nos seus tratados morais.

Noutra passagem, a interrelação entre os textos da compilação mostra-se decisiva na instrução do leitor sobre Emiliano Cipião e seus interlocutores. Assim, situa-os nas circunstâncias em que se deu a narrativa do último livro da *Republica*:

e isto mesmo dizia Scipião *que parece que adeuinhãdo ja sua morte poucos dias antes que morrese sendo p[re]sente Philõ:e Manilio e outros muytos e tu tãbẽ Sceuola que comigo estauas.tres dias disputou da R.p.e a derradeyra parte de sua disputa quasi toda foy tratar da imortalidade dos ânimos e isto dizia que dormindo lhe fora reuelado per o mayor Scipião o africano seu auoo poys se isto assi he que a alma dos bõs em sua morte facilmente voa e sae como de carecer e prisões do corpo:a que poderemos conceder mays fácil para os çeos que a Cipião.*²⁷²

²⁷⁰ Marco tulio cicerom de *Amicicia paradoxas e sonho de Scipião*, op. cit., fol. b iii retro e verso.

²⁷¹ Marco tulio cicerom de *Amicicia paradoxas e sonho de Scipião*, op. cit., fol. b iii verso.

²⁷² Marco tulio cicerom de *Amicicia paradoxas e sonho de Scipião*, op. cit., fol. b iiii retro.

Desse modo, o trecho do *De Amicitia* preenche algumas lacunas da narrativa de Cipião e amplia a verossimilhança do sonho, aqui qualificado como um presságio de Cipião próximo da sua morte. Além disso, esta passagem do *Tratado da Amizade* faz com que a interrupção de Lélío, ocorrida no *Sonho* após os vaticínios do Africano sobre os infortúnios de seu neto, não pareça desconexa, pelo contrário, ela torna-se compreensível mesmo sem o restante do *De Republica* de Cícero:

E estando nisto Lelio começou a bradar e todos os outros gemeram muyto. Mas Scipião rindose e afagandome disse. Por amor de mi nam ho acordeys do sonno estay em paz e ouui mays.²⁷³

O leitor sabe quem é Lélío, quem eram os “outros que gemeram muito” com sua interrupção e os motivos (a profunda amizade e convivência) que o levaram a se horrorizar com os terríveis fados de Cipião. Estas interrelações textuais e as suas implicações de sentido evidenciam que a compilação de Duarte de Resende não é mera junção de textos antigos, mas que admitem relações muito úteis para sua adequada compreensão.

3.4.3.1 - O Exórdio

A vulgarização de Resende inicia-se com o seguinte título: “Aqui começa o Sonho de Scipião per Marco Tulio Cicerõ do sexto libro da Republica. Começa a fallar o menor scipião.” Emíliano Cipião narra um sonho que lhe ocorreu em algum momento passado situado por ele no espaço e no tempo: “Como eu em Africa visse por tribuno dos caualeyro da quarta legião:sendo consul Anicio manlio [como sabeis]”. Além disso,

²⁷³ Marco tulio cicerom de Amicicia paradoxas e sonho de Scipião, op. cit., fol. d viii retro.

o leitor já sabe, pela leitura do *De Amicitia* das outras circunstâncias que envolvem a narrativa do *Sonho*, como analisamos há pouco.

Chegando à África, Cipião foi visitar o rei Massinissa, amigo antigo de sua família. Ao encontrá-lo, o monarca agradece efusivamente aos deuses o privilégio da visita, proferindo uma verdadeira oração na qual menciona as qualidades dos ditos e feitos do Cipião Africano e introduz as principais matérias do tratado. A cena inicial de Cipião e Massinissa serve como *captatio benevolentiae* do leitor, visto que ressalta a dignidade e nobreza do narrador e de sua família. No caso particular da oração, ela cumpre a função de expor desde o proêmio as matérias tratadas no *Sonho* como: a imortalidade da alma, a divindade presente nas esferas celestes e a migração da alma deste mundo para outro lugar: “Graças te dou o muy alto sol. e a todos os outros celestiais. que antes de partir desta vida vejo em meu reyno e casa a Publio cornelio Scipião com cujo nome muyto me recreo. [d vii retro]”. O exórdio estende-se até o momento em que o narrador repousa e começa o sonho, fechando-se com a seguinte passagem: “Depoys que daqui nos fomos a dormir e eu como vinha cansado do caminho e estiuera muyta parte da noyte acordado: dormi mays altamête do que soya. [d vii retro]. Mais uma vez percebemos o cuidado de Cícero em afirmar a verossimilhança dos eventos que compõe a narrativa. Não estamos diante de um ressuscitamento, como na *Politéia* platônica, mas diante de um sonho autorizado por Enio, que dormindo, via-se conversando com Homero. Isto contribuiu para que a “nekya” ciceroniana fosse preferida à outras gregas e comportasse ao longo dos séculos apropriações e aproximações que se coadunam com a doutrina cristã.

3.4.3.2 - Narração

A narração é a exposição das coisas como ocorreram ou como poderiam ter ocorrido. Nas análises a seguir, faremos um percurso pelas passagens do texto ciceroniano com o fim de evidenciar as principais matérias do texto. O caráter parafrástico das considerações seguintes justificam-se como aproximação atenta ao texto para ulterior aprofundamento nas questões que o tratado ciceroniano permite observar nas letras portuguesas da primeira metade do século XVI.

Cipião Africano aparece em sonho a seu neto e vaticina-lhe os acontecimentos de sua trajetória no *cursus honorum* a serviço da república romana, seus consulados, guerras, vitórias e traições de parentes. Com isso, o neto, demonstrando horror diante daqueles fatos, é tranquilizado com a boa nova dos prêmios reservados para aqueles varões corajosos que enfrentam os percalços terrenos e engrandecem a pátria. Para tanto, o Africano introduz sua doutrinação com uma advertência dirigida a Cipião e que afeta a atenção do leitor: “Esta quedo de boõ coração e nã temas Scipião.tem na memoria o *que* te diser.” Também neste trecho está a interrupção de Lelio que quebra o “fingimento” narrativo e revela a situação do diálogo, já anteriormente sabida pelo leitor com a leitura do *De Amicitia*. Ademais, esta digressão cumpre a função de cativar o leitor para as matérias que vêm a seguir: “E estando nisto Lelio começou a bradar e todos os outros gemeram muyto. Mas Scipião rindose e afagandome.disse. Por amor de mi nam ho acordeys do sonno estay em paz e ouui mays.” Em seguida, o Africano retoma sua narrativa e apresenta o primeiro argumento do tratado:

Mas pera *que* tu Africano sejas mays alegre em conseruar a. R.p. toma isto. que todos os que a patria conseruarem ajudarem e acrecentarem tem certo e determinado lugar no çeo. onde os bem auêturados guozam pera sempre. que nhũa cousa he mays accepta a aquelle deos principe. das que se fazem na terra

que os consilios e ajuntamentos por causa dos homeẽs feytos. que se chamãõ cidades. que os regedores e conseruadores dellas daqui saem.e aqui se tornam. [d viii retro]

A isto, Emilio Cipião pergunta por seu pai, Paulo Emilio Cipião, se estava naquele lugar e se ele mesmo poderia ir em breve para a companhia deles. Com a fala de Cipião, passa-se à condenação do suicídio, à prescrição da subordinação da vontade humana ao princípio criador e à preconização do fim ético da vida dos homens em sociedade:

Poys assy he santissimo e virtuoso padre . que esta he ha verdadeyra vida. [segundo ouço dizer ao Africano.] p.a que tardo mays nas terras e por que nam venha loguo a vos. E elle me disse nã he assi: porque se este templo todo he que tu ves. te nã librar e tirar deste corpo.nam teras caminho pera vir qua. por *que* os homẽs sãõ gerados com tal ley e condiçam que guardẽ este torrão e redondeza *que* ves estar em o meo deste tẽplo que se diz terra: e seu animo lhe foy dado daquelles sempiternos foguos:a que chamaes Synos e Estrelas. as quaes grosas e redõdas animadas de deuinis entendimentos: determinãõ e fazem seus círculos e mouimentos com marauilhosa trigança. e por tanto assy tu publio como os outros.que pyedosamente viuem.aueys *de* soster ho animo no ençaramento do corpoe sem mandado daquelle *de* quem foy dado: nam podeys partir da Vida dos homẽs. porque nã pareça que fugis do dom humano asinado por Deos. que assi foy este Scipião e teu auoo. [d viii v]

O pai de Cipião mostra-lhe a via-láctea com seus nove orbes e ensina-lhe que a harmonia das esferas é o princípio que mantém a ordenação dos orbes celestes. Estando diante daquele espetáculo, o narrador mantém seus olhos voltados para a pequenez da terra e por isso é repreendido pelo pai que argumenta sobre a finitude da glória terrena, tanto no tempo como no espaço. Nesta passagem há um modelo da tópica argumentativa da proporcionalidade pela qual a descrição da terra e de suas regiões funciona como proporção da pequenez terrena em contraste com grandeza da via-láctea, morada dos bem-aventurados:

E loguo a mesma terra me pareceo assi pequena que a mi me pesaua de nosso imperio vẽdo aquã pouco seus termos se estendiam . pera a qual terra como eu sempre olhase diseme ho africano. Rogote que me diguas ate quãdo has de ter os olhos no chão:’ nam ves tu ho templo em que estas:’ nam ves

esta cõcauidade destes noue orbes ou circulos concauos:’ dos quaes ho huũ he o derradeyro çeo: que comprende e abraça todos os outros e no mais alto e primeyro estaa deos. que manda e tem todos os outros cursos. [d viii verso e i retro]

A diferença de proporção entre o universo e a terra, assim como o tempo terrestre e o das revoluções de todos os planetas tem como fim persuadir Cipião e, por extensão o leitor, a preferir o mundo supra-terrestre e viver de modo a merecê-lo. Para tanto, faz-se necessária a confirmação da imortalidade da alma por demonstração silogística, princípio fundamental de validade de todos os argumentos do texto. Assim, o epílogo serve tanto como confirmação de todos os argumentos apresentados, como também refuta aquelas doutrinas filosóficas antigas, sobretudo os “epicureos”, que defendem o desfalecimento da alma com o fim do movimento do corpo.

3.4.3.3 - Epílogo

A transição da narração com os argumentos e descrições para o epílogo silogístico dá-se na seguinte passagem da fala de Paulo Emílio Cipião, pai do narrador:

O africano pois que os que bẽ fizeram aa patria tem seu caminho doçeeo patête como estrada. E poys eu desde minha mocidade: ho rasto de meus padres e ho teu seguy: e nunca fuy causa de vossa desonrra. Aguora que tâto premio me prepõestrabalharey cõ muyto cuydado. Elle respõdeo. Trabalha e cre que tu nam es mortal:mas que o he esse corpo [e iii retro]

Sabemos que a imortalidade da alma é a principal matéria do tratado. Para tanto a doutrina do *Somnium* preconiza um juízo de matiz platônica e estóica sobre a natureza da alma que estabelece similitude ou *ratio* entre o microcosmo e o macrocosmo, entre a alma humana e “deos” pela tópica silogística da comparação:

Por tanto sabe que tu es deos: porque deos he aquello que tem vigor:que sente:quese alembra:que preue:ho qual tanto rege e tempera e moue este

corpo em que he proposto: quando aquelle deos principal rege e gouerna ho mûdo. e assy como aquelle eterno deos moue este mûdo mortal em alguã parte: assy ho animo sempiteruo moue ho fraco corpo: porq[ue] ho que sempre se moue eterno he: e ho que he mouido per outrem: quãdo ho mouimêto tiuer fim: de necessidade feneceraa sua vida. [e iii retro]

Estamos diante de um exemplo da tópica argumentativa da comparação, ou seja, mais um paradigma de argumentação próprio do gênero tratado. Neste caso, curiosamente um tratado de filosofia moral sobre a natureza da alma e a felicidade sempiterna. No entanto, o mais importante a ser observado nesta passagem é a defesa do princípio divino da alma humana que a faz imortal posto que possui movimento próprio, tal como “deos” move o mundo. Nesse sentido, como princípio do movimento, a alma não tem início nem pode ter fim, porque do princípio tudo nasce e não pode nascer de outra coisa. A refutação dos argumentos contrários à alma imortal dá-se por meio de uma pergunta oratória: “quem auera q[ue] negue que os animos nam tem esta natureza”. A resposta caminha para a confirmação por demonstração silogística da imortalidade da alma:

Porque ynanimado he aquello que he mouido p. mouimento de fora. mas o animal que he animado mouese per propio mouimento interior. Porque esta he a propria natura e força da alma: a qual se antre as cousas que em ti se mouem ella soo he a que semoue eterna he. [e iii verso]

A isto acrescenta-se que a alma deve ser exercitada nas melhores coisas, sobretudo na “saude da patria”, já que este é o caminho para habitar a morada dos bem-aventurados. Por fim, menciona-se brevemente o que se reserva aqueles que se entregam aos apetites corporais e estão afastados daquela morada celeste:

sayr fora delle per contêplação: e consirar as cousas que sam fora do corpo e delle se apartar: porque as almas daquelles que se êtregão a deleytações do corpo e sefizeram ministros dellas e que com appetite de luxurias obedeceram aos vicios: os taes quebrantaram a ley dos deoses e homens. e tanto que dos corpos sayrem seram derrador das terras trazidas e nam tornaram em este lnguare se nam despoys de muytos segres dos segres passados. [e iii verso]

Comparando-se o epílogo da última parte da *Politéia* platônica e o *Sonho de Cipião*, podemos observar que Cícero refere-se de modo muito mais discreto que seu modelo à doutrina da transmigração das almas. Certamente isto justifica o apreço que o *Sonho* teve nas apropriações cristãs, diferente da “nekya” platônica.

3.4.4. A elocução do “Sonho de Scipião” em língua vernácula

A principal característica do *Sonho de Scipião* português de 1531 é a equivalência com o texto latino. Duarte de Resende deixa entender que procurou acomodar na língua vulgar as características do latim, imitando-o na estrutura do texto, na ordenação das frases e até mesmo no léxico, dada a profusão de latinismos. Assim, evidencia-se que o confronto da língua latina com a vulgar exige do letrado uma elocução em vernáculo que salvguarde a sabedoria antiga e acomode o modelo latino. Nesse sentido, comprova-se que a língua vulgar é digna para tratar de matérias antes reservadas somente às línguas antigas e disponibiliza um modelo de elocução tratadística em língua vulgar. O texto de Duarte de Resende pode ser considerado como um exemplo de vulgarização “sentença de sentença, que he bem e proveitosamente interpretar”, segundo as palavras de Vasco Fernandes de Lucena no século XV²⁷⁴. Isto lhe confere à vulgarização resendiana grande semelhança estrutural com o texto de saída, resguardando a ordenação das matérias, e em muitos passos, seguindo *pari passu* o texto de partida com poucas alterações.

²⁷⁴ LUCENA, Vasco Fernandes de. Apêndices. In: *Livro dos ofícios*, op. cit.: “E em isto não tirei letra, de letra, que seria trasladar, nem sentença de letra, que seria glosar, mas tirey sentença de sentença, que he bem e proveitosamente interpretar, segundo pello processo do livro cumpridamente ver poderá a vossa muy inclita Senhoria.”

No texto de Resende há uma recorrente incidência de formas nominais de verbo e conectivos de ligação que efetuam uma noção de continuidade e reforçam o caráter prosaico do diálogo. Desse modo, muitos verbos latinos recebem na língua vulgar a forma do gerúndio, tais como: *suspexit*: olhando; *pariant in somno*: trazem sonhando; *uigilans*: estando acordado; *absens*: estando ausente; *leniter arridens*: rindose e afagandome; *osculans*: beijando; *temperans*: temperando; *complexus*: abraçando; *fletu*: acabando o choro; *contemplati*: estava contemplando; *intuerer recepi*: estivesse olhando; *temperans*: temperando; *imitati*: imitando e seguindo; *exagitati*: exercitando; *inclusus erat*: estando encarrado. Quanto aos conectivos, são recorrentes as fórmulas “depoys disso”, “depoys que”, “estando nisso”, “dahi a pouco”, “e logo”, “e como”, e predominantemente a fórmula aditiva “e” constituindo um encadeamento semântico repetitivo entre as orações e exigindo do leitor, muitas vezes, a complementação dos sentidos lógicos entre as frases conectadas. Assim, o uso recorrente de verbos com aspecto contínuo e repetição de conectivos de passagem do tempo ou acrescentamento resultam numa narrativa mais solta, caracterizando-a como gênero baixo ou médio, próprio de cartas e da conversação familiar entre amigos e adequada à invenção do texto.

Nas passagens do *Sonho* podemos observar que aparecem diferentes modos de discurso, sobretudo nas descrições e na discussão silogística final. Nos trechos descritivos há uma recorrência evidente do conectivo “e” e do “que” apositivo, por exemplo: que se diz terra (linha 143); “que chamaes synos e estrelas” (linha 145); “que piedosamente viuem” (linha 151); “que assi foy este Scipião e teu auoo” (linha 158); “que te gerey” (linha 159); “neste lugar que ves” (linha 167); “que he a derradeyro no çeeo” (linha 180); “que he a lua” (linha 183); “que compreende e abraça” (linha 195);

“que se volvem” (linha 202); “que se diz jupiter” (linha 209); “que dizeis e chamais” (linha 210).

Nas passagens de discussões dialéticas, as exigências semânticas das relações lógicas entre as frases exigem que Resende utilize conectivos capazes de dar conta das imbricações lógicas do texto latino.

420	Trabalha e cre que tu nam es mortal: <u>mas</u> que o he esse corpo: <u>e que nam</u> es esse que tua forma declara: <u>mas</u> cada hũ he a sua alma: e nam aquello que com ho dedo se pode mostrar. <u>Por tanto</u> sabe que tu es deos: <u>porque</u> deos he aquello que tem	Et ille , tu uero enitere, et te habeto nō esse mortalem, <u>sed</u> corpus hoc. <u>Nec enim</u> tu is es quem forma ista declarat, <u>sed</u> mens cuiusque is est quisque non ea figura quae digito demonstrari potest. Deũ te <u>igitur</u> scito esse, siquident est deus qui uiget, qui sentit, qui meminit, qui prouidet, qui tam regit et moderatur et mouet id corpus cui praepositus est, <u>quam huc</u> mundum ille princeps deus, <u>et ut</u> mundum ex quadam parte mortalem ipse deus aeternus, <u>sic</u> fragile corpus animus sempiternus mouet
425	viguer:que sente:que se alembra:que preue:ho qual tanto rege e tempera e moue este corpo em que he proposto: <u>quando</u> aquelle deos principal rege e gouerna ho mũdo, <u>e assy</u> como aquelle eterno deos moue este mũdo mortal em	
430	alguũa parte: <u>assy</u> ho animo sempiteruo moue ho fraco corpo	

Nesta passagem sublinhamos exemplares do uso de conectivos discursivos que explicitam as relações lógicas do discurso silogístico, tais como noções de causa e efeito, condição e conclusão. Um dos momentos de maior exigência semântica dos conectivos interfrásicos é a argumentação acerca da imortalidade da alma, presente na parte final do *Sonho*:

445	E ho principio nã tem nascimẽto: <u>porque</u> do principio tudo nace:e elle mesmo nam pode nascer de outra cousa alguũa: <u>porque</u> nam seria principio ho que doutra parte fosse gerado:ho qual <u>poys</u> nũca naceo: <u>assy</u> nũca [e iii v] tera fim. <u>que</u> se ho principio fose extinto: poderia renacer de alguẽ : nem de sy poderia criar cousa alguũa: <u>e por tãto</u> he necessario tudo naçer de principio: <u>e daqui se segue que</u> o principio do mouimẽto vem daquelle <u>que</u> de sy mesmo se moue: elle nã pode nascer nem morrer: <u>e posto que</u> todo o çeeo e toda natura cayse: era neçessario:que elle p.manecesse e durasse sem lhe ser feyto força .perque fosse de seu mouimento tirado: <u>poys</u> esta craro ser	principio aut nulla est origo, <u>nam</u> ex principio oriuntur omnia, ipsum autem nulla ex re alia nasci potest, nec enim id esset principiũ <u>quod</u> gigneretur aliũde. <u>Quod si</u> nunquam oritur, nec occidit quidem unquam. <u>Nam</u> principiũ extinctum <u>nec</u> ipsum ab alio renascetur, nec ex se aliud creabit. <u>Siquidem</u> necesse est à principio oriri omnia, <u>ita</u> fit ut motus principium ex eo fit, <u>quod</u> a se ipsum mouetur. <u>Id autem</u> nec nasci potest nec mori. <u>Uel</u> concidat omne coelum omnisque natura, consistat necesse est. <u>Nec cum</u> ullã nanciscatur, qua à primo impulso moueatur. <u>Cum</u> pateat <u>igitur</u> id aeternam esse, quod a se ipso moueatur, quis est qui
450		
455		
460		

465	eterno aquello que desy mesmo se moue. quem auera <i>que</i> negue que os animos nam tem esta natureza:’ <u>Porque</u> ynanimado he aquello que he mouido p. mouimento de fora. <u>mas</u> o animal que he animado mouese per propio mouimento interior. <u>Porque</u>	hanc naturam animis esse tributam neget? Inanimum <u>autem</u> est omne, quod pulsu agitur externo. Quod <u>enim</u> est anima, id motu ciatur interiore et suo. <u>Nã</u> haec est propria natura animae atque uis.
470	esta he a propria natura e força da alma: <u>a qual</u> se antre as cousas que em ti se mouem ella soo he a que semoue eterna he. <u>e por tão</u> tu a excercita em milhores cousas: e o melhor he o cuydado da saude da patria. em o qual	<u>Quae</u> si est una ex omnibus quae sese moueat, neque nata certe est, et aeterna est. <u>Hanc</u> tu exerce optimis in rebus. Sunt autem haec optimae curae de salute patriae, quibus agitatus et exercitatus animus uelocius in hanc sedem et domum suam peruolabit.
475	tratando: e excercitando teu animo mays facilmente em este assento e casa sua penetrara e viraa:	

Os conectivos lógicos da passagem acima são:

porque – *nam* (linha 444)
 porque – *quod* (linha 447)
 pois – *quod* (linha 448)
 assy – *quod si* (linha 449)
 que – *nam* (linha 450)
 e por tanto – *siquidem* (linha 452)
 e daqui segue que – *ita* (linha 454)
 que – *quod* (linha 455)
 e – *id autem* (linha 456)
 posto que – *uel* (linha 457)
 poys – *cum.. igitur* (linha 461)
 porque – *autem* (linha 464)
 mas – *enim* (linha 466)
 porque – *nã* (linha 468)
 a qual – *quae* (linha 469)
 por tão – *hanc* (linha 471-472)

Em geral, os conectivos da língua vulgar são pouco variados para dar conta dos diferentes termos latinos. Resta ao tradutor repetir ou fazer perífrases, ficando para o leitor a tarefa de fazer as operações lógicas existentes entre as orações, baseando-se nos sentidos que a ordenação do texto vai construindo, e não na indicação de partículas lingüísticas.

Um elemento importante para o estudo das interpretações resendianas são as interpolações do letrado em algumas passagens do texto. Na linha 382, quando o pai de Cipião fala do ano celeste e que nem mesmo um quarto havia passado, Resende complementa o texto com medida de duração do ano e, com isso, permite entender que há uma noção específica sobre a relação temporal da terra e do além. Assim, à palavra “anno” adiciona-se um aposto: “do qual anno que tem trezentos e sessenta e cinco partes.” A interpretação de Resende dialoga com a noção de proporcionalidade entre o micro e o macrocosmo, ou seja, o ano celeste possui a mesma proporção matemática do ano terrestre, porém com dimensões diferentes. Na linha 460, a interpolação busca precisar com um aposto a continuidade do movimento, mesmo que o mundo mortal se extinguisse (todo çeeo e toda natura cayse). Nesta passagem, Duarte de Resende vulgariza o verbo *consistat* pela iteração “permaneçesse e durasse” e atribui-lhe o aposto “sem lhe ser feyto força perque fosse de seu mouimento tirado”, o que reforça o sentido dos verbos anteriores. Estas interpolações orientam a leitura com noções que reforçam o caráter estóico do texto ciceroniano, já que estes saberes provêm da física de matiz estóica.

Há um outro tipo de interpolação com função mais simples como a que se encontra na linha 257. Ela serve para especificar ao leitor os dois planetas referidos pela descrição e introduz-se pelo termo *scilicet*: “oytos cursos dos çeos de que dous.*scilicet* Mercurio e Venus”. Este procedimento está ligado ao costume quinhentista de anotar e comentar os textos antigos para melhor direcionar a interpretação do leitor. As edições do tempo são recheadas por notas acessórias ao longo dos textos, contudo, no caso do *Sonho*, Resende optou em incorporá-las ao texto ao invés de lançar mão das notas explicativas.

Um dos principais modos de interpolação, bastante comum nos textos dos autores latinos desde o século XV, é a iteração sinonímica de verbos e nomes. É um procedimento habitual, desde pelo menos o século XV, que consiste em utilizar uma iteração de sinônimos para verter um único termo latino. Segundo Jorge Alves Osório, pela iteração sinonímica procurava-se encontrar uma equivalência para a tão falada cópia de palavras da língua latina que a fazia superior às línguas vernáculas. Além disso, numa dimensão mais pragmática, Osório aponta o binarismo como um modo de “obter uma equivalência actualizada junto dos leitores e da sua experiência”.²⁷⁵ Nesse sentido, as iterações sinonímicas evidenciam as interpretações do tradutor para o texto de Cícero.

Apesar dos binarismos do *Sonho* não apresentarem um funcionamento sistemático, percebemos que tendem a enfatizar dimensões semânticas de um pensamento entre uma e outra noção dos termos duplicados, sendo as duas e cada uma ao mesmo tempo. Ao contrário da “cópia” de palavras portuguesas mencionada por Resende na carta-dedicatória, as iterações podem também decorrer do contrário, apontando para as limitações lexicais do tradutor face à sentença ciceroniana. A iteração resultaria de um procedimento de aproximação de sentidos, não estanque a uma ou outra noção, todavia, flutuante naquele universo de significados. Assim, para melhor analisá-las, dividimos as iterações sinonímicas do *Sonho de Cipião* de Resende em dois grupos:

1) tradução literal de iterações sinonímicas do texto latino, em geral, traduzidas com latinismos equivalentes existentes no léxico português:

cuydaua e falaua *cogitare et loqui* (linha 44)

²⁷⁵ OSÓRIO, Jorge Alves. Duarte de Resende, tradutor do *De Amicitia* de Cícero (1531). *Humanitas*, op. cit., p. 733.

animo e engenho e conselho *animi in genui cōsiliique* (linha 76)
 conseruarem ajudarem e acrescentarem *conseruarint, adiuuerint, auxerint* (linha 100)
 consilios e ajuntamentos *concilia coeptusque* (linha 107)
 santíssimo e virtuoso *sanctissime atque optime* (linha 130)
 synos e Estrelas *sydera et stellas* (linha 145)
 grosas e redondas *rotundae et globosae* (linha 146)
 nobres e marauilhosas *praeclara et mirabilia* (linha 175)
 deos manda e tem *deus arcens et contiens* (linha 198)
 capitã príncipe e moderador *dux et princeps et moderator* (linha 213)
 entêdimêto e temperança *mens et temperantia* (linha 215)
 mortal e caduca *mortalem et caducum* (linha 224)
 vista e sentido *acies sensusque* (linha 280)
 assento e casa *sedem ac domum* (linha 285)
 poucos e estreitos *raris et angustis* (linha 293)
 rodeado e cercada *redimitam et circundantam* (linha 304)
 rege e tempera e moue *regit et moderatur et mouet* (linha 426)

Deste conjunto, detemos a atenção na tradução encontrada na linha 198: “e no mais alto e primeyro estaa deos.que manda e tem todos os cursos.” Nessa sentença, o binarismo “manda e tem” traduz as palavras latinas *arcens et continens*, termos que descrevem a ordenação física do universo são traduzidas por palavras do vocabulário ético-político, o que aponta para a interpretação cristã de Resende que atribui a “deos” as prerrogativas de rei ou senhor do universo que possui e manda. Assim, o “deos princeps” ciceroniano reveste-se na pena de Resende do “Deus todo poderoso” cristão. Na linha 428 há uma interpolação que corrobora o viés cristão de Resende na apropriação da mensagem do texto de Cícero. O letrado inclui o binarismo “rege e gouerna” (termos sem correspondentes em latim) como epíteto do “deos pricipal”, o *princeps deus* mencionado no texto latino.

2) iterações sinonímicas ou binarismos utilizados para traduzir somente uma palavra em latim: geralmente estas iterações revelam matizes da interpretação do tradutor com o fim de explicitar melhor ao leitor os sentidos que pretende vincular ao vocábulo latino em língua vulgar. Observamos na montagem do binarismo uma característica recorrente: coloca-se um latinismo ao lado de outro termo que indica certa interpretação:

extintos e apagados *extinctos* (linha 116)
 voaram e saíram *euolauerunt* (linha 119)
 librar e tirar *liberauerit* (linha 137)
 ley e condiçam *lege* (linha 140)
 torrão e redondeza *globum* (linha 141)
 determinão e fazem *conficiunt* (linha 148)
 muy aluo e resplandecente *splendissimo* (linha 169)
 dizeis e chamais *dicitis* (linha 210)
 cerca e enche *compleat* (linha 217)
 compreende e abraça *complectitur* (linha 196)
 imitado e seguindo *imitati* (linha 261)
 descobriram e abriram *aperuerunt* (linha 264)
 ve e consira *contigat* (linha 318)
 giro e rodeo *redierint* (linha 365)
 veo e penetrou *penetrauit* (linha 375)

No conjunto formado pelas iterações: extintos e apagados para *extinctos* (linha 116), voaram e saíram para *euolauerunt* (linha 119), librar e tirar para *liberauerit* (linha 137), ley e condiçam para *lege* (linha 140), dizeis e chamais para *dicitis* (linha 210), imitado e seguindo para *imitati* (linha 261), veo e penetrou para *penetrauit* (linha 375) temos exemplos de binarismos formados por um latinismo e outra palavra que indica a interpretação matizada pelo tradutor. Na linha 116, “apagados” qualifica a alma dos parentes de quem Cipião deseja ter notícias e podemos dizer que todo o *Sonho* refuta a noção atrelada ao adjetivo “apagados” em relação à alma. Na linha 119, “saíram”

reforça o sentido do latinismo “voaram”, atrelando ao verbo a noção de espaço e indicando a região celeste como lugar de morada da alma. Na linha 137, o verbo “tirar” destaca a noção de separação passiva entre o corpo e alma e reforça a atitude que não cabe ao homem ou à sua vontade, mas àquele que uniu o corpo e a alma. Como sabemos, uma das matérias tratadas no *Somnium* é a condenação do suicídio, que talvez tenha instigado a escolha deste vocábulo e a construção deste binarismo. Na linha 140 encontramos “condiçam” preenchendo o sentido de “lei”, uma noção bastante específica da lei como *sine qua non* da existência dos “ajuntamentos humanos”, um pensamento que dialoga tanto com o pensamento platônico quanto aristotélico nas suas obras políticas. Aqui, especificamente o texto fala da “lei e condiçam” dados por Deus aos homens, o que amplia o sentido de “condiçam” como prescrição sem a qual o homem não pode cumprir seus desígnios de criatura. Na linha 210, o uso do verbo “chamar” neste caso aponta para uma relativização do que “dizer” pode significar. Isto é, “chamar” aponta para uma noção de saber convencional, instituída e divulgada pelo conhecimento possível ao homem. Tendo em vista a pequenez dos poderes humanos apresentada no *Sonho*, interpretar este binarismo como relativização do saber humano acerca dos astros é bastante provável e sutil. Na linha 261, o verbo no gerúndio “seguindo” associado a “imitar” sugere claramente o sentido que o tradutor deseja destacar para seus leitores: seguir é igual a imitar. A noção de imitação é bastante controversa e muito discutível, porém, pela construção do binarismo no texto de Resende ela se faz unívoca e pode significar simplesmente “seguir” ou “fazer como”. Na linha 375, o verbo “vir” associado ao “penetrar” alude à interpretação da origem divina das almas que viajam de Deus em direção aos corpos, do céu à terra; mais, à idéia de encerramento da alma dentro do corpo depois de uma viagem. Esta interpretação permite sugerir que o tradutor conhecia o *Comentário* de Macróbio para a

noção de transmigração da alma presente no *Somnium*. A interpretação macrobiana teve grande fortuna nos séculos anteriores ao texto de Resende e defende que a alma, saindo de junto de Deus, viaja pelos diversos níveis dos orbes celestes e em cada um assume uma característica própria para a vida terrena:

No decorrer da queda que a precipita num corpo, a alma atravessa sucessivamente todas as esferas celestes e adquire em cada uma delas as faculdades que exercerá uma vez encarnada: em Saturno, o raciocínio (*raciocinatio*) e a inteligência (*intelligentia*); em Júpiter, a força de agir (*uis agendi* ou *praktikon*); em Marte, coragem (*animositatis ardor*); no Sol, a aptidão a sentir e formar opiniões (*sentiendi opinandique natura*); em Vênus, os desejos (*desiderii motus*); em Mercúrio, a aptidão a exprimir o que concebe (*hermeneutikon*); na Lua, enfim o poder de crescer e alimentar. Mais baixa das operações divinas, esta última é também a mais alta das operações corporais. A alma só a exerce à custa de uma espécie de suicídio, encerrando-se num corpo que se torna túmulo: soma (corpo) = sema (túmulo).²⁷⁶

Há também um outro conjunto de binarismos ou iterações que traduzem uma palavra latina por várias, mas seguindo outro funcionamento. Eles atualizam os vocábulos latinos ao léxico quinhentista, como podemos observar na linha 169, onde *splendissimo*, superlativo pouco comum na língua quinhentista se transforma numa locução adverbial “muy aluo” acompanhada de um adjetivo: “resplandecente”. Noutro caso mais curioso, na linha 141, o vocábulo *globum* é definido pela iteração que une o substantivo “torrão” que designa a Terra no vocabulário quinhentista e “redondeza” que é sua caracterização geométrica mais evidente. Já na linha 148, o verbo “determinar” imprime ao verbo “fazer”, que é tradução mais evidente de *conficiunt* latino, um sentido relacionado à ordenação do universo como criação do Deus pantocrator cristão. Como temos observado, esta associação do *deos princeps* do *Somnium* ao Deus cristão ocorre com frequência no texto de Resende e não poderia ser diferente num mundo católico, teológico e monárquico.

²⁷⁶ GILSON, Etienne. Os Padres latinos e a filosofia. In: *A filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 131.

Por fim, as iterações sinonímicas também são relevantes pelos resultados elocutivos que elas apresentam. A repetição de palavras com valor semântico aproximado amplia os sentidos dos vocábulos pela bipolarização dos termos relacionados, estabelecendo uma sutil hierarquia semântica no emprego dos termos para determinados vocábulos latinos, além de instituir um efeito rítmico binário nas palavras duplicadas.

As partículas interfrásicas mais utilizadas por Duarte de Resende no *Sonho* são: “e”, “pera”, “porque”, “mas”(com sentido adversativo e sentido aditivo), “que”, “por tanto”, “entam”, “assy” “assy como”, e “como”, muitas vezes com sentido temporal de “quando”. Estas partículas traduzem as latinas: *quam ut, quem, sed, etiam, quam, quae, nam, ac, enim, quod, quoniam, ut, ita, nisi enim, cum, autem, alter...alter, sicut, ut enim, utraque, tamen, tñc, namquam, cum, quandocumque, quamquam, igitur, quam huc, sic, quinetiam, namque*. Como podemos observar, os conectivos lógicos em português são limitados diante da diversidade da língua latina, revelando a moderação resendiana no uso dos conectivos semanticamente explícitos, o que resulta num texto de sentenças justapostas e na tradução de diferentes partículas pelas mesmas formas vernáculas. Isto foi também observado por Osório para a tradução resendiana do *De Amicitia*, na qual se utiliza um leque de partículas naturalmente mais restrito que o de Cícero, transferindo ao leitor a tarefa de compensar a falta da explicitação das partículas pelo curso lógico da exposição.²⁷⁷ Isto nos faz concluir que estamos diante de uma característica da tradução resendiana, ou seja, um modo próprio de realizar a tradução de sentença a sentença, com poucas alterações ou interferências semânticas por parte do tradutor no curso lógico do texto. Um procedimento de respeito filológico em relação ao texto da *auctoritas* latina adequado aos critérios do século XVI de apropriação das fontes

²⁷⁷ Cf. OSÓRIO, Jorge Alves. Duarte de Resende, Tradutor do *De Amicitia* (1531). *Humanitas*, op. cit., p. 737.

antigas, pautados na fidelidade às *sententiae* antigas para o proveito moral e na imitação da eloquência antiga.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas cortes portuguesas, pelo menos desde o século XV, houve grande entusiasmo em realizar vulgarizações de textos de Cícero e outros autores que escreveram em latim. O confronto entre a língua vulgar e a latina resultou sempre num desafio de transmitir a sabedoria antiga com fidelidade, elegância e brevidade, além de superar as limitações lingüísticas do tradutor e as diferenças entre as duas línguas. No estudo das cartas, prólogos e dedicatórias quatrocentistas observamos em que consiste o que eles denominavam “tornar em linguagem” e as implicações provenientes disso, tanto para o discurso em vernáculo quanto nas práticas políticas e morais da corte. Ou seja, identificamos a existência de uma política de vulgarização de textos, em número bem reduzido, da arte de “bem dizer” e, em sua maioria, da arte de “bem agir”, como são o *Tratado da velhice* e o *Panegírico de Trajano*, traduzidos por Vasco Fernandes de Lucena; o *Livro dos ofícios*, vulgarizado pelo Infante D. Pedro de Coimbra, e a compilação intitulada *Livro da virtuosa benfeitoria*, o *Regimento dos principes* de Egidio Romano e outros.

Nos prólogos e dedicatórias, quando se falava da realização das vulgarizações, o lugar-comum são as limitações do letrado no cumprimento de sua tarefa, empecilhos que não impedem a finalização da obra e que funcionam mais como *humilitas* oratória do que como argumento contrário à realização das vulgarizações. No prólogo de Vasco Fernandes de Lucena, assim como no capítulo XCIX, encontramos diretrizes para a composição do que então se denominava “tornar em linguagem” ou “tresladar”, tal como trasladar letra a letra, “letra em sentença que é glosar e sentença em sentença que é interpretar”. Em todo caso, as limitações sempre são menos válidas que a sabedoria proveniente das sentenças dos antigos. Nesse sentido, toda a aridez da tarefa do tradutor é recompensada pela excelência das matérias e, além disso, pelo gosto dos monarcas em

ler “em linguagem” os textos dos antigos. Para D. Pedro de Coimbra, os livros em linguagem eram úteis para que o proveito das obras excelentes chegasse também aos que não sabiam latim. Assim, a tratadística latina antiga respondia às necessidades éticas e políticas das cortes portuguesas quatrocentistas, fornecendo-lhes modelos de conduta moral convenientemente aliadas à doutrina cristã. Por outro lado, o confronto da língua vulgar com a latina resulta num outro modo de elocução em língua vernácula, baseado na imitação da sintaxe e na busca de formulações sintéticas e fiéis aos ensinamentos da sentença. Desse modo, as obras quatrocentistas “tiradas do latim” são as primeiras realizações de textos de filosofia moral em língua vernácula portuguesa.

No século XVI, com o advento da imprensa, amplia-se a divulgação de textos das *auctoritates* antigas, sobretudo, os de Cícero. A tópica da valorização da língua vulgar por sua semelhança com o latim, chamada atualmente de “questão da língua”, evidencia-se em obras como: a *Grammatica* de Fernão de Oliveira, a *Gramática da língua Portuguesa* de João de Barros e o seu célebre *Diálogo em louvor da nossa linguagem*. Nestes textos argumenta-se em favor da superioridade da língua portuguesa face às européias por sua proximidade com a língua latina. Com isso, o vernáculo passa a cuidar também de matérias antes somente reservadas às línguas antigas. As vulgarizações de textos de Cícero publicadas por Duarte de Resende em 1531 revelam-se como implicações desta política letrada que disponibiliza aos leitores quinhentistas tratados de filosofia moral antigos para sua educação em língua vulgar. Ademais, no caso do *Sonho de Scipião*, texto ao qual nos dedicamos, difunde-se em língua vulgar uma obra ciceroniana que dialoga em larga medida com questões religiosas do século XVI. Trata-se da resposta de uma *auctoritas* antiga que atesta a imortalidade da alma e a existência de prêmios na outra vida, ao contrário daquele averroísmo paduano centralizado na figura de Pomponazzi. Assim, o *Sonho de Cipião*, ao lado de obras

como a *Ropica Pnefma*, dedicada a Duarte de Resende por seu amigo e interlocutor João de Barros, pode ser interpretado como texto de orientação moral, ligado às idéias erasmistas de divulgação dos textos de filosofia moral dos antigos como modelo de conduta ética e religiosa para os cristãos. Nesse sentido, a vulgarização, embora realizada “sentença a sentença” e mantendo a ordenação dos pensamentos e uma elocução muito colada ao texto de partida, nas intervenções do tradutor, permite entrever a incorporação de referenciais quinhentistas que cristianizam o texto de filosofia moral pagã. Esta aproximação das fontes pagãs e cristãs é uma noção bastante difundida nas letras quinhentistas, e no caso das vulgarizações de Duarte de Resende, aproximamos a escolha do autor e dos textos vulgarizados à difusão da doutrina erasmiana sobre os autores antigos preconizada em textos como o *Convivium religiosum*.

As vulgarizações nos séculos XV e XVI português eram dirigidas fundamentalmente para o uso da fidalguia palaciana portuguesa. Estes textos de filosofia moral forneciam à corte modelos de conduta política legitimados nas *auctoritates* antigas, modelos estes que eram adaptados às diferenças entre o mundo antigo e as monarquias modernas. Por outro lado, com a publicação das vulgarizações quinhentistas, embora elas sejam modelos de conduta ética, evidenciam também os desdobramentos de questões do tempo como a tópica da língua vulgar e o erasmismo que há pouco mencionamos. No caso particular do *Sonho de Scipião*, trata-se de uma das principais autoridades da filosofia antiga que refuta o averroísmo paduano.

Duarte de Resende é um cortesão latinado, amigo e interlocutor de João de Barros e sua contribuição para as letras quinhentistas revela-se nas implicações de suas vulgarizações. Para Resende, os textos vulgarizados e a sua impressão se justificam como um exercício oratório; uma utilidade ética, que é ensinar como os homens devem

agir munidos do conhecimento das coisas; e por uma motivação afetiva, que é o amor pela “fonte de eloquência”, Cícero. As justificativas e as escolhas de textos feitas por Resende evidenciam a educação do letrado nas disciplinas dos *studia humanitatis*, que envolvem, entre outras coisas, as línguas antigas, a retórica e a filosofia moral. O “tornar em linguagem” como exercício estaria ligado à preceptiva oratória exortada pelo próprio Cícero em obras como *De inventione* e o *De oratore*. Nesse sentido, as vulgarizações se incluem também como modelos oratórios do gênero tratadístico antigo em língua vulgar e representam a dignidade do vernáculo em transmitir as *sententiae* dos antigos. Assim, no cotejo do texto resendiano com um texto latino aproximado podemos observar que o letrado optou pela acomodação da língua vulgar ao latim, interferindo apenas em adaptações que resguardam a fluência do português. As *sententiae*, ou seja, os pensamentos ou argumentos do texto ciceroniano são transmutados para o vernáculo com poucas alterações, permanecendo no âmbito menor da frase o espaço para as adaptações lingüísticas necessárias. Com isso, Resende comprova aquilo que declarou na carta-dedicatória sobre a aptidão da língua vulgar portuguesa em “tratar de graves e excelentes matérias”.

No âmbito da frase (*uerba* ou “letra”), há aspectos elocutivos que caracterizam o texto resendiano, tais como pequenas glosas explicativas e as chamadas iterações sinonímicas. As glosas são intervenções do letrado que visam desenvolver alusões do texto latino, provavelmente familiares aos seus primeiros leitores. Nestes espaços revelam-se os conhecimentos do tradutor, normalmente colhidos em obras como as *Vidas* de Plutarco, nos textos do próprio Cícero, e provavelmente no *Commentum Somnium Scipionis* de Macróbio. No caso das iterações sinonímicas, elas se dividem entre imitações de procedimento elocutivo encontrado nos textos latinos; e em outras circunstâncias, como recurso tradutório que visa ao enaltecimento dos sentidos dos

termos duplicados, dispondo ao léxico um espaço semântico entre dois pólos de sentido que vão da literalidade a um sentido mais amplo, ou simplesmente reforçam, pelo efeito sinonímico, um determinado sentido. A iteração, quando não caracteriza imitação do texto latino, indica certa dubitação de significado por parte do tradutor face ao léxico latino, mas também pode ser uma ilustração da “copia de palauras portuguesas crara e polidas” face ao “copioso latim”, tal como declara Resende na carta-dedicatória.

O *In Somnium Scipionis* de Juan Luis Vives, de 1520, corrobora o juízo antigo sobre o *Somnium* ciceroniano como uma bem-sucedida reunião do pensamento platônico, aristotélico e estóico. Foi considerado por muitos séculos como um pequeno tesouro, ou melhor, um sumário dos saberes cosmológicos e geográficos dos antigos latinos, argumentando em favor da grandeza do universo em contraposição à pequenez da Terra e, neste sentido, quanto é inútil a glória no mundo mortal. Em todo caso, no século XVI, convivem com a doutrina do *Somnium* a difusão das observações cosmológicas de Kepler, Copérnico, Giordano Bruno e outros, bem como os novos saberes geográficos trazidos pelos navegadores. Nesse sentido, a divulgação do *Sonho* em língua vernácula, o debate em torno dele proposto por Juan Luis Vives e a apropriação poética da sua cosmologia na “Máquina do mundo” dos *Lusíadas* demonstram a complexidade dos tempos, que se enviesam em múltiplas temporalidades paradoxalmente coetâneas, não se reduzindo a categorias idealistas e gerais. A reimpressão de 1790 dos tratados morais traduzidos por Resende demonstra que estes textos de Cícero e, em especial o *Sonho*, mantiveram-se no interesse dos leitores portugueses, mesmo num tempo iluminista e posterior à dúvida metódica cartesiana. A inclusão de “Advertência” na edição setecentista resolvia o problema religioso, mas evidenciava a continuidade do prestígio da autoridade ciceroniana nas letras portuguesas contra-reformadas e anti-jesuíticas.

Transcrição semidiplomática de textos de Duarte de Resende publicados na *editio princeps* de 1531:

Carta sua a Garcia de Resende, fols. a i - a ii;

Começa a vida de Marco tulio, fols. a ii v^o - a iv;

Sonho de Scipião, fols. d vii – e iii v^o

A transcrição dos textos, tanto do latim como do português quinhentista seguiu alguns critérios que deixamos aqui esclarecidos:

- 1) Buscamos preservar ao máximo as características lingüísticas dos textos, mantendo os dígrafos quinhentistas como qu, gu; as letras dobradas e as diferentes grafias para as mesmas palavras.
- 2) Mantivemos a pontuação como aparece na *editio principes*, com o uso de “dois pontos”, “ponto final” e “ponto de interrogação”.
- 3) As abreviaturas como “q com til”, “q com trema” e as preposições abreviadas com “ponto” foram desenvolvidas em itálico. Ex: p.= *por*; p.a = *para*.
- 4) Substituímos o “e ornado” pelo sinal gráfico “e”.
- 5) substituímos o “s longo” pelo “s” normal.
- 6) Mantivemos a numeração por folha como aparece no impresso, indicando entre colchetes e em negrito a folha com a seguinte ordem: letra do caderno (varia de a a e), número da folha em romano minúsculo e lado (retro ou verso).
- 7) A presente transcrição não respeita os limites de página do documento quinhentista, sendo realizada de modo contínuo.

[a i r]

[Brasão da família de Duarte de Resende]

Marco tulio cicerom de Amicicia paradoxas e sonho de Scipião.tirado em lingoagê portuguesa por Duarte de Resêde caualeyro fidalgo da cassa del rey nosso senhor.

[a i v]

Carta sua a Garcia de Resende fidalgo da casa del rey nosso senhor e escriuão desua fazenda.etc.A quẽ manda esta obra enderêçada..

Senhor.

Porque aos mays dos homeẽs açõtece nã ter conhecimẽto das cousas senam despoys *que* com grande dãno ou proueyto seu: sentẽ em sy o mal ou bem *que* dellas lhe vem: o *que* na verdade nam deuia assy ser: *porque* ninguẽm deuia vsar da cousa sem primeyro de sua força e natureza ter conhecimento: e *porque* geralmente da amizade todos vsão e muytos com grande dãno seu: tendo cousa em *que* se requiere prudente conhecimento sobre virtuosa tenção. Por tãto eu por me parecer proueytoso a nossa nação portuguesa: onde vejo em muytos esta amizade errada e simuluda. Quis empregar minha ociosidade em tirar de latim em nosso lingoajẽ este pequeno tratado della:composto per *aquelle* fonte de eloquencia. Marco tulio. e sua grade autoridade me deu ousadia *para* cometer tã perigüosa empresa o que sinto e vejo ser mal cõsyado. assy por me falecer sciência pera entender suas prudentes sentêças copioso e elegãte latim. como copia de palavras portuguesas craras e polidas *para* decrarar as *que* cuydo *que* entendo: *que* bẽ creo *que* nhũa das lingoas de Espanha [e se diser de toda a Europa nã me arepẽderey] tẽ auentagẽ da portuguesa pera em ella se tratar de graues e excelentes materias. como sam as deste autor. e nã soamente tomei este atreuimẽto neste tratado de Amicicia mas ainda ousei tirar nesta lingoagẽ os três libros de officis e o de de senectute [a ii r] que se intitula Catão mayor cõ Paradoxas e o tratado do sexto libro da republica que se diz o sonho de Scipião.e deste erro [se o he] me podẽ desculpar três cousas. A primeira [como acima toquey] he tirar me de ociosidade. A.ii. a afeição e amor *que* a este excelẽte e singular barão e as suas obras tenho. A.iii. e principal he minha natural inclinação *que* a este exercício me traz. *que* segũdo elle mesmo Tulio no primeyro de officis diz. Muyto deue cada hũ guardar sua natural inclinação nã sendo viciosa. e quis soamente *que* viessem por mi a luz estes de amicicia:paradoxas:e sonho de Cipião por saber que atee aguora nã forã em lingoagẽ algũa trasladados: o *que* nam fiz em os *de* officis e senectute.por *que* estando pera os mãdar cõ estes imprimir:os vi impresos tirados em lingoagem castelhana: e posto que minha trasladação *para* os nossos podera ser proueytosa. cõ tudo me temi de parecer superflua. e [o *que*] pior fora] tomada da outra: e por *que*

vossa merce he o verdadeyro exame de nossa lingoagẽ Portuguesa segundo per o *que* falloa e *pelas* obras *que* escreue e cõpoẽ se vee: e ao diãte se veraa em muytas que creio *que* se nos mostrarão suas. Dandolhe Deos a vida e descanso *que* eu desejo. e polla razão que há pera o seruir e me elle fauorecer lhe mandey e enderecey este trelado de autor tã nobre e uirtuoso posto *que* gentio.pera *que* vistas e ãmẽdadas algũas minhas bárbaras palauras e desordenadas [se nelle achar] como çreo que achara.as sentetenças e razões do autor receba nesta lingoagẽ nossa *por* elle fauor e eu merce: a q[uem] beyxo as mãos. feita em Coimbra.Aos.XXX.Dias de Agosto.era de.M.D.XXX.I.anoos....

Seruidor de V. M. Duarte de Resende.

[a ii v] Começa a vida de Marco tulio.

A familia de Marco tulio por sobrenome cicerõ começou em o lugar chamado Arpinas. Referese seu principio a Tulio Rey dos Bolseos. e esta linhagẽ per tempo [segũdo sã todas as cousas.] Veo em deminuyçam:pero nam tanto que nam ficase emhordem eqüestre que he meão antre os padres e o pouo. Seu padre de Marco tulio auia nome Tulio como ele:e sua madre Albia: e ambos vinham de honestos parentes. Desde moço per seu padre foy dado as letras.e alcançou grãde louuor na poesia em muytos libros e versos *que* fez:despoys *que* foy crecẽdo deuse muyto a oraçã solta em prosa. E aprẽdeo todas sciẽciasartes *para* poder ser notauel barão:e deuse muyto ao estudo da philosophia e dereyto ciuil:na philosophia a aprẽdeo de Philõ greguo acadêmico dicipulo de Clitarcho que então estaua em Roma e deste Philom faz aqui neste tratado menção:e aprendeo as leys de Mucio sceuola muy claro barão: segundo que o elle *aqui* nomea: e despoys disto ãdou e militou na guerra Marsica debayxo da capitania de Sila: e despoys desta guerra vindo a Roma procurando algũas cousas no senado por algũas pesoas pesou muyto a Silla diso e com temor delle se partio de Roma per Grecia fingindo outra causa de sua partida e chegado a Athenas deuse [a iii r] muyto a aprender todas as sciencias dos milhores e mais scientes mestres que la auia:em o qual muyto floreceo de maneyra que a muytos dos q[ue] o ensinauam fazia auentagem. e nam contente disto quis nauegar e passar a Asia e em Rodes por causa de aprender e ouuio dos milhores e mays sapiẽtes que laa vio. Fenecidos estes estudos. Tornando Tulio em Itália meteose loguo nos negocios da R.p. em orar e precurar causas de muytos. e primeyramente foy mädado por questor a Sicilia onde com muyta prudẽcia e deligencia seruia seu carreguo mandando delaa muyto triguo a roma que então tinha delle muyta necessidade:e contentando muyto os da terra. despoys disto tornando roma trabalhou muyto por saber todos os nomes e famílias e parenteyras e caminhos e luguares de roma e toda Italia e morto seu pay concedeo toda sua erança a seu irmão Quinto cicerõ e todo seu interesse era na reepublica:e foy feito edil e despoys pretor e seuidos estes carguos com muyta diligencia e fieldade demandou e

pedio o consulado: e despoys de algũs contrastes o alcançou: e foy seu companheyro Gayo antonio filho de Marco antonio o orador. eneste seu consulado Marco tulio fez tantas e tam singulares cousas a.R.p. principalmête em a conjuração *de* catilina onde matou os príncipes de seu conselho e ao mesmo Catilina desterrou. que mereceu ser chaamado padre da patria: e elle foy primeyro que este sobre nome teue. o qual despoys algũs emperadores tomaram pera si. a primeyra industria que em seu consulado teue foy em desfazer e lançar fora a ley Agrária a qual fez primeyramente Tiberio Graco: que era que se partise todo o câpo publico *que* se achasse em Itália [a iii v] e em syria e em asia: de *que* vinha grãde dano a.R.p. principalmête aos nobres. e despoys *de* Marco tyberio graco: foy muytas vezes repetida esta ley pollos tribunos do pouo *que* reuoluiãos padres com o pouo: a qual ley Tulio desfez de todo. Foy Tulio casado cõ Terêcia: com *que* ouue meão dote e elle tinha honesto patrimonio: e ouue muytas eranças per testamêtos de seus amiguos que lhas leixavã. Teue muytas eranças e luguares muy deleitosos: quintas e casas nobres: e cõ isto fazia vida liberal: cõuersando tẽperadamente com greguos e latinos *que* em sua casa sostinha: e nam recebia nhũ salario por procurar por as causas: florecêdo assy per algũs anos na Republica acõteceo *que* antre elle e Clodio nobre cidadão ouue alguũ odio causado pollo mesmo Clodio: o qual clodio por lhe poder empeçer se tirou da dinidade patricia e nobre: e se fez plebeyo afim de ser tribuno do pouo: porque doutra maneyra o nã podia ser. o qual veo a alcãçar e acusou a Tulio per ante os consules *que* ja tinha de sua parte. que matara muytos e muy nobres cidadãos no aleuãtamêto de Catilina sem causa algũa e sem cõsentimêto do senado. Finalmête [como elle toca no quarto paradoxa] sob esta cor foy desterrado de Roma e de toda italia contra vôtade dos senadores: soomête per sentença dos consules e tribunos. E estando assy desterrado: ouue muytas disensões em Roma sobre sua tornada: e muytos mortos e feridos muytos por esta causa: e passados.xvi.meses *de* seu desterro tornou a Roma cõ tanta alegria de todo ho senado *que* nã se acha escrito cousa em que fosse ta grãde consetimento do pouo Romão: e tãta diligência e desejo de toda Itália *que* a esta causa auia cõcurido a roma. Conta Plutarco *que* na sayda de seu desterro se [a iv r] sayrã xx.mil homeẽs cõ elle. Desta tornada ficou Tulio grãde amiguo de César e Põpeo e tornou Crasso em graça cõ elle e permaneceoa.R.p. em asesseguo *por* algũs annos: e despoys da morte de Crasso fizera A tulio mestre dos aguouros: E estando Tulyo assy em Athenas soube como se bulia ja aguerra ciuil: e Cesar era vindo de frança: e como quer que elle fosse obriguado a Põpeo nam se deitou a nhũa das partes por algũas justas causas. E despoys da morte de Põpeo veo Tulio ver a Cesar o qual se apeou para elle e o veo abraçar muyto humanamente: e da hi em diãte husou muyto de sua amizade: assi *que* estando ja o senhorio de Roma debaxo *de* Cesar. Tulio se passou de todo as sciencias e foy o primeyro dos latinos que tratou e escreueo de filosofia e deu excelêtes preceptos na arte da arectorica com mays eloquência que ninguem e escreueo muytas e muy singulares obras e outras muytas

tinha determinado a escreuer:se a morte o nam estoruara as [a iv v] quaes obras que elle fez conta Plutarco na segûda parte em sua vida delle. e despoys da morte de Julio cesar foy immiguo de Marco antonio. E despoys que otauiano e Lepido e Antonio se concertaram lhe foy hordenada a morte per Marco antonio e morreo fora de Roma em suas eranças aos lxi.iii. annos de sua idade ferido e acometido dos *que* Antonio pera isso mandaua: e antre as muytas e singulares obras que fez he hũa dellas esta de amicicia que fingio ser em modo de disputa antre Gayo lelio muy sapiente nobre e sigular cidadão Romano e antre mucio Sceuola e Quinto fannio genros do mesmo Gayo lelio casado cõ suas duas filhas. E dirigioha a Ponponio attico grande amigo seu a quem assy mesmo dirigio o de senctute e mandou muytas epistols. o qual Pomponio attico era huũ dos principaes cidadãos de roma como se pode bẽ ver em sua vida na primeyra parte de Plutarco com cuja hirmã era casado Quinto cicerom hirmaão de Tulio. E quem curioso for de particulamente saber as vidas de cada huũ lea a Plutarco na primeyra parte [como digo] vera a de Pomponio na segunda a *de marco tulio* autor nosso.cuja obra prosperamente começa.

[...]

[d vii r] AQUI COMEÇA O SONHO DE SCIPIÃO PER MARCO TULIO CICERÃO DO SEXTO LIBRO DA REPUBLICA. COMEÇA A FALLAR O MENOR SCIPIÃO

Como eu em Africa visse por tribuno dos caualeyro da quarta legião:sendo consul Anicio manlio [como sabeis] nhũa cousa mays trazia na vôtade que verme cõ el rey Massinissa. que de nossa familia por muy iustas causas he grande amigo. E como a elle chaguey o velho abraçãdome começou a chorar: e dahi a pouco olhando pera o ceeo disse. Graças te dou o muy alto sol. e a todos os outros celestiais. que antes de partir desta vida vejo em meu reyno e casa a Publio cornelio Scipião com cujo nome muyto me recreo. Porque nũca de meu coraçam se aparta a memoria do outro mayor Scipião singular e inuenciuel barão. e dedespoys disto eu a elle pollo seu reyno e elle a mi polla. R.p. nos pergũtamos. e passado muytas palauras da hũa parte e da outra gastamos aquele dia. E despoys de recebido hũ real combite: estiuemos a mayor parte da noyte praticando: e o velho como me em outra nhũa cousa falaua se nam em Scipião e se alẽbraua nã tã soomẽte de todos [d vii v] seus feytos.mas dos ditos Depoys que daqui nos fomos a dormir e eu como vinha cansado do caminho e estiuera muyta parte da noyte acordado: dormi mays altamẽte do que soya: e loguo o Africano. [creo certo que foy por nelle falarmos: porque muytas vezes se faz que nossos pensamentos e palauras trazem:sonhando alguũa tal cousa qual Ennio de homero escreue com que muytas vezes estando acordado cuydaua e falaua.] Seamostrou daquella

forma que tem sua imagem que muy conhecida he de mi e como ho eu conheci certo que me arripiey.mas elle me disse. Esta quedo de boõ coração e ãã temas Scipião.tem na memoria o *que* te diser. Ues tu aquella cidade que constringida foy por my que obedecesse ao pouoo Romão: e aguora renoua ha primeyra guerra e nam pode aseseguar.] e elle de hũ lugar alto e illustre e cheo de estrelas meamostraua a Carthago.] a qual tu aguora nouamente caualeyro vês cõquistar . a esta poys destruyras daqui a dous annos sendo consul: e este sobrenome que aguora tês herdado per tua geraçam.o terás guanhado per ti. e como destruyres Carthago e della triumphares. e fores censor. e despoys legado a Egipto e Asiria e Asiae Grecia. Estando ausenbte seras eleyto por consul e acabaras huã grande guerra:que destruyras a Numãcia. mas quando em teu carro entrases no capitolio. acharas a R.p. toruada com cõselhos de meu neto Graco. então aqui tu Africano sera necessario que mostres o lume de nossa pátria e de teu animo e engenho e conselho. mas naq[ue]lletêpo vejo huã duuidosa via defados: porque como tua idade chegar a sete vezes oyto voltas do sol p. natural circuyto e acabar [de] te fazer e fatal soma.To **[d viii r]** da a cidade se conuertera em ti soo e em teu nome e o senado e todos os boõs e teus amigos e os latinos em titeram esperança. e tu seras huũ soo em quem sesosteraa a saude da cidadee pera que te nam digua muytas cousas.conuiraa que sejas da cidade dictador se fugires das crues mãos de teus parentes. E estando nisto Lelio começou a bradar e todos os outros gemeram muyto. Mas Scipião rindose e afagandome.disse. Por amor de mi nam ho acordeys do sonno estay em paz e ouui mays. Mas pera *que* tu Africano sejas mays alegre em conseruar a. R.p. toma isto. que todos os que a patria conseruarem ajudarem e acrecentarem tem certo e determinado lugar no çeo.onde os bem auẽturados guozam pera sempre. que nhũa cousa he mays accepta a aquelle deos principe.das que se fazem na terra que os consilios e ajuntamentos por causa dos homeẽs feytos. que se chamão cidades. que os regedores e conseruadores dellas daqui saem.e aqui se tornam.E eu ate qui que estaua temeroso. nam tanto com ho medo da morte como detrayção dos meus. Perguntey se o meu padre Paulo e os outros que cuydauamos ser estintos e apaguados se viuiam la. Então me dise. Antes estes sam os que viuem que voaram e sayram dos corpos.assy como de prisoões porque a vossa que se chama vida he morte. e aguora veras vir a ty teu padre Paulo . o qual como loguo vi derramey foça de lagrimas . e elle abraçandome e beijandome me defendia que nam chorasse e eu como acabando ho choro pude fallar.lhe disse . Poys assy he santissimo e virtuoso padre . que esta he ha verdadeyra vida. [segundo ouço dizer ao Africano.] p.a que tardo mays nas terras e por **[d viii v]** que nam venha loguo a vos. E elle me disse ãã he assi: porque se este templo todo he que tu ves. te ãã librar e tirar deste corpo.nam teras caminho pera vir qua. por *que* os homẽs sãõ gerados com tal ley e condiçam que guardẽ este torrão e redondeza *que* ves estar em o meo deste tẽplo que se diz terra: e seu animo lhe foy dado daquelles sempiternos foguos:a que

chamaes Synos e Estrelas. as quaes grosas e redôdas animadas de deuinos entendimentos: determinão e fazem seus círculos e mouimentos com marauilhosa trigança. e por tanto assy tu publico como os outros. que pyedosamente viuem. aueys *de* soster ho animo no ençaramento do corpoe sem mandado daquelle *de* quem foy dado: nam podeys partir da Vida dos homens. porque nã pareça que fugis do dom humano asinado por Deos. que assi foy este Scipião e teu auoo. E eu que te gerey. tu guarda a justiça e piedade: a qual como seja neçessaria ser grande em os padres e parentes ha da patria he a mayor: porque a talvida he caminho pera o çeeo e pera este ajuntamento que he daquelles que já viueram: e que sayram dos corpos e morã neste lugar que ves. Auia aly huñ circulo muy aluo e resplandecente: que antre as chamas luzia o qual vosoutros [segundo dos greguos o aprêdestes chamaes o circulo láteo: do qual eu estaua contêplando e via todas as outras cousas nobres e marauilhosas: auia ali outras Estrelas que nunca deste luguar de qua vimos. E outras grandezas de todas ellas que nunca qua sospeytamos. das quaes aquella era a mays pequena *que* he a derradeyra no çeeo e mays cheguada as terras: luzia com luz alhea que he a lũa. E loguo a mesma terra me pareçeo assi pequena que a mi me pesaua de **[e i r]** nosso imperio vêdo aquã pouco seus termos se estendiam . pera a qual terra como eu sempre olhase diseme ho africano. Rogote que me diguas ate quãdo has de ter os olhos no chão:’ nam ves tu ho templo em que estas:’ nam ves esta cõcauidade destes noue orbes ou circulos concauos:’ dos quaes ho huñ he o derradeyro çeo: que comprende e abraça todos os outros e no mais alto e primeyro estaa deos. que manda e tem todos os outros cursos. E a este se chegua o outro que tem os sempiternos cursos das estrellas: e de baixo deste sam sete que se voluem em oblicoe ao cõtrayro do mouimento do çeeo. Dos quaes ho huñ he possuydo da estrella que nas terras se chama Saturnia e loguo esta outro resplandor prospero e saudavel ao genero dos homens que se diz Jupiter Entam esta o ardente e espantoso as terras que dizeis e chamays Marte. E de baixo deste ho sol tem quasi a regiam do meo: capitã principe e moderador de todos os outros luminares: entêdimêto e temperança do mûdo. De tanta grandeza que tudo com seu lume cerca e enche. E a este seguem como companheyros. Os cursos. De Venus e de Mercurio. e em ho derradeyro circulo se volue a Lũa açesa dos rayos do sol: e abaixo della nã ha cousa algũa se nam mortal e caduca: tyrando os animos dos homens dados per doõ dos deoses: e sobre a luũa tudo he eterno. e ha terra que esta no meo nam se moue. e he a mays baixa. etodo ho peso a ella vê per sua natureza. As quaes cousas como eu espantado as estiuesse olhando disse. Que soõ he este tam grande e tam doce que assy enche minhas orelhas. Estehe [medisse elle] ho *que* sendo jûto per desiguaes interualos: mas distintos per ordenada razã de partes: se faz cõ ho impulso **[e i v]** e mouimento destes orbes e circulos: que temperando ho agudo com agraue igualmente varias conconsonanças concerta: que a natureza nã sofre que tam grandes mouimentos se possam com silencio fazer: que suas extremidades de hũa parte soã graue: da outra agudo: que

por causa do superior curso do çeo das estrellas: porque sua cõuersam e giro he mays apesado: mouese com soõ agudo eesperto. e este circulo da lũa que he o mais baxo se moue. E a terra que tem ho noueno lugnar: sempre esta immota e tem ho mais baixo assento e a abraça o meo luguar do mûdo. E aquelles oyto cursos dos çeos de que os dous. s. Mercurio e Venus tem huõ mesmo toõ fazê sete soõs per seus interualos. Ho qual numero quasy he ho noo de todas as cousas: o qual imitãdo e seguindo os doctos homens em suas cordas destromentos e em os cantos descubriram e abriram a tornada em este luguar : assy como outros homens de excelêtes engenhos na vida humana que seguirã diuinos estudos: e as orelhas dos homens cheas deste toõ ensordeçerã: assi como aquelles na parte ã que o Nillo cae de altos môtēs: que se chama Catadupa. A gête que mora naquella luguar polla grãdeza do toõ careçe do sentido do ouuir. Assi aqui tanto he o toõ do apressado giro do mûdo: *que* as orelhas dos homeês o nã podem cõprêder: *que* he assi como quãdo nã podeys ver o sol: olhãdo p.a elle. porque vossa vista e sentido de seus rayos se vêce. Eu destas cousas espâtado estaua cõ os olhos na terra: entã me disse o africano. Eu sinto *que* estas contêplãdo o assento e casa dos homens: a qual se pequena [assi como o he] te parece: olha sempre *para* estas cousas do çeo: e despreza esoutras hũanas. Porque tulaa: *que* excelência *de* fallas de homês:’ ou que [e ii r] gloria podes alcançar:’ bem ves como se habita na terra em poucos e estreitos lugares: assi como em sinaes do corpo: e *que* derrador ha muy grãdes desertos: e ves os *que* morã na terra nã soomête ser nã conhecidos hũs dos outros: de maneira *que* se nã pode prestar cõ cousa algũa. Mas parte delles esta oblicos e parte reuoltos; e de todo virados trastornados: dos quaes certo nhũa gloria podeis esperar. E assy ves a mesma terra rodeada e cercada de alguõs quasi como cintos: dos quaes os dous *que* sam mais apartados o hũ do outro e cheguados de cada parte de baixo dos pollos do çeo ves sempre estar duros cõ caramello e cõ neue. E assy vees a zona ou cinta do meo *que* he a major e torrada do ardor do sol. E as duas outras *que* sam habitadas. E a austral ou do meo dia: os *que* nella morã tẽ os pes cõtra vos: e nã cõuersam cõ vosco E aoutra sugeita ao norte em *que* vos moraes. Ve e consira em quã pequena parte vos cotẽ. E toda a terra *que* se habita he apartada cõ môtēs e vales e ha hũa pequena ilha cercada daquelle mar: *que* na terra chamaes oceano grande e atalantico: que nam tẽ tam grande ho nome como he pequeno. E assy vez nestas habitadas e conhecidas terras que o teu nome e ho de cada huõ de nos nã pode passar o môte caucaso que daqui ves: nem nadar alem do rio guãges. Pois quem entre os outros pouos de oriente: ou do ocidente: ou das partes do austro ou do aguiam: ouuira ho teu nome:’ O qual bem olhado bem claro se ve em quam estreito luguar vossa gloria se pode dilatar. e esses aguora que de vos outros falã. Cõsira per quã pouco tẽpo falarã: e posto *que* a gête *que* vier despoys ouça os lououres de cada huõ denos *que* elles ho ouça a seus padres e o cõtẽ a seus filhos: por causa dos diluuios [e ii v] e incendios de foguo que de necessidade em certo tempo ham de acontecer. Nã soamente

eterna gloria: mas ainda nem gloria que dure muyto tempo podemos alcançar. Que te daa ati da memoria *que* os homẽs despoys dety tiuerẽ: Poys dos que primeyro quenos naçeram: nam ha ja nhuũ: os quaes nã eram menos que nos. e certo he que foram milhores barões: principalmente aquelles antre quem nosso nome pode ser ouuido: nhũ delles pode soste a memoria por espaço de huũ ãno. porque ho pouoo chama ãno soamente ao do so que he a volta de hũa estrellla. mas na verdade quando todas as estrellas tornarem aaquelle lugar e ponto donde partiram: e quando tiuerem feyto seu giro e rodeo de todo ho çeo per lõguos interualos: entam aquelle se pode chamar verdadeyramente anno vertente. em ho qual ãno escasamente ousa dizer que muytos segres de hydades de homẽs se acabaram: porque desde aquele tẽpo passado que ho sol se escõdeo aos homẽs [segũdo que lhe pareceo] quãdo a alma de romulo veo e penetrou em estes templos. bem assi quando da mesma parte. e no mesmo tẽpo ho sol tornar a ter aquelle desfalecimento: que sera quando todos signos e estrellas forem reuocados a seus principios: teras huũ anno acabado. do qual anno que tem trezentos e sesenta e cinco partes e hũ quarto sabe que nã tens ainda as vinte passadões portanto consyra quanto he pera estimar esta gloria dos homẽs que de ventura chegua a mays pequena parte de huũ so ãno. Assy que se queres altamẽte consirar olha pera este assento e eterna cassa. e nã te entregues a vozes do pouo: nem ponhas a esperança de tuas cousas em premios humanos. Conuem *que* a virtude per sy cõ seus afaguos te tragua [**e iii r**] a verdadeyra hõrra. e deixa que os outroa vejam ho que de ty se falla. que elles ham de fallar. mas sua falla toda se cinge e termina nestas angosturas que ves destas regioẽes: e nũca de alguũ foy perpetua: mas guastase com ho falecimento dos homeẽs: e apaguase com ho esquecimento da posteridade. e como estas cousas me disse lhe torney loguo a dizer. O africano pois que os que bẽ fizeram aa patria tem seu caminho doçeeo patẽte como estrada. E poys eu desde minha mocidade: ho rasto de meus padres e ho teu seguy: e nunca fuy causa de vossa desonrra. Aguora que tãto premio me prepõestrabalharey cõ muyto cuydado. Elle respõdeo. Trabalha e cre que tu nam es mortal: mas que o he esse corpo: e que nam es esse que tua forma declara: mas cada hũ he a sua alma: e nam aquello que com ho dedo se pode mostrar. Por tanto sabe que tu es deos: porque deos he aquello que tem vigor: que sente: que se alembra: que preue: ho qual tanto rege e tempera e moue este corpo em que he proposto: quando aquelle deos pricipal rege e gouerna ho mũdo. e assy como aquelle eterno deos moue este mũdo mortal em alguũa parte: assy ho animo sempiteruo moue ho fraco corpo: porque ho que sempre se moue eterno he: e ho que he mouido per outrem: quãdo ho mouimẽto tiuer fim: de necessidade feneceraa sua vida. E por tanto aquello somẽte he: que assy mesmo se mouee que nũca he deixado *de* sy. e nã deixa de se mouer. e de todos os que se mouem esta hea fonte e principio de se mouer. E ho principio nã tem nascimẽto: porque do principio tudo nace: e elle mesmo nam pode nascer de outra cousa alguũa: porque nam seria principio ho que doutra parte fosse

gerado:ho qual poys nũa naceo: assy nũa [e iii v] tera fim. que se ho principio fose extinto:poderia renacer de alguẽ : nem de sy poderia criar cousa algũa: e por tão he necessario tudo naçer de principio: e daqui se segue *que* o principio do mouimêto vem daquelle *que* de sy mesmo se mouee elle nã pode nascer nem morrer:e posto que todo o çeeo e toda natura cayse: era neçessario:que elle p.manêçesse e durasse sem lhe ser feyto força.perque fosse de seu mouimento tirado: poys esta craro ser eterno aquello que desy mesmo se moue. quem auera *que* negue que os animos nam tem esta natu reza:’ Porque ynanimado he aquello que he mouido p. mouimento de fora. mas o animal que he animado mouese per proprio mouimento interior. Porque esta he a propria natura e força da alma: a qual se antre as cousas que em ti se mouem ella soo he a que semoue eterna he. e por tão tu a excercita em milhores cousas: e o melhor he o cuydado da saude da patria. em o qual tratando: e excercitando teu animo mays facilmente em este assento e casa sua penetrara e viraa:e isto poder ser ha melhor fazer se estando ainda ençarrado em seu corpo: sayr fora delle per contêplação: e consirar as cousas que sam fora do corpo e delle se apartar: porque as almas daquelles que se êtregão a deleytações do corpo e sefizeram ministros dellas e que com appetite de luxurias obedeçeram aos vicios: os taes quebrantaram a ley dos deoses e homẽs. e tanto que dos corpos sayrem seram *derrador* das terras trazidas e nam tornaram em este lnguare se nam despoys de muytos segres dos segres passados. E assy elle se partio.e eu acordey do sonno:.

Deo Gratias.

Reprodução da *Editio Princeps* dos textos de Duarte de Resende de 1531

1. A folha de rosto com o Brasão de família

¶ Marco tulio cicero de Amicia
paradorag e sonho de Scipião. tira
do em lingdage português. Duarte
de Resende cavaleiro fidalgo da
cassa del rey nosso senhor.

2. Carta sua a Garcia de Resende

Carta sua a Garcia de Resende fidalgo da casa del rey nosso senhor e escrivão de sua fazenda. 2c. A que manda esta obra endereçada.:

Senhor.

Dique aos mays dos homees acõtece nã ter conbecimẽto das cousas senam despoys q̃ com grande dãno ou proueyto seu: sentẽ em sy o mal ou bem q̃ dellas lhe vem: o q̃ na verdade nam deuia assy ser: porq̃ ninguem deuia vsar da cousa sem primeyro de sua força e natureza ter conbecimento: e porq̃ geralmente da amizade todos vsão e muytos com grande dãno seu: sendo cousa em q̃ se requiere prudente conbecimento sobre virtuosa tenção. Por tãto eu por me parecer proueytoso a nossa nação pũa guerra: onde vejo em muytos esta amizade andar errada e simulada. Quis empregar minha ociosidade em tirar de latim em nosso lingoage este pequeno tratado della: composto per aq̃lle fonte de eloquencia. Marco tulio. e sua grãde autoridade me deu ousadia pa cometer tã perigüosa empresa: o que sinto e vejo ser mal cõsyzado. assy por me falecer sciência pera entender suas prudentes sentenças copioso e elegãte latim. como copia de palauras purtuguesas craras e polidas pa decrarar as q̃ cuido q̃ entendendo: q̃ bẽ creio q̃nhũa das lingoas de Espanha [e se diser de toda a Europa nã me arẽpõderẽ] tẽ auentagẽ da purtuguesa pera em ella se tratar de graues e excelentes materias. como sam as deste autor. e nã soamente tomei este atreuimẽto neste tratado de Amicia mas ainda ousey tirar nesta lingoagẽ os tres libros de officis e o de senectute

que se intitula Catão mayor: cõ as Paradoxas e
o tratado do sexto libro da republica que se diz o
sonho de Scipião. e deste erro [se o he] me podẽ
desculpar tres cousas. A primeira [como acima
toquei] he tirar me de ociosidade. El. ij. a afeção
e amor q̃ a este excelẽte e singular barão e as suas
obras tenho. A. iij. e principal he minha natural
inclinação q̃ a este exercicio me traz. q̃ segũdo elle
mesmo Lulio no primeiro de officis diz. muyto
deue cada hũ guardar sua natural inclinação nã
sendo viciosa. e quis soamente q̃ viessem por mĩ
a luz estes de amicia: paradoxas: e sonho de Ci-
pião por saber que atee a guora nã forã em lingo-
agẽ algũa traslladados: o q̃ nam fiz em os d' officis
e senectute. por q̃ estando pera os mãdar cõ estes
imprimir: os vi impresos tirados em lingoagem
castelhana: e posto que minha traslladação pa os
nostros podera ser proueytosa. cõ tudo me temi de
parecer supflua. e [o q̃ pior fora] tomada da ou-
tra: e por q̃ vossa merce he o verdaçeyro. erame de
nossa lingoagẽ Portuguesa segundo per o q̃ fal-
loa e pas obras q̃ escreue e cõpoẽ se veẽ: ao diã
te se vera em muytas que creo q̃ se nos mostra-
rão suas. dan dolhe Deos a vida e descanso q̃ eu
desejo. e polla razão. que ha pera o seruir e me elle
fauorecer lhe mandey e endrecey este trelado de
autor tã nobre e virtuoso posto q̃ gentio. pera q̃ vi-
stas e emẽdadas algũas minhas barbaras pala-
uras e desordenadas [se nelle achar] como creio
que achara. as sentenças e razões do autor: re-
cebã nesta lingoagẽ nossa p elle fauor e eu merce:
a q̃ beyro as mãos. feita em Coimbra. Aos. xxx.
dias de Agosto. era de. M. D. xxx. j. annos.

O Seruidor de. A. M. Duarte de Resende.

a ij

3. Começa a Vida de Marco Tulio

Começa a vida de Marco Tulio.

familia de Marco tulio
por sobrenome cicrô co
meçou em o lugar cha
mado Arpinas . refere se
seu principio a Tulio Rey
dos Volscos . e esta ly
nhaçã per tempo [segũ
do sã todas as cousas .]
Eleo em deminuyçã: pe
ro nam tanto que nam fi

case em hor dem equestre que he meão antre os
padres e o pouo. Seu padre de Marco tulio auia
nome Tulio como elle: e sua madre Elbia: e am
bos vinham de honestos parentes. Desde moço
per seu padre foy dado as letras. e alcançou grã
de louuor na poesia em muytos libros e versos
q fez: despoys q foy crecêdo deuse muyto a oraçã
soltã em prosa. e apredêo todas sciências artes pa
por ser notauel barão: e deuse muyto ao estudo
da philosophia e dreyto ciuil: na philosophia a
apredêo de Philo greguo academico dicipulo de
Clitarcho que então estaua em Roma e deste phi
lom faz aqui neste tratado mençã: e apredêo as
leys de Mucio seuola muy claro barão: segundo
que o elle aq nomea: e despoys disto adou e mi
litou na guerra Marsica debayxo da capitania de
Silla: e despoys desta guerra vindo a Roma pro
curando algũas cousas no senado por algũas pe
soas pesou muyto a Silla diso e com temor delle
se partio de Roma pera Grecia fingindo outra
causa de sua partida: e chegado a Athenas deuse

muyto a aprender todas as sciencias dos milho-
 res e mayz scientes mestres que la auia: em o qual
 muyto floreceo de maneyra que a muytos dos q
 o ensinauam fazia auentagem. e nam contente di-
 sto quis nauegar e passar a Asia e em Rhodes por
 causa de aprender e ouio e aprendeo dos milho-
 res e mayz sapietes que laa vio. Fecidos estes
 estudos. tornando Tulio em Italia metose lo-
 guo nos negucios da R.p. em orar e precurar
 causas de muytos. e primeiramente foy mado
 porq estor a Sicilia onde com muyta prudencia e
 deligencia seruiou seu carreguo mandando delaa
 muyto trigo a roma que entao tinha delle muy-
 ta necessidade: e contentando muyto os da terra:
 depois disto tornando a roma trabalhou muyto
 por saber todos os nomes e familias e parente-
 ras e caminhos e luguares de roma e toda Italia
 e morto seu pay concedeo toda sua eranca a seu ir-
 mao Quinto ciceron e todo seu intento era na res-
 publica: e foy feyto edil e depois pretor e serui-
 dos estes carguos com muyta deligencia e fielde-
 de demandou e peio o consulado: e depois de
 alguns contrastes o alcançou: e foy seu compa-
 nheiro Gayo antonio filho de Marco antonio o
 orador. eneste seu consulado Marco tulio fez tan-
 tas e tam singulares cousas a R.p. principalme-
 te em a conjuracao d catilina onde matou os prin-
 cipes de seu conselho e ao mesmo Catilina dester-
 rou. que mereceo ser chaamado padre da patria: e
 elle foy o primeiro que este sobre nome teue. o
 qual depois alguns emperadores tomaram pera
 si. a primeira industria que em seu consulado teue
 foy em desfazer e lancar fora a ley Agraria a qual
 fez primeiramente Tiberio Graco: que era que se
 partisse todo o capo publico q se achase em Italia

e em syria e em asyria: de q̃ vinha grã de dano a. R.
 p. principalm̃te aos nobres. e despoys d' Marco
 cyberio graco: foy muytas vezes repetida esta ley
 pollos tribunos do pouo q̃ reuoluã os padres
 com ho pouo: aqual ley Tulio desse te todo. foy
 Tulio casado cõ Terécia: com q̃ ouue meão dore
 e elle tinha honesto patrimonio: e ouue muytas
 erças per testam̃tos de seus amigos que lhas
 leixauã. tene muytas erças e lugares muy de
 leitosos: quintaãs e casas nobres: e cõ isto fazia
 vida liberal: cõuersando tẽperadamente com gre
 guos e latinos q̃ em sua casa sostinha: e nam rece
 bia nhũ salario por procurar por as causas: floze
 cẽdo assy per algũs años na Republica acõteceo
 q̃ antre elle e Clodio nobre cidadão ouue algũ
 odio causado pollo mesmo Clodio: o qual clodio
 por lhe poder empeçer se tirou da diuidade patri
 cia e nobre: e se fez plebeyo asim de ser tribuno do
 pouo: porq̃ doutra maneira o nã podia ser. o qual
 veio a alcãçar e acusou a Tulio per ante os consu
 les q̃ ja tinha de sua parte. que matara muytos e
 muy nobres cidadãos no alevatam̃to de Catili
 na sem causa algũa e sem cõsentim̃to do senado.
 Finalm̃te [como o elletoca no q̃rto paradora]
 sob esta cõz foy desterrado de Roma e de toda ita
 lia contra võta de dos senadores: soom̃te per sen
 tença dos consules e tribunos. E estando assy de
 sterrado: ouue muytas disensões em Roma sobre
 sua tornada: e mortos e feridos muytos por esta
 causa: e passados. xvj. mezes d' seu desterro tornou
 a Roma cõ tanta alegria de todo ho senado q̃ nã
 se achava escrito cousa em que fosse tã grã de consen
 timento do pouo Romão: e tãta diligẽcia e dese
 jo de toda Italia q̃ a esta causa auia cõcurido a ro
 ma. Conta Plutarco q̃ na layda de seu desterro se

foyrã.rr.mil homeçs cõ elle. Desta tornada ficou
 Tulio grãde amigo de Cesar e Põpeo e tornou
 Crasso em graça cõ elle e permaneceu a. M. p. em
 a seſſeſguo p alguns annos: e deſpoys da morte de
 Crasso fizera Tulio meſtre dos agnouros: e da
 hy a pouco foy mādado a Sicilia por pretor que
 estaua como leuātada deſpois da vitoria dos par
 tos e a tornou aa fee e amor dos romãos: e ſuas
 portas ſemp erã abertas pa todos os q com elle
 vinhã negocear. E ſabēdo elle neſte tēpo que os
 partos vinhã deſtruir a Siria foy a elles com ſeu
 exercito e emparou a Syria e a Capadocia: e pe
 lejou cõ elles jũto do mōte amano. e lhes tomou
 muytas cidades e villas pollas quaes couſas ho
 exercito honomeou por emperador e geral capi
 tam por onde lhe foy em roma concedido ho tĩrũ
 pho q elle dexou de conſeguir: por auer ja na q̃lle
 tēpo alguns aleuātamentos da guerra ciuil. e aca
 bado ho tēpo de ſua prouincia tornou ha yr ver a
 Rhodes e a Athenas: onde foy recebido cõ grã
 des honrras. E estando Tulio aſſy em Athenas
 ſoube como ſe bulia ja aguerra ciuil: e Cesar era
 vindo de frança: e como quer que elle foſſe obrĩ
 guado a Põpeo nam ſe deitou a nhũa das partes
 por algumas juſtas cauſas. E deſpois da morte de
 Põpeo veio Tulio ver a Cesar o qual ſe apeou pa
 elle e o veio abraçar muyto humanamente: e da hi
 em diãte buſou muyto de ſua amizade: aſſi q estan
 do ja o ſenhorio de Roma debaxo d Cesar. Tulio
 ſe paſſou de todo as ſciencias e foy o p̃meyro dos
 latinos que tratou e eſcreueo de philoſofia e deu ex
 cclētes preceptos na arte da arectorica com many
 eloquēcia que ninguem e eſcreueo muytas e muy
 ſingulares obras e outras muytas tinha deter
 minado a eſcreuer: ſe a morte o nam eſtoruara as

4. O "Sonho de Scipião"

**Alqui começa o sonho de Sci
pião per Marco tulio cicerõ
do sexto libro da Repu
blica. Começa a fal
lar o menor
Scipião.**

Dmo eu em Africa viesse
por tribuno dos caualey
ros da quarta legião: sen
do consul Anicio manlio
[como sabeyz] nhũa cou
sa mayz trazia na vôtade
que verme cõ el rey Mas
sinissa. que de nossa fami
lia por muy justas causas
he grande amigo. E co
mo a elle cheguey o velho abraçãdome. começou
a ch orar: e da hia pouco olhando pera o ceo dis
se. Graças te dou o muy alto sol. e a todos os ou
tros celestiaes. que antes de partir desta vida ve
jo em meu reyno e casa a Publio cornelio Sci
pião com cujo nome muyto me recreo. porque nũ
ca de meu coraçam se aparta a memoria do outro
mayor Scipião singular e inuenciuel barão. e de
despoys disto eu a elle pollo seu reyno e elle a mi
polla. IR. p. nos pergütamos. e passãdo muytas
palauras da hũa parte e da outra gastamos aque
le dia. E despoys de recebido hũ real combite: esti
uemos a mayor parte da noyte praticando: e o ve
lho como me em outra nhũa cousa falaua se nam
em Scipião e se alẽbraua nã tã soomẽte de todõs

seus feytos.mas dos ditos despoys que daqui
 nos fomos a dormir e eu como vinha cansado
 do caminho e estuiera muyta parte da noyte acor-
 dado: dormi mayssaltamête do que soya: e logo
 o Africano. [creo certo que foy por nelle falar
 mos: porque muytas vezes se faz que nossos
 pensamentos e palauras trazem: sonhando al-
 guia tal cousa qual Ennio de homero escreue
 com que muytas vezes estando acordado cuy-
 daua e falaua.] Se amostrou daquella forma
 que tem a sua imagem que muy conhecida he de
 mi e como ho eu conheci certo que me arripiey.
 mas elle me disse. Esta quedo d boô coraçao e nã
 temas Scipião.tem na memoria o q te diser. Nes-
 tu aquella cidade que constrangida foy por my
 que obedecesse ao pouo Romano: e aguoza reno-
 ua ha primeyra guerra e nam pode afeleguar.] e
 elle debũ luguar alto e illustre e cheo de estrelas
 me amostraua a Carthago. Ja qual tu aguoza
 nouamente caualeyro vês cõquistar. a esta poys
 destruyras daqui a dous annos sendo consul: e
 este sobre nome que aguoza tẽs herdado per tua
 geraçam. o teras guanhado per ti. e como destruy-
 res a Carthago e della triumphares. e fores cen-
 sor. e despoys legado a Egipto e Asiria e Asia.
 Grecia. Estando ausente seras elepto por consul
 e acabaras huia grande guerra: que destruyras a
 Numacia.mas quando em teu carro entrares no
 capitolio. acharas a .R.p. toruada com cõselhos
 de meu neto Braco.então aqui tu Africano sera
 necessario que mostres o lume d nossa patria e de
 teu animo e engenho e conselho.mas naq̃l lepo
 yejo hũa duuidosa via defados: porque como tua
 idade chegar a sete. vezes oyto voltas do sol p̃ na-
 tural circuyto e acabar d te fazer e fa tal soma. tor

da a cidade se conuertera em ti soo e em teu nome
e o senado e todos os boos e teus amigos e os
latinos em titeram esperanza. e tu seras huũ soo
em quem se fosteraa a saude da cidade: e pera que
te nam digua muytas coulas. conuitaa que sejas
da cidade dictador: se fugires das cruas maos de
teus parentes. E estando nisto **Zelio** começou a
bradar e todos os outros gemeram muyto. mas
Scipião rindo se e afagandome disse. Por amor
de mi nam ho acordeys do sonno e estay em paz
e ouui may. Mas pera q tu **Africano** sejas may
alegre em conseruar a. **R. p.** toma isto. que todos
os que a patria conseruarem ajuda'em e acrecen-
tarem tem certo e determinado lugar no ceo. on-
de os bem aueturados guozam pera sempre. que
nhũa coula he may accepta a aquelle deos prin-
cipe. das que se fazem na terra que os consilios
e ajuntamentos por causa dos homees feytos.
que se chamão cidades. que os regedores e con-
seruadores dellas daqui saem. e aqui se tornam.
E eu ate qui que estaua temeroso. nam tanto com
ho medo da morte como de trayção dos meus.
Perguntey se o meu padre **Paulo** e os outros
que cuydauamos ser estintos e apaguados se vi-
uiam la. então me disse. Antes estes sam os que vi-
uem que voaram e sayram dos corpos. assy como
de prisoões porque a vossa que se chama vida
he morte. e agora veras vir a ty teu padre **Paulo**.
O qual como logo vi derramey força de
lagrimas. e elle abraçandome e beyjandome
me defendia que nam chorasse e eu como aca-
bando ho choro pude fallar. lhe disse. Poy
assy he santissimo e virtuoso padre. que esta
he ha verdadeyra vida. [segundo ouço dizer ao
Africano.] pa que tardo may nas terras e por

que nam venha logo a vos. Elle me disse nã he
 assi: porque se este deos cujo este templo todo he
 que tu ves. tenã librar e tirar desse corpo. nam te-
 ras caminho peravir qua. porq̃ os homẽs sãõ ge-
 rados com tal ley e condiçãõ que guardẽ este tor-
 rãõ e redondeza q̃ ves estar em o meo deste tẽplo
 que se diz terra: e seu animo lhe foy dado daquel-
 les sempiternos foguos: a que chamaes Synos
 e Estrelas. as quaes grossas e redõdas animadas
 de deuiños entendimentos: determinãõ e fazem
 seus circulos e mouimentos com marauilhosa
 trigança. e por tanto assy tu publico como os ou-
 tros. que pyedosamente viuẽ. aueys d̃ foster ho
 animo no ençaramento do corpo e sem mandado
 daquelle d̃ quem foy dado: nam podeys partir da
 vida dos homẽs. porque nã pareça que fugis do
 dom humano asinado por Deos. que assi foy este
 Scipiãõ e teu auo. Eu que te gerey. tu guarda
 a iustiza e piedade: a qual como seja neçessaria ser
 grande em os padres e parentes ha da patria he
 a mayor: porque a tal vida he caminho pera o cẽco
 e pera este ajuntamento que he daquelles que ja
 viueram: e que sayram dos corpos e morã neste
 lugar que ves. Euia aly huũ circulo muy aluo e
 resplandecente: que antre as chamas luzia o qual
 vos outros [segundo dos greguos o apredestes
 chamaes o circulo lateo: do qual eu estaua contẽ-
 plando e via todas as outras cousas nobres e
 marauilhosas: auia ali outras Estrelas que nun-
 ca deste lugar de qua vimos. E outras grandes
 e de todas ellas que nunca quasospeytamos.
 das quaes aquella era a mayõ pequena q̃ he a der-
 ra de yra no cẽco e mayõ chegada as terras luzia
 com luz alhea que he a lũa. E logo a mesma ter-
 ra me pareceo assi pequena que a mĩ me pesaua de

nosso imperio vêdo aquã pouco seus termos se estendiam .para a qual terra como eu sempre olhase disse me ho africano. *Reconote* que me diguas ate quando has de ter os olhos no chão? Nam ves tu ho templo em que estas? nam ves tu esta côcauidade destes noue orbes ou círculos concavos? dos quaes ho huũ he o derradeyro çeo: que comprehende e abraça todos os outros e no mais alto e primeyro estaa deos. que manda e tem todos os outros cursos. E a este se chegua o outro que tem os sempiternos cursos das estrellas: e de baixo deste sam sete que se voluem em oblico e ao côtrayro do mouimento do çeo. Dos quaes ho huũ he possuydo da estrellla que nas terras se chama Saturnia. e loguo esta outro resplandor prospero e saudauel ao genero dos homẽs que se diz *Jupiter*. Entam esta ho ardente e espantoso as terras que dizem e chamays *Marte*. E de baixo deste ho sol tem quasi a regiam do meo: capitã príncipe e moderador de todos os outros luminares: entẽdo imẽto e temperança do mũdo. de tanta grandeza que tudo com seu lume cerca e enche. E a este seguem como companheynos. os cursos. de *Venus* e de *Mercurio*. e em ho derradeyro circulo se volue a *Lua* acesa dos rayos do sol: e abaixo della nã ha cousa algũa se nam mortal e caduca: tyrando os animos dos homẽs dados per doo dos deoses: e sobre a luã tudo he eterno. e ha terra que esta no meo nam se moue. e he a mayz baixa. e todo ho peso a ella vẽ per sua natureza. As quaes cousas como eu espantado as estiuesse olhando disse. Que soõ he este tam grande e tam doce que assy enche minhas orelhas. Este he [me disse elle] ho q̃ sendo iũto per desiguaes intervalos: mas distintos per ordenada razã de partes: se faz cõ ho impulso

e movimento destes orbes e círculos: que temperando ho agudo com a graue igualmente varias conconsonancias concerta: que a natureza não sofre que tam grandes movimentos se possam com silêncio fazer: que suas extremidades de hũa parte soã graue: da outra agudo: que por causa do superior curso do ceo das estrellas: por que sua côuersam e giro he mays apressado: mouese com soã agudo e esperto. e este círculo da lũa que he o mais baixo se moue graue. E a terra que tem ho noueno lugar: sempre esta immota e tem ho mais baixo assento: e abraça o meo lugar do mûdo. E aquelles oito cursos dos ceos de que os douos. s. Mercurio e Venus tem hũa mesmo toão fazẽ sete soões per seus intervalos. ho qual numero quasi he ho noo de todas as cousas: o qual imitado e seguido os doctos homẽs em suas cordas destromentos e em os cantos descobriram e abriram a tornada em este lugar: assy como outros homẽs de excellẽtes engenbos na vida humana que seguirã diuinos estudos: e as orelhas dos homẽs cheas deste toão ensordecerã: assy como aq̃lles na parte e que o Fillo cae de altos mōtes: que se chama Eataupa. a gẽte que mora naq̃lle lugar polla grã deza do toão carece do sentido do ouir. Assi a qui tanto he o toão do apressado giro do mûdo: q̃ as orelhas dos homẽs o nã podem cõpceder: q̃ he assy como quãdo nã podeys ver o sol: olhãdo pa elle. porq̃ vossa vista e sentido de seus rayos se vende. Eu destas cousas espãtado estauacõ os olhos na terra: entã me disse o africano. Eu sinto q̃ estas contẽplãdo o assento e casa dos homẽs: a qual se peq̃na [assy como o he] te parece: olha sempre pa estas cousas do ceo: e despreza esoutras hũanas. porq̃ tulaas q̃ excellẽcia d fallas de homẽs: ou que

gloria podes alcançar? bem ves como se habita na terra em poucos e estreitos lugares: assi como em finaes do corpo: e q' derradoz ha muy grãdes desertos: e ves os q' morã na terra nã so omẽte ser nã conhecidos hũs dos outros: de maneira q' se nã podẽ prestar cõ cousa algũa. mas parte delles estã oblicos e parte reuoltos: e de todo virados e trastornados: dos quaes certo nhũa gloria podes esperar. E assy ves a mesma terra rodeada e cercada de algũs quasi como cintos: dos quaes os dous q' sam mais apartados o hũ do outro e cheguados de cada parte de baixo dos pollos do ceo ves semp' estar duros cõ caramello e cõ neve. E assy vees a zona ou cinta do meo q' he a maior e torrada do ardoz do sol. E as duas outras q' sam habitadas. E a austral ou do meo dia: os q' nella morã tẽ os pes cõtra nos: e nã cõuersam cõ vosco. E a outra fugeita ao norte em q' vos moraes. E e confira em quã peq'na parte vos prẽ. E toda a terra q' se habita he apartada cõ mōtes e vales e he hũa peq'na ilha cercada daq'lle mar: q' na terra chamaes oceano grande e atalantico: que nam tẽ tam grande ho nome como he pequeno. E assy ves nestas habitadas e conhecidas terras que o teu nome e ho de cada huũ de nos nã pode passar o mōte caucaso que da qui ves: nem nadar alem do rio guages. Poyz quem entre os outros pouos de oriente ou do ocidente ou das partes do austro ou do aguiam: ouvirah'o teu nome? Qual bem olhado bem claro se ve em quam estreito luguar vossa gloria se pode dilatar. e esses aguoza que de vos outros falã. E cõsira per quã pouco tẽpo falarã: e posto q' a gẽte q' vier despoys ouça os louuores de cada huũ de nos: q' elles ho ouça a seus paizres e o cõtẽ a seus filh'os: por causa dos diluuios

e incendios de fogo que de necessidade em certo
 tempo ha de acontecer. Mas soamente eterna glo-
 ria: mas ainda nem gloria que dure muyto tempo
 podemos alcançar. Que te daa ati da memoria q̃
 os homẽs despoys de ty tiuerẽ? Poys dos que
 primeyro quenõs naçeram: nam ha ja nhũ: os
 quaes nã eram menos que nos. e certo he que fo-
 ram milhozes barões: principalmente aquelles
 antre quem nosso nome pode ser ouuido: nhũ del-
 les pode foster a memoria por espaço de huũ año.
 por que ho pouoõ chama año soamente ao do sol
 que he a volta de huũ soo estrella. mas na verdade
 quando todas as estrellas tornarem aaquelle lu-
 guar e ponto donde partiram: e quando tiuerem
 feyto seu giro e rodeo de todo ho çeo per lōguos
 interualos: entam aquelle se pode chamar verda-
 deiramente anno vertente. em ho qual año escasa-
 mente ousõ dizer que muytos segres de hydates
 de homẽs se acabaram: por que desde aquele tẽpo
 passado que ho sol se escõdeo aos homẽs [segũ-
 do que lhe pareceo] quãdo a alma de romulo veo
 e penetrou em estes templos. bem assi quando da
 mesma parte. e no mesmo tẽpo ho sol tornar a ter
 aquelle deffalecimento: que sera quando todos si-
 gnos e estrellas forem reuocados a seus princi-
 pios: teras huũ anno acabado. do qual anno que
 tem trezentos e sesenta e cinco partes e huũ quar-
 to. sabe que nã tens ainda as vinte passado e por
 tanto consyza quanto he pera estimar esta gloria
 dos homẽs: que de ventura chegua a mayõ peq̃na
 parte de huũ soo año. E lly que se queres altamẽte
 consirar olha pera este assento e eterna cassa. e nã
 te entregues a vozes do pouo: nem ponhas a espe-
 rança de tuas cousas em premios humanos. con-
 uemq̃ a virtude per sy cõ seus afaguos te tragua

a verda de yta hõrra. e deira que os outros vejam
 ho que de ty se falla: que elles han de fallar. mas
 sua falla toda se cinge e termina nestas angostu-
 ras que ves destas regioões: e nũca de alguũ foy
 perpetua: mas guastase com ho falecimento dos
 homees: e apaguase com ho esquecimento da po-
 steridade. e como estas cousas me disse lbe toz-
 ney logo a dizer. O africano pois que os que bẽ
 fizeram aa patria tem seu caminho do ceeo patẽte
 como estrada. E poy eu des de minha mocidade:
 ho rasto de meus padres e ho teu seguy: e nunca
 fuy causa de vossa desonrra. Agora que tãto pre-
 mio me prepõe traballharey cõ muto maior cuy-
 dado. Elle respõdeo. Trabalha e cre que tu nam
 es mortal: mas que o he esse corpo: e que nam es
 esse que tua forma declara: mas cada hũ he a sua
 alma: e nam aquello que com ho deço se pode mo-
 strar. Por tanto sabe que tu es deos: porque deos
 he aquello que tem vigor: que sente: que se alem-
 bra: que preue: ho qual tanto rege e tempera e mo-
 ue este corpo em que he proposto: quanto aquelle
 deos principal rege e governa ho mũdo. e assy co-
 mo aquelle eterno deos moue este mũdo mortal
 em alguũa parte: assy ho animo sempiterno moue
 ho fraco corpo: porq ho que sempre se moue eter-
 no he: e ho que he mouido per outrem: quãdo ho
 mouimẽto tiuer fim: de necessidade feneceraa sua
 vida. E por tanto aquello somẽte he: que assy mes-
 mo se moue e que nũca he deixado d sy. e nẽ deira
 de se mouer. e de todos os que se mouem esta he a
 fonte e principio de se mouer. E ho principio nã
 tem nascimẽto: porq do principio tudo nasce: e elle
 mesmo nam pode nascer de outra cousa alguũa:
 porque nam seria principio ho que doutra parte
 fosse gerado: ho qual poy nũca naceo: assy nũca
 e iij

tera fim. que se ho principio fosse extinto: poderia renacer de alguẽ: nem de sy poderia criar cousa algũa: e por tâto benecessario tudo nacer de principio: e daqui se segue q o principio do mouimento vem daquelle q de sy mesmo se moue: e elle nã pode nascer nem morrer: e posto que todo o ceco e to da natura caysse: era necessario: que elle pmanecesse e durasse sem lhe ser feyto força. perque fosse de seu mouimento tirado: pors esta craro ser eterno aquello que de sy mesmo se moue. quem auera q negue que os animos nam tem esta natura? Porque ym animado he aquello que he mouido p mouimento de fora. mas o animal que he animado mouese per proprio mouimento interior. porq esta he a propria natura e força da alma: a qual se antre as cousas que em ti se mouem ella soo he a que se moue eterna he. e por tâto tu a exercita em milhores cousas: e o milhor he o cuydado da saudada patria. em o qual tratando: e exercitando teu animo mayz facilmente em este asento e casa sua penetrara e viraa: e isto poder se ha milhor fazer se estando ainda engarrado em seu corpo: fazer fora delle per contêplação: e confitar as cousas que sam fora do corpo e delle se apartar: porq as almas daquelles que se entregão a deleytações do corpo e se fizeram ministros dellas e que com appetite de luxurias obedeçeram aos vicioz: os taes quebrantaram a ley dos deoses e homẽs. e tanto que dos corpos sayrem feram drradoz das terras trazidas e nam tornaram em este lugar se nam despoys de muytos segres dos segres passados. E assy elle se partio. e eu acordey do sonno.:

Deo gratias.

5. Última página do volume com o cólofon da impressão

ria de nossos padres [porq̃ nã falemos semp̃ em
 Lucios e Lucios] foy muy proue e teue hũas pe
 q̃nas casas onde se chaina Carinas: e hũ cãpo em
 licopo. Por os nos se seremos mais ricos q̃ temos
 mais q̃ elle prouueſſe a de q̃ o fossemos: mas ho
 termo do dinheyro nam esta na renda mas no ga
 ſto do comer e vestir: q̃ onã ſer cubiçoso; dinhero
 he em casa: e nã ſer cõprador de nouidades: rãda
 he e ſer cada hũ p̃tente do ſeu he a maior e a mais
 çertariq̃za. E ſe os prudẽtes e auſados estimado
 res das couſas: p̃pam prados e cãpos por muy
 to preço porque a eſte tal genero de poſſiões q̃sy
 nada lhe pode epeçer. quãto mais ſe deue eſtimar
 a virtude que nem tirar nẽ furtar ſe pode. nẽ ſe poe
 por naufragio nẽ por incẽdio: nẽ tẽpestades: nẽ ſe
 muda cõ a mudãça dos tẽpos. e os que della ſam
 guarneçidos ſam ſoo os ricos: e ſoo elles poſſuẽ
 couſas fructuoſas e ſempiternas: e ſoo elles [o q̃
 he proprio das riq̃zas] ſam cõtẽtes das ſuas cou
 ſas e cuidã que he aſaz o q̃ tẽ: nhũna couſa deſcã
 nã tem mingoa de nada: nẽ cuidã q̃ alguũa couſa
 lhe faleçe nẽ a buſcã: mas os maos e os auarẽtos
 o quã incertas em quã diuerſos caſos tem poſſas
 ſuas poſſiões e ſemp̃ mais deſcã e nhũ delles
 ate goza ſe achou q̃ ſe cõtentaſſe do q̃ tinha. aſſy q̃
 os taes nam ſomẽte nẽ ricos nẽ abastados: mas
 por proues e mingados os auemos de eſtimar.

Acabou ſe de empremir a preſente obra de
 Amicicia e ſonho de Scipião e Paradoxas
 em a muy nobre e ſemp̃ leal cidade de Coim
 bra p̃ Fernã Galharde. Tirada em lingoa
 jẽ p̃ Duarte de reſende caualeyro fidalgo da
 caſa d'ley noſſo ſõr aos. xxx. dias d'Agosto
 do anno de noſſo ſõr Jeſu xp̃o de. m. d. xxxj.

Referências Bibliográficas

a. Fontes

CAMÕES, LUIS DE. *Os Lusíadas*. Lisboa: em casa de Antonio Gôçalvez, 1572. (Edição quinhentista disponível na Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional de Lisboa, no endereço eletrônico: <http://purl.pt/1>)

CICERO, MARCO TULIO *Scipionis Somnium ex sexto M. T. Ciceronis de Repvblica libro. Petri Rami praelectionibus explicatum*. Segunda editio. Parisiis: Ex typographia Matthaei Daudis, 1550.

_____. *Somnium Scipionis ex ciceronis libro de repvblica excerptum*. Impressum Flore[n]tiae [Itália]: Opera [et] sumptu Philippi juntae, 1515.

[Cícero]. *Rhetorica ad Herennium*. Tradução e introdução: Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

BARROS, JOÃO DE. *Ropica Pnefma*. ed. de I. S. Révah. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983, vol. I e II.

_____. *Gramática da língua portuguesa: Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha*. Edição fac-símile de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Publicação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.

DANTE ALIGHIERI. *Obras Completas*. Contendo o texto original italiano e a tradução em prosa portuguesa. São Paulo: Editora das Américas, s.d.

D. DUARTE. *Leal conselheiro*. Edição de Joseph Piel. Lisboa: Livraria Bertrand, 1942.

D. PEDRO de AVIS. “Trautado da uirtuosa benfeiturya” in *Obras dos príncipes de Avis*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello, 1981.

-
- _____. *Livro dos ofícios*. Edição de Joseph Piel. Coimbra: Por ordem da universidade, 1948.
- ÉRASME. *Elogie de la Folie, Adages, Colloques, Réflexions dur l'art, l'éducation, la religion, la guerre, la philosophie, correspondance*. Édition établie par Claude Blum, André Godin, Jean-Claude Margolin et Daniel Ménager. Paris : Robert Laffont, 1992.
- HORÁCIO. *Epistola ad Pisones [Arte Poetica]*. Introdução, tradução e notas de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Editorial Inquérito, 1984.
- MENESES, PEDRO. Oração proferida no estudo geral de Lisboa (Oratio habita...scholis Ulyxbonae). Tradução de Miguel Pinto de Menezes. Introdução e notas de A. Moreira de Sá. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1964.
- PLUTARQUI Alexandre Magnus: Guarino Veronessi interprete. In: *Chaeroni historici ac philosophi grauissimi, graecorum, romanumque illustrium vitae*. Lutetiae Parisiorum: Ex Officina Typographica Michaelis Vascofani, 1558. (Edição digitalizada da Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional da França disponível no endereço eletrônico: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k52506x>)
-
- _____. *Les vies de hommes illustres*. Tradução francesa de E. Talbot. Paris: Hachette, tomo IV, 1905.
-
- _____. *Vies Parallèles I*. Tradução francesa de J. Alexis Pierron, revista e corrigida por Françoise Frazier. Paris: Flammarion, 1905.
- REBELO, GASPAR PIRES DE. *Os infortúnios trágicos da constante Florinda*. Organização, notas e posfácio de Adma Muhana. São Paulo: Globo, 2006.
- RESENDE, ANDRÉ. *Oração de Sapiência (oratio pro Rostris)*. Tradução de Miguel Pinto Meneses. Introdução e notas de A. Moreira de Sá. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1956.
- RESENDE, DUARTE. *Marco túlio cicerom de amicicia pradoxasesonho de Scipião.tirado em lingoagẽ portuguesa p. Duarte de Resende...* Bayerische Staats-Bibliothek München, ESlg/ 4.A. lat. b. 220.

_____ *Tratados da amizade, paradoxos e sonho de Scipão*. Compostos Por M. T. Cicero Traduzidos de Latim em Linguagem Portuguesa Por Duarte de Resende no Anno de 1531. Lisboa: Regia Officina Typographica, 1790.

_____ *Tratados da amizade, Sonho de Cipião e Paradoxas*. “Coleção Clássica”. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1952.

_____ *Tratados da amizade, paradoxos e sonho de Cipião*. Edição de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.

RESENDE, GARCIA DE. *Cancioneiro geral*. Foy ordenado e eme[n]dado por Garcia de Resende fidalgo da casa del Rey nosso senhor e escriuam da fazenda do príncipe. Aleym e acabouse na muyto nobre e sempre leall cidade de Lisboa: per Hermão de Cãmpos, 28 de Sete[m]bro 1516, folha CXCIX e seguintes. Edição digitalizada disponível no endereço eletrônico da Biblioteca Nacional de Lisboa: <http://purl.pt/12096> (consultado em setembro de 2007)

_____ *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Reimpressão fac-similada da nova edição conforme a de 1798. Prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

LAPA, MANUEL RODRIGUES. Estudos e miscelânea: “Tradução quatrocentista de Salustio e de Suetônio sobre a vida de César.” *Boletim de Filologia*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1932.

RUI DE PINA. *Crônica do Senhor Rey D. Affonso V* in *Crônicas de Rui de Pina*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello editores, 1977.

SANTILLANA, Marques de. *Obras*. Edição ao cuidado de Augusto Cortina. Madrid: Espasa-Calpe, 1956.

VIVES, JUAN LUIS. *Somnium et vigília in Somnium Scipionis*. Edição com introdução, tradução e notas de Edward V. George. Greenwood: Koberger Books Division, 1989.

b. Estudos

Actes du XXe colloque International d'études humanistes. *L'Humanisme portugais et l'Europe*. Paris : Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, 1984.

Actes du Colloque des 25, 26 septembre 1982. *Présence de Cicerón*. (ed. Por R. Chevalier). Hommage au R.P. M. Testard. Paris : Belles Lettres, 1984.

BALLAIRA, GUGLIEMO. Introduzione. In: *Il Sogno di Scipione*. Testi e Crestomazie. Collana di autore greci e latini. Torino: Loescher Editore, 1972.

BATAILLON, MARCEL. *Erasme et l'Espagne*. Tradução espanhola de Antonio Alatorre. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

BOSSUAT, ROBERT. Vasque de Lucene, traducteur de Quinte-Curce (1468). *Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance*. Paris: Librairie E. Droz, 1946, Tomo VIII, p. 197-245.

BRAAMCAMP FREIRE, ANSELMO. Crítica e História. Estudos. Ed. Fac-simile de J. V. Pina Martins. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

BRAGA, ISABEL M. R. MENDES DRUMOND. Ecos dos problemas religiosos além Pirineus no Portugal moderno. In: *Península. Revista de Estudos Ibéricos*. Disponível no endereço eletrônico <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2834.pdf>>, p. 231-249. Consulta realizada em janeiro de 2008.

COSTA, P. AVELINO DE JESUS DA. A biblioteca do Cabido da Sé de Braga, nos fins do século XV, e seu tesouro em 1589. *Anais*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, II série, Vol. 29, 1984.

CIDADE, HERNANI. A nossa cultura humanística: O conceito de Renascimento e do Humanismo. In: *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*. Coimbra: Coimbra Editora, 1959.

CURTIUS, ERNEST ROBERT. *European literature and the latin middle age*. Tradução inglesa de Willard R. Trask. Nova Iorque: Harper Torchbooks, 1963.

- CURTO, DIOGO RAMADA. “A língua e a literatura”. In: *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Joaquim Romero Magalhães (coord.). Direção de José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, vol. III, p. 357-373.
- GILSON, ETIENNE. *A filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- HANSEN, JOÃO A. *Alegoria: construção e interpretação da metáfora*. São Paulo: Atual, 1986.
- HIGHET, GILBERT. *The classical tradition: Greek and Roman influences on Western Literature*. Oxford: Oxford University Press, 1970.
- KRAYE, JILL (editor) *Introducción al humanismo renacentista*. Edição espanhola de Carlos Clavería. Tradução de Lluís Cabré. Cambridge: University Press, 1998.
- D. MANUEL II. *Livros Antigos de Portugal (1489-1600)*. Londres: Maggs Bross, 1929. vol. I.
- MATOS, MANUEL CADAFAZ DE. Leitura e leitores de Cícero em Lisboa e Coimbra ao tempo de D. João III (1534-1543). *Humanitas*. Coimbra: Instituto de Estudos Clássicos, vol. XLVII, II tomo, 1995, p. 739-776.
- MENDES DE CASTRO, J. Damião de Góis: tradutor de Cícero. *Euphrosyne – Revista de filologia clássica*. Lisboa: Nova série – vol. XXXI, 2003.
- MENDES, ANTÔNIO ROSA. “A vida cultural”. In: *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Joaquim Romero Magalhães (coord.). Direção de José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, vol. III, p. 375-421.
- MENENDEZ Y PELAYO, MARCELINO. *Bibliografía hispano-latina clásica*. Edición preparada por Enrique Sánchez Reyes. Santander : Aldus, vol. III, 1950-1953.
- MOREIRA DE SÁ, A. *Humanistas Portugueses em Itália*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.
- MURPHY, JAMES J. *Rhetoric in the Middles Ages*. Tradução italiana de Vincenzo Licitra. Nápoles: Liguori Editore, 1983.

OLIVEIRA MARTINS, J. P. *Os filhos de D. João I*. Lisboa: Typographia da Parceria Antonio Maria Pereira, 1922.

OLSEN, MUNKEN. Quelques aspects de la diffusion de “Somnium Scipionis” de Cicerón au Moyen Âge (du IXe au XIIIe siècle). In : *Studia Romana* in honorem P. Krarup septuagenarii, Odense, 1976.

OSÓRIO, JORGE A. Cícero traduzido para o português no século XVI: Damião de Góis e o Livro da velhice. Separata de *Humanitas*, vols. XXXVII-XXXVIII, 1986.

_____ O texto da tradução do Cato Maior por Damião de Góis: Alguns problemas de crítica textual. Separata de *Critique Textuelle Portugaise: Actes du Colloque*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1986, p. 185-198.

_____ Duarte de Resende: tradutor do De Amicitia (1531). *Humanitas*. Coimbra: Instituto de Estudos Clássicos, vol. XLVII, II tomo, 1995, p. 721-738.

_____ Christiana Persuasio Erasmi Opinioni. *Revista da Faculdade de Letras “Língua e Literatura”*. Porto, XV, 1998, p. 233-258.

_____ Erasmo, a cortesia e a piedade. *Revista da Faculdade de Letras “Língua e Literatura”*. Anexo V Espiritualidade e Corte em Portugal, Sécs. XVI ao XVIII. Porto, 1993.

_____ O *Convivium Religiosum* de Erasmo numa edição coimbrã dos Colóquios. *Humanitas*, Coimbra, vols. XXV - XXVI, 1978, p. 237-263.

_____ Crítica e Humanismo no Renascimento. *Humanitas*, Coimbra, vols. XXVII – XXVIII, Coimbra, 1975, p. 23-51.

PICCHIO, LUCIANA STEGAGNO, Introduzione. In: *Diálogo em louvor da nossa linguagem* de João de Barros. Modena: Società Tipográfica Modenense, 1959.

PIMPÃO, Álvaro J. da Costa. *História da literatura portuguesa: Idade Média*. Coimbra: Atlântida, 1959.

_____ “La introducción del humanismo em Portugal”. In *Escritos Diversos*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1972, p. 365-384.

REBELO LUIS DE SOUSA. *A tradição clássica na Literatura Português*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

GONÇALVES RODRIGUES. *A tradução em Portugal*: vol. I: 1495 - 1834. Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Lisboa, 1992.

SARAIVA, ANTÓNIO JOSÉ. *História da cultura em Portugal*. Jornal do Foro, 1955, vol. II.

_____; LOPES, OSCAR. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1996.

REYNOLDS, LEIGHTON D.; WILSON, NIGEL G. *Scribes and Scholars*. Tradução espanhola de Manuel Sánchez Mariana. Madrid: Gredos, 1986.